

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL E O  
ESPAÇO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E  
ESTUDO DAS REDES DE SOLIDARIEDADE (E CONFLITOS) ENTRE  
INTELLECTUAIS (1920-1956)**

**JEFFERSON TELES MARTINS**

**PROFESSOR DR. RENÉ ERNAINI GERTZ  
ORIENTADOR**

**PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2015**

JEFFERSON TELES MARTINS

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL E O ESPAÇO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE, 2015

M381i Martins, Jefferson Teles.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). / Jefferson Teles Martins. – Porto Alegre: 2015.

279 f.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

Orientação: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

História – Rio Grande do Sul. 2. Historiadores. 3. Intelectuais. 4. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

Elaborada pela bibliotecária Márcia Piva Radtke CRB 10/1557

JEFFERSON TELES MARTINS

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE  
DO SUL E O ESPAÇO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS: trajetória  
institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre  
intelectuais (1920-1956)**

Tese apresentada como requisito para  
obtenção do grau de Doutor pelo  
Programa de Pós-Graduação em História  
da Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada com louvor em 28 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. René Ernaini Gertz - PUCRS

---

Prof. Dra. Letícia Borges Nedel - UFSC

---

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir - UNISINOS

---

Prof. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues - UFRGS

---

Prof. Dr. Charles Monteiro - PUCRS

Dedico este trabalho aos meus queridos pais  
Evilda Teles Martins e Homero Paz Martins.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao professor René Gertz pela sua disposição e atenção para orientar este trabalho.

Agradeço ao Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que não somente liberou o acesso amplo aos arquivos do IHGRGS, como foi também um colaborador e incentivador deste trabalho. Também agradeço aos funcionários do IHGRGS, em especial à Vanessa Campos, Márcia Radtke e Taís Feijó.

Agradeço aos professores que aceitaram fazer parte da banca de defesa desta tese os professores doutores Letícia Nedel, Mara Rodrigues, Cláudio Pereira Elmir e Charles Monteiro. Menciono com gratidão os excelentes comentários e as críticas feitos na qualificação deste trabalho pelos professores Letícia Nedel e Cláudio Elmir, que ajudaram a melhorar o resultado final.

Faço um agradecimento especial ao professor Flavio Heinz, o primeiro a acreditar na ideia desta tese. O professor Flavio é um grande exemplo de profissional acadêmico competente e inspirador.

Ao professor Dr. Stefan Rinke, da Freie Universität Berlin, que me recebeu com atenção durante o período de estágio de doutoramento na Alemanha.

Agradeço aos funcionários da Secretaria do Pós-Graduação da PUCRS, em especial à Carla Carvalho, profissional dedicada e competente, e, também, os não menos eficientes Henriette Ilges Shinohara e Luís Lima da Rosa.

Aos meus queridos amigos e colegas Fernanda Cardozo, Tiago Szinvelski, Tulio Massoni, Rudiléia Paré, Maira Daniel, Marcelo Vianna, Tassiana Saccol, Letícia Marques, Fabrício Soares, João Júlio dos Santos, Luciana Hauss, Estevão Ixx, e tantos outros, pela amizade e convivência.

Aos meus pais queridos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica.

À Capes pela concessão da bolsa de estudos no Brasil e na Alemanha.

As instituições têm sua lógica própria; não há nada como as suas rivalidades para levar a um grau imaginário de coerência intelectual oposições de poder, de meio, de profissão ou de interesse (François Furet, 1979, p. 8).

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar a trajetória institucional do IHGRGS, desde a sua fundação, em 1920, passando pelo auge do seu reconhecimento como espaço legítimo da produção do saber historiográfico no Rio Grande do Sul, até a instalação da crise institucional, quando começou o seu questionamento como centro da produção histórica local. Este estudo possui três eixos de análise: primeiro, serão enfocados o *espaço social* e as condições objetivas desse espaço, os atributos sociais dos agentes intelectuais envolvidos no processo de especialização ou institucionalização da História no Rio Grande do Sul; segundo, será abordado o processo de mobilização coletiva daqueles agentes em relação ao *espaço de poder*, na busca por legitimidade; e terceiro, serão analisadas as lutas internas da instituição, em que os seus agentes disputavam por poder ou por posições intelectuais, e, a formação das redes de solidariedade e *reconhecimento*.

**PALAVRAS-CHAVES:** IHGRGS; historiadores; intelectuais; mobilização coletiva; redes; lutas intelectuais.

## **ABSTRACT**

This thesis has the objective to analyze the trajectory of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, since its foundation in 1920, going through the time when it was recognized as the legitimate producer of the historical knowledge in Rio Grande do Sul, until the time when that institution had its authority questioned. This analyzes has three main axes: first, it focus on the social space and objective conditions in which those intellectual agents moved and played on; second, it will be analyzed the process of mobilization as group in which those agents aimed to establish relations with the political field; third, the study also focus on the inner disputes amongst those agents who sought recognition and prestige as intellectuals in that institutional field. Besides that, in this analyzes the *networks* of those agents will receive special attention in order to understand their conflicts and disputes.

**KEY-WORDS:** IHGRGS; historians; intellectuals; collective mobilization; networks; intellectual disputes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – A ocupação profissional dos membros fundadores do IHGRGS.....	35
Gráfico 1 – Profissões dos fundadores do IHGRGS.....	39
Gráfico 2 – Ocupação profissional dos fundadores do IHGRGS.....	39
Gráfico 3 – Idade dos fundadores do IHGRGS.....	41
Quadro 2 – Média das idades dos fundadores por profissão.....	41
Quadro 3 – Formação profissional dos sócios efetivos do IHGRGS.....	43
Gráfico 4 – Formação profissional dos sócios efetivos do IHGRGS.....	47
Gráfico 5 – Número de ocupações profissionais dos sócios efetivos do IHGRGS.	48
Gráfico 6 – Trabalhos de estreia dos sócios efetivos do IHGRGS.....	51
Gráfico 7 – Ocorrências de membros da oposição entre os fundadores.....	115
Fotocópia 1 – Embarque das forças revolucionárias.....	124
Quadro 4 – A revolução de 1930 e ascensão de agentes culturais sul-rio-grandenses.....	128
Quadro 5 – Alocação de intelectuais em instituições culturais públicas.....	134

## ABREVIACOES

ABL – Academia Brasileira de Letras

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ALMAN – Acervo Literário Manoelito de Ornellas - PUCRS

CEF – Comissão Estadual do Folclore

CNF – Comissão Nacional do Folclore

FARSUL – Federao das Associaoes Rurais do Rio Grande do Sul

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

ITF – Instituto do Folclore e Tradio

LDF – Liga de Defesa Nacional

MJC – Museu Júlio de Castilhos

PL – Partido Libertador

PRL – Partido Republicano Liberal

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

UPA – Universidade de Porto Alegre

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. O espaço social dos intelectuais no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do Século XX.....</b>	<b>26</b>
<b>1.1. A criação do IHGRGS: a <i>mobilização</i> coletiva de historiadores para a institucionalização do espaço de saber histórico.....</b>	<b>26</b>
<b>1.1.2. Perfil social dos fundadores do IHGRGS.....</b>	<b>34</b>
1.1.2.1. Produção intelectual e obra de estreia dos fundadores.....	42
1.1.2.2. As propriedades sociais dos membros efetivos de 1920-1950.....	43
1.1.2.3. Formação/profissão.....	47
1.1.2.4. Ocupações profissionais.....	48
1.1.2.5. Funcionários públicos.....	49
1.1.2.6. Trabalhos de estreia.....	51
<b>1.2. O “regionalismo” como unidade de referência e objeto de disputas entre historiadores e literatos (décadas de 1920 a 1940).....</b>	<b>53</b>
<b>1.2.1. A concorrência entre historiadores e literatos.....</b>	<b>72</b>
<b>1.2.2. As relações entre o IHGRGS e outras instituições culturais do estado.....</b>	<b>78</b>
<b>1.3. O papel da “Revista” no processo de institucionalização da história e legitimação acadêmica.....</b>	<b>85</b>
<b>1.3.1. A revista do IHGRGS e outras publicações e o incremento do <i>ensaísmo</i> científico.....</b>	<b>86</b>
<b>1.3.2. Competência científica: a revista do IHGRGS e o apoio do estado .....</b>	<b>95</b>
<b>1.3.3. Os autores da Revista do IHGRGS.....</b>	<b>98</b>
<b>1.3.4. Os “bastidores” da revista.....</b>	<b>101</b>
<b>1.3.5. A Revolução Farroupilha na agenda intelectual da revista.....</b>	<b>106</b>
<b>2. O IHGRGS e suas relações com o <i>espaço de poder</i>.....</b>	<b>108</b>
<b>2.1. As relações entre a esfera intelectual e a política em meio à crise política dos anos 1920: arranjos e alianças políticas .....</b>	<b>109</b>
<b>2.1.1. O Pacto de Pedras Altas e a reestruturação da esfera política do estado no final da década de 1920: a ascensão da nova geração republicana.....</b>	<b>116</b>
<b>2.1.2. Contexto da Aliança Liberal: alinhamentos e tensões.....</b>	<b>118</b>

2.1.2.1. O ingresso de Mansueto Bernardi no IHGRGS: o alinhamento entre os agentes políticos e intelectuais.....	118
2.1.2.2. Othelo Rosa e as tensões no interior da Aliança Liberal.....	124
2.1.2.3. A inflexão nas trajetórias de agentes intelectuais do Rio Grande do Sul na esteira da ‘Revolução de 30’ .....	127
2.1.2.4. Alocação de intelectuais em instituições culturais públicas: Alcides Maia.....	130
<b>2.2. O Centenário da Revolução Farroupilha: trabalhos preliminares em meio ao rearranjo das forças políticas.....</b>	<b>134</b>
<b>2.2.1. A agenda financeira do IHGRGS e as comemorações: nova pacificação e o efêmero <i>Modus Vivendi</i> gaúcho.....</b>	<b>137</b>
<b>2.2.2. A construção da “fala autorizada”.....</b>	<b>142</b>
<b>2.2.3. A fundação de Porto Alegre.....</b>	<b>146</b>
<b>2.2.4. Árbitro do passado: julgando nomes de ruas, escolas e cidades.....</b>	<b>148</b>
<b>2.3. Ambivalências do <i>métier</i> intelectual: na antessala do poder, mas distante das decisões – Aurélio Porto e Eduardo Duarte.....</b>	<b>150</b>
<b>2.3.1. Aurélio Porto e as anotações do ‘Processo dos Farrapos’: as dificuldades para converter trunfos legítimos em capital simbólico com peso relativo no campo político.....</b>	<b>151</b>
2.3.1.1. A <i>Enciclopédia Rio-Grandense</i> e a volta ao Rio de Janeiro.....	158
<b>2.3.2. Eduardo Duarte – as vicissitudes do intelectual e funcionário público de ‘prestígio’.....</b>	<b>163</b>
2.3.2.1. A dependência e vulnerabilidade do intelectual em relação ao espaço político: luta pessoal de Eduardo Duarte pela aposentadoria.....	168
<b>3. Conflitos e redes de solidariedade.....</b>	<b>172</b>
<b>3.1. Intelectuais em luta: a polêmica <i>História da Grande Revolução</i>.....</b>	<b>172</b>
<b>3.2. A construção das redes de solidariedades intelectuais (década de 1920): as vantagens do capital simbólico institucional.....</b>	<b>188</b>
<b>3.2.1. Admissão e recrutamento dos novos membros do IHGRGS.....</b>	<b>200</b>
<b>3.2.2. O proselitismo histórico.....</b>	<b>206</b>
<b>3.2.3. Reforço mútuo entre historiadores da nova geração.....</b>	<b>212</b>
<b>3.2.4. O centenário farroupilha como mote para o engajamento intelectual.....</b>	<b>215</b>
<b>3.2.5. Manutenção do ‘paradigma’ historiográfico e troca de bastão no comando institucional: declínio da participação dos <i>consagrados</i> e ascensão dos <i>novos</i>.....</b>	<b>218</b>

<b>3.2.6. Um pouco de (micro)história da política institucional: Othelo Rosa <i>versus</i> Manuel Duarte .....</b>	<b>223</b>
<b>3.3. O revisionismo historiográfico dos anos 1940 .....</b>	<b>228</b>
<b>3.3.1. Redes de solidariedades intelectuais inter-regionais: colaboração entre historiadores-folcloristas do Rio Grande do Sul, Bahia e Santa Catarina.....</b>	<b>234</b>
<b>3.3.2. A Polêmica em torno de Sepé Tiarajú.....</b>	<b>248</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>267</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>271</b>
<b>Fontes bibliográficas.....</b>	<b>278</b>
<b>Arquivos e fontes consultados.....</b>	<b>279</b>

## INTRODUÇÃO

### I.

A minha preocupação com as condições sociais de produção das obras de cultura é antiga, e remonta à leitura de obras literárias muito antes de ingressar no curso de História da UFSM, buscando compreender (de forma bastante ingênua e espontânea) a obra literária a partir da “vida” do autor. Durante a graduação, esse interesse foi direcionado à história da História, a historiografia. Caminhando (mais ou menos) nessa direção, realizei uma pesquisa de mestrado, na PUCRS, estudando a trajetória intelectual de Jorge Salis Goulart, um nome consagrado na historiografia sul-rio-grandense produzida antes da profissionalização acadêmica universitária. Nesse estudo, fiz uma busca pelas condições sociais do universo cultural no Rio Grande do Sul, na década de 1920, dentro das quais Salis Goulart produziu sua obra. Quase como uma consequência “natural” daquela pesquisa, surgiu o interesse mais amplo de investigação por uma instituição em particular, o IHGRGS, que ocupou um lugar privilegiado na produção do conhecimento histórico no estado.

Por isso tudo, esta tese de doutorado focará o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de 1920 a 1956, enquanto “corporação intelectual”, com vistas a analisar a dinâmica social interna da principal instituição de pesquisa e produção histórica (nas primeiras décadas do século XX), através da abordagem sociológica e do enfoque prosopográfico associado ao estudo das redes de relações e solidariedades intelectuais. Utilizando as ferramentas e as possibilidades da sociologia histórica para o estudo da prática dos agentes daquela instituição, esta pesquisa de doutorado procurará explorar a trajetória do IHGRGS, desde sua fundação em 1920, passando pelo momento do auge do seu protagonismo na esfera intelectual sul-rio-grandense até o momento em que se instaura a crise institucional e de legitimidade, na década de 1950. O recorte cronológico se deu em função do protagonismo da instituição na produção do saber histórico no RS, desde seu surgimento até o momento de crise e tentativa de revisão historiográfica que iniciou o processo de questionamento da instituição como produtor legítimo da história regional, que teve como marco a dissensão institucional e historiográfica em torno do caso Sepé Tiaraju, em meados dos anos 1950. Assim, este estudo pretende reinserir os agentes e o grupo de agentes produtores da historiografia do IHGRGS no sistema de relações constitutivas da classe de fatos de que forma parte

sociologicamente como uma categoria “particular” de escritores na estrutura da esfera intelectual, a qual, por sua vez, está situada dentro da estrutura do espaço de poder.

Quando se investiga as práticas sociais dos intelectuais sul-rio-grandenses nas primeiras décadas do século XX, deve-se ter em mente que naquele contexto não havia condições históricas plenas para o aparecimento de um *campo intelectual* relativamente autônomo e altamente diferenciado, tal como aparece na conceituação teórica acabada de Pierre Bourdieu. No entanto, as proposições teóricas do sociólogo francês podem ser de grande ajuda para a compreensão do universo social em que se moviam os intelectuais no sul do Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Por isso, a relação do IHGRGS (e seus sócios) com o *espaço de poder* será um ponto privilegiado na presente investigação, especialmente para descobrir como aqueles agentes lidavam com as limitações e coações impostas dentro da estrutura de relações objetivas da esfera política.

É importante salientar que, aqui, a teoria bourdiana não é tomada em sentido teleológico, ou seja, considera-se que os *campos* nem sempre se organizam numa escalada progressiva de autonomização. Um *campo* que inicia o processo de estruturação e diferenciação poderá experimentar um estágio de autonomia relativa maior em um dado período e, em seguida, sofrer um processo de diminuição dessa autonomia. Da mesma forma que uma instituição que se lança precocemente na luta pelos trunfos e pelo poder simbólico, atuando desde a organização de um determinado *campo*, e conquistando uma posição central, pode, depois, ser deslocada para uma posição subordinada dentro da esfera que ajudou a organizar. Assim, buscar-se-á retomar dois processos neste presente estudo: 1) a organização do *espaço social* intelectual rio-grandense e; 2) o processo de valorização e de desvalorização social do IHGRGS dentro da esfera intelectual ao longo do tempo, para dar resposta a duas questões: a) que posição a instituição assume em relação aos grupos estabelecidos (elites e campo do poder)? b) existe uma relação entre as diferenças ou clivagens internas e as distintas origens e vias de acesso de seus membros ao Instituto e ao *status* de intelectual?

Outra questão a ser enfrentada é a visão de uma elite intelectual “unificada”, visão aliás que aqueles intelectuais tinham interesse em propagar porque dizia respeito à própria imagem e *identidade* de grupo que queriam afirmar. E aí se reconhece a eficácia do poder simbólico que se dá, segundo Bourdieu, quando se “mascaram” (ou dissimulam) as hierarquias e as lutas dentro de um determinado *campo*.

Uma das frentes de investigação se dará em torno dos atributos sociais e simbólicos (individuais e coletivos) para descobrir o *ponto no espaço social* a partir do qual estes intelectuais se moviam em relação (1) uns aos outros, (2) a outros intelectuais do “centro” do país, e (3) em relação a agentes de outros *espaços*, especialmente, o político. Os *atributos sociais* objetivados só fazem sentido quando tomados em seu aspecto *relacional*, porque assim revelam a hierarquia das posições dentro de um dado espaço, e sua lógica de funcionamento. Equivalem a *trunfos* numa correlação de forças que dão sentido e explicitam as *estratégias* dos agentes, suas tomadas de posição, seus enfrentamentos e a formação das suas redes de solidariedade. Portanto, segundo a perspectiva adotada, o sentido do *discurso* historiográfico dos agentes deverá ser compreendido não apenas segundo a lógica interna, mas a partir da *posição* na estrutura objetiva de relações em que estão situados, pois o jogo entre *fala* e *posição* reproduz um campo de lutas simbólicas que ocorrem no âmbito das práticas sociais, e que responde a interesses sociais precisos (políticos, intelectuais, editoriais, culturais). Assim, por exemplo, a questão da identidade regional na agenda intelectual dos historiadores do IHGRGS pode revelar mais do que a oposição (ou tensão) e integração (ou acomodação) de ideias (políticas), e mostrar os alinhamentos e as disputas internas do grupo estudado. Tratar esta peça da produção historiográfica – a identidade regional – como fato social significa atentar menos para os argumentos internos do discurso e mais para as condições sociais da sua produção, assim como para os constrangimentos sociais, políticos e intelectuais que envolviam este tema e os seus produtores.

Como resultado desta abordagem, pretende-se chegar a uma visualização mais clara das *problemáticas legítimas*, da hierarquia na *agenda intelectual* e dos *constrangimentos* disciplinares decorrentes – em uma palavra, a “estrutura” do espaço social. Portanto, a sociologia da produção historiográfica, aqui fundamentada no universo conceitual proposto, sobretudo, por Pierre Bourdieu, focalizará a análise das relações que situam, dentro da esfera intelectual, as diferentes posições, as diferentes estratégias e a construção social da historiografia, considerando o espaço dos produtores, com vistas à apreensão das condições e possibilidades de diferenciação de um espaço determinado de produção histórica.

A prosopografia foi escolhida como meio de investigação das características sociais dos membros do IHGRGS, seus atributos e capitais sociais, para *objetivar* os mecanismos de reprodução e recrutamento social e as suas estratégias de carreira. Naquilo que diz respeito ao tipo de investimento inicial de carreira, a prosopografia será

utilizada para responder às seguintes perguntas: houve alteração no padrão de investimento inicial de carreira intelectual (obra de estreia) ao longo do período estudado para o conjunto de historiadores contemplado no presente estudo? Se houve, qual foi a tendência desse investimento? O processo de institucionalização da História, iniciado nos anos 1920, teve alguma influência nos padrões ou nas escalas de reconhecimento intelectual ao longo do período? A prosopografia, por ser um instrumento de análise coletiva, pode fornecer respostas mais adequadas para estas perguntas do que as análises individuais.

Entende-se que a reconstituição das redes<sup>1</sup> de relações dos agentes do IHGRGS permite a melhor compreensão dos diversos vínculos que faziam parte do jogo de alianças da elite intelectual. Levando-se em conta que os agentes ocupam diferentes posições no espaço social, se fará um estudo das redes daqueles intelectuais cujas posições são capazes de revelar mais sobre a “estrutura” e a hierarquia do campo institucional, escolhendo-se especialmente momentos de “crise” ou polêmicas, atentando para as alianças (que podem ser apenas táticas ou mais duradouras) em torno de protagonistas e antagonistas. A reconstituição de redes será desenvolvida em dois sentidos, pessoal e institucional.

## II.

O estudo da historiografia sul-rio-grandense possui uma consistente tradição acadêmica. Na verdade, numericamente ainda são poucos os trabalhos acadêmicos historiográficos, porém são expressivos e de reconhecido valor. No início da década de 1980, surgiu o interesse pela revisão dos principais temas da chamada historiografia tradicional atribuída aos historiadores que faziam parte do IHGRGS. Estes estudos foram publicados num volume da série *documenta* intitulado *RS: Cultura e Ideologia*, da Editora Mercado Aberto. O marco teórico que balizou a revisão das principais teses da história sul-rio-grandense foi o marxismo, então dominante na historiografia acadêmica local. Aqueles trabalhos, embora constituam um marco da historiografia no estado, reduziram toda a produção anterior à condição de apanágio das classes dominantes. Como é próprio da produção acadêmica marxista daquele período, a interpretação corrente foi que a historiografia produzida no IHGRGS era expressão da

---

<sup>1</sup> Estruturas em constante adaptação e dinamismo, que apontam para a complexidade do social, formadas por laços e contatos entre indivíduos em constante relação através de intercâmbios e trocas de bens materiais e simbólicos (BERTRAND, 1999).

ideologia das classes dominantes. Os agentes foram reduzidos ao papel de intelectuais orgânicos, subsumidos no jogo entre infraestrutura e superestrutura.

Nesta linha de interpretação está a dissertação de mestrado em sociologia de Marlene Medaglia Almeida, chamada *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências no discurso oficial (1920-1935)*, defendida na UFRGS, em 1983. A importância desse trabalho está no seu pioneirismo. Foi o primeiro trabalho acadêmico universitário a investigar o IHGRGS para compreender o processo de institucionalização da produção do saber e do discurso historiográficos no RS. Apesar de datado, do ponto de vista teórico, ainda é muito relevante por ter lançado as bases da investigação acadêmica sobre historiografia e história intelectual.

A tese de doutorado de Ieda Gutfreind, *A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975* (USP, 1989), no final dos anos 1980, é outro marco nos estudos historiográficos do Rio Grande do Sul. Analisa a historiografia sul-rio-grandense sob a perspectiva da afirmação de uma identidade para o estado e da união da elite regional através de um projeto conciliador amplo, após o fim dos conflitos e revoluções regionais na década de 1920, para buscar o reconhecimento do estado sulino e garantir espaços no centro do poder nacional. Seu enfoque foi *historiográfico*, ou seja, buscou compreender como a escrita da história foi se constituindo no estado, através da articulação de duas matrizes interpretativas: a matriz lusitana e a platina. A presente pesquisa se distancia do trabalho de Ieda Gutfreind à medida que não se trata de um estudo historiográfico, pretendendo ser um estudo de *história dos intelectuais* ou de *história social* dos intelectuais, atentando para questões como as redes de relações daqueles historiadores, o perfil social da instituição, as posições sociais objetivas, as trajetórias individuais e coletivas, as estratégias de carreira, etc.

A partir do final dos anos 1990, surgiram trabalhos teoricamente renovados ampliando a compreensão sobre a ação dos intelectuais e especialistas da cultura no século XX no estado. Os novos estudos deixaram de focar exclusivamente a *produção textual* da historiografia e explicá-los pelo viés da *ideologia*, e passaram a valorizar as relações sociais objetivas dos historiadores envolvidos na escrita da história, sem, contudo, deixar de dar a devida importância às produções discursivas da historiografia.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Paisagens da Província* (1999), Letícia Nedel pesquisou a trajetória do Museu Júlio de Castilhos nos anos 1950, e a sua participação na redefinição do regionalismo *gaúcho*. A dissertação acompanha a trajetória de Dante de Laytano, mostrando suas tomadas de posição, seus

enfrentamentos e suas solidariedades, tendo como “trincheira” o Museu Júlio de Castilhos.

Charles Monteiro, em sua tese de doutorado *Porto Alegre e suas escritas – Histórias e Memórias, 1940-1972* (2001), apresentou um estudo sobre a produção social da memória por meio da interpretação da historiografia, além de recompor os debates e as polêmicas envolvendo os historiadores locais sobre a fundação da cidade. O autor fez uma importante reconstrução das práticas intelectuais nas décadas de 1920 e 1930 em Porto Alegre, mostrando os grupos, as aproximações, os locais de encontro e lazer frequentados pelos intelectuais porto-alegrenses.

A dissertação de mestrado de Mara de Matos Rodrigues sobre *A institucionalização da formação superior em História: o curso de Geografia e História da UPA/URGS* (2002) também é uma importante contribuição para a compreensão da organização do espaço intelectual sul-rio-grandense. Nesse trabalho, a autora dá especial atenção aos atributos sociais dos agentes, e os insere em redes de relações para perceber, por exemplo, a disputa entre católicos e positivistas, e como o projeto dos católicos leigos conseguiu se impor na organização do curso de história e geografia da UPA/URGS, durante as décadas de 1940 e 1950.

Luiz Odaci Coradini (2003), em seu artigo intitulado “As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”, também cooperou para a ampliação da compreensão da ação dos “especialistas” da cultura no estado. Apesar de apontar para as limitações e dificuldades para empregar a noção de “campo” de Pierre Bourdieu no caso de uma sociedade que não apresentava condições plenas de desenvolvimento e diferenciação dos campos como a do Rio Grande do Sul das primeiras décadas do século XX, Coradini também sinaliza para possibilidades e ganhos teóricos que esta noção pode emprestar ao estudo dos intelectuais e da cultura.

Na sua tese de doutorado *Um passado novo para uma história em crise* (2005), Letícia Nedel analisa o processo de organização do movimento folclorista no Rio Grande do Sul, e as disputas suscitadas entre *tradicionalistas* e *folcloristas*. Em um artigo, publicado em 2007, chamado *A Recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul*, a mesma autora apresenta um enfoque interessante sobre a temática da historiografia e da identidade do RS, procurando perceber as interlocuções de historiadores rio-grandenses com intelectuais de outros estados e de outros campos de conhecimento. Para Nedel, estiveram em jogo, no contexto das décadas de 1930-1950, a

própria definição do campo e da identidade profissional dos intelectuais “locais” e a delimitação de seus espaços no cenário cultural nacional, frente aos intelectuais de outros estados e outras regiões “todos em luta para fazer dos valores da terra itens legítimos de exportação da cultura brasileira” (NEDEL, 2007, p. 93). A partir desta perspectiva, a autora apontou para a questão do alinhamento estratégico dos intelectuais gaúchos com as propostas analíticas de Gilberto Freyre.

Estes últimos trabalhos, produzidos a partir de 1999, são importantes porque recolocam os indivíduos na história a partir de uma perspectiva relacional. Deixando de explicar o discurso apenas pela sua lógica interna, e inserindo o indivíduo e o discurso na estrutura das relações objetivas que organiza as posições, os grupos posicionados, as concorrências e as hierarquias sociais. O presente trabalho procurará seguir na direção apontada nos trabalhos de Letícia Nedel (1999; 2005), Charles Monteiro (2001), Mara Rodrigues (2002) e Luiz Odaci Coradini (2003).

### III.

A definição de um conceito de “intelectuais” não é tarefa fácil. A questão da imprecisão do conceito de “intelectual” já foi destacada por diversos autores. A respeito desse tema, Jean François Sirinelli afirma: “com frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais e a imprecisão daí decorrentes para se estabelecer critérios de definição da palavra” (SIRINELLI, 1996, p. 242). Também neste sentido o historiador Roger Chartier comenta sobre a indefinição do conceito: “às certezas lexicais das outras histórias, a história intelectual opõe uma dupla incerteza do vocabulário. Cada historiografia nacional possui suas próprias designações, e em cada uma delas diferentes noções, mal distintas umas das outras, entram em competição” (CHARTIER, 1993, p. 373). Por essa razão, a noção de intelectual que será utilizada nesta pesquisa se constrói a partir da ideia de um espaço de sociabilidade, inserido na noção de campo de produção cultural. Este espaço é onde as obras são elaboradas e onde se tramam as carreiras. Mais do que tentar definir as fronteiras fechadas do “campo intelectual” e procurar dizer o que é ser intelectual este trabalho pretenderá compreender como este *espaço* funciona, e perceber quem são as pessoas que nele circulam, a partir de um *locus* privilegiado: o IHGRGS. Assim, o conceito de “intelectuais” será tomado em seus usos pelos agentes.

A história dos intelectuais “é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 1996, p. 232). Jean François Sirinelli

sugere que o meio intelectual deve ser visto como um meio polimorfo, e entende que sua definição deve possuir uma “geometria variável”, mas baseada em “invariantes”, resultando em duas acepções, uma ampla e sociológica, englobando os criadores e mediadores culturais e outra estreita, baseada na noção de *engajamento*. A primeira compreende os estudos exaustivos e extensivos. A segunda, inclui os estudos mais focados. Mas, Sirinelli reconhece que uma não é autônoma da outra (p. 242, 243).

As questões que se apresentam ao pesquisador no processo de definição ou escolha do grupo de agentes que será objeto de sua pesquisa, notadamente no estudo de biografias coletivas de intelectuais, o confrontam com o problema do “efeito de teoria” ou a “ilusão intelectualista”, ou seja, quando um grupo que existe apenas “no papel” é confundido com um grupo “real”. Para explicar como esse problema foi enfrentado, cabem duas considerações: a) sobre o momento de definir o “recorte” da pesquisa e os critérios usados para definir o grupo (a própria definição de intelectuais, os critérios levados em conta – relacionais ou posicionais); b) sobre o “viés” da aproximação (e o distanciamento) do grupo a ser estudado, utilizando as noções *mobilização* e *tomada de consciência*, como instrumento de ajuste do foco da análise para escapar ao efeito de teoria.

O historiador dos intelectuais, num primeiro momento, quando no processo de definição e delimitação do seu objeto de pesquisa, parece ver confrontarem-se duas possibilidades de abordagens entre as quais deveria optar: uma que privilegia a análise externa ou “objetiva”, e outra que valoriza a análise interna ou “subjéctiva”. A primeira seria “monopólio do sociólogo ou do historiador”, e a segunda obedeceria a “uma divisão tradicional do trabalho”, reserva dos intelectuais da literatura (críticos, filósofos e historiadores da arte e da literatura) (CHARLE, 2006). Essa dicotomia encerra apenas uma cilada inicial ao se fazerem estudos sobre intelectuais. Conforme assinalou Pierre Bourdieu (2006b) no diálogo que teve com Roger Chartier, a oposição entre objetividade e subjéctividade é um falso problema, embora esteja assentado em “interesses sociais verdadeiros”. Optar por uma ou outra “solução” metodológica corresponde a cair em uma armadilha de reducionismo. Se, por um lado, o trabalho ou a produção intelectual não pode ser completamente explicada pela análise sociológica, por outro, esta análise não pode ser negligenciada sob pena de cair na ilusão de que as ideias “andam sozinhas pelas ruas”. As ideias, embora não redutíveis completamente ao plano sociológico, partem da mente de homens de *carne e osso*, com *engajamentos*, explícitos ou não, interesses, declarados ou ocultos, que, por sua vez, se relacionam com

outros homens com interesses e engajamentos variados, dentro de contextos sociais amplos ou específicos em múltiplas instâncias.

O estudo sobre intelectuais confronta o pesquisador com a difícil questão teórica já mencionada da definição de “intelectuais”, e, derivadamente, com o problema metodológico da escolha ou definição do grupo de intelectuais a ser estudado. *Quem e o que é ser intelectual?* E segundo que critérios se processa o recorte metodológico que define quem faz parte ou não do grupo ou da população a ser estudada (numa biografia coletiva)? Uma opção é o estudo dos intelectuais a partir do sistema de relações constitutivas da classe de fatos de que forma parte sociologicamente, em outras palavras, partindo da problemática sociológica das *relações sociais* e do ponto no espaço social em que se eles encontram. Tal perspectiva leva em conta as diferentes formas de *reconhecimento* que um intelectual recebe dos seus pares, as *sociabilidades* e as *redes* de que fazem parte, seus móveis e instrumentos de *lutas*, assim como sua “estratificação” nas escalas de reconhecimento. Esse tipo de abordagem tem a vantagem de reconhecer que os intelectuais existem como “fato” sociológico e, também, de levar em conta as suas relações de sentido, suas “imagens recíprocas”, ou ainda, “sua capacidade em impor uma imagem de si mesmos aos outros” (CHARLE, 2006, p. 44). Isto significa compreender os intelectuais como grupo *socialmente* construído e não *cientificamente* construído. O estudo das elites, em geral, se caracteriza pelo fato de que as elites têm a capacidade de “impor sua visão de mundo” ao universo social envolvente. E dentro das elites, talvez, os intelectuais sejam o grupo que melhor consegue cumprir este papel. No entanto, esse tipo de abordagem recebeu críticas que foram assinaladas primeiramente por Lawrence Stone (como Christophe Charle chama a atenção) às abordagens do método prosopográfico ou biográfico coletivo, que, para definir os grupos a serem estudados, utilizam as *propriedades relacionais* do próprio grupo (e suas relações de sentido), pois isto levaria a “uma visão elitista, cínica e conformista dos grupos dirigentes e de suas relações com a sociedade que os envolve” (CHARLE, 2006, p. 45). Entretanto, existe uma grande diferença entre, de um lado, tomar, ingenuamente, o discurso ou a visão que os agentes tinham sobre si mesmos como “verdadeiros”, pois isto seria apenas legitimar a visão e a voz daqueles agentes, e, de outro, utilizar esses mesmos elementos para mapear as suas disposições e propriedades relacionais, a fim de situá-los no *espaço social*. O perigo de criar um *efeito de teoria* é real e inerente a qualquer pesquisa que trabalha com grupos ou classes de indivíduos, mas o sucesso do trabalho dependerá do cuidado do historiador em não

confundir, nos termos colocados por Bourdieu (2001), a “coisa da lógica” com a “lógica das coisas”. Assim, tomar as “imagens recíprocas” evocadas pelos intelectuais como ponto de partida para a definição de um grupo a ser estudado, e tomar essas evocações como “verdadeiras” são coisas distintas. Uma vez definido o grupo, cabe ao historiador conduzir a pesquisa de maneira que não caia nas ciladas do discurso, pelo cotejamento com outras fontes, não apenas as produzidas pelos intelectuais (CHARLE, 2006).

Outra forma de estabelecer uma população alvo em estudos de elites em geral, e que poderia ser utilizado também para o caso dos intelectuais, é o critério *posicional*. Esse critério consiste em utilizar listas de membros de instituições públicas ou privadas que agregam agentes da elite. No caso de intelectuais, estas instituições podem ser academias literárias, institutos históricos, ou mesmo cargos públicos ligados ao universo cultural. Esta opção metodológica parece ter a vantagem de livrar o pesquisador do julgamento arbitrário de quem entra ou não no grupo, mas a escolha do grupo ou da instituição alvo já envolve *a priori* um processo arbitrário. Posteriormente, o investigador que opta pelo critério *posicional* irá se deparar com as mesmas questões metodológicas daquele que escolheu o critério *relacional*, pois nem todos os agentes dentro do grupo selecionado receberão a mesma atenção, já que se situam em pontos distintos do espaço social estudado. O peso de um agente dentro de um espaço social depende do seu volume de capital, de sua posição dentro das redes relacionais daquele espaço, etc. Trata-se, neste caso, apenas de um critério de recorte. O estudo em si comportará as mesmas problemáticas do reconhecimento, das escalas de prestígio, as lutas, enfim, a natureza do “campo” intelectual.

O presente trabalho utilizará o quadro de fundadores e de sócios efetivos do IHGRGS para constituir o conjunto da população a ser estudada. No entanto, procurará fugir à visão reificada de um grupo artificial baseado unicamente na *nominata* de membros do IHGRGS, elegendo os critérios relacionais como a forma de recuperar as trajetórias individuais e coletivas.

Outra problemática suscitada pelo estudo de intelectuais (e não apenas destes) é o processo da transição que sofre um grupo de indivíduos em condições de existência “homogêneas” – que permite práticas semelhantes, pela posse de atributos sociais comuns, as mesmas *disposições*, um conjunto de competências intelectuais compartilhados – para que se torne um grupo que se reúne e se organiza para uma *luta comum*. Na verdade, esta preocupação não envolve mais a definição do grupo, e sim um problema dentro da investigação, que de certa forma justifica a escolha do grupo. Em

suma, trata-se de compreender quando um grupo “no papel” se torna um grupo “na rua” (BOURDIEU, 2001). Implica a dupla ruptura, com a “ilusão intelectualista” que confunde o grupo “objetivo” com o grupo “mobilizado”, e com a falsa ideia de que o primeiro se transforma automaticamente no segundo.

A referência clássica é a análise que Cristophe Charle (2003) fez sobre o *Nascimento dos Intelectuais Contemporâneos (1860-1898)*. Segundo o historiador francês, esse é um processo amplo, que recobre pelo menos a segunda parte do século XIX. Ao analisar este processo, Charle faz evocação ao *affair Dreyfus*, ocorrido no final do século XIX, como um dos momentos de inflexão da história dos intelectuais na França. Alfred Dreyfus era capitão do exército francês, judeu, que foi acusado de espionagem política. O caso de grande repercussão dividiu a opinião pública, e levou a elite intelectual francesa a *tomadas de posição* que se polarizaram entre dreyfusards (progressistas, à esquerda) e anti-dreyfusards (conservadores, à direita). O termo “intelectuais”, então, foi usado pela primeira vez pelos anti-dreyfusards para designar, pejorativamente, os seus antagonistas. A importância deste episódio para a história dos intelectuais assenta-se em dois pontos: primeiro, marca alguns elementos-chaves da atuação pública dos intelectuais nos moldes contemporâneos, ou seja, como agentes que intervêm nos debates públicos da cidade; e, segundo, revela a capacidade de organização e clivagens (união e divisão) dos intelectuais em torno de uma luta *comum*. Esta *mobilização* coletiva expressa o grau de *tomada de consciência* dos intelectuais franceses.

A partir destes pressupostos, é possível dizer que entender o processo de *tomada de consciência* de um grupo é tentar compreender todo o processo de mobilização para que o grupo organizado venha a existir, em outras palavras, a passagem do grupo *objetivo* “no papel” para o grupo *mobilizado* “na rua”. Portanto, a *tomada de consciência* de um grupo pressupõe a existência de outros fatores simultâneos, como uma crescente identificação de seus membros, que se veem, ao mesmo tempo, como iguais e diferentes, pois, conforme assinalou Cristophe Charle, os intelectuais de forma geral “só podem ser considerados como idênticos a partir da afirmação de suas diferenças” (CHARLE, 2003, p. 145).

Assim, indaga-se: quando aconteceu a *tomada de consciência* dos intelectuais rio-grandenses? Só a tomada de consciência seria suficiente para que houvesse um processo de mobilização coletiva dos intelectuais? Que condições foram necessárias para a referida *mobilização*?

#### IV.

A presente tese está dividida em três capítulos.

O primeiro foi organizado em torno das condições objetivas que os historiadores que fizeram parte do IHGRGS tiveram de enfrentar na primeira metade do século XX. Neste capítulo, buscar-se-á mostrar: as condições que favoreceram a mobilização dos agentes; os seus atributos e recursos sociais; a organização da *agenda* intelectual; o conjunto das redes institucionais existentes; e, por fim, o instrumento (ou veículo) institucional utilizado nas lutas por reconhecimento oficial e dos pares, e, difusão do discurso produzido.

O segundo capítulo está organizado em torno da questão política e das relações tecidas entre o IHGRGS e seus membros com os agentes do *espaço de poder*. Duas perspectivas são visadas: a inserção *coletiva* no jogo de poder, e a atuação *individual* dos agentes diante dos constrangimentos objetivos do *espaço de poder* e seus agentes.

O terceiro capítulo utilizará como mote unificador a ideia de lutas concorrenciais e de redes de solidariedades e conflitos intelectuais.

## **Capítulo 1 – O espaço social dos intelectuais no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX**

Este capítulo tem como objetivo principal situar os intelectuais, de modo geral, e os historiadores, de maneira mais específica, no *espaço social* do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, enfocando as condições objetivas desse espaço, as características relacionais e os atributos sociais dos agentes intelectuais. Para isto, será destacado, inicialmente, o caráter coletivo da mobilização que envolveu a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Em seguida, será visto um quadro *prosopográfico* das características mais ou menos comuns daqueles agentes intelectuais. Posteriormente, uma análise sobre o *regionalismo* como unidade de referência, primeiramente acionado como arma política, e, depois, colocado ao serviço de uma “missão cultural”, sendo, nos dois momentos, objeto das disputas intelectuais pela sua definição. Finalizando esta seção com um estudo sobre as hierarquias internas do IHGRGS, tendo como índice a revista dessa instituição.

### **1.1. A criação do IHGRGS: a *mobilização* coletiva de historiadores para a institucionalização do espaço de saber histórico**

Foi ali, numa das salas do prédio que já não existe, onde funcionava o Arquivo Público, que a ideia surgiu, e, em breve se tornava realidade. Eram poucos. Dirigia a repartição o dr. Florêncio de Abreu; junto de nós trabalhavam, diariamente, em pesquisas de caráter histórico, Souza Docca, o saudoso P. João Batista Hafkemeyer e, poucos passos, distante, na repartição de Estatística, Otávio de Faria, que foi o primeiro a abrir vaga em nossa companhia, pois logo depois era arrebatado pela voragem cruel da morte. Foram os primeiros e logo em sessões subsequentes novos elementos foram se integrando em nosso ideal, até que em 5 de agosto de 1920 o Instituto se tornava em realidade (Eduardo Duarte, *Revista do IHGRGS*, n. 98, 1945, p. 157).

É interessante notar o caráter tardio da criação definitiva do Instituto Histórico rio-grandense, quando se toma como parâmetro o surgimento das instituições do gênero em outras unidades da federação. A primeira delas, que teve um papel modelar para

todas as instituições históricas que surgiram depois, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), inaugurado no Rio de Janeiro, à época imperial. A institucionalização do espaço de produção do saber histórico no Brasil se deu nos moldes das academias ilustradas francesas, caracterizados “por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima da tradição iluminista” (GUIMARÃES, 1988, p. 5). O IHGB, criado em 1838, teve como objetivo a construção da nacionalidade e a integração do Brasil ao modelo de civilização e cultura irradiado a partir da Europa, especialmente da França. Este objetivo está evidenciado na fala do secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, na ocasião da sua fundação, assim expresso por Figueroa (1997): “eis nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto IHGB e destarte mostrarmos às nações cultas que também pregamos a glória da pátria”. Outra missão assumida pelo IHGB era apresentar ao “conhecimento do mundo” os diversos fatos da história brasileira “purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais quanto estrangeiros” (FIGUEROA, 1997, p. 79). O modelo de “nação” defendido pelo IHGB era o Estado monárquico e centralizado, e que vinculava a soberania régia e o território. A construção da memória e da identidade nacional, segundo o modelo espelhado na França, tinha como ideal o caráter “científico”, embora não conseguisse se livrar da influência do romantismo literário. Como resultado, a identidade nacional criada pelo IHGB amalgamava os “mitos românticos” com o ideal de ciência, em voga no século XIX.

Os primeiros estatutos do IHGB estabeleciam o incentivo à criação de institutos históricos provinciais. No entanto, estes só seriam efetivamente criados a partir da década de 1860, sem a concorrência do apoio do IHGB. Em 1862, foi criado o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Depois foram criados, sucessivamente, Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (1868), Instituto do Ceará (1887). Já no período republicano foram criados: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894), Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894), Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896), Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900), Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1900), Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1905), Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (1907), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (1916), Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (1917), Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (1918), Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso (1918).

A primeira experiência de criação de um instituto histórico congênere ao IHGB no Brasil se deu na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, realizada em 1855, cuja existência foi efêmera. A segunda tentativa, nesta mesma província, em 1860, também antes do surgimento das associações congêneres provinciais, foi mais duradoura. Produziu uma revista trimestral, entre os anos de 1860 e 1863, sendo este o último ano das atividades regulares da associação. Já no século XX, sob a República, alguns nomes do meio intelectual e político de Porto Alegre se reuniram em 1917, em poucas reuniões, com vistas à criação de um Instituto Histórico no estado, cujo intento, novamente, acabou malogrado.

A criação bem sucedida de uma instituição homóloga ao IHGB no Rio Grande do Sul só se deu em 1920, quando Pernambuco, por exemplo, já possuía o seu Instituto Histórico há 58 anos. As razões para o êxito tardio deste antigo anseio dos intelectuais e políticos rio-grandenses podem estar relacionadas à completa submissão da manifestação e produção intelectual ao campo político no século XIX. Luciana Boeira (2009) destaca que em 1863 se deu a dissidência partidária dos liberais rio-grandenses, que culminou com a criação do Partido Liberal e a dissolução do Partido Liberal Progressista. Ela conclui que o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro “diretamente ligado ao liberal-progressismo” não sobreviveu à sua derrocada (BOEIRA, 2009, p. 71). Além disso, a Guerra contra o Paraguai teria sido outra razão para o fim do Instituto do século XIX, já que muitos de seus membros eram políticos e/ou militares, envolvidos diretamente na guerra.

O êxito da implantação do Instituto Histórico rio-grandense se insere no processo mais amplo, que começa no final do século XIX, e que pode ser notado através da criação de estruturas objetivas no âmbito da cultura no estado que, ao mesmo tempo, evidenciam e fortalecem a configuração de um espaço social dos homens de cultura dentro do espaço de poder. Estas estruturas objetivas são, por exemplo, uma imprensa vigorosa, com certo nível de concorrência, instituições respeitadas e consolidadas de ensino superior, propagação de difusores do saber e da literatura (livrarias e gráficas), mercado consumidor (limitado), relativa elevação dos níveis de instrução primária<sup>2</sup> e secundária, criação de instituições públicas da cultura e a urbanização. Estas condições não significam, entretanto, uma situação de autonomia da esfera intelectual em relação ao campo político, no século XX, porém, apontam para a formação de um espaço social

---

<sup>2</sup> Na década de 1920, o Rio Grande do Sul tinha a menor taxa de analfabetismo do país (TORRESINI, 1999).

de atuação intelectual que se torna progressivamente irreduzível, mas articulado, ao espaço de poder.

Outra transformação importante contribuiu para a organização dos intelectuais rio-grandenses. Trata-se da mudança ocorrida na “estrutura de oportunidades políticas”<sup>3</sup> que a crise política do sistema autoritário republicano propiciou. Sabe-se que em sistemas políticos autoritários a esfera política tende a expandir-se e sobrepor-se a outras esferas. Entretanto, quando o sistema autoritário gaúcho entrou em crise, isso abriu a oportunidade para que grupos antes silenciados ou invisíveis pudessem se organizar e ocupar espaços que antes não ocupavam. Esse foi o caso das oposições, que, aproveitando-se do horizonte de oportunidades que a crise dos anos 1920 abriu, se organizaram, até serem plenamente reconhecidas no jogo político. Os intelectuais, tomando ensejo no mesmo processo de crise e de novas oportunidades políticas, colocam-se como agentes (coletivamente), com peso relativo ou potencial na esfera política, reservando-se uma distância mínima do campo de poder, o que permitia que em seu interior fossem abrigados representantes da oposição política ao governo republicano.<sup>4</sup> A crise sócio-política dos anos 1920 trouxe a oportunidade para novos arranjos e novas mobilizações políticas de agentes sociais alijados ou alheios às regras do jogo político comandado pelos republicanos. Sobretudo, estes novos arranjos, mobilizações e acomodações ocorreram no espaço social intraelites. Estavam excluídos desse processo os setores sociais estranhos às elites, como, operariado urbano e camponeses.

Se no início da terceira década do século XX estavam reunidas as “estruturas objetivas” para uma *tomada de consciência* dos intelectuais rio-grandenses, isto, por si só, não era suficiente para provocar a conscientização do grupo, e as mudanças morfológicas daí decorrentes. Eram necessárias transformações internas relativas ao *papel* e à *agenda* intelectual. Ao longo das primeiras décadas do século XX, o descompasso entre o Rio Grande do Sul e o Brasil no aspecto político e cultural foi ficando cada vez mais evidente, até o ponto do Rio Grande do Sul ser considerado “um corpo estranho à nação”. Politicamente, os rio-grandenses foram perdendo (ou se dando

---

<sup>3</sup> Noção presente no trabalho de Angela Alonso (2002), segundo a qual, a expansão da “estrutura de oportunidades políticas” ocorre quando “processos de crise dilatam as ‘dimensões consistentes – mas não formais ou permanentes do ambiente político que fornece incentivos para pessoas se engajarem em ações coletivas por afetarem suas expectativas de sucesso ou fracasso” (Tarrow citado por ALONSO, 2002, p. 41).

<sup>4</sup> A questão não deve ser vista como busca por autonomia dos intelectuais em relação à política, e sim como busca por articulação com a esfera política a partir de um lugar social específico.

conta da perda de) espaços no campo central de poder.<sup>5</sup> Culturalmente, o Rio Grande do Sul tinha dificuldades de ser representado como parte do Brasil pela ênfase nas características regionais e de sua identidade, que o assemelhava mais aos países platinos do que ao Brasil, fato que, por sua vez, reforçava a perda de espaço político (LOVE, 1975; GUTFREIND, 1989; NEDEL, 1999).

Esta dificuldade dupla (política e cultural) impôs à intelectualidade gaúcha duas frentes de atuação complementares: primeiro, a construção de um discurso “legítimo”, que ressaltasse a identificação do Rio Grande com o Brasil; segundo, a criação deste discurso requeria a formação de um espaço social institucionalizado, que agrupasse os intelectuais para que o discurso produzido tivesse legitimidade para impor-se como “cultura legítima”. Trata-se, portanto, do processo de institucionalização do “saber histórico”. Entendendo desta forma, a criação do IHGRGS foi resultado da conjugação de fatores internos e externos à intelectualidade local, e foi produto das relações e tensões, dentro das estruturas de poder, entre agentes sociais e entre instituições fundadas sobre interesses e coações intelectuais, sociais e políticos, na intersecção entre o regional e o nacional. Neste processo complexo, a legitimidade do discurso sobre a “identidade rio-grandense” dependia e, ao mesmo tempo, reforçava a legitimidade institucional do IHGRGS. A elaboração do discurso sobre a identidade regional e a construção da própria identidade dos intelectuais ligados ao IHGRGS comungavam essa origem e esse sentido, e se relacionavam com a tensão e acomodação entre o discurso regional e o nacional.

Muito cedo, os intelectuais ou letrados gaúchos se deram conta de certa “prevenção” do restante do país em relação ao Rio Grande do Sul e aos sul-rio-grandenses, sem que isto representasse uma *tomada de consciência*. Esta só ocorreria quando estas alegadas “diferenças” se tornaram instrumento e móvel de lutas para alcançar interesses coletivos. Tais interesses não foram constituídos *contra* os intelectuais do centro do país, mas a favor da integração e do reconhecimento dos intelectuais locais pelos do centro. Portanto, a emergência dos intelectuais contemporâneos do Rio Grande do Sul se confunde com o processo de tomada de consciência daqueles homens de cultura, pois articula dois fatores fundamentais: a) engajamento nos debates públicos, e b) a mobilização coletiva ou como “corporação intelectual”, com vistas a institucionalização de um tipo específico de saber: o histórico.

---

<sup>5</sup> O enfraquecimento da posição do Rio Grande do Sul no campo político nacional se acentuou com a morte de Pinheiro Machado, senador sul-rio-grandense, em 1915.

O primeiro fator já estava presente na história rio-grandense desde o século XIX através do periodismo e jornalismo. Conforme Álvaro Klafke (2011), a profusão de publicações no Brasil no século XIX, como jornais e periódicos, corresponde à disputa pela nascente “opinião pública”, “fruto dos canais de manifestação e sociabilidade” (KLAFKE, 2011, p. 12). A imprensa era uma tribuna e um fórum político. Francisco Rüdiger (1993) diz que no Brasil durante o período de construção do Estado Nacional, “as forças políticas descobriram o emprego da imprensa na formação da opinião e os políticos ligaram suas carreiras às atividades jornalísticas” (RUDIGER, 1993, p. 12). Em outras palavras, o trabalho jornalístico foi se construindo como uma atividade na qual deveriam participar todos aqueles que aspirassem a uma carreira pública. Neste período, as atividades políticas, literárias e jornalísticas não se separam da ação do homem público, submetidas a interesses pragmático-partidários imediatos. Cássia Silveira observa que a literatura brasileira “através de periódicos combativos esteve muito ligada aos mundos da política compartilhando com eles muitos dos seus agentes” (SILVEIRA, 2008, p. 12). A mesma autora cita Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros (2003), segundo os quais “o periodismo teve no Brasil significativa importância na formação e emergência de gerações literárias” (SILVEIRA, 2008, p. 12).

O segundo fator mencionado – a *mobilização* coletiva dos intelectuais como “corporação” – constitui uma novidade ou atualização da esfera intelectual gaúcha, e se relaciona com a emergência dos intelectuais como grupo social, mais ou menos definido. Representa o processo de definição de um *espaço social* para os intelectuais, e que se desdobra em duas frentes: primeiro, unidos, os intelectuais passam a ter peso relativo dentro do espaço de poder, passando a contar – mesmo de forma subjugada – no jogo de alianças no “campo” político, através de tomadas de posição; segundo, o espaço social dos intelectuais institucionaliza-se através de uma rede de instituições culturais, resultando numa relação específica com o poder-Estado e no monopólio desses intelectuais do acesso aos espaços próprios de atuação intelectual e na criação de um espaço institucionalizado do “saber histórico”.

Em suma, naquele momento os intelectuais passaram a atuar em conjunto pela realização de um projeto intelectual e político de fortalecimento do grupo e construção de uma identidade social, tendo o IHGRGS e outras instituições da cultura ligadas ao estado como trincheira. Paralelamente a esse processo, ocorria a definição intrínseca à própria comunidade dos intelectuais. Decorrendo daí o desenvolvimento de formas próprias de auto reconhecimento e, também, das formas de intervenção e dos critérios

da validação dessa intervenção nos debates públicos e na relação com o espaço de poder.

Do ponto de vista morfológico, o marco principal das transformações ocorridas na esfera intelectual nas primeiras décadas do século XX foi o início da institucionalização do meio intelectual, com destaque para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O IHGRGS conseguiu congrega parte da elite intelectual do estado, que se encontrava dispersa e pouco organizada, e surgiu como um empreendimento “moderno” de atualização ou redefinição do universo cultural e intelectual sul-rio-grandense. A partir daí, a intelectualidade gaúcha foi capaz de constituir para si, primeiro, uma *imagem* mais definida, condição necessária para o estabelecimento de uma identidade coletiva; e, segundo, maior *visibilidade*, pré-condição para a intervenção nos debates públicos, como agente social de relevância. A organização daquela “corporação intelectual” permitiu que este “grupo” social ganhasse contornos menos vagos, e propiciou a conformação do espaço social de construção de um discurso coletivo, que logrou tornar-se hegemônico no meio intelectual local, e extrapolá-lo, de certa forma, amainando (temporariamente) as divergências partidárias e ideológicas das elites locais, ao final da década de 1920.<sup>6</sup> Esse modelo de institucionalização não significou, no entanto, a implantação de regras estritamente racionais e impessoais, que regeriam a atuação profissional da pesquisa em história. Em vez disso, o processo de institucionalização seguiu um padrão que mesclava o modelo de “*academia ilustrada*” e o tipo moderno de instituição *científica*, resultando que os atributos sociais (capital social e político) dos pesquisadores eram combinados com o critério do mérito científico para o recrutamento para o IHGRGS. O processo de institucionalização da História se desdobra numa incipiente “profissionalização” do historiador, que deve ser entendida como *consciência da sua especialidade*. Os termos *amador* ou *diletante* não dão conta da atividade intelectual dos historiadores naquele período, para os quais o trabalho em História era o maior investimento de carreira intelectual numa área que estavam ajudando a constituir. O termo “profissionalização” não deve ser entendido, portanto, numa apreensão estritamente sociológica que em

---

<sup>6</sup> Faz-se necessário observar que a “união” dos intelectuais do IHGRGS pode mascarar as clivagens e disputas internas da intelectualidade rio-grandense, assim como pode sugerir, erroneamente, que aqueles intelectuais aderiram a um projeto político, ideológico e institucional comum, que já era conhecido a priori. As clivagens internas (ideológicas, religiosas e teóricas) nunca deixaram de existir, mas foram (re)arranjadas através do jogo de alianças, em vários níveis, em relação ao programa e discurso que foi sendo construído, e se tornando “oficial”.

última instância seria o viver (tirar o sustento) da profissão, mas deve ser entendido como *expertise*.

A identidade de grupo de intelectuais reunidos no IHGRGS não provinha de sua origem social, ou mesmo do compartilhamento dos mesmos pressupostos teóricos com que tratavam seus temas em relação à agenda intelectual defendida sobre a identidade regional. Eram socialmente e politicamente heterogêneos e, também, intelectualmente possuíam uma pluralidade de posições e ideologias. A sua coesão vinha de um sentimento comum de *falta* de espaços políticos para o Rio Grande do Sul e de que os “estigmas” que pesavam sobre o Rio Grande também os afetavam como intelectuais, que tinha como resultado, o não reconhecimento público e simbólico diante dos intelectuais nacionais.

Surgiram daí os sentimentos comuns que davam a liga ao grupo, que, de certa forma, extrapolavam a comunidade dos historiadores, e reflete o pensamento mais geral dos intelectuais gaúchos: 1) de que o Rio Grande do Sul estava predestinado a ser uma liderança “moral” para o Brasil; 2) a percepção de que se diziam “inverdades” e “calúnias” sobre o Rio Grande do Sul, que precisavam ser revistas e desmentidas; 3) o sentimento de que havia certa “prevenção” para aquilo que se gerava no Rio Grande do Sul em termos de produção cultural.

Resultam, então, três fatores que organizam a ação dos historiadores rio-grandenses: primeiro, uma saída institucional na busca pela *mobilização* coletiva, concretizada na ação da criação do IHGRGS; segundo, a adesão à uma atitude *ecumênica*, apesar das clivagens internas de toda ordem (republicanos, federalistas, positivistas, jesuítas, lusitanistas, platinistas, folcloristas, etc.); e, terceiro, a adoção do *patrulhamento historiográfico* como uma postura estruturante da esfera acadêmica no RS. Esse patrulhamento era exercido, externa e internamente, em relação à produção intelectual local e à brasileira sobre o Rio Grande do Sul. Esta “missão” aparece já na primeira edição da *Revista do Instituto*, na lavra do primeiro orador da Instituição como um dos propósitos da criação do Instituto.

Na próxima seção serão apresentadas algumas características sociais do grupo estudado, através do método prosopográfico, sendo que para efeito de análise o conjunto de membros do IHGRGS estará dividido em duas classes: os *fundadores* e os *efetivos*. Não foram objeto de análise os sócios correspondentes. O objetivo é apresentar ao leitor um quadro aproximado das condições sociais (especialmente, os atributos sociais) dos agentes intelectuais (e *quem* eram estes agentes) que faziam parte do IHGRGS no

período analisado (1920-1956), e qual a tendência quanto ao investimento inicial de carreira (obra de estreia).

### **1.1.2. Perfil social dos membros do IHGRGS**

O método prosopográfico<sup>7</sup> é utilizado neste trabalho com vistas a fornecer um esboço do perfil social dos membros do IHGRGS, porque esta abordagem permite perceber as “elites intelectuais” coletivamente como uma “corporação intelectual”, contra uma visão idealista e individualista (CHARLE, 2006, p. 25). Segundo Flavio Heinz, a prosopografia:

Pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos (HEINZ, 2006, p. 9).

Ainda, segundo Heinz (2006), a prosopografia permite a visualização das características sociais mais ou menos constantes de um dado grupo e os processos de valorização ou desvalorização no tempo; a identificação da composição dos capitais ou atributos culturais, econômicos ou sociais e, sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; a análise dos modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, evitar – mediante mecanismos de reconversão social – um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta. Outra vantagem do método prosopográfico, apontada por Heinz, é que este método dá visibilidade aos nexos existentes entre posição social, origem e formação escolar (HEINZ, 2006, p. 11). Para Christophe Charle, o princípio da prosopografia é

---

<sup>7</sup> Definição canônica do termo (Lawrence Stone): “A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante (...). O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior” (STONE apud HEINZ, 2006, p. 9).

simples e consiste em “definir uma população a partir de um ou vários critérios, e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios ou variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise” (CHARLE, 2006, p. 42).

Convém ressaltar que a prosopografia não é um fim em si mesmo, e tampouco responde a todas as questões colocadas pela complexidade do social. Entretanto, ela permite ao historiador “fazer a sociologia do passado” e “realizar uma micro-história social” (HEINZ, 2006, p. 9-10). E ainda, é fundamental a reflexão sobre as amostras e sobre as trajetórias individuais, em que pese o cotejamento com diversas fontes, e a consideração de que as características dos indivíduos que compõem a população-alvo devem ser compreendidas como “vetores de estratégias múltiplas” (CHARLE, 2006). A prosopografia esclarece apenas uma parte do processo histórico institucional, por isso, é preciso avaliar e examinar as posições nos debates dos agentes e suas redes de solidariedades, para tornar claros outros fenômenos mais complexos. Outro cuidado, indicado por Paul-André Linteau, relativo à análise prosopográfica, é que “ao lançar luz sobre certos fenômenos coletivos de vinculação, a prosopografia não deve deles deduzir comportamentos coletivos” (LINTEAU, 2006, p. 197), ou seja, não devem ser tomados como “naturais” e autoexplicativos. As suas causas, abrangência e reflexos podem constituir outra classe de fenômenos.

O quadro a seguir ajuda a obter uma visão, ainda que parcial, a respeito das profissões e das atividades profissionais dos membros *fundadores* do IHGRGS (já que muitos não exerciam a profissão na qual haviam se formado), e permite fazer algumas constatações importantes.

Nome do fundador	Profissão/ Formação	Ocupação	Cargo	Idade	Obra/ano de estreia
1. Aurélio Porto	Jornalista	Funcionário Público (estado)	Arquivista MJC	41	(L) <i>O Milagre</i> (peça), 1906; (E) <i>Município de Cachoeira</i> , 1910;
2. Augusto Daisson	Jornalista	Jornalista	<i>Correio do Povo</i> , <i>Jornal do Comércio</i>	57	(E) <i>À Margem de alguns brasileirismos</i> , 1925; Pelotas, crônica histórica, 1923 ( <i>Correio do Povo</i> )
3. Benjamim Flores	Advogado	Funcionário público aposentado, Jornalista	<i>Jornal do Comércio</i> e <i>Correio do Povo</i>	60	(E) <i>Anuário do estado do RS</i> , 1910
4. Francisco Leonardo Truda	Jornalista	Jornalista	<i>Correio do Povo</i> (1920-24);	34	(E) <i>O Brasil e a doutrina Monroe</i> , 1924.

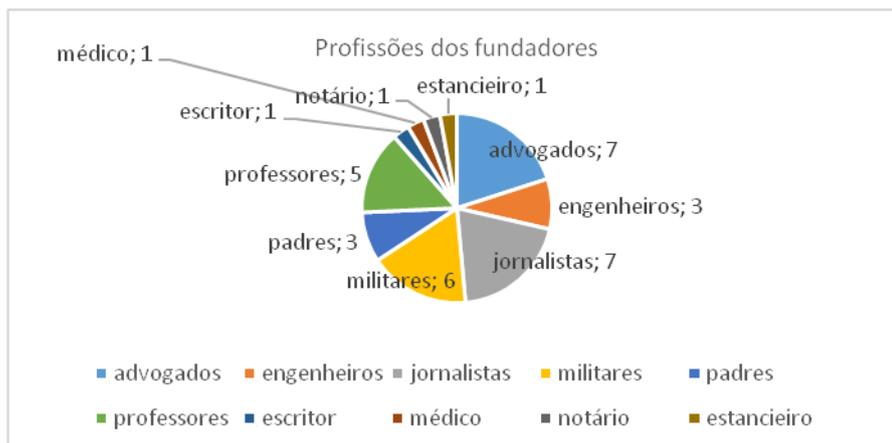
			<i>Diário de Notícias</i> (1925-30)		
5. João Maia	Filosofia	Funcionário Público (Justiça)	Escrivão da Provedoria de Justiça Pública de Porto Alegre	58	(L) <i>A adúltera</i> , drama, 1887; (E) <i>História do Rio Grande do Sul</i> , 1898.
6. Lindolfo Collor	Farmácia	Jornalista	Diretor de A <i>Federação</i>	30	(L) <i>Caminho de Flores</i> , versos, 1908; (E) <i>A Reação republicana</i> , discurso, 1921.
7. João Pinto da Silva	Escritor	Funcionário Público (estado)	Secretário do Presidente do estado	31	(L) <i>Anestesiado</i> , poema, 1909; (E) <i>Fisionomia de novos</i> , crítica literária, 1922. (E) <i>A província de São Pedro</i> (1930)
8. Roque Callage	Jornalista	Jornalista	<i>Correio do Povo</i> (até 1925) <i>Diário de Notícias</i> (1925-31)	32	(L) <i>Prosas de ontem</i> , 1908; (E) <i>Terra natal: aspectos e impressões do RS</i> , 1920.
9. Adroaldo Mesquita da Costa	Advogado	Funcionário Público (Justiça)	Promotor	26	(E) <i>A cambial</i> , obra jurídica, 1923.
10. Alberto Juvenal do Rego Lins	Advogado	Advogado e Professor	Faculdade de Direito de P. A. (1896- 1926)	40	(E) <i>O crime de São Borja</i> , alegações cíveis, 1916; (E) <i>Teoria das nacionalidades</i> , 1919
11. Armando Dias de Azevedo	Advogado	Funcionário Público (Justiça)	Advogado (1917) Promotor (1923), Prof. Ginásio Anchieta (1918- 1920)	23	(E) <i>O imperador D. Pedro II</i> , 1925.
12. Florêncio C. Abreu e Silva	Advogado	Funcionário Público (estado); Professor	Diretor do Arquivo Público (1918-24), Professor; Faculdade de direito de P. A.	38	(E) <i>Comentários ao código do processo penal do RS</i> , (1917)
13. José Vieira Rezende da Silva	Advogado	Funcionário Público (Federal)	Fazenda Federal	-	(E) <i>As fronteiras do Sul</i> , estudo geográfico, histórico e econômico, 1922.
14. José Zeferino da Cunha	Advogado	Advogado	Juiz em Jaguarão (1891)	-	(E) <i>Apontamentos para a História da Revolução de 1835</i> , 1902.
15. Olavo Franco de Godoy	Advogado			47	
16. Amaro Batista	Engenheiro	Funcionário Público	Correios e Telégrafos	46	(E) <i>Organização do 10º Distrito Telegráfico Nacional</i> , 1921.
17. Antão de Faria	Engenheiro	Engenheiro (medições)		66	(E) <i>Problemas Nacionais</i> , 1913; (E) <i>Viação Férrea no Rio Grande do Sul: rede estratégica</i> , 1913.
18. Francisco Rodolfo Simch	Engenheiro	Funcionário Público (estado) Professor	Serviço Mineralógico; Professor da Faculdade de Direito	43	(E) <i>Programa de Economia Social</i> , 1912; (E) <i>Minerais do Rio Grande do Sul</i> , Anuário do Estado do RS, 1911; (E) <i>Climatologia</i> , 1912.

			de P. A		
19. Aquiles Porto Alegre	Professor	Funcionário Público Professor	Inspetor Escolar	72	(L) <i>A escrava fugitiva</i> , 1869; (E) <i>Homens ilustres do Rio Grande do Sul</i> , 1916.
20. Afonso Guerreiro Lima	Professor	Funcionário Público Professor	Instituto de Educação; Diretor da Instrução Pública	50	(E) <i>Manuscrito Brasileiro</i> , 1910; (E) <i>Noções de história do Brasil</i> , 1915; (E) <i>Cronologia da História Rio-grandense</i> , 1916.
21. Alfredo Clemente Pinto	Professor	Professor	Diretor e professor da Escola Complementar de P. A. (1907-20)	66	(E) Obras didáticas
22. Artur Candal	Professor	Funcionário Público (estado), Professor	Repatrição de Estatísticas; diretor da Escola Mauá	63	(E) <i>Gramática Alemã</i> , s. d. <i>Língua portuguesa</i> , tese, 1893.
23. Otávio Augusto de Faria	Professor	Funcionário Público (estado)	Diretor da Repatrição de Estatística do RS	39	(E) <i>Dicionário geográfico, histórico e estatístico do RS</i> , 1907; (E) <i>Monografia do Município de Taquari</i> , 1912; (E) <i>História da divisão administrativa do RS</i> (1917); (E) <i>Esboço econômico do município de Júlio de Castilhos</i> , 1919; (E) <i>Esboço monográfico de São Gabriel</i> , 1919.
24. E. F. de Souza Docca	Militar	Militar	Exército	36	(E) <i>Causas da Guerra do Paraguai</i> , 1919.
25. Manoel Joaquim Faria Correa	Odontologia	Militar	Exército	45	(L) <i>Halos</i> , versos, 1909; (L) <i>Pátria</i> , drama, 1918 (ofic. <i>A Federação</i> )
26. Manoel Teófilo Barreto Vianna	Militar	Militar	Exército	-	
27. Miguel José Pereira	Militar	Militar	Oficial da Brigada Militar, Professor Ginásio Julio de Castilhos	47	(E) <i>Esboço histórico da Brigada Militar do RS</i> , 1917.
28. Oscar Miranda	Militar	Militar	Exército	58	
29. Tancredo F. de Mello	Militar	Militar	Exército	50	(E) <i>Os primeiros jornais do RS</i> , 1905; (E) <i>Almanaques do RS</i> , 1905; (E) <i>A imprensa no Rio Grande do Sul</i> , 1907; (E) <i>Pelotas: a sua fundação</i> , 1911; (E) <i>Santa Vitória do Palmar</i> , estudo histórico, 1911.
30. Carlos Teschauer	Padre	Padre jesuíta Professor	Prof. Ginásio Anchieta	69	(E) <i>O escravo dos escravos, ou São Pedro Claver</i> , 1888; (E) <i>Será discutível a prioridade dos portugueses no descobrimento da América?</i> , 1903; (E) <i>Die Jesuiten-Mission in Rio Grande do Sul</i> , 1904; (E) <i>Vida e obra do venerável Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz</i> (1909); (E) <i>Habitantes primitivos do</i>

					RS, 1909; (E) <i>A flora nos costumes, superstições e lendas brasileiras e americanas</i> , 1912; (E) <i>As aves nos costumes, superstições e lendas brasileiras</i> , 1913; (E) <i>A etnografia do Brasil no principio do século XX</i> , 1914; (E) <i>Novo vocabulário brasileiro</i> , fascículos, 1917-1919; (E) <i>História do RS nos dois primeiros séculos</i> , 1918; (E) <i>O primeiro apóstolo do RS</i> , 1919.
31. J. B. Hafkemeyer	Padre	Padre jesuíta Professor	Prof. Ginásio Anchieta (1916-1923)	49	(E) <i>Vítimas da Calúnia</i> (o tratado de 1750 e os jesuítas), 1912; (E) <i>A supressão da Companhia de Jesus</i> , 1914; (E) <i>A companhia de Jesus: Inácio de Loiola</i> , 1914; (E) <i>História universal</i> , 1916; (E) Osório, 1917.
32. Luís Mariano da Rocha	Padre	Padre	Arquidiocese	37	(E) <i>Estudos de sociologia religiosa</i> , 1909; (E) <i>A Nau Catarineta</i> , 1911.
33. Eduardo Duarte	Médico	Funcionário Público (estado)	Arquivo Público e Museu	46	(E) <i>A opulência do Arquivo Histórico do RS</i> , 1926.
34. José Paulo Ribeiro	Notário	Notário	Promotor em Camaquã (1889); Repartição de estatística do Estado	-	(E) <i>Uma interrogação histórica</i> , 1921.
35. Delfino Riet		Fazendeiro		65	(E) <i>Independência uruguaia</i> , 1910.

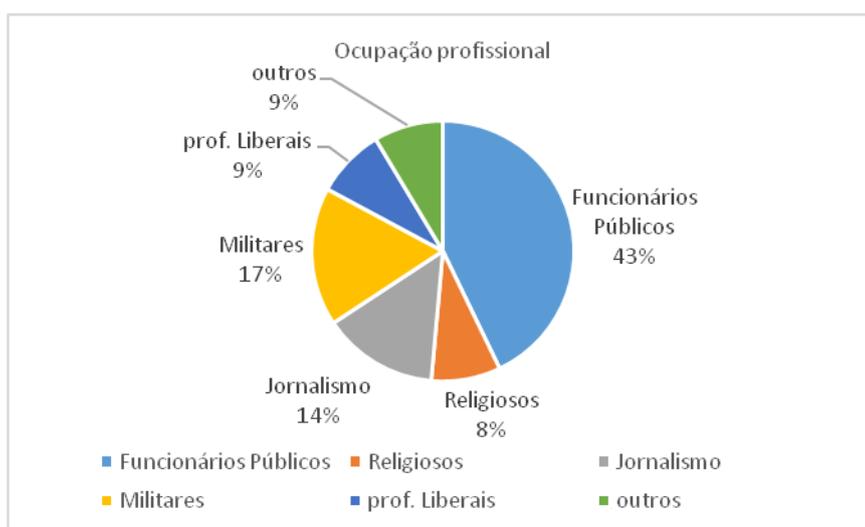
**Quadro 1 – A ocupação profissional dos membros fundadores do IHGRGS**

Pelo quadro acima, pode-se ver que quase um terço dos sócios fundadores (31,4%) era composto de profissionais liberais (advogados, engenheiros e médico). Destaca-se a presença dos advogados e jornalistas como os grupos profissionais mais representados (20% cada grupo). Tomado isoladamente, o terceiro grupo mais representado no IHGRGS é o de militares, que correspondem a 17,1% dos fundadores. A representação de professores soma 14,2% do total. Apenas um membro exercia atividades ligadas diretamente ao campo, como estancieiro. Do universo religioso havia 3 representantes (8,5%).



**Gráfico 1 – Profissões dos fundadores do IHGRGS (1920)**

É necessário avaliar a atividade ou a ocupação profissional principal dos fundadores do IHGRGS, pois nem sempre a profissão ou formação profissional correspondia à ocupação principal.



**Gráfico 2 – Ocupação profissional dos fundadores do IHGRGS**

Pode-se ver que a maioria daqueles indivíduos exercia a atividade principal dentro do funcionalismo do estado (poder executivo, justiça, repartições públicas, ensino público) somando 40% de funcionários públicos entre os fundadores (14 ao todo). Desses catorze (14), oito (8) eram exclusivamente funcionários públicos. Segundo Gervásio Neves (2000), este é um fenômeno típico de Porto Alegre, em 1920, que, segundo recenseamento feito naquele ano, concentrava 28% de todos os

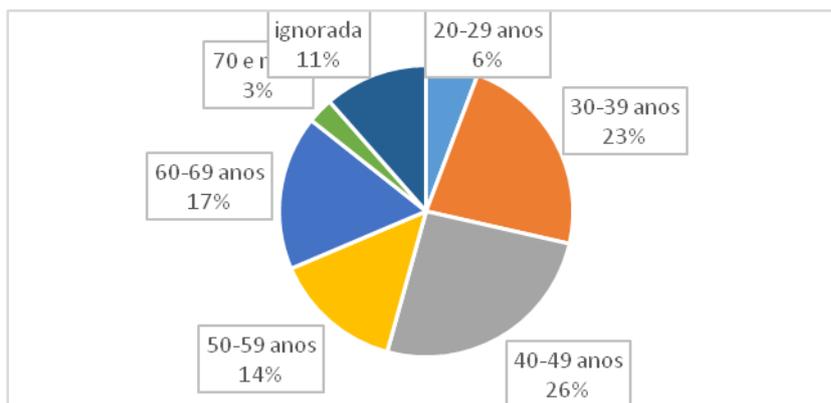
trabalhadores na administração pública do Rio Grande do Sul, além de reunir 22,78% dos profissionais liberais do estado. Se forem considerados juntamente com os funcionários da força pública essa concentração em Porto Alegre sobe para 58,65% em relação ao resto do estado (NEVES, 2000, p. 20). A urbanização acelerada em Porto Alegre nos primeiros vinte anos do século XX a constituiu em um centro de novas atividades, serviços e negócios. Esses dados apontam para a forte concentração em Porto Alegre de setores médios urbanos ligados à burocracia administrativa e profissionais liberais. Charles Monteiro (1995) apontou que as grandes obras de remodelação urbana durante os mandatos dos intendentos Otávio Rocha e Alberto Bins, entre os anos 1920 e 1930, se inserem no “contexto de crise da hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense”, e foram empreendidas para atender às reivindicações da oposição e às aspirações dos grupos emergentes, promovendo transformações econômicas, políticas e sociais (MONTEIRO, 1995). Esses dados tomados em conjunto apontam para o processo de aparelhamento do estado sob a hegemonia do partido republicano. Essa tendência é melhor compreendida se forem analisadas as atividades profissionais dos 7 membros da oposição identificados (Augusto Daisson, Francisco Leonardo Truda, Roque Callage, Alberto Juvenal do Rego Lins, José Viera Rezende, José Zeferino da Cunha e Antão de Faria), dos quais apenas 1 era funcionário público, porém federal, ou seja, não passou pelo sistema republicano de distribuição de posições dentro da estrutura burocrática do estado.<sup>8</sup> Também indica o *relativo* fechamento dos quadros burocrático-administrativos do estado para aqueles que não eram filiados ou simpáticos ao partido governista e à sua ideologia. A posse do diploma universitário aliado a outros fatores (como filiação partidária) abria as portas da burocracia estatal, por exemplo, dos 7 advogados do grupo, somente 2 exerciam atividade profissional como advogados. Não por acaso, esses 2 eram membros da oposição. Os demais eram funcionários públicos e faziam parte do sistema de distribuição de cargos públicos do partido hegemônico. Os militares correspondiam a 17% do total. O jornalismo era a atividade principal de 14% do grupo. Sendo que dos 5 sócios que eram profissionais da imprensa, 3 eram da oposição, 1 era funcionário do jornal do PRR, sobrando apenas 1 jornalista (redator do *Correio do Povo*), que não foi identificado se era republicano ou da oposição. Assim sendo, o jornalismo podia funcionar como um campo que

---

<sup>8</sup> Segundo Nelson Boeira (1980), após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, acelerou-se o processo de burocratização do PRR, com regras baseadas no castilhismo (versão castilhistas das ideias positivistas) para ingresso e avanço na estrutura partidária (p. 41), e conseqüentemente para o acesso aos postos da administração pública.

assegurava a sobrevivência dos oposicionistas, para os quais estavam cerradas ou semicerradas as portas do funcionalismo público. A atividade do magistério fazia parte da ocupação profissional de 8 fundadores, dos quais somente 1 tinha esta como sua única atividade (Alfredo Clemente Pinto). Os demais eram ou religiosos ou tinham outra atividade como funcionários públicos.

Quanto à idade dos fundadores do IHGRGS, observe o gráfico:



**Gráfico 3 – Idade dos fundadores do IHGRGS**

Como pode se ver no gráfico acima, 49% dos membros efetivos estavam na faixa etária dos 30 a 49 anos de idade. Quando se observa a média das idades mais detidamente, levando-se em conta a variável profissão, percebe-se que os sócios que tinham a menor média de idade eram os bacharéis em direito. Era a única categoria profissional com membros abaixo de 30 anos de idade (Adroaldo Mesquita da Costa, 26 anos, e Armando Dias de Azevedo, 23 anos). Os jornalistas tinham a segunda média de idades mais baixa (43,3 anos). Estes índices apontam para a tendência de que estas duas formações/atividades profissionais eram as mais eficientes para abrir (mais cedo) o caminho para a carreira intelectual, o que não surpreende, pois estas duas profissões/atividades tinham laços muito estreitos com as atividades pública e intelectual. No outro extremo, estavam os professores como o grupo profissional que acessava as redes de reconhecimento intelectual com mais idade em relação aos demais.

profissões	média de idades (em anos)
advogados	38,16
engenheiros	54,5
jornalistas	43,3

militares	47,2
padres	51,6
professores	58

**Quadro 2. Média das idades dos fundadores por profissão**

Pode-se dizer que aqueles intelectuais tinham uma base social heterogênea, porém, faziam parte, em sua maioria, das camadas sociais médias urbanas com trajetória ascendente, ligados ao funcionalismo público, em boa parte filiados ou simpáticos ao PRR, embora alguns identificados com as oposições. De forma geral, pode-se concluir que os membros do IHGRGS faziam parte predominantemente de setores urbanos, embora não seja negligenciável a presença de membros estacionários ou decadentes da elite ou famílias tradicionais. É possível perceber uma clivagem social importante: aqueles que tinham origem social nos setores médios urbanos não acessavam com facilidade os postos mais proeminentes da burocracia estatal. Eduardo Duarte, Aurélio Porto<sup>9</sup>, José Paulo Ribeiro, Afonso Guerreiro Lima, todos funcionários públicos e provenientes de setores médios não alcançaram grandes postos na burocracia ou não tiveram uma carreira política tradicional. Por outro lado, figuras como Othelo Rosa, Florêncio Abreu, Adroaldo Mesquita da Costa, Alcides Maia, Lindolfo Collor provinham de famílias proprietárias ou tradicionais e/ou de políticos, e tiveram passagem pela política e por cargos na alta burocracia em cargos como desembargadores, deputados estaduais e federais, e importantes postos da gestão cultural no estado. Há, no quadro das exceções, casos como Mansueto Bernardi, que não vinha de família tradicional, e chegou a Diretor da Casa da Moeda.

### **1.1.2.1. Produção intelectual e obra de estreia dos fundadores**

Sobre a produção intelectual, uma rápida análise permite verificar que nem todos os fundadores cumpriam a norma estatutária do Instituto de haver publicado alguma obra de cunho científico (*lato sensu*), até 1920. Dos 35 fundadores estudados, 13 não haviam publicado nenhum trabalho ou ensaio “científico”. Isso demonstra que, na sua criação, os agentes souberam mobilizar os recursos sociais disponíveis na luta por

---

<sup>9</sup> Aurélio Porto era descendente do Coronel Jacinto Guedes da Luz, que lutou contra os espanhóis, e, depois, na revolução farroupilha pela República Rio-Grandense, quando “tornou-se o chefe de mais prestígio na fronteira de Alegrete (PORTO, 1933, p. 166).

reconhecimento e acúmulo do capital simbólico inicial, recrutando membros em função da sua projeção social ou política, ou ainda em função da atividade profissional. Por exemplo, do campo da atividade jornalística foram recrutados Lindolfo Collor (diretor de *A Federação*), Leonardo Truda (diretor do *Correio do Povo*), Augusto Daisson (do *Correio do Povo*); do campo político, João Pinto da Silva (secretário particular do presidente do estado), nenhum dos quais tinha algum estudo (ensaio ou monografia) publicado em 1920; e do campo militar foram incluídos Manoel Joaquim Faria Correa, Manoel Teófilo Barreto Vianna e Oscar Miranda, dos quais somente o primeiro publicou textos literários, e nenhum jamais publicou estudo ou ensaio científico; do terreno do funcionalismo público formaram o quadro dos fundadores, mesmo sem terem publicação histórica, Eduardo Duarte e José Paulo Ribeiro, por fazerem parte do grupo iniciador da proposta da criação do Instituto Histórico. Ambos trabalhavam juntos nas repartições do Arquivo Público e de Estatística. Além deles, Amaro Batista, irmão de Homero Batista (sócio correspondente) também era funcionário público (correios e telégrafos). Do campo jurídico vinham os mais jovens membros do Instituto e que também não tinham nenhuma obra escrita: Adroaldo Mesquita da Costa e Armando Dias de Azevedo. Finalmente, do campo da oposição havia um único representante, sem publicação pregressa, José Vieira Rezende da Silva, funcionário público federal.

Também se verifica que somente 7 dos fundadores fizeram sua estreia intelectual no campo da literatura (poesia, peça ou drama), o que corresponde a apenas 20% do total. Os demais 80% dos fundadores (28) estrearam com alguma monografia ou ensaio histórico, geográfico, sociológico, jurídico, biográfico ou econômico. Dos 35 fundadores, 23 publicaram ensaios somente a partir da década de 1910, e somente 6 antes disso.

### 1.1.2.2. As propriedades sociais dos membros efetivos de 1920-1950 (não-fundadores)

Nome	Admissão/idade	Profissão/Formação	Ocupação	Cargo	Cidade natal	Obra/ano de estreia
Abeillard Barreto	1945 - 36	X	Funcionário Público	Banco do Brasil	Rio Grande	(E) <i>As primeiras investigações científicas</i> , 1937.
Angelo Guido	1938 - 45	Artes	Jornalista e professor	<i>Diário de Notícias</i> e Instituto de Belas Artes	Cremona – It.	(E) <i>O sentido místico da cavalaria</i> , tese, 1920; <i>Forma e expressão na história da arte</i> , 1938.

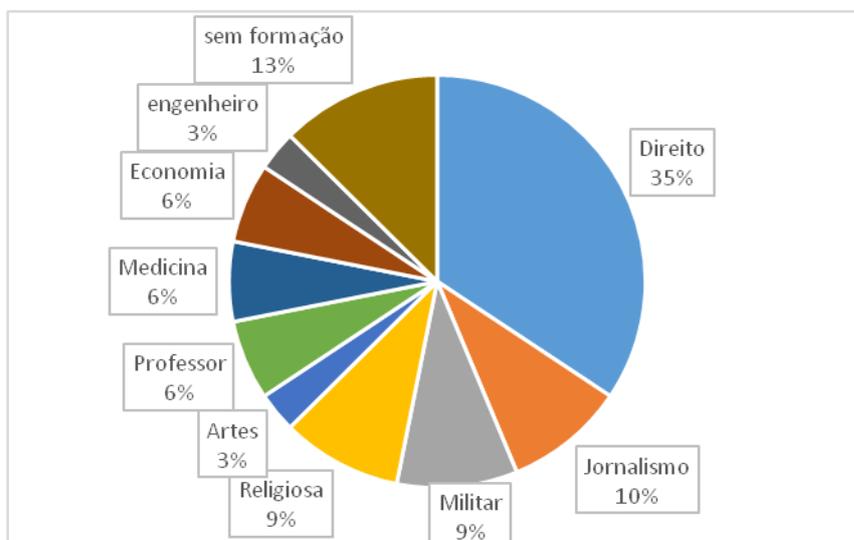
Balduino Rambo	1943 - 38	Padre	Padre jesuíta	Padre e professor do curso de Geografia e História (1943) UPA	Montenegro	(E) <i>Elementos de História Natural</i> , (para o 3º ano), 1933.
Clemenciano Barnasque	1932 - 40	X	Funcionário Público	Redator da Imprensa Oficial	São Sepé	(L) <i>No pago</i> , manchas pampeanas, 1925, Globo; <i>Efemérides rio-grandenses</i> , 1931; (E) <i>O Rio Grande na história e na lenda</i> , 1932.
Dante de Laytano	1936 - 28	Direito	Funcionário Público e professor	Juiz e Promotor Público; funcionário do Museu; professor	Porto Alegre	(L) <i>Uma mulher e outras fatalidades</i> , contos, 1931; (E) <i>Monumentos Históricos e artísticos de Rio Pardo</i> , 1932; <i>Colecionadores de Emoção</i> , crítica (1934).
Darcy Azambuja	1930 - 27	Direito	Professor, promotor	Faculdade de direito, redator da <i>Federação</i> ,	Encruzilhada	(L) <i>No Galpão</i> , contos, 1925; <i>Contos rio-grandenses</i> , leituras escolares, 1928.
Deoclécio Paranhos Antunes	1935 - 33	Militar	Militar		Rio Pardo	(L) <i>Arrulhos</i> , versos, 1925; (E) <i>História de Cachoeira</i> , monografia, 1930.
Edgar Schneider	1941 - 48	Direito	Professor, político	Faculdade de direito, Reitor da UPA (1942-1943) Assembleia Legislativa	Porto Alegre	(E) <i>Do imposto sobre vendas</i> , tese, 1938.
Felix Contreiras Rodrigues	1935 - 51	Direito, economia	Professor, Funcionário Público, fazendeiro	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, diretor do Banco do RS	Bagé	(L) <i>Gauchadas e gauchismos</i> , versos, 1920; (E) <i>Velhos rumos políticos</i> (em defesa do parlamentarismo), 1921; <i>Em torno de um banco emissor e de um projeto de reforma monetária no Brasil</i> , 1923.
Gaston Hasslocher	1932 - 46	Jornalista	Jornalista e Funcionário Público	<i>Correio do Povo</i> , <i>Federação</i> , Inspetor federal da navegação	Porto Alegre	(L) <i>O Mar</i> , crônicas, 1921; <i>Notas para a História de Porto Alegre</i> , 1926.
Guilhermino César	1949 - 41	Direito	Professor, funcionário público	Secretário do estado, Tribunal de contas, UFRGS	S. Manuel MG	(L) <i>Meia pataca</i> , poesias, MG, 1928; (E) <i>Transformações sociais e econômicas do presente</i> , 1944.
Jacy Tupy Caldas	1935 - 37	Farmácia e economia	Funcionário Público, professor	Escola Normal, Instituto Julio de Castilhos	Porto Alegre	(E) <i>O soluto antisséptico de Dakin</i> , tese, 1922
João Maria Balem	1949 - 62	Padre	Padre	Cura da Sé Metropolitana	Caxias do Sul	(E) <i>A jurisdição eclesiástica sobre o RS</i> , 1932.
Jorge Bahlis	1931 - 30	Jornalista	Jornalista e professor	Cônsul do México	Trípoli - Lib.	(L) <i>Coração e dever</i> , drama, 1920; <i>Os semideuses</i> , assunto histórico, 1926; <i>História da Civilização</i> , 1930
Jorge Godofredo Felizardo	1941 - 40	Engenheiro	Professor e Funcionário	Escola de Agronomia, Secretaria da	Porto Alegre	<i>Criação de abelhas no RS</i> , 1924; (E) <i>Genealogia Rio-</i>

			Público	Agricultura		<i>grandense</i> , 1937.
José de Araújo Fabrício	1949 – 46	Médico	Médico militar	Exército	Porto Alegre	(E) <i>A freguesia de N.S. Bom Jesus do Triunfo</i> (séc. 18), 1947.
José Pereira Coelho de Souza	1938 – 40	Direito	Advogado, político	Deputado estadual, secretário da Educação	Porto Alegre	(E) <i>No centenário farroupilha</i> , discursos, 1935
Leonardo Macedônia Franco e Souza	1932 – 60	Direito	Advogado, Diretor de faculdade, professor	Faculdade de Direito, Supremo Tribunal do Estado	Cachoeira do Sul	(E) <i>Leis e regulamentos sobre terras públicas e particulares</i> , 1895; (H) <i>A Justiça de Segunda entrância no Rio Grande do Sul</i> , 1931, RIHGRGS.
Lourenço Mario Prunes	1949 – 40	Direito	Advogado, professor	Professor (1943) e Chefe do Departamento (1947-1950) de Geografia e História (UPA) Desembargador (1951)	Alegrete	(E) <i>O Trigo</i> , 1939; (E) Polônia, estudo político, 1939.
Luiz Carlos de Moraes	1938 – 62	Militar	Militar	Exército	Taquari	Vocabulário sul-riograndense, 1935;
Luiz Gonzaga Jaeger	1937 – 48	Padre	Padre jesuíta, Professor, Jornalista	Ginásio Anchieta, <i>Eco</i>	S. Leopoldo	(E) <i>A descoberta do lugar do martírio de Roque Gonzales de Santa Cruz e Afonso Rodriguez</i> , 1933, RHGRGS
Manoel Duarte	1932 – 48	Direito	Advogado, fazendeiro, político	Intendente municipal	Vacaria	(E) <i>Os alemães em Santa Catarina</i> (notas de um excursionista), RJ, 1917; (E) <i>Carlos Peixoto e seu presidencialismo</i> (esboço político), 1918; (L) <i>Humildes</i> (contos), 1930.
Manoelito de Ornellas	1935 – 32	Direito	jornalista, Funcionário público	<i>Jornal da Manhã</i> , <i>Federação</i> , Biblioteca do estado, Imprensa Oficial	Itaqui	(L) <i>Rodeio de Estrelas</i> , poemas regionais, São Paulo, 1928; <i>Coração</i> , poesias, Porto Alegre, 1929; <i>Arco-Íris</i> , poesia regional, Globo, 1930; (E) <i>Tupan-Cy-Retan</i> , sociologia histórica, São Paulo, 1934.
Mansueto Bernardi	1925 – 37	Secundário	Funcionário Público, editor	Secretaria do Interior, Livraria do Globo	Treviso – It.	(L) <i>Exaltação</i> , poema em honra a Bilac, 1916; <i>Terra Convalescente</i> , RJ, 1918; (E) <i>Bandeira Nacional e Bandeira dos Estados</i> , 1923.
Marino Josetti de Almeida	1940 – 54	Professor	Professor, político, juiz	Prefeito de Triunfo, juiz municipal Triunfo	Triunfo	(E) <i>Homens e Fatos de Triunfo na Revolução Farroupilha</i> , Globo, 1936.
Mário Teixeira de Carvalho	1937 – 31	Medicina	Médico	Hospital São Pedro	Porto Alegre	(E) <i>Memória relativa à criação dos Serviços de Correios na</i>

						<i>Província de São Pedro do Rio Grande do Sul</i> , 1936; (E) <i>O nascimento de Gaspar Silveira Martins</i> , 1936.
Moysés de Moraes Vellinho	1949 – 48	Direito	Funcionário público, Promotor, Político, Jornalista	Secretaria do Interior, Ministério da Justiça, deputado estadual, Ministro do TCE	Santa Maria	<i>Crítica literária no jornal</i> ; (E) <i>Machado de Assis: aspectos de sua vida e obra</i> , 1939; (E) <i>Alguns traços sobre a evolução literária do Rio Grande do Sul</i> , 1942.
Nestor Eriksen	1941 – 34	Jornalista	Jornalista	Redator-secretário do <i>Correio do Povo</i>	Ponta Grossa - PR	(E) <i>Apointamentos para a História da Imprensa no Rio Grande do Sul</i> , Globo, 1940; (E) <i>A imprensa no Rio Grande do Sul</i> , da Abolição à República, 1940; (E) <i>O negro no Rio Grande do Sul</i> , subsídios para a história da escravidão no Brasil, Globo, 1941.
Olinto Sanmartin	1937 – 40	Economia	Contador, jornalista, professor	Empresa Construtora, Professor da ACM	Santa Maria	(L) <i>Poemas de Você</i> , versos, 1933; (B) <i>Bento Manoel Ribeiro</i> , 1935; (E) <i>A bandeira de Aracambi</i> , 1937.
Othelo Rosa	1930 – 41	Autodidata	Jornalista, político, juiz, Dono de Cartório	Diretor de <i>A Federação</i> , Secretário estadual, deputado estadual, Oficial do Registro Especial (1915-1956)		(L) <i>Canções da Mocidade</i> , versos, 1909; (L) <i>Evangelho de Amor</i> , 1910; (E) <i>Réplica ao Manifesto do Dr. Assis Brasil</i> , 1925; (E) <i>Os males e os crimes do Assisismo</i> (1928).
Rinaldo Pereira da Câmara	1949 – 53	Militar	Militar	Exército	Porto Alegre	(E) <i>Aquidabã perante a História</i> , 1946; (E) <i>Os fundamentos da Raça</i> , 1949.
Rubens de Barcellos	1924 – 28	Direito	Jornalista	<i>A Federação</i>	Porto Alegre	(E) <i>Esboço da formação social do Rio Grande do Sul</i> , ( <i>A Federação</i> ), 1922; (1923) <i>A ideologia separatista e o caráter rio-grandense</i> , 1923.
Walter Spalding	1932 - 31	Professor	Professor, Funcionário público	Professor em P. A., Biblioteca Municipal	Arroio dos Ratos	(L) <i>Nuvens</i> , 1922; <i>Cinzas</i> , 1924; (E) <i>Farrapos</i> , estudos históricos rio-grandenses, 1931; (E) <i>Os eternos caluniados</i> , defesa da Cia. De Jesus, 1932; (E) <i>À Luz da História</i> , 1934; (E) <i>Poesia do Povo</i> , Folclore, 1934.

**Quadro 3 – Formação profissional dos sócios efetivos do IHGRGS (1924-1949)**

### 1.1.2.3. Formação/profissão



**Gráfico 4 – Formação profissional dos sócios efetivos do IHGRGS**

Conforme o gráfico acima, um dado significativo é a forte presença de historiadores formados em direito (35%), que representa uma tendência de aumento na participação dos bacharéis em direito nos quadros do Instituto, quando se compara com o grupo de fundadores, do qual 20% eram advogados. Esse dado reforça a constatação de Mara Rodrigues de que a “tradição na área das ciências sociais que persistiu até os anos 50 no Brasil”, segundo a qual eram “os diplomados em direito [...] que escreviam ensaios e obras que tratavam dos temas sociais e históricos do país” (RODRIGUES, 2002, p. 44). Como já foi afirmado, a análise isolada dos dados de formação profissional pode ser bastante elusiva. Por isso, prefere-se analisar os dados relativos à ocupação profissional.

Um fator que dificulta a análise das ocupações profissionais é a acumulação de atividades por um único agente. Foi usado como critério para destacar a atividade polígrafa, a atuação *simultânea* de atividades profissionais associado a sua *regularidade*. Não foram considerados como *polígrafos* aqueles agentes que tiveram mais de uma atividade profissional em *diferentes* pontos da trajetória e/ou muito distantes da data de ingresso no Instituto. Ainda assim, persistem casos que não se adequam integralmente a esse critério. Por exemplo, Moysés Vellinho foi classificado com 4 ocupações profissionais (funcionário público, promotor, imprensa e político), mesmo que quando foi eleito para o IHGRGS, em 1949, já tivesse deixado a carreira política havia mais de dez anos. A suas atividades de jornalista e Promotor haviam sido

exercidas na década de 1920. No entanto, embora a atividade na imprensa não fosse regular, também nunca foi totalmente abandonada, por outro lado, o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado, o tinha em função da atividade política progressiva, sendo, pois, difícil separar o político do funcionário público, apesar do abandono da atividade política profissional. Outros casos são os de Manoelito de Ornellas e Walter Spalding, que ainda não eram funcionários públicos quando ingressaram no Instituto Histórico, no entanto, passam a ocupar essa atividade profissional num curto espaço de tempo, motivo pelo qual foram incluídos também dentro desta atividade. A atividade de promotor não foi um investimento profissional principal, mas um ponto de “passagem” da trajetória profissional de alguns (como um “degrau” na escada da ascensão profissional), assim sendo, foi considerado um dado que não poderia ser desprezado. Outra questão que se faz necessária acrescentar é que na prática esses agentes mudam a atividade principal, mas conservam ocupações secundárias ou não regulares. Por exemplo, Moysés Vellinho foi redator do *Correio do Povo* no início da carreira, depois foi nomeado Promotor. Em seguida, deixa essa função para exercer um cargo de confiança na Secretaria do Interior do estado, e, posteriormente, no Ministério da Justiça. Depois de deixar esses cargos, foi eleito para um mandato legislativo, dirigindo também *A Federação*. Finalmente, depois de deixar o cargo legislativo foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas do estado, e redator.

#### 1.1.2.4. Ocupações profissionais

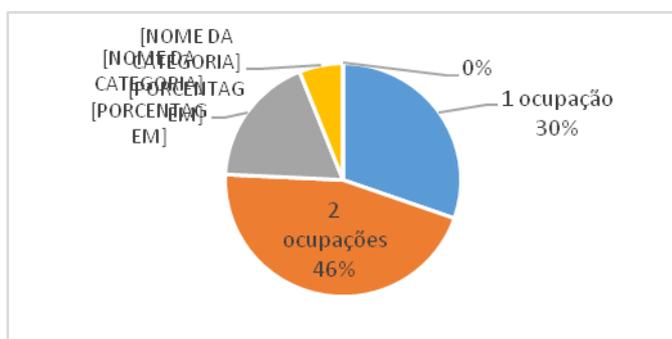


Gráfico 5 – Número de ocupações profissionais dos sócios efetivos do IHGRGS

É bastante significativa a presença de sócios que exerciam a atividade de professor entre os ingressantes no Instituto Histórico, no período de 1924 a 1949.

Metade daqueles que ingressaram neste período exerciam esta atividade (50%). Esta é uma mudança clara, quando comparamos com o quadro de fundadores, no qual apenas seis sócios eram professores. Entretanto, nenhum dos ingressantes efetivos exerceu *exclusivamente* esta atividade. Onze (11) exerciam o magistério em nível básico ou superior, juntamente com mais uma ocupação, e, além disso, cinco (5) tinham pelo menos mais duas ocupações. Esse incremento no número de docentes entre os sócios está relacionado à expansão dos cursos superiores e faculdades em Porto Alegre. Onze (10) sócios davam aulas em faculdades. Para a maioria, esta atividade não era a sua ocupação principal, mas o seu exercício podia estar associado ao prestígio social decorrente da atividade na docência de nível superior.

#### 1.1.2.5. Funcionários públicos

Entre os sócios efetivos (1924-1949), doze (12) eram funcionários públicos, dos quais somente dois exerciam *exclusivamente* esta ocupação. Houve uma leve diminuição em relação ao quadro dos fundadores, que apresentava o índice de 43% de funcionários públicos, o que pode estar relacionado ao incipiente processo de especialização da burocracia e da exigência do concurso público. Mesmo assim, o envolvimento dos membros do IHGRGS com o funcionalismo público continua visível, com uma taxa de 36%, que indica a participação de estratos médios e economicamente dependentes das concessões de serviços da burocracia de Estado.

Entre os **fundadores** estavam indivíduos prestigiados, como Aurélio Porto, Eduardo Duarte que dependiam do trabalho no serviço público para sobreviver. Entre os sócios **efetivos**, outros intelectuais, de uma nova geração, continuaram a depender do serviço público, como Walter Spalding, Manoelito de Ornellas e Dante de Laytano. O primeiro deles, Walter Spalding (nascido em 1901), era proveniente de uma família sem recursos econômicos e sem laços com a elite republicana, sem a posse de um diploma superior e com experiência profissional no comércio, mas teve algumas portas abertas pelos laços matrimoniais com uma família socialmente bem enraizada. Walter Spalding casou-se com Aída Borges Fortes, sobrinha do General João Borges Fortes, filha do General Jônatas Borges Fortes e Serafina Rego Monteiro. O General João Borges Fortes morava no Rio de Janeiro, e já havia sido eleito sócio correspondente do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Walter Spalding não possuía título universitário, mas

teceu redes de relações intelectuais (e políticas). O segundo, Manoelito de Ornellas (nascido em 1903), vinha de uma família de antigos laços tradicionais, mas sem recursos econômicos – perdidos nas lutas políticas com os republicanos. Os pais de Manoelito de Ornellas sofreram uma reclassificação social abrupta para baixo. Mesmo sem recursos, Manoelito recebeu uma educação esmerada, aprendeu espanhol por influência da mãe, que também lhe incutiu o gosto pela literatura, em especial, a poesia castelhana. Ambos, Manoelito e Spalding, têm suas carreiras atreladas à dependência das concessões no funcionalismo estatal, e ascendem à burocracia estatal por meio da intervenção de outros intelectuais, junto aos políticos locais, como mostra uma cópia da carta datada de 4 de maio de 1934, e destinada ao, então, Interventor Flores da Cunha, possivelmente escrita por Eduardo Duarte, intercedendo em favor do jovem membro do Instituto, assim transcrita:

Exmo Snr. General Flores da Cunha

Presado chefe e senhor

Como é do conhecimento de vossencia (*sic*), Valter Spalding, moço cheio de ardor pelas cousas do velho Rio Grande, autor já de diversos livros de caráter histórico que lhe abriram, sem favor, as portas do Instituto Histórico, candidatou-se a um cargo público, qualquer que fosse, para ser aproveitado no Arquivo Histórico. Não o conseguiu – apesar de vossencia (*sic*) ter-lhe manifestado a melhor boa vontade em atende-lo.

Está agora esse moço em vésperas de firmar um contrato com uma casa comercial, contrato que o afastará de Porto Alegre, e que o desligará do cultivo das letras pátrias, precisamente nesta ocasião que tanto precisamos do seu auxilio na comemoração do grande centenário.

Peço a vossencia (*sic*), com o mais vivo interesse, olhos e coração voltados para a velha história do pago sempre querido, que aproveite Spalding em qualquer cargo, colocando-o junto a mim, que preciosa será sua colaboração nos trabalhos da comemoração de 35.

De vossencia (*sic*) com o máximo respeito e consciente submissão  
(4/5/34)

O pedido expresso acima foi atendido, e Walter Spalding trabalhou, a princípio, à frente da Comissão Cultural da Exposição do Centenário Farroupilha, que funcionou de 1935 até 1936. Em 1937, depois do golpe do Estado Novo, Daltro Filho, o Interventor Federal no Rio Grande do Sul, nomeou José Loureiro da Silva, prefeito de Porto Alegre. Spalding exerceu cargo de confiança no gabinete do prefeito José Loureiro da Silva.<sup>10</sup> Depois, foi nomeado pelo prefeito bibliotecário na Biblioteca

---

<sup>10</sup> Carta de Walter Spalding a Souza Docca. Porto Alegre 30 de novembro de 1937. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Municipal, e, posteriormente, diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal. Foi amigo do prefeito Ildo Meneghetti.

Da mesma forma, Manoelito de Ornellas foi nomeado diretor da Biblioteca Pública do Estado, em 1937, “por **pedido da intelectualidade** gaúcha, em substituição a Augusto Meyer” (SPALDING, 1969, p. 3) (grifo meu). Portanto, a alocação desses intelectuais, assim como outros (ver os quadros n. 4 e n. 5, no capítulo 2) refere-se à conquista de espaços próprios de atuação intelectual, dentro do aparelho burocrático do Estado, sendo reservado o seu acesso sob monopólio dos intelectuais.

Dante de Laytano (nascido em 1908) ascendeu pelo diploma superior. Dante de Laytano era filho de um sapateiro, imigrante italiano. Teve acesso aos redutos de sociabilidades do Colégio Júlio de Castilhos e da Faculdade de direito de Porto Alegre. A partir desses locais e de posse de seu diploma de bacharel pode construir sua rede de solidariedades que lhe garantiram entrada aos círculos intelectuais. Em 1934, recebeu o convite do diretor do Museu Júlio de Castilhos, por meio de Eduardo Duarte, para trabalhar naquele órgão.<sup>11</sup> Casou com Ilha Lopez de Almeida, em 1939, membro de uma família tradicional de Rio Pardo.

#### 1.1.2.6. Trabalhos de estreia



Gráfico 6. Trabalhos de estreia dos sócios efetivos

A análise da obra de estreia mostra que daqueles que ingressaram no IHGRGS depois da sua fundação até 1949 (de um total de 33 sócios), 20 fizeram sua estreia

<sup>11</sup> NEDEL, 1999, p. 173-74.

através de *ensaios* “científicos” (histórico ou sociológico) e 13 no terreno da literatura (poesia, drama, ficção). Todos os 33 apresentaram algum *ensaio* “científico”, antes de ingressar no Instituto, cumprindo a exigência do regimento interno da instituição. Desses ensaios (33 ao todo), 23 foram publicados depois de 1930, e somente 10 antes disso. Ainda que seja levado em conta a dispersão temporal do ingresso desses agentes (1924-1949), é interessante observar a tendência para o crescente investimento intelectual no terreno do *ensaísmo*, já como ponto de partida da carreira intelectual, a partir de 1930. Isto fica mais visível quando se compara com o padrão de investimento intelectual no terreno da literatura (poesia, ficção, drama) para os mesmos períodos. Dos 13 sócios que estrearam na literatura, 11 o fizeram antes de 1930, e somente 2 depois disso – Dante de Laytano, com *Uma mulher e outras fatalidades* (1931) e Olintho Sanmartin, com *Poemas para você* (1933). Depois de 1933, nenhum dos ingressantes do IHGRGS fez sua estreia na literatura, o que pode indicar o sucesso de um projeto de afirmação da identidade profissional da História. Assim, pode-se concluir que aqueles que fizeram a sua estreia nos anos 1920 tendiam a fazê-la na poesia, que era o gênero intelectual de maior prestígio à época. Ao longo dos anos 1920, mediante a progressiva especialização da História, e o aumento do prestígio institucional e da própria “profissão” de historiador, o ingresso no IHGRGS torna-se objeto da aspiração de parte da elite intelectual do estado, favorecendo a reconversão da carreira intelectual daqueles que haviam estreado na literatura para o terreno do *ensaísmo* científico (como por exemplo, Clemenciano Barnasque, Darcy Azambuja, Félix Contreiras Rodrigues, Guilhermino César, Manoelito de Ornelas, Walter Spalding). Este aspecto, vai ao encontro daquilo que disse Marlene Medaglia Almeida sobre a constituição do Instituto, num primeiro momento, na sua fundação, sendo beneficiado pelo capital social dos seus membros, e, depois, o próprio Instituto se torna fonte de *prestígio*. Conforme Almeida: “Mas o Instituto não tardou em constituir-se também em fonte de *status*, atribuindo com título de associado, honorabilidade à pesquisa histórica e assegurando, igualmente, a divulgação de seus resultados em um veículo qualificado” (ALMEIDA, 1983, p. 150). Para aqueles que estrearam somente depois desta mudança na escala de prestígio intelectual, a forte tendência, no grupo analisado, foi fazer o seu investimento inicial de carreira direto no campo do *ensaísmo*.

## 1.2. O “regionalismo” como unidade de referência e objeto de disputa entre historiadores e literatos no Rio Grande do Sul (décadas de 1920 a 1940)

A esfera intelectual local, cuja emergência, nos moldes contemporâneos, se dava na conjuntura das primeiras décadas do século XX, organizou-se em torno da *agenda intelectual* que colocava a questão da identidade regional como central para os intelectuais do IHGRGS, respeitando uma série de interesses. Seguindo a trilha de trabalhos realizados por Ieda Gutfreind (1998 [1989]), Letícia Nedel (1999; 2005), Odací Coradini (2003), Mara Rodrigues (2006), Luciana Murari (2008) e Karina Batista (2008), pode-se identificar os interesses políticos, intelectuais, culturais e editoriais envolvidos. É preciso considerar estes motivos para entender a tomada de posição dos intelectuais sul-rio-grandenses, em particular os historiadores, pela temática da identidade regional, que se articula diretamente com o *regionalismo*. Levar esses interesses em conta ajuda a perceber esta questão de forma não-voluntarista, mas como uma problemática que não podiam ignorar. A *agenda* foi imposta pela tensão entre questões internas e, também, exógenas ao meio intelectual local. Utilizando o *regionalismo* como móvel e objeto de lutas, os homens de cultura do Rio Grande do Sul iniciaram a disputa por posições intelectuais no âmbito local e nacional, que era, ao mesmo tempo, a luta pela definição do seu “espaço social” (hierarquias, visibilidade e articulação com o espaço de poder), e pelo poder de definir os critérios legítimos do regionalismo e da identidade regional.

Os intelectuais e políticos sul-rio-grandenses perceberam que estavam cada vez mais perdendo espaços no cenário político nacional, em especial desde a morte do senador Pinheiro Machado. A identidade regional, que enfatizava as diferenças com o restante do Brasil, bem como as similitudes com o Prata, havia servido muito bem aos interesses políticos atinentes à instalação do regime castilhisto no Rio Grande do Sul e à conquista da autonomia estadual, mas acabou por criar dificuldades na representação cultural do Rio Grande do Sul como parte da federação, tendo como reflexo político a rarefação da participação de rio-grandenses na arena política nacional. Os intelectuais do Rio Grande do Sul viam a necessidade de estatuir uma identidade regional que desfizesse a imagem de “corpo estranho à nação”, e isso casava-se muito bem com o

interesse político de mais espaço de atuação para os políticos do estado, nos foros nacionais (GUTFREIND, 1998; NEDEL, 1999).

O alinhamento da identidade regional à nacional era um pressuposto para os próprios intelectuais do estado serem “aceitos” (reconhecidos e legitimados) pelos seus pares nacionais. A condição de espaço periférico (social e simbólico) acentuava a dependência e subordinação da esfera intelectual local aos critérios de legitimidade ditados pelo centro, entre os quais o *nacionalismo* emergia como principal baliza de legitimidade. Além disso, a esfera local não possuía mecanismos próprios de consagração. Assim, era necessário, para o intelectual local da época, ser lido e reconhecido no meio intelectual nacional, tanto pelos escritores consagrados quanto por aqueles que representavam instituições legítimas do mundo intelectual, e, também, pelas diversas instâncias de produção e difusão da cultura, como os jornais e as revistas do centro do país. A tarefa de definir a identidade nacional assumida pelos intelectuais brasileiros, por sua vez, acabava por expor a problemática das identidades regionais como questões que precisavam ser articuladas e harmonizadas com o ideal nacionalista. Esta questão tornava-se nodal para intelectuais de um espaço regional periférico como o Rio Grande do Sul. Assim, os fundadores do IHGRGS definiram como sua a atribuição de (re)formular a identidade regional (GUTFREIND, 1998; NEDEL, 1999).

A formulação da identidade nacional trazia em seu bojo disputas regionais para tornar os atributos culturais dos estados aptos à concorrência, pelo caráter representativo da nação. Convém lembrar que até a década de 1930 os atributos culturais “mais representativos” da cultura nacional ainda não estavam definidos. Era um jogo completamente aberto, no qual as literaturas regionais do norte/nordeste e sudeste tinham nitidamente mais espaço, e no qual os sul-rio-grandenses ficaram marcados e circunscritos como contribuição de alcance apenas regional. Conquanto, neste aspecto, participasse mais efetivamente a literatura do que a história, o suporte para a literatura rio-grandense colocar-se em posição de concorrer com outras literaturas era assentado em bases históricas. Este estado de *concorrência* se dava em primeiro plano no nível intra-regional, pela definição dos “porta-vozes” e produtos coletivos da cultura regional. No nível extra regional, e no largo prazo, a literatura foi mais eficiente para fixar a imagem do Rio Grande. Duas instituições que se destacam nesse processo são o IHGRGS e a Livraria do Globo. Aquele, por ser a primeira “corporação intelectual” a encampar a missão de reformular a identidade regional, utilizando a história como

móvel e objeto. Esta, por ser a “casa” editora que dava visibilidade aos intelectuais gaúchos, local e nacionalmente (NEDEL, 2005; RODRIGUES, 2006).

Os intelectuais gaúchos reconheciam as dificuldades de penetrar no mercado editorial nacional. É certo afirmar que o campo da produção cultural, e, juntamente com ele, o campo editorial, só se define no Brasil a partir de 1930 (MICELI, 2001, p. 154). Portanto, ao se falar nos objetivos editoriais, está se falando nos termos compreendidos na época. Ou seja, aqueles intelectuais queriam ser editados e lidos pelo “Brasil e pelo Rio Grande que lê” (o que não significa dizer os alfabetizados do país ou do RS, e sim o “meio letrado” da nação e do Rio Grande do Sul). Buscava-se vencer a “prevenção” que havia contra os livros produzidos na “província”. Ora, se os escritores gaúchos não tinham espaço nas editoras nacionais, restou-lhes a alternativa de criar uma editora regional de projeção nacional. A Livraria do Globo assumiu esse papel, criando um *regionalismo editorial* que se desdobrava em *regionalismo literário*. O estado da concorrência entre intelectuais se refletia na disputa indireta entre as “casas” editoras (CORADINI, 2003; BATISTA, 2008).

Todos esses interesses citados anteriormente, tomados em conjunto favoreciam o investimento na questão da identidade regional. Assim, o *regionalismo* assumiria a função de eixo estruturante da agenda intelectual, como “campo do pensável” ou “problemática legítima” de longa duração, no meio intelectual rio-grandense. Esse eixo estruturante se desdobrou, de acordo com a conjuntura, em dois sentidos: a) o *regionalismo* como instrumento das lutas políticas das elites regionais (políticas e intelectuais), até meados do século XX; b) o afastamento do *regionalismo* do sentido de “missão política”, e aproximação ao sentido de “missão cultural”, desde o final do Estado Novo. Nesses dois momentos, estão presentes as contínuas disputas internas e externas pela (re)definição da identidade regional e dos critérios legítimos regionalismo.

A seguir, ver-se-á (rapidamente) alguns pressupostos teóricos para se pensar o regionalismo gaúcho. O objetivo não é pautar uma discussão teórica, mas sim trazer algumas referências gerais para a compreensão dessa questão, e sua permanência como unidade de referência para a produção e atuação dos intelectuais rio-grandenses, em especial, nas primeiras décadas do século XX. Em seguida, será feito um esboço geral da articulação dos conceitos de nacionalismo e regionalismo na vida intelectual gaúcha, ressaltando a atuação de historiadores e literatos, e a disputa sub-reptícia entre história e literatura.

Segundo Bourdieu, o regionalismo é

um caso particular de lutas simbólicas, nas quais os sujeitos estão engajados seja individualmente e em estado disperso, seja coletivamente e em estado organizado, e que tem por jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e dos lucros correlativos, tanto econômicos quanto simbólicos (BOURDIEU, 2001, p. 124).

Conforme o pensamento do sociólogo francês, o regionalismo, enquanto construção social, responde a interesses de grupos sociais precisos. É, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de disputas. Envolve as lutas pelo poder de classificação para “impor uma visão do mundo social”, em conformidade com os interesses (precisos) regionalistas. É uma resposta à “estigmatização” da região como “espaço estigmatizado” (definida pela sua distância econômica e social em relação ao centro), que se estrutura como uma luta não pela supressão ou subversão das características da *estigmatização* em si, mas “da tábua dos valores que as constitui como estigmas”. Bourdieu reconhece que aquilo que está em jogo é o apropriar-se do poder de “não ser avaliado ou avaliar-se em função dos critérios mais desfavoráveis”. Portanto, as reivindicações regionalistas não visam a abolir o jogo em si, mas simplesmente alterar e inverter o *sentido* e o *valor* das características estigmatizadas. Essa característica das lutas regionalistas leva os agentes a posições aparentemente ambíguas, ou mesmo contraditórias, pois se, por um lado, os regionalistas negam o *estigma* estabelecido, por outro, o reiteram, num esforço de ressignificação das características desfavoráveis.

Antony Smith (2000), teórico do nacionalismo, analisa outras implicações do regionalismo, que dizem respeito ao substrato utilizado pelos regionalistas na “confeção” da identidade regional. Sobre isto, Smith observa que há uma relação de continuidade entre o passado cultural, que ele chama de *etnopatrimônio*<sup>12</sup>, de muitas “províncias” (regiões) e as nações modernas. Assim, este autor afirma que as identidades “se reconstituem constantemente através de processos de seleção, a partir de um etnopatrimônio, de elementos simbólicos, e de reidentificações com o etnopatrimônio reconstituído” (SMITH, 2000, p. 9). No entanto, estes processos de seleções de um *etnopatrimônio* não são espontâneos. Sobre eles, atuam diversos grupos dentro do corpo social, em especial, os intelectuais (mas também os burocratas, os clérigos e os dirigentes). Assinala, entretanto, que as elites intelectuais não operam livremente estes processos de seleções. Encontram-se elas “coagidas” e “limitadas” pela necessidade de ressonância social:

---

<sup>12</sup> Smith refere-se ao conceito de Etnicidade no sentido cultural.

Assim sendo, as elites operam dentro dos limites da ressonância popular das identificações tradicionais, do conhecimento histórico do momento e das tradições históricas compartilhadas, se querem que suas inovações e reinterpretações culturais tenham consequências sociais e políticas perduráveis (SMITH, 2000, p. 10).

O que Smith sugere é a existência de um equilíbrio entre a atividade “intelectual” e a influência do passado “cultural” na construção discursiva da memória e da identidade regional. A observação desse teórico é pertinente, pois alerta que os processos de resignificação ou reidentificação não devem ser tratados como simples “manipulação burguesa”, como uma invenção das elites políticas, econômicas e culturais. Tampouco, por outro lado, se trata de pensar a identidade regional (ou nacional) como um dado *natural* prévio ou uma *essência* imanente das próprias sociedades, livre da ação interessada de agentes e grupos de agentes sociais precisos.

Daniel Pécaut (1990) demonstrou o engajamento dos intelectuais brasileiros como “mediadores culturais”, ou “portadores” da identidade nacional, nos debates sobre a construção nacional, nas décadas de 1920 e 1940. Embora para eles já existisse uma “identidade nacional latente” (confirmada pelas maneiras de ser, pelas solidariedades profundas e pelo folclore), era necessário “organizar” a nação, tarefa que caberia às elites (p. 14). Todos os teóricos do nacionalismo e do regionalismo são unânimes em afirmar a importância dos intelectuais na formação das identidades regionais e nacionais. Salienta-se no caso de intelectuais periféricos, como é o caso dos gaúchos, que, ao trabalharem sobre a matéria da constituição das identidades como representação simbólica, eles, também, estão formulando representações que dizem respeito ao seu próprio lugar no *espaço social*, que engloba, ao menos, três dimensões relacionais: primeiro, o seu lugar em relação aos pares intelectuais do centro; segundo, o seu lugar em relação ao espaço de poder local ou regional; terceiro, a posição do espaço regional de poder em suas relações com poder central. De posse dessas bases conceituais gerais, é possível olhar para a construção do discurso histórico a respeito da memória e da identidade regional no Rio Grande do Sul, na intersecção entre o regional e o nacional, englobando as tensões e acomodações daí decorrentes.

De modo geral, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a relação entre a política regional e a política nacional era caracterizada por atritos e tensões (mas também acomodações) imbricados no conflito político entre os projetos de centralização x descentralização. Naquele contexto, marcado, sobretudo, pela defesa da autonomia do estado frente à federação, uma geração intelectual, especialmente historiadores como

Assis Brasil, Alfredo Rodrigues e Alfredo Varela, produziu trabalhos de história, que podem ser lidos também como libelos políticos.<sup>13</sup> Cássia Silveira (2015) aponta que vários literatos manipulavam a ideia de regionalismo não apenas como compartilhamento de “uma certa tradição estética” mas para afirmar “formas de adesão à lógicas construídas por grupos sociais” (SILVEIRA, 2015, 149). Nesse período o regionalismo foi usado como uma arma política, sobretudo, na defesa do federalismo como princípio de autonomia.<sup>14</sup> Do ponto de vista “historiográfico”, foi somente a partir da institucionalização da história no Rio Grande do Sul, em 1920, com a criação do IHGRGS, que a historiografia local deu uma guinada no sentido da integração nacional, embalada pelo *nacionalismo* (GUTFREIND, 1998). Assim, o *regionalismo* foi uma espécie de lente através da qual os intelectuais rio-grandenses leram e interpretaram a relação do espaço regional com o todo nacional. Essa lente foi sendo manipulada e o enfoque foi alterado de acordo com o contexto no qual se inseriam esses intelectuais. Inicialmente, serviu para enfatizar uma pretendida autonomia local, ou combater aquilo que consideravam excessos de centralização por parte do centro, depois, foi redefinido para acentuar a brasilidade do Rio Grande do Sul, e, com isto, afirmar as qualidades “morais” dos gaúchos como aptos para assumir a liderança nacional. Contudo, prevalece o sentido de missão política no acionamento do regionalismo (CORADINI, 2003).

Letícia Nedel evoca a historiadora Anne Marie Thiesse, para dizer que o discurso regionalista patriótico prevê “a construção de um consenso social e político que permita falar da diferença sem valor adversativo” (NEDEL, 2007, p. 91). Segundo Thiesse (1995), o termo regionalismo surgiu na língua francesa, no final do século XIX, para contrabalançar o excessivo centralismo político exercido a partir da capital – Paris – em relação ao restante do país, mas não como antítese ao nacional. O regionalismo teria sido concebido como “forma consensual da reunião nacional” (p. 3). Em 1900, foi fundada por intelectuais provincianos uma associação chamada *Federação Regionalista Francesa*, com o propósito de “lutar contra os excessos do centralismo”. Este movimento pôde reunir “notáveis de direita, moderados e radicais”, e ainda contar com

---

<sup>13</sup> Cássia Silveira assinala que no século XIX, quando não havia profissionalização alguma no campo intelectual, ser um “homem de letras” englobava “ser historiador, filósofo, político e artista”. (SILVEIRA, 2008, 10). É seguro afirmar que, no século XIX, literatura e história caminham juntas e caracterizadas pela ausência de autonomia frente ao espaço político.

<sup>14</sup> Letícia Nedel e Mara Rodrigues, entretanto, ressaltam que, no final do século XIX e início do XX, os “precursores da literatura local – como Apolinário Porto Alegre, Taveira Junior, João Mendes da Silva e Múcio Teixeira – preferiam, naquele momento, o caminho da integração nacional” (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 177).

a não hostilidade da esquerda socialista, dado ao fato de seu programa ser “suficientemente vago para evitar divergências”. Para Anne Marie Thiesse, no sentido estrito de reformas políticas, a ação regionalista pouco conseguiu ou mesmo foi desprovido de efeitos, mas atuou profundamente na consciência nacional como tema de união com a “capacidade notável de poder enunciar a existência de diferenças ao mesmo tempo em que as neutralizava, deslocando-as do plano social para o plano geográfico”, afirmando a comunidade de interesses e a complementaridade das diferentes regiões francesas (THIESSE, 1995, p. 7-8).

Nesse mesmo sentido, Luciana Murari (2008) estabelece um paralelo entre o regionalismo francês e o brasileiro, através da literatura:

Em analogia com o movimento francês também surgido no final do século XIX, podemos dizer que o regionalismo brasileiro tornou-se um campo agregador que simultaneamente evidenciava as diferenças e as neutralizava, remetendo-as a referentes comuns. A preservação das idiossincrasias locais é convertida em um projeto único oposto a veleidades separatistas, no qual as diferentes regiões desempenhariam papéis complementares, dentro de uma lógica conciliadora que pode acabar por dissimular diferenças sociais realmente efetivas (MURARI, 2008, p.157).

Luciana Murari assinala que na literatura brasileira, no início do século XX, na fase realista, houve uma convergência entre nacionalismo e regionalismo, de tal forma que o regionalismo não se constituiu contra a nação, mas com o fim de conciliar (ou acomodar) interesses divergentes das elites regionais frente a interesses de outras elites e do poder central, preservando (e ressaltando) as características locais, mas neutralizando o seu poder centrífugo. O regionalismo naturalista foi o modelo estético privilegiado nas duas primeiras décadas do século XX, período auge da consagração de Alcides Maia como escritor regionalista. Alcides Maia reforçou o *tipo* nascido do romantismo – “*monarca das coxilhas*” – como a figura típica gaúcha. Ele mesmo oriundo de uma região de estagnação econômica, social e política, tentou recuperar o prestígio da campanha gaúcha, ao menos em nível simbólico, como matriz da identidade regional. Embora, em 1900, Alcides Maia tivesse defendido o “federalismo literário”, num veemente combate à “centralização das letras”, e, ao mesmo tempo, tivesse condenado, na *estética*, a dependência do Brasil à capital federal (em seu livreto de crítica literária *Através da Imprensa*), a partir de sua mudança para o Rio de Janeiro, fez uso da forma e dos valores estéticos ditados a partir do centro da “República das Letras”, para fixar, de maneira indelével, uma imagem do Rio Grande e um tipo

representativo da identidade rio-grandense: o *pampa* e o *gaúcho* (ALMEIDA, 1994; MURARI, 2008).

A Primeira Guerra Mundial gerou profundas mudanças no universo intelectual brasileiro. Nesse contexto, emergiu o “*novo nacionalismo*”, que teve como resultado concreto a criação da *Liga de Defesa Nacional*, cuja vanguarda foi assumida por intelectuais como Olavo Bilac e Coelho Neto. Esse movimento teve efeitos estruturantes na esfera intelectual brasileira, como a transformação no *sentido* e no *papel* dos intelectuais na sociedade. É sabido que depois da entusiástica adesão dos intelectuais à campanha republicana, seguiu-se uma rápida desilusão com o novo regime implantado. O resultado foi a “*experiência de isolamento*” e distanciamento da política. Os intelectuais optaram pela “*República das Letras*”.<sup>15</sup> No entanto, com a crise resultante da Primeira Guerra Mundial, surgiram as condições para grandes revisões sociais. As sociedades europeias que antes eram vistas como modelo a ser seguido, passaram a ser criticadas e passaram a ser avaliadas negativamente, como sociedades “*velhas*” e “*ultrapassadas*”, abrindo espaço para a valorização dos caracteres nacionais, vistos, agora, como o “*novo*” e o “*futuro*”, cheios de possibilidades para um “*brilhante*” *dever*. Por outro lado, a crise de hegemonia por que passava o pacto oligárquico, que deu os primeiros sinais de fissura na Campanha Civilista (1910), abriu a estrutura de *oportunidade* política para que ocorresse a reconversão de intelectuais como Olavo Bilac e Coelho Netto – em meio à crise da hegemonia do Parnasianismo que já dava sinais de esgotamento – para questões políticas e sociais, buscando assegurar o domínio simbólico do campo literário e sobre a definição dos critérios legítimos da produção intelectual. É em meio a este conjunto de transformações e crises que surge a *oportunidade* para os intelectuais se inserirem no mundo social dos homens de “*carne e osso*”, tomar *posições* e ocupar *espaços* no campo de poder, rompendo com o isolamento que os caracterizou nas primeiras décadas republicanas. Os intelectuais mediante a redefinição do seu *papel* na sociedade passam a ocupar, ou reivindicar, a posição de porta-vozes e vanguarda dentro de um programa nacionalista, que tinha como “*missão*” criar a Nação (SKIDMORE, 1975; VELLOSO, 1993; PECAUT, 1990).

Esse movimento nacionalista do primeiro pós-guerra instaurou uma *agenda* intelectual a ser seguida, na qual figurava, com prioridade, o estabelecimento de uma

---

<sup>15</sup> Este quadro deve ser matizado pela ideia de que os intelectuais, nesse período dos primeiros anos da República, continuaram atuando no campo político, mas de maneira sub-reptícia (SILVEIRA, 2015, p. 133, 134).

identidade nacional, mas também afetou os próprios *critérios de reconhecimento e legitimação* intelectual. Os intelectuais se auto investem da condição de portadores da “identidade nacional”. As produções da literatura e da arte deveriam, a partir de então, ter uma função social e didática para serem aceitas como legítimas: ensinar ao cidadão o amor à Pátria (PECAUT, 1990; VELLOSO, 1993). As periferias do “campo” intelectual brasileiro não ficaram infensas a estas transformações nos padrões de legitimação da esfera intelectual, quanto ao papel dos homens de letras e quanto à agenda intelectual.

Em 1916, Olavo Bilac, em sua cruzada de propaganda nacionalista, esteve durante trinta dias no Rio Grande do Sul, dos quais 14 foram gastos em Porto Alegre, em múltiplas solenidades, como conferências, privadas e públicas, desfiles, jantares, etc., pregando a criação da Liga de Defesa Nacional e o “*novo nacionalismo*”.<sup>16</sup> Foi formada uma comissão central para organizar todas as recepções e festas que se fariam ao “ilustre brasileiro”. Fizeram parte desta comissão futuros membros do Instituto Histórico, efetivos e correspondentes, como o Monsenhor Mariano da Rocha, Benjamim Flores e Alcides Maia. Desde a despedida no Rio, a visita de Bilac foi revestida de caráter oficial, contando com a presença do representante do presidente da República, General Faria, também o deputado federal do PRR Joaquim Osório e o presidente do Banco do Brasil, Homero Batista.<sup>17</sup> Na ocasião do primeiro dia da estada de Bilac em Porto Alegre, um dos “novos” escritores, que despontava como um “*de mais largo futuro entre os da sua geração, no Brasil*”, Mansueto Bernardi, foi convidado a recitar, no Palácio Municipal, um poema que mandou imprimir em edição especial comemorativa da visita de Olavo Bilac.<sup>18</sup>

O jornal *O Diário* estampava o editorial de boas-vindas ao poeta:

Porto Alegre tem a honra de hospedar Olavo Bilac, a mais pura glória das letras brasileiras, o mais nosso dentre os poetas nacionais. “O Diário” presta a sua homenagem ao grande poeta e ao brasileiro ilustre que depois de ter engrandecido a pátria com o seu estro, empreende, neste momento a mais bela e desinteressada campanha do nosso reerguimento moral como povo e como nacionalidade. A Ésquilo concedera a Grécia o prêmio de dirigir um exército como recompensa de haver magnificado com as suas tragédias. Que o Brasil, nessa jornada, se deixe guiar pelo maior dos seus poetas.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> Esta expressão “novo nacionalismo” não faz parte do vocabulário dos coetâneos, mas é empregada por Thomas Skidmore para designar o movimento nacionalista surgido no contexto da Primeira Guerra Mundial, que alterou a relação dos homens de letras no Brasil com a política e a sociedade e, também, o papel da intelectualidade na sociedade (SKIDMORE, 1976).

<sup>17</sup> Joaquim Osório e Homero Batista foram sócios correspondentes no quadro de fundadores do IHGRGS.

<sup>18</sup> O poema chamado *Exaltação* (1916).

<sup>19</sup> *O Diário*, Porto Alegre, 1 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

O poeta da Liga de Defesa Nacional disse às autoridades sul-rio-grandenses reunidas na Intendência Municipal na noite da sua recepção:

Rio-grandenses, mais do que nunca o Brasil precisa hoje de vós e confia em vós! Já sendo crentes, sede apóstolos! Já sendo soldados, sede instrutores! Heróis, filhos de netos de heróis, criai novas legiões de heróis! E continuai, aumentai, multiplicai infinitamente o vosso heroísmo, em favor da unidade, da força, da defesa, da paz e da glória do Brasil!<sup>20</sup>

No quarto dia da visita, o poeta falou aos intelectuais locais, numa conferência organizada pela Academia de Letras do Rio Grande do Sul<sup>21</sup>, que teve lugar no Teatro São Pedro:

A literatura que aqui praticais é boa literatura. Todos os vossos livros que já li, trazem a luz e o aroma do vosso ar e dos vossos campos. A vossa história e os vossos costumes, a alma da vossa terra e da vossa gente, poesia da natureza e poesia do povo, vivem nas páginas que tendes imaginado e publicado. É o melhor louvor que vos posso dar. **Exalço e abençoo o vosso nacionalismo literário.** Não vos contaminou o vício da arte dissolvente, em que pontificam distribuidores de palavras ocas, professando que o talento pode reinar sem o patriotismo, como sem a moral. Homens de letras, sois os mesmos homens simples, amigos da vossa gente, e cidadãos na vida corriqueira e na vida da arte, cidadãos entre os vossos filhos e entre os vossos livros, nos lares que fundastes com vosso afeto e nas obras de ficção que aparelhastes com a vossa inteligência. Se agradecendo as boas palavras de animação que me dirigistes, venho entreter-vos de assunto que não de pura técnica literária, é porque sei que **a vossa literatura é fruto e flor do vosso patriotismo.** E sei também que o vosso povo vos escuta com carinho e vos lê com confiança... **Dizei-lhe, senhores, que ele deve, como vós, persistir no seu culto regionalista, amando o seu torrão, e cada vez mais se integrando no culto nacionalista, na adoração da unidade da Pátria.** E dizei-lhe que, para os povos dignos, como para os homens nobres, a mais bela virtude é a do desinteresse. [...] A vossa literatura é uma força. Já a aproveitastes para a coesão e consciência dos rio-grandenses: coligindo e catalogando as lendas do povo, os contos singelos e as ingênuas trovas dos vossos campinos, e depois, com o vosso talento e a vossa cultura, estabelecendo em romances e poemas os vários aspectos do trabalho, das lutas, do amor, do entusiasmo de toda a vida da população – de certo modo criastes a existência moral da sociedade em que viveis, porque a fixastes em beleza artística. **Deveis agora aproveitar esta força para uma multiplicação de coesão e consciência – para o trabalho da unidade da Pátria.** Professai e pregai, em todas as páginas que escreverdes, este princípio: a riqueza, o progresso, a ventura de cada

<sup>20</sup> *O Diário*, Porto Alegre, 2 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

<sup>21</sup> Entre os membros da Academia de Letras do Rio Grande do Sul estavam Mariano da Rocha, Aquiles Porto Alegre, João Pinto da Silva, Alcides Maia, José Paulo Ribeiro, João Maia, Lindolfo Collor, Otávio de Faria, Tancredo Fernandes de Melo, Manuel Joaquim de Faria Correa, todos futuros fundadores do IHGRGS.

um dos fatores da federação não devem ser unicamente inventados e aumentados para o engrandecimento próprio, mas para o engrandecimento do Brasil (grifos meus).<sup>22</sup>

Esta longa transcrição de trechos do discurso de Olavo Bilac serve para ilustrar como a agenda nacional foi apresentada aos intelectuais locais, com vistas à integração do culto *regionalista* ao culto *nacionalista*. No ano seguinte, a Liga de Defesa Nacional foi criada em São Leopoldo, depois da reprimenda do presidente da república ao presidente do estado (GERTZ, 2002, p. 93).<sup>23</sup> Ainda no ano de 1917, alguns políticos e intelectuais rio-grandenses tentaram criar um Instituto Histórico, entre os quais alguns nomes que fizeram parte da comissão central que recepcionou Olavo Bilac. O desdobramento desse movimento foi o surgimento de um *novo regionalismo*, que tem como característica a ênfase na integração regional ao quadro nacional e, também, jogando com a tensão centro x periferia, a apologia à “autoridade moral” do Rio Grande para exercer a liderança nacional.

A criação do IHGRGS se deu nesse contexto, quando ainda se ouviam os ecos da pregação nacionalista de Olavo Bilac. Os historiadores que criaram o IHGRGS tomaram para si a missão de formular uma nova “tábua de valores”, que ressignificasse os atributos regionais através da disciplinarização da memória e da identidade regional para o Rio Grande do Sul, articulada com a identidade nacional. O regionalismo foi colocado a serviço do nacionalismo, associado à missão política de alçar o Rio Grande ao centro do poder nacional, pois, para que o Rio Grande estivesse apto a assumir a liderança nacional, não poderiam restar dúvidas sobre a brasilidade dos gaúchos. A relação entre região e nação, parte e todo como núcleo de reflexão dos historiadores rio-grandenses na produção historiográfica local, foi assumida para resolver as dificuldades de integração entre a parte e o todo. Entre os elementos da identidade regional que criavam dificuldades em harmonizar as identidades regional e nacional, estava a identificação demasiada com o Prata, que deveria ser neutralizada. Tratava-se, de um lado, de um processo de alinhamento da identidade regional à identidade nacional, para acomodar vários interesses em níveis não hierárquicos: o político, o cultural, o econômico; e, de outro, o desenvolvimento institucional e disciplinar da História no estado.

---

<sup>22</sup> *O Diário*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1916, p. 5.

<sup>23</sup> Borges de Medeiros não tinha como prioridade a agenda nacionalista. Suas preocupações eram antes de tudo pela manutenção da autonomia do estado frente à federação.

Como questão de fundo da redefinição da identidade regional estava a construção da própria identidade dos intelectuais ligados ao IHGRGS, os quais tenderam a reproduzir na esfera intelectual uma luta homóloga às disputas no campo político, ressentidos que estavam da falta de espaços para intelectuais e políticos no âmbito nacional.<sup>24</sup> Porém, a despeito de serem lutas homólogas e complementares, eram lutas distintas. Submeter completamente as disputas intelectuais (e sua colaboração) aos interesses do campo político seria esquecer que existem móveis de lutas internos que são irredutíveis às motivações políticas, simplesmente porque tais interesses convergiam momentaneamente.

O historiador Aurélio Porto articulou aspectos ligados à reversão dos estigmas regionais – portanto, ao processo mais amplo da redefinição do regionalismo – com os aspectos menos salientes da definição de uma identidade profissional dos intelectuais rio-grandenses, na esteira desse processo. Na apresentação do seu *Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul*, cujo primeiro fascículo veio à publicação em 1936<sup>25</sup>, Aurélio Porto retomava a antiga constatação “somos quase desconhecidos nos aspectos mais interessantes da nossa vida” no Brasil, fato que atribuía à “falta de divulgação sistemática das nossas realizações e possibilidades em quaisquer setores da atividade humana”. E lamentava o estigma negativo: “para as classes menos cultas [do Brasil] gaúcho sinonimiza belicosidade”. Em seguida, como o processo de ressignificação de estigmas não implica na anulação dos mesmos, Aurélio Porto reforça os caracteres do *gaúcho* ligados à guerra, para, mais adiante, reivindicar o reconhecimento e a contribuição dos rio-grandenses em outros “setores”:

Entretanto, se as tradições de luta cruenta em que consistiu, na **defesa** da grande pátria, a nossa formação étnica e o espírito combativo dos nossos antepassados, nos dão, naturalmente, foros de cavaleiros ardentes do liberalismo nacional, e das heroicas arrancadas guerreiras do nosso passado, - não nos pode ser negada, a par destes, que constituem preciosa colaboração para a unidade da Pátria, outra feição mais bela e mais eficaz para a contribuição do progresso material, moral e **intelectual do Brasil** (grifo meu).<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> A reabilitação histórica do sul-rio-grandense como brasileiro, e a reversão dos estigmas regionais (bárbaros, caudilhos, “corpo estranho à nação”), habilitava os políticos gaúchos a postularem posições de comando nacional, e aos intelectuais do estado a dizerem a seus pares do restante do Brasil o que *era* o Rio Grande.

<sup>25</sup> Este projeto intelectual foi malgrado, devido à fraca participação de outros intelectuais rio-grandenses e, também, pela mudança de Aurélio Porto de Porto Alegre para o Rio de Janeiro em dezembro de 1936. O *Dicionário* teve apenas dois fascículos. Este tema será retomado mais adiante (cap. 2).

<sup>26</sup> PORTO, 1936, p. 3.

Se os foros de brasilidade teriam sido conquistados pela contribuição dos soldados gaúchos nas lutas fronteiriças no passado, agora outros “foros” para a contribuição dos gaúchos eram requisitados para que os sul-rio-grandenses continuassem a fazer suas contribuições para o progresso “material, moral e intelectual do Brasil”. Portanto, aqui entra a reivindicação pela legitimidade diante das instâncias intelectuais para o projeto intelectual que era o *Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul*. Apesar da distância temporal de 16 anos, entre a criação do IHGRGS e a publicação do primeiro fascículo da enciclopédia de Aurélio Porto, estão em cena os mesmos elementos em ambos os projetos. A criação do IHGRGS é a busca de se apresentar à nação “com um livro na mão”, e à altura das instituições intelectuais congêneres (legitimidade intelectual), para desfazer “erros” e “inverdades” (estigmas) que se “divulgam” sobre o Rio Grande.

Na criação do IHGRGS, esta relação entre nação e região apareceu na fala do primeiro presidente do Instituto Histórico, Florêncio Abreu, já na primeira sessão de instalação do Instituto: “os trabalhos do Instituto versarão, portanto, principalmente sobre a história pátria, e especialmente a do Rio Grande do Sul”.<sup>27</sup> No mesmo sentido, Souza Docca dizia que o Instituto não deveria “fazer história exclusivamente rio-grandense, porque isso seria inominável absurdo”.<sup>28</sup> E justificava o porquê: “sabemos todos que a história do Rio Grande do Sul está estreitamente vinculada aos principais fatos da história do Brasil e da civilização”.<sup>29</sup> Para ele havia uma relação indissolúvel entre região e nação, pois “a história do Brasil por sua vez não poderá ser escrita sem os elementos fornecidos pelo estudo da vida de seus estados”.<sup>30</sup>

Soma-se a isso a visão sobre o **papel social** da história e do historiador na conjuntura em que o IHGRGS foi fundado. Ainda quando discursava no ato inaugural daquela instituição, em 1920, Florêncio Abreu expressou qual o propósito daqueles historiadores ao criar não um “Instituto de Ciências”, e sim um Instituto Histórico: “Não temos, porém, o pomposo e desmedido propósito de fundar um ‘Instituto de Ciências’, e sim visamos a um objetivo mais estrito e modesto, mas praticamente de **maior utilidade e alcance social**” (grifo meu).<sup>31</sup> Portanto, da mesma forma que intelectuais do centro do país estavam, naquele mesmo contexto, preocupados em criar a Nação, os

---

<sup>27</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 1, 1921, p. 123.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 133.

<sup>29</sup> *Idem*.

<sup>30</sup> *Idem*.

<sup>31</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 1, 1921, p. 123, 124.

intelectuais no Rio Grande do Sul, tendo a história como carro chefe, assumiram a responsabilidade de criar uma identidade para o Rio Grande, que tivesse espaço no quadro mais amplo da nacionalidade. O “alcance social” pretendido deve ser tomado do ponto de vista daqueles agentes, ou seja, no sentido restrito das elites. Para aqueles historiadores importava alcançar o “Brasil e o Rio Grande que lê”, e formular um *discurso*, uma *memória* e uma *imagem* para a região, que fosse reconhecida pelos pares locais, nacionais e pelos agentes do Estado.

Já estava muito claro aos intelectuais rio-grandenses que pesava sobre o Rio Grande, e os gaúchos, a “pecha” de “separatistas”, “bárbaros”, “corpo estranho à nação”. Os intelectuais gaúchos viam a necessidade de reverter todos esses estigmas ou “prevenções” contra os rio-grandenses. A “marca” separatista, herdeira da guerra de secessão que foi a revolução farroupilha, precisava ser substituída por um inquestionável federalismo dos farrapos. A pecha de “bárbaros e terra de caudilhos” devia ser trocada pela imagem militar do gaúcho como bom soldado, portanto cumpridor da ordem. E ao invés de “corpo estranho à nação”, o gaúcho deveria ser retratado como o mais brasileiro dos estados, porque nunca cessou de defender o Brasil e as suas fronteiras. Também estava presente aí, de forma enviesada, a preocupação com a formulação da identidade profissional dos intelectuais rio-grandenses, uma vez que estavam empenhados em provar que o Rio Grande intelectual também tem o seu valor no quadro geral da intelectualidade brasileira. Provar que o Rio Grande do Sul não era “bárbaro” significava provar os valores intelectuais da “província”.

Esse diagnóstico era generalizado entre os intelectuais rio-grandenses. Foi assinalado por Alcides Maia, em 1933, por ocasião do artigo de Othelo Rosa a respeito do juízo que Humberto de Campos fizera sobre a obra de Carlos Teschauer. Juntando-se a Othelo Rosa no combate ao famoso polígrafo brasileiro, Alcides Maia dispara: “Ao meu ver Humberto de Campos nunca leu nenhum historiador rio-grandense. Não somos lidos...”. E reclamou do estigma de “guerreiro” dos gaúchos, que não deixava espaço para os intelectuais do estado sulino: “O meio literário de que é um dos expoentes o admirável polígrafo, de velha data, sistematicamente nos suprime da balança cultural do país. Somos apenas ‘um braço às armas feito’... Uma lástima”.<sup>32</sup> Em 1948, Othelo Rosa faria as mesmas reivindicações de um lugar para os letrados gaúchos no quadro da cultura nacional. Numa conferência proferida no Instituto de Belas Artes de Porto

---

<sup>32</sup> Alcides Maya, O Rio Grande Hespanhol. Porto Alegre, 12 de novembro de 1933, *Correio do Povo*, p. 3.

Alegre, por ocasião do aniversário de 80 anos de fundação da Sociedade Parthenon Literário, e que foi publicada na *Revista do Instituto*, Othelo Rosa disse:

Ser guerreiro foi o nosso destino. (...) E na liça dos combates – honra lhe seja feita – a coragem foi o emblema do Rio Grande, e a vitória se fez a alma do Rio Grande.

Conferiram-nos as insígnias de herói. E julgaram que isso nos bastasse... Porque éramos o centauro desapoderado e garboso, dos entrechoques terríveis do entrevero, não haveria lugar para nós nas amplas e serenas regiões do pensamento... Essa ideia nasceu, cresceu e fixou-se. (...)

Fomos muito e muito fizemos na guerra; e amamos e cultuamos a nossa alma guerreira, toda feita com o sangue, o suor e a lágrima do gaúcho. Temos, porém, um patrimônio cultural e não queremos que ele nos seja negado. Patrimônio de inteligência e de arte que mostra que o gaúcho, embora **braço às armas feito**, teve sempre um cérebro e um coração, maiores talvez que a sua espada... (grifo no original).<sup>33</sup>

Esse conjunto de reivindicações, ao mesmo tempo, nega e reforça estigmas, dando-lhes outras atribuições, e se refere àquilo que Bourdieu chamava de a luta para “impor uma visão do mundo social”, ou seja, reformular a “tábua de valores” que avalia os estigmas regionais, baseados na relação e distância simbólica e social entre o centro e a periferia (o espaço estigmatizado). Exemplo desta ambiguidade entre a negação e o reforço da “estigmatização” para impor uma auto imagem *positiva* ou *não desfavorável*, utilizando os mesmos caracteres, encontra-se no diálogo epistolar entre Rosauro Tavares, político rio-grandense, residente em Soledade - RS, e o historiador e secretário do IHGRGS Eduardo Duarte, no contexto da *Aliança Liberal*, que apoiava Getúlio Vargas à presidência da República. Num trecho, o missivista de Soledade denuncia “os empreiteiros da política nacional”, que, com o “fim de se locupletarem”, “nesta fase política, procuram provar que o Rio Grande do Sul não é brasileiro, a fim de, com tais afirmações, tirarem partido para as suas subalternas pretensões”, ou seja, para impedirem a eleição de Getúlio Vargas, segundo a avaliação de Tavares. Porém, ao rebater a afirmação de que o “Rio Grande do Sul não é brasileiro”, o político rio-grandense paradoxalmente ressaltou com mais ênfase que o “rio-grandense” é diferente do “brasileiro”:

Todavia, é bem verdade que o Rio Grande é uma coletividade com todas as características de uma nação. O povo gaúcho é diferente dos outros povos brasileiros, tem uma índole, um idioma, uma tendência

---

<sup>33</sup> Discurso, em nome do IHGRGS, proferido na sessão comemorativa do 80º aniversário da fundação da Sociedade Parthenon Literário, realizada no dia 16 de junho de 1948, no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre. *Revista do IHGRGS*, 1948, n. 109-112, p. 165-170.

ethemológica (*sic*) que lhe é peculiar; tem sua história e suas tradições próprias! Seus interesses diferem muito dos outros povos do Brasil.<sup>34</sup>

Esse trecho da carta exemplifica a aparente contradição entre negar o *estigma* de que o Rio Grande do Sul “não é brasileiro” e, ao mesmo tempo, reafirmar que o Rio Grande é “diferente do resto do Brasil”. Essa falsa contradição encerra o esforço de apropriação dos “estigmas” regionais e sua ressignificação, no contexto de redefinição do regionalismo da década de 1920, e a *problemática legítima* compartilhada por intelectuais e políticos naquela conjuntura.

Olhando para a questão do regionalismo do ponto de vista dos literatos, a missão de defender a cultura como construção de uma *imagem* para o Rio Grande, tendo o *regionalismo* como unidade de referência, associado a uma agenda política, foi assumida pela Livraria do Globo, no mesmo contexto, a partir de meados da década de 1920, através da figura do seu editor Mansueto Bernardi, então, o principal árbitro dos critérios de avaliação das obras literárias e sua publicação (CORADINI, 2003, p. 131, 132). Alguns novos escritores se empolgaram com o *modernismo*, entre os quais se destacam Augusto Meyer e Teodomiro Tostes. Ligia Chiapinni Leite apontou o compromisso entre o regionalismo político e o regionalismo literário no final da década de 1920 para fazer renascer o *gaúcho-herói*, em proveito da propaganda política no contexto da Aliança Liberal (LEITE, 1978, p. 172).

Letícia Nedel (2007) assim sintetiza e esclarece esse quadro:

Nesse contexto, as noções de regionalismo e modernismo impõe-se no centro do sistema de criação literária, manejadas pela atuação de intelectuais agrupados em ‘rodas’ (era o termo que se usava) ramificadas pelo interior e pelo exterior de suas respectivas ‘províncias’ (outro termo recorrente entre os escritores da época), todos em lutas para fazer valer dos valores da terra itens legítimos de exportação da cultura brasileira (NEDEL, 2007, p. 93).

A esfera intelectual sul-rio-grandense não possuía mecanismos próprios de consagração intelectual. A consagração dependia do reconhecimento externo à esfera intelectual local, e seguia os critérios de legitimação intelectual ditados pelo centro. No universo literário, escritores consagrados, como Alcides Maia, Eduardo Guimaraens e Álvaro Moreyra tiveram em comum o reconhecimento de instâncias ou agentes e grupos de agentes que detinham o poder de consagração do universo intelectual externo ao Rio

---

<sup>34</sup> Carta de Rosauro Tavares a Eduardo Duarte. Soledade, 12 de outubro de 1929. Fundo Eduardo Duarte, IHGRGS.

Grande do Sul. Entre os escritores da nova geração, este padrão de consagração iria permanecer. Darcy Azambuja recebeu o prêmio da ABL por seu livro *No Galpão* (1925), Augusto Meyer, obteve reconhecimento de agentes intelectuais de renome nacional por seu livro de poesia modernista *Coração Verde* (1926).<sup>35</sup> Com o livro *Poemas de Bilu*, Mário de Andrade equipara Augusto Meyer a Manuel Bandeira e Drummond “como os três maiores líricos do Brasil contemporâneo” (CARVALHAL, 1976, p. 7).

Em 1925, Guilherme de Almeida, um dos protagonistas do modernismo no Brasil, esteve em Porto Alegre, onde foi recebido pela nova geração de escritores locais, na casa de Mansueto Bernardi. Guilherme de Almeida percorreu o Brasil “difundindo as ideias de renovação artística e literária, através de conferências e artigos, adotando a linha nacionalista do modernismo, segundo a tese de que a poesia brasileira “deve ser de exportação e não de importação” (COUTINHO, 2001, p. 193). Esse contexto reflete as novas lutas associadas à mudança do paradigma literário com a falência do Parnasianismo e do Simbolismo, e ascensão do Modernismo, que, por sua vez, obliteram disputas regionais e geracionais entre grupos de elites intelectuais pela hegemonia simbólica de um grupo sobre os demais, e a definição dos critérios daquilo que definem o nacional. A primeira geração modernista era sobretudo paulista, de quem Guilherme de Almeida era representante.

Há um corte geracional importante, na esfera local, a ser destacado: quando Bilac visitou Porto Alegre, em 1916, Mansueto figurava entre os “novos”. Mas em 1925, na visita de Guilherme de Almeida, Mansueto ocupava uma posição estabelecida de “editor”. Augusto Meyer, aos 23 anos, foi incumbido para proferir a saudação ao poeta modernista. Mansueto se tornou o principal mentor e incentivador dos novos escritores rio-grandenses, ao passo que Augusto Meyer estabeleceu uma sólida rede de relações com os escritores do centro do país, especialmente os modernistas paulistas, fazendo a ponte entre os intelectuais locais e nacionais (ORNELLAS, 1966; CARVALHAL, 1976). Segundo Moysés Vellinho, quem, entre os escritores gaúchos,

---

<sup>35</sup> “*Coração Verde* (1926) foi recebido por Tristão de Ataíde, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Dante Milano, Álvaro Moreyra e outros como um acontecimento literário. Agripino Grieco dedicou-lhe dois rodapés na *Gazeta de Notícias*. Graça Aranha apresentou-o como exemplo e comprovação do seu novo credo estético. Ronald de Carvalho enviou ao autor uma saudação em nome das camaradas. De Pouso Alto, escrevia-lhe Ribeiro Couto: “Seu Livro foi lido e relido aqui com o Manuel Bandeira, que de volta de uma excursão ao norte, veio descansar na montanha duas semanas. Juntos fizemos a viagem maravilhosa através do coração verde...” (Apresentação da contracapa do livro *Poesias [1922-1955]* de Augusto Meyer, 1957, Rio de Janeiro: Livraria São José Editora, 1957).

“tirou maior partido do movimento [modernista] foi, sem dúvida, Augusto Meyer” (VELLINHO, 1960, p. 34).

A partir daí, a literatura, em especial a poesia (que naquela época era o gênero literário de maior prestígio) produzida no Rio Grande, foi marcada pela adoção dos traços modernistas, sem contudo assumir características de radicalidade, e preservando a narrativa regionalista (ZILBERMAN, 1980; LEITE, 1978).

A tentativa de romper com o regionalismo romântico teve como marco a polêmica em torno da obra de Alcides Maia, em 1925, entre Paulo Arinos (pseudônimo de Moysés Vellinho) e Rubem de Barcellos. Diante da ascensão dos novos parâmetros estéticos, o modelo *alcidiano* começou a sofrer críticas, sendo acusado de nostálgico, pessimista e passadista (ALMEIDA, 1994 p. 219). Estava presente nesta censura o elemento *modernista*, de crítica ao estilo e à linguagem, mas também era resultado da influência do regionalismo político sobre a literatura. O “pessimismo” apontado na obra de Alcides Maia não casava bem com a “missão política” de liderança do estado no quadro da federação.

Em cinco anos (1925-1929), a Livraria do Globo, sob orientação de Mansueto Bernardi, editou 48 títulos de literatura estrangeira, 39 de literatura local ou regional:

o segundo maior investimento em publicações da Livraria do Globo era em literatura rio-grandense, que correspondia a um quinto de tudo que era publicado. E de 1925 a 1930 nenhum livro de literatura brasileira (não rio-grandense) foi editado pela Livraria. Ou seja, a linha editorial da Livraria do Globo, sob direção de Mansueto Bernardi, assumiu o papel de valorização da literatura regional e de legitimação dos escritores rio-grandenses que apontava para a constituição e diferenciação de um campo literário regional (MARTINS, 2011, p. 113).

Assim, para ser publicado no Rio Grande do Sul, em meados da década de 1920, o escritor local deveria voltar-se para a temática regional. Nesse período, antes e depois da Revolução de 30, a Livraria do Globo, através da sua revista, privilegiava uma definição de cultura diretamente a serviço da política, e o “conjunto da produção literária publicada [pela Livraria] mantinha um caráter predominantemente regionalista” (CORADINI, 2003, p. 131, 135).

Em 1933, Moysés Vellinho, ainda usando o pseudônimo de Paulo Arinos, no artigo intitulado *Modernismo e Regionalismo*, indicou que os literatos rio-grandenses estavam envolvidos na disputa pela definição da identidade rio-grandense:

Já se vê que o *regionalismo*, no Rio Grande, não se impõe apenas como uma necessidade. A *nova geração mental rio-grandense*, com

os olhos fitos em derredor, animada de um só desejo – o de *revelar a sua terra* – procura o Rio Grande, *busca em tudo a imagem do Rio Grande*. Desta vez, porém, distendendo os horizontes de paisagem, tenta, consultando roteiros ainda não usados, descobrir novas perspectivas, rumos novos (grifos meus).<sup>36</sup>

Na condição de crítico literário, ao mencionar “a nova geração mental rio-grandense”, Moysés Vellinho referia-se aos novos escritores gaúchos, em especial, àqueles ligados à Livraria do Globo, que, animados pelo *modernismo*, tinham a ambição intelectual de revelar a “imagem do Rio Grande”, em outras palavras, a identidade regional. Nesse contexto, o crítico e boa parte da intelectualidade rio-grandenses ainda estavam engajados nas lutas político-partidárias como uma missão da cultura.

Ligia Chiapinni Leite, no seu estudo sobre *Regionalismo e Modernismo* (1978), diz que no contexto da Aliança Liberal os escritores gaúchos utilizando-se de elementos do modernismo e do regionalismo fizeram ressurgir o mito do gaúcho-herói, através das páginas de jornais e da *Revista do Globo*, com o propósito explícito de “sensibilizar o povo para a causa da Aliança” (p. 172). Ligia Leite conclui que houve um fracasso do “projeto renovador do grupo de escritores da Livraria do Globo”, pela pobreza das novas produções e em função de um “código narrativo fixo e uma retórica conservadora”, que exprimiam uma mensagem comum: “o mito do gaúcho-herói”. O projeto político que exigia a conservação do velho regionalismo foi mais forte do que o projeto de renovação intelectual. Diz a autora: “não se podia correr o risco de inventar novas imagens; a hora impunha aperfeiçoar as velhas (LEITE, 1978, p. 204).

Vale, ainda, ressaltar outro aspecto mencionado por Letícia Nedel (2005) acerca dos laços de “parentesco” da *gauchesca* platina e a sul-rio-grandense no plano literário. Para a autora, além do compartilhamento do cenário, dos costumes, da linguagem comuns, essas tradições literárias ou intelectuais assumiam que os “representantes autênticos do gaúcho” compartilhariam “uma afeição congênita à liberdade, fazendo dele [o gaúcho] o defensor ‘nato’ dos ideais federalistas republicanos, outra marca nas ficções gauchescas” (NEDEL, 2005, p. 107). No plano historiográfico, porém, o movimento se dava em direção oposta no sentido do afastamento das duas tradições gauchescas. Esse movimento historiográfico, realizado ao longo dos anos 1920 e 1930, a partir IHGRGS como lócus de produção, consistiu em estabelecer diferenças “nítidas” entre o gaúcho platino e o gaúcho brasileiro. Segundo os historiadores rio-grandenses,

---

<sup>36</sup> *A Federação*, 14/09/1933, p. 3.

do outro lado da fronteira estaria o *gaucho malo*, sem lei, sem pátria, e também o *caudilho*; e, do lado brasileiro, o bom gaúcho, nobilitado pelas qualidades de honra, amor à liberdade e à ordem e, sobretudo, ocupando a posição de *sentinela* do Brasil, soldado ao serviço da pátria, e, por fim, filiado aos “troncos seculares” dos lusitanos e de heróis militares.

### 1.2.1. A concorrência entre historiadores e literatos

No plano geral, a relação entre os campos da história e da literatura estava marcada pela competição tácita, entre historiadores e literatos, pela competência de formular uma *imagem* para o Rio Grande. A inflexão que sofre a trajetória de alguns literatos regionalistas que se desgarram da ficção e adotam os parâmetros historiográficos para descrever o passado e representar a memória e a identidade regional, entretanto, indicam a prevalência dos critérios de validação da interpretação sobre o passado fornecidos pela história em relação à literatura, na esteira do processo de institucionalização da história. Sendo o passado a matéria-prima para o desvelamento da identidade regional e sendo os historiadores aqueles que se apresentavam com os atributos de competência legítima para retratar a “verdadeira história”, a reconversão da literatura para a história tornou-se uma inflexão necessária para todos quantos quisessem laborar na construção da identidade regional.

Na década de 1930, escritores que haviam se lançado no universo literário, especialmente na poesia, como Walter Spalding, Jerônimo de Ornellas, Darcy Azambuja, Paranhos Antunes, Olintho Sanmartin, Dante de Laytano e Athos Damasceno Ferreira migram para o campo dos estudos e *ensaios* históricos, ao longo da década de 1930 e 1940. Segundo a hipótese defendida nesta tese, essa reconversão de poetas e literatos para o campo da história não deve ser tomada como uma inflexão “natural” nas suas carreiras. Está relacionada com o movimento de especialização e prestígio da profissão intelectual de historiador. Gabriela Correa da Silva cita um trecho das palavras de Athos Damasceno Ferreira, na sua polêmica com Vargas Neto, em 1932, sobre o regionalismo:

Só há um meio de voltarmos ao passado, sem arriscar-nos a cair num lugar comum, na repetição e na cópia, por falta de fontes de inspiração direta, de remoção espiritual e de clima próprio para a expansão das

ideias-força: é libertando-nos das palavras e mergulhando fundo na nossa história (SILVA, 2012, p. 585).

Segundo Silva (2012), nessa polêmica Athos Damasceno “ênfatiza o encerramento da literatura regionalista e escreve sobre a necessidade da recorrência à história, uma vez que a literatura não era mais o reflexo da realidade viva” (p. 586). O corte entre história e literatura estava muito claro aos intelectuais, já no final da década de 1920. Quando Jorge Salis Goulart foi aprovado, em 1927, como membro correspondente do Instituto Histórico, o parecer escrito por João Maia, fundador do Instituto Histórico e das duas academias literárias do Rio Grande do Sul, reconheceu que a produção de Salis no campo da poesia e literatura não lhe franquearia as portas do IHGRGS. Somente a “mudança de quadrante” para a história e sociologia abriu as portas do Instituto ao novo sócio.<sup>37</sup>

De acordo com esta perspectiva, o investimento de carreira de Moysés Vellinho no campo da produção histórica está relacionado com o reconhecimento implícito de que a história se impôs como a disciplina intelectual com as melhores prerrogativas para interpretar a realidade e definir a “imagem do Rio Grande”. Mara Rodrigues ao falar sobre a mudança do quadrante intelectual de Moysés Vellinho, apontou que “provavelmente ele não se considerava um cantor digno de sua terra, então, podia ser, pelo menos, um historiador” (RODRIGUES, 2006, p. 81). Rodrigues, ainda, cita a razão apontada pelo próprio Vellinho, feita em entrevista realizada por Temístocles Linhares, explicando porque deixou a crítica: “... deixei simplesmente porque pensei já ter alcançado o direito nesta altura da minha vida de trabalhar para mim mesmo...” (p. 81). A expressão “alcançar o direito” deixa entrever um sutil juízo de valor entre crítica literária e história, que vem ao encontro da hipótese de que a disciplina histórica já havia conquistado foros de legitimidade e especialização que a deixavam em posição superior à crítica literária. Ora, a reivindicação de superioridade da História no quadro das ciências humanas, enquanto programa institucional, já estava dada desde o ato de fundação do Instituto Histórico no estado.<sup>38</sup> No final da década de 1940, a história estava estabelecida como uma disciplina, senão de maior prestígio, pelo menos com assegurada legitimidade para interpretar a “realidade”. Assim, Vellinho ingressou no

---

<sup>37</sup> Este caso será analisado com maior detalhamento no capítulo 3 desta tese.

<sup>38</sup> Para isto basta lembrar a fala do primeiro presidente do Instituto, Florêncio Abreu, quando disse: “... se sabe que na hierarquia das ciências a história, que é uma ciência concreta, depende de todo o grupo inferior das ciências abstratas” (*Revista do IHGRGS*, n. 1, 1921, p. 123).

Instituto Histórico do Rio Grande do Sul relativamente tarde, em 1949.<sup>39</sup> Ao que parece, a atuação “profissional” como crítico literário não abriu as portas do Instituto Histórico para Vellinho, o que só foi ocorrer quando este fez a reconversão para os temas históricos, no final da década de 1940<sup>40</sup>, o que pode indicar um contraste entre a atuação intelectual do crítico literário com a identidade “profissional” dos historiadores, e a consequente resistência para admitir o ingresso de Vellinho.

A postura que Moysés Vellinho assumiu como historiador reforça a ideia do reconhecimento da história como disciplina mais apropriada a revelar a verdadeira identidade regional. Seguiu os “cânones” já consagrados da disciplina no estado, assumindo uma posição conservadora, ao lado de outro conservador no estudo histórico – Othelo Rosa –, no exato momento em que se esboçava uma revisão historiográfica que pretendia quebrar a rigidez da historiografia local baseada na *hagiografia* política e militar.<sup>41</sup> Em 1964, publicou pela Globo, o livro *Capitania d’El Rey*, sua obra mais importante. Um trabalho histórico sobre a origem do Rio Grande e a formação do gaúcho dentro do quadro constitutivo da nacionalidade que repisava, com mais sofisticação, os mesmos postulados da historiografia “tradicional”: a pertença rio-grandense ao quadro histórico do Brasil, pela via portuguesa e pela função militar de “sentinela” da nacionalidade. Se na crítica literária Moysés Vellinho denunciava o “ranço acadêmico” e os “rebates cívicos”, na história assumiu um papel conservador.

Do lado literário, pode-se ver que, no final dos anos 1940, o escritor Érico Veríssimo, a esta altura um romancista já consagrado como escritor não-regionalista, também voltou-se para a temática regionalista, iniciando a trilogia *O Tempo e Vento*,

---

<sup>39</sup> Uma das possíveis razões para o tardio ingresso de Vellinho no IHGRGS é, talvez, sua polêmica em torno da obra de Alcides Maia. É interessante notar que Alcides Maia, fundador do IHGRGS, foi o diretor do Museu Júlio de Castilhos, que serviu de sede para o IHGRGS até 1943. Alcides Maia veio a falecer em 1944, no Rio de Janeiro. Moysés Vellinho ingressou no IHGRGS na primeira leva de novos sócios efetivos após a morte de Alcides Maia, cinco anos depois. A abertura dessas novas vagas se deu por uma mudança na interpretação dos estatutos proposta por Othelo Rosa e outros sócios, mediante a qual efetivos não mais residentes em Porto Alegre ficavam transferidos para a categoria de correspondentes, e os fundadores nas mesmas condições abriam vagas para novos membros, contudo, conservando suas características de fundadores (Ata do IHGRGS, 10 de maio de 1949). Disso resultou a abertura de 6 novas vagas, e na sessão seguinte foram apresentados novos candidatos, entre os quais Moysés Vellinho.

<sup>40</sup> Mara Rodrigues (2006), em análise ao artigo de Moysés Vellinho “Alcides Maia: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento” (1944), observa que “seu texto crítico tornava-se um ensaio de história do Rio Grande do Sul entremeado por comentários à literatura de Alcides Maya” (p. 84, 85), apontando, já naquela altura, para a reconversão de Vellinho da crítica literária à História.

<sup>41</sup> É dito “quase” conservadora, pois Moysés Vellinho introduziu readequações e refinamentos no discurso historiográfico que prezava pela hagiografia política e militar, através de aportes teóricos emprestados da sociologia de Gilberto Freyre, em especial, a noção de cultura. Pode-se dizer que Vellinho defendia um programa de renovação em termos de lutas intelectuais em torno das questões culturais, bem como do regionalismo, porém, conservando alguns dos postulados tradicionais assentados em novos argumentos teóricos.

preocupado com a forma como a história do Rio Grande era ensinada nos livros escolares. Como esses livros eram escritos por historiadores, o que incomodava o romancista era a forma como eles retratavam a história rio-grandense. Este diagnóstico está a par com a observação compartilhada por outros intelectuais, que, segundo Letícia Nedel, se tornou generalizada, à época, de que “sobrava tradição política e faltava cultura popular”. Esse investimento de Érico Veríssimo na literatura regionalista, está inserido, portanto, num novo contexto distinto daquele que caracterizou os anos 1920 e 1930. Mas revela o prolongamento da disputa entre história e literatura, e pode ser visto como uma reação da literatura no momento da revisão do regionalismo, e em que aquela historiografia que havia se tornado hegemônica como disciplina e como memória, começa a dar sinais de esgotamento. Sugere o questionamento do papel do historiador como mais *competente e autorizado* para interpretar e deslindar o passado, ou, ainda, a tentativa de “desmitificar” a História regional.<sup>42</sup> Mara Rodrigues (2006b) relaciona o projeto de *O Tempo e o Vento* a “uma intenção crítica quanto à sociedade e à historiografia do Rio Grande do Sul” (p. 290). Por outro lado, Érico Veríssimo recorreu às “ferramentas” historiográficas para dar coerência, credibilidade e substancialidade histórica ao romance.<sup>43</sup> Apesar de toda a liberdade que a ficção fornece, Érico insere os seus personagens fictícios num pano de fundo histórico “*real*”. Embora *O Tempo e Vento* possa ser visto como “uma intenção crítica à historiografia”, portanto mais um desdobramento da disputa da literatura com a história pela representação da *imagem* do Rio Grande (com grande vantagem para a literatura), é também o reconhecimento tácito das qualidades da história como disciplina detentora dos recursos “veritativos” e como fonte para a representação da identidade regional.

Para esclarecer um pouco mais sobre a avaliação entre a escrita da história e a literatura nos anos 1930, vale ressaltar a opinião de Souza Docca sobre a incursão do historiador Aurélio Porto pela literatura ficcional. Em 1933, Aurélio Porto publicou pela Livraria do Globo *O Tesouro do Arroio do Conde – novela histórica do Rio Grande do Sul Setecentista*. À guisa de prefácio, Souza Docca, a esta altura pontífice da historiografia local, ao lado de Aurélio Porto, deixou entrever sua visão sobre a relação

---

<sup>42</sup> Veríssimo (apud RODRIGUES, 2006b): “Concluí então que a verdade sobre o passado do Rio Grande devia ser mais bela que sua mitologia. E quanto mais examinava a nossa História, mais convencido ficava da necessidade de desmitificá-la” (p. 293).

<sup>43</sup> Segundo Maria da Glória Bordini (apud RODRIGUES, 2006b), Érico Veríssimo recorreu à: “consulta a fontes do folclore e da historiografia sulina procurando especificar eventos e cenários e coordenando vidas e fatos políticos. (...) e há a fixação das cronologias, a fim de garantir a coerência da história...” (p. 291).

entre história e literatura. Dizia o historiador: “A novela histórica é, como sabemos, um dos gêneros literários em que o escritor, tendo erudição histórica e talento artístico, pode mesclar o real com o possível. Neste caso, porém, a finalidade é estética e não histórica” (p. 11). Assim, Docca faz a distinção entre história e literatura. A literatura teria finalidade estética, trataria sobre “possível”. A história, por outro lado, trataria sobre o “real”. No caso de Aurélio Porto, aduz Souza Docca: “Na irmanação do historiador com o artista foi evidenciado o predomínio de um sobre o outro” (p. 11). Como resultado, Aurélio Porto “fez obra de arte e, ao mesmo tempo, realizou trabalho de sociólogo”. Para Docca, na harmonização entre o “individual-concreto-real” e o “individual-concreto-possível”, venceu o historiador, porque Aurélio Porto atingiu um de seus objetivos, que era o de “esboçar um estudo sobre a formação do Rio Grande do Sul”. No prefácio à novela de Aurélio Porto, Souza Docca segue ressaltando as qualidades históricas e “reais” da obra. Diz ele: “as paisagens são exatas, palpitantes, vivas...”, “as personagens, afora a ideal engenitada (*sic*), são reais”, “as anotações históricas constituem interessantes subsídios e dão mais relevo aos fatos narrados, evidenciando-lhes a autenticidade” (p. 11).

As asserções de Souza Docca indicam a pressuposição do autor de uma hierarquia dos gêneros intelectuais, em que a história aparece como a disciplina que possui as melhores prerrogativas de tratar sobre o passado *real*. No entanto, o historiador não defende uma interdição à literatura para tratar sobre o passado, desde que o escritor esteja amparado na erudição *histórica*, ou seja, a história aparece como a fonte que fornece os elementos para lidar com o passado e com o *real*. A relação entre história e literatura no Rio Grande do Sul foi constante e profícua. Muitos temas históricos foram (e continuam sendo) explorados pela literatura sul-rio-grandense, tais como a Revolução Farroupilha, as Missões, as charqueadas, o castilhismo, o Estado-Novo, e a ditadura militar, o que demonstra a estreita relação entre literatura e história no estado.

No plano institucional, a participação de alguns sócios em várias instituições ao mesmo tempo pode nublar a percepção da concorrência entre disciplinas e “empresas” intelectuais. Por exemplo, Othelo Rosa fazia parte da maioria das entidades culturais do estado, entretanto, em algumas delas sua participação era nominal, em outras, visava a uma atuação de “patrulha” muito mais do que engajamento ou identificação. Assim, fazia parte de instituições rivais ou aliadas táticas. Analisando a atuação desses agentes mais de perto, se percebe as clivagens que surgiam num ambiente que ao observador

externo pareceria de unidade. Na reunião de 1º de junho de 1948, o vice-presidente do Instituto, Luiz Carlos de Moraes, disse que o jornalista Sérgio de Gouveia, irmão de Paulo de Gouveia, ambos membros da Academia Rio-Grandense de Letras (segunda fase)<sup>44</sup>, o procurou para solicitar “que o Instituto se associasse às comemorações de Castro Alves”. A esta proposição, entretanto, reagiu Othelo Rosa, “para discordar de uma tal resolução do Instituto”, usando como argumento o fato de “tratar-se de uma comemoração puramente literária, o que escapa das finalidades da nossa instituição”.<sup>45</sup> Tanto Luiz Carlos de Moraes, presidente em exercício, quanto Othelo Rosa, orador oficial, eram membros da Academia Rio-Grandense de Letras. Naquele mesmo ano, realizou-se o 5º Congresso Eucarístico Nacional, em Porto Alegre, no mês de outubro. Em virtude desse congresso, o Instituto Histórico resolveu realizar uma “sessão em homenagem **aos membros de instituições históricas do país e do estrangeiro**” que se encontravam na cidade (grifos meus). A referida sessão ficou marcada para dia 29 de outubro, às 16 horas, na sede do Instituto. Entretanto, o presidente da Academia Rio-grandense de Letras, cuja sede estava abrigada numa sala alugada no próprio Instituto Histórico, sugeriu uma sessão em conjunto entre as duas entidades, para homenagear “historiadores e intelectuais”. Opinou o sócio Jorge Godofredo Felizardo, secretário do Instituto, que o prazo era muito “escasso” para organizar uma sessão que representasse a homenagem das duas entidades. Othelo Rosa se manifestou de acordo com essa opinião, bem como “os demais membros presentes apoiam a opinião inicial ficando resolvido que a sessão do dia vinte e nove” fosse “apenas do Instituto”.<sup>46</sup> Assim, pode-se concluir que a concorrência entre historiadores e literatos se dava de forma mal disfarçada, através de alianças táticas e pequenos boicotes, mas sem grandes rupturas.

Como já foi dito, a partir de meados dos anos 1940, houve um consenso no meio intelectual rio-grandense sobre a necessidade de redefinir o *regionalismo*, bem como atualizar os debates intelectuais locais colocando-as em sintonia com as discussões mais gerais em voga no restante do país. Por outro lado, não havia consenso a respeito do modelo de regionalismo a seguir. O capítulo terceiro desta tese discutirá sobre os grupos em disputa pela definição dos “novos” critérios do regionalismo, no contexto do final do Estado Novo. Por ora, basta dizer que o *regionalismo* permaneceu como unidade de referência para os intelectuais rio-grandenses, e foi um eixo estruturante (de longa

---

<sup>44</sup> MARTINS, 1978, p. 258-259.

<sup>45</sup> Ata do IHGRGS, 1 de junho de 1948, p. 27v.

<sup>46</sup> Ata do IHGRGS, 26 de outubro de 1948, p. 63.

duração) das problemáticas legítimas e da sua própria atuação, sendo objeto de disputas e reversões e, também, instrumento destas mesmas disputas.

### **1.2.2. As relações entre o IHGRGS e outras instituições culturais do estado, de 1920 a 1950: as instâncias dominantes no universo cultural sul-rio-grandense**

Entre as transformações morfológicas ocorridas na esfera intelectual gaúcha nas primeiras décadas do século XX, está a conquista de um espaço institucional de atuação para os intelectuais rio-grandenses, através da formação e consolidação de um conjunto de posições estratégicas de prestígio intelectual reconhecido e da formação de uma rede entre instituições culturais, públicas ou não. A importância dessas instituições culturais é que elas funcionaram como móvel e instrumento de lutas e proselitismos nas disputas intelectuais pela definição da *cultura legítima* (projetos de identidade regional) e dos critérios validativos da cultura e do discurso histórico (através de categorias centrais que podem ser históricas, regionalistas, não-regionalistas, etc.), e, além disso, dos critérios de definição da própria intervenção dos intelectuais nos debates públicos e na gestão burocrática da cultura.

Nos anos 1920, foi se constituindo uma rede de instâncias de produção, distribuição e validação dos bens simbólicos no Rio Grande do Sul, entre as quais podem ser citadas o IHGRGS, o Arquivo Público, o Museu Júlio de Castilhos, a Biblioteca do Estado e a Livraria do Globo. Letícia Nedel resumiu a cooperação destas instituições, em especial, o Arquivo, o Museu e o IHGRGS, no âmbito da pesquisa e produção histórica:

Em 1925 o Arquivo Histórico é separado do Arquivo Público para incorporar-se à seção de História Nacional do MJC, criada no mesmo ano. Vale destacar que em um determinado momento a casa onde viveu Julio de Castilhos, sede do MJC, abrigou ao mesmo tempo o museu, o Arquivo e o IHGRS. Essa agremiação nasceu estreitamente vinculada ao Arquivo Público estadual. Criada em 1920 em sessão inaugural solene no salão nobre da Intendência Municipal, instalou-se provisoriamente na sede própria do Arquivo, compartilhando com ele boa parte de seus mentores. Já o Arquivo Público, no início havia sido regimentalmente definido como órgão passivo no recebimento de documentos oficiais sem valor corrente, mas com a instalação do Instituto Histórico nas suas dependências, passou também a sistematizar informações. Com a transferência da Seção Histórica do Arquivo Público para o Museu Julio de Castilhos, em 1925, a parceria se estendeu às três instituições, possibilitando a diversificação das linhas de atuação do Museu (NEDEL, 2005, p. 64).

Estas três instituições, em particular, nas décadas de 1920 e 1930, foram controladas pelo mesmo grupo de agentes, e formavam uma rede de cooperação (e não de competição), tanto no âmbito “político” quanto no aspecto da logística de seu funcionamento e da pesquisa histórica. Por exemplo, os membros do Instituto tinham seu trabalho facilitado à medida que o Arquivo Histórico organizava e publicava os seus documentos. Não por acaso, os dois principais dirigentes da *Revista do Arquivo Histórico* – em sua primeira fase –, Florêncio Abreu e Eduardo Duarte, eram também presidente e secretário do IHGRGS, respectivamente. Outro exemplo da cooperação logística das instituições pode ser visto através do fato de que, antes da criação do Instituto Histórico, as oito reuniões preparatórias ocorreram na “sala principal” do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, na época presidido por Florêncio Abreu. E depois de fundado o Instituto, quando ainda não possuía sede própria, realizava suas reuniões nas dependências do Museu Júlio de Castilhos. A relação “mutualista” entre o IHGRGS e o Museu Júlio de Castilhos perdurou até o ano de 1943, quando foi cedido ao Instituto pelo Estado, o uso de um prédio público na Rua Riachuelo, onde se encontra a atual sede.

No âmbito da distribuição e validação dos bens simbólicos, despontava a Livraria do Globo. No âmbito da institucionalização da História, destacava-se o IHGRGS. Havia diferenças básicas entre as duas instituições como instâncias intelectuais, para além do fato de uma reunir um quadro de letrados que elegeram a história como mote da sua atividade intelectual, e a outra reunir um grupo mais variado de intelectuais (literatos em geral). O Instituto era uma *empresa intelectual* com estatuto, regimento e ritos próprios, que lhe conferiam coesão e unidade institucional. Misturava a concepção moderna de “instituição científica” (historiadores que compartilhavam um conjunto mais ou menos comum de aquisições, saberes e métodos científicos) e o *ethos* iluminista de uma confraria de intelectuais em que o capital social de relações também conta para o seu ingresso. A Livraria do Globo era um empreendimento *comercial*, que apresentava o *habitus* das antigas “casas editoras”, com sua teia de relações e sociabilidades intelectuais tecidas em torno da figura do “editor”, mas também configurava um projeto de editora moderna, com visão de mercado. Pode-se dizer que era mais fácil publicar na Globo do que entrar no Instituto, pois um escritor podia pagar para publicar seu livro nas oficinas da Globo. Augusto Meyer teve um dos seus livros de poesia publicado pela Globo em 1929, *Poemas de Bilu*, que foi pago por

Liberato Soares Pinto, numa tiragem de mil exemplares.<sup>47</sup> De outro lado, mesmo um crítico literário reconhecido como Moysés Vellinho teria de esperar 28 anos para ingressar no IHGRGS.

No plano da projeção e visibilidade pública, surge outra diferença: a Livraria do Globo podia dar visibilidade regional e até nacional. No plano da distribuição dos bens culturais ou simbólicos, a Livraria e, depois, Editora Globo foi gradualmente se tornando a instância intelectual mais importante do Rio Grande do Sul. O nome de um jovem “desconhecido” que publicava um livro através da Livraria ganhava rápida visibilidade. Mas o posterior reconhecimento intelectual não dependia do nome da empresa, mas estava associado à relação que o escritor tinha com outros agentes já reconhecidos e consagrados no universo intelectual regional e nacional. A visibilidade conquistada podia ser convertida, ou não, em ganhos e trunfos em outros espaços, como o político. Novamente retomando o exemplo de Augusto Meyer, o jovem escritor da Globo foi nomeado, antes dos 30 anos de idade, diretor na *Biblioteca Pública do Estado*, um dos cargos mais cobiçados no meio intelectual local, e depois foi nomeado, por Getúlio Vargas, diretor do Instituto Nacional do Livro. Não se quer dizer com isso que foi determinante somente o fato de Augusto Meyer ser escritor da Globo. Para isso concorreram outros fatores, como acúmulo de capital social e suas relações políticas (por exemplo, seu apoio à *revolução de 30*). Mas o ponto inicial da carreira de Meyer foi a publicação de seu livro pela Livraria do Globo em 1923.<sup>48</sup> Portanto, do ponto de vista da visibilidade (interna e externa, esta em menor escala), e da distribuição de bens culturais, a Globo (e suas revistas) pode ser considerada a principal instância intelectual rio-grandense, de meados dos anos 1920 a 1960.

Por seu turno, o ingresso no Instituto Histórico não dava visibilidade pública externa ao meio intelectual (local ou nacional), nem tinha esse propósito. Era o reconhecimento entre os pares (e pelo Estado) que importava no âmbito da produção historiográfica. Não havia uma relação direta entre publicar na Globo e ingressar no IHGRGS, mas não raro os que ingressavam no IHGRGS já haviam tido alguma publicação na Livraria do Globo, que permite pensar numa analogia entre as distintas posições das trajetórias intelectuais, em que, publicar na Globo estava mais para “ponto de partida”, e, ingressar no IHGRGS estava mais para “ponto de chegada”. Essa

---

<sup>47</sup> Contracapa do livro *Poesias*, de Augusto Meyer, Rio de Janeiro: Livraria São José Editora, 1957.

<sup>48</sup> Augusto Meyer ingressou no IHGRGS somente na década de 1960, como membro correspondente.

afirmação não deve ser interpretada como indicação de linearidade entre os dois pontos. Pois haviam outros pontos de partida, assim como outros pontos de chegada.

O IHGRGS tinha a vantagem da *mobilização coletiva* de seus membros para lutarem pela constituição de uma identidade de grupo, de imporem uma *visão de mundo* (dizer ao Brasil, no âmbito da historiografia, o que *é* o Rio Grande), de buscar a primazia para a história diante das demais disciplinas e gêneros intelectuais, e de exercerem o patrulhamento historiográfico e corporativo no meio intelectual rio-grandense. Além disso, o IHGRGS foi o grupo *mobilizado* que mais se empenhou em formular uma identidade regional. Outro aspecto que merece destaque é a relativa precocidade (e regularidade) da institucionalização efetiva da produção do conhecimento histórico no Rio Grande do Sul, através da criação do IHGRGS, quando comparado a outros gêneros de produção intelectual. A emergência da institucionalização do campo intelectual no Rio Grande do Sul se confunde com a institucionalização e especialização da história, cujo móvel é a disputa pela identidade regional e os critérios que a definem. Existiram também outros esforços de organização do “campo literário” sul-rio-grandense, como em 1901, quando foi criada a Academia Rio-Grandense de Letras, em sua primeira fase, porém teve vida efêmera, durando apenas alguns meses, e, mais tarde, a Academia de Letras do Rio Grande do Sul, fundada em 1910, que teve vida mais longa mas não perene, sendo encerrada em 1924, e cujas atividades não foram regulares.

Esse conjunto de características *corporativas* do IHGRGS permitem dizer que esta instituição se estabeleceu como a principal instância intelectual no campo historiográfico no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX. Mais cedo do que outras instituições ou grupos, se pôs em luta pelo poder de estabelecer a agenda intelectual e, antes disso, os critérios legitimadores da agenda. Finalmente, o IHGRGS exercia com eficiência o poder de patrulhamento dessa agenda. Esta ideia de “patrulhamento intelectual” já aparece em trabalhos como os de Ieda Gutfreind (1998) e Letícia Nedel (2005). E foi percebido, inclusive, pelos próprios agentes coetâneos ao período histórico estudado. Se caracterizava pelo embargo (interdições ou denúncia) das ideias e teses esposadas na literatura e historiografia local, que redundava em polêmicas travadas na imprensa, com o fim de deslegitimar aquelas ideias que não eram endossadas pelos agentes dominantes do campo historiográfico local.

O IHGRGS foi a primeira experiência de “ecumenismo” político no estado, reunindo republicanos e opositores, antecipando em quase dez anos a pacificação

política do final da década. A criação da *Revista do Globo*, no final da década de 1920, se deu porque as condições para este empreendimento já estavam dadas. Além disso, a mobilização “pela legitimação do movimento que resultou a revolução de 30” foi efêmera. A *Revista do Globo* teve um papel imediato e efetivo no processo de mobilização pela legitimação do movimento que resultou na revolução de 30, mas isto só pôde ocorrer porque as bases do “novo” *regionalismo* já estavam dadas e provinham de outras instâncias de legitimação intelectual, inclusive externas à esfera intelectual local. De certa forma, o papel da *Revista do Globo* de “aglutinação” política dos intelectuais em torno da *Revolução* que ensejou o seu surgimento se encerra com o seu sucesso. Vários intelectuais ligados à Livraria do Globo e signatários do *Manifesto* de apoio à revolução, se transferiram para o Rio de Janeiro, depois de 1930, inclusive o diretor da *Revista*, Mansueto Bernardi. Os rumos assumidos, posteriormente pela *Revista* e pela Livraria seriam outros, pois Érico Veríssimo, sucessor de Mansueto Bernardi, manteve uma posição de “recusa à adesão direta à política”, diferentemente de seu antecessor (CORADINI, 2003).

Outro fator que deve ser considerado é que a Livraria do Globo não era uma “empresa intelectual”, no mesmo sentido que o IHGRGS. Ela atuava na imbricação de distintos interesses: comercial, cultural e político. Havia a coexistência de pelo menos três lógicas no projeto da Globo: a lógica literária, a política e a mercantil. Era a cooperação entre o regionalismo literário, o regionalismo político e o regionalismo editorial. Uma publicação podia atender aos três elementos. Coradini (2003) salienta que a Livraria e a *Revista do Globo* não podem ser tomadas apenas como “empresa intelectual”, mas como uma confluência de “empresas”, cujas condições são variáveis de acordo com os diferentes contextos, podendo perpassar “conflitos” e “tensões”. Disso resulta uma “união precária” entre os interesses econômicos e os interesses culturais (p. 129-130). A existência de condições objetivas, como um incipiente mercado consumidor em Porto Alegre, conjugado ao projeto político de projeção do Rio Grande e à missão “cultural” de formular um “panteão” de heróis gaúchos, favoreceram o desenvolvimento do regionalismo literário. Ainda há que se considerar o investimento nas obras de ficção e romance (que na década de 30 torna-se o gênero de maior aceitação do público e de comercialização mais segura, embora não fosse o gênero de maior prestígio intelectual), que ressalta o caráter mercadológico da Editora, que, porém, não diminui o papel da Livraria do Globo na “proteção cuidadosa e sempre alerta que dispensou à criação literária sul-rio-grandense”, segundo as palavras de Mário

de Andrade. Sobre o papel da Editora do Globo na cultura regional rio-grandense, disse Mário de Andrade:

Estou [certo] que essa atuação editorial, justamente regional e constante, terá dado aos escritores gaúchos aquela confiança, aquela intimidade com a cultura geral, que auxiliaram grandemente a inteligência literária do Rio Grande do Sul, e lhe deram esta normalidade culta esta regularidade dentro do bom, que a distinguem atualmente (ANDRADE, 1993, p. 117).<sup>49</sup>

Está consagrada a expressão “o grupo da Globo” para referir-se aos intelectuais ligados a Livraria do Globo, na década de 1920, que reunia, principalmente, jovens escritores e poetas, os quais tinham alguns traços comuns: o envolvimento, maior ou menor, com o modernismo, o *regionalismo* como unidade de referência e a mobilização numa agenda política específica (a eleição de Vargas e depois a Revolução). Mas essas forças de coesão se esmaecem, ou desaparecem, para muitos deles, após 1930. Embora alguns continuem ligados à Globo, na qualidade de colaboradores, existe uma retração em relação ao *engajamento* político, que era uma das ligas do “grupo”, por outro lado, não há a unidade mínima ou compartilhamento de ideias que permita chamá-los de “grupo”, em um sentido *estrito*. O simples recorte baseado no critério de *ter* publicação na Globo, não os torna um *grupo*, no sentido de terem uma *tomada de consciência* que permita identificar neles um projeto intelectual comum e a constituição de uma identidade coletiva.

A atuação de um dos principais agentes, político e intelectual, Mansueto Bernardi, esclarece a relação entre as duas instituições, o IHGRGS e a Livraria do Globo, na década de 1920. Bernardi ocupava uma posição central no universo literário naquela década – a posição de editor –, ingressou no Instituto em 1926 e passou a agir na interface das três esferas, a literária, a histórica e a política, como colaborador ativo nesse processo de fortalecimento institucional do IHGRGS e do projeto político e intelectual nele envolvido. Neste período, enquanto o discurso historiográfico do IHGRGS estava se constituindo *pari passu* à própria identidade dos seus intelectuais, a Livraria do Globo estava acumulando seu capital simbólico primitivo como “casa editora”. Portanto, ao se pensar a relação entre o IHGRGS e a Livraria do Globo, é mais apropriado dizer que havia colaboração mútua e não concorrência entre as duas instituições.

---

<sup>49</sup> Artigo publicado originalmente no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1939.

Na década de 1940, surge dentro da Livraria do Globo uma “empresa intelectual”, que pode dar uma configuração de “grupo” aos seus colaboradores, pois tinha o objetivo explícito de *projetar uma identidade para os intelectuais rio-grandenses* diante dos pares nacionais de outros estados: a revista *Província de São Pedro*. Porém, mesmo nesse momento a Globo e, mais especificamente, a revista *Província de São Pedro* não se colocava como competidora com o IHGRGS no campo da sua especialidade, a produção histórica. O editor da *Província de São Pedro*, Moysés Vellinho, e o principal líder do IHGRGS (naquele período), Othelo Rosa, eram aliados.

Na década de 1940, foi criado o curso de História e Geografia da Universidade de Porto Alegre. Mara Rodrigues (2002), que investigou sobre o processo de institucionalização da formação superior em história na Faculdade de Filosofia da UPA/URGS, analisou a relação entre o IHGRGS e o curso de História e Geografia da UPA/URGS nas décadas de 1940 e 1950. A historiadora concluiu que a posição da direção da faculdade parecia ser de “indiferença”, pois “não havia uma atitude clara de disputa que pudesse explicar a escassez de contatos formais entre ambos” (p. 184). O que explicaria essa situação de indiferença seria a concepção da direção da faculdade como sendo vocacionada para uma “Escola Normal Superior”. Assim, uma e outra instituição teriam concepções distintas sobre os seus fins e atribuições: uma voltada para a pesquisa e outra para o ensino. As atividades dos professores do curso de História e Geografia na área de pesquisa seriam iniciativas “isoladas” e “individuais”. A orientação confessional católica era mais importante do que o pertencimento ao IHGRGS no padrão de ingresso e recrutamento para o corpo docente do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia da UPA/URGS. Além disso, a produção escrita não era uma qualidade exigida como critério de seleção para o corpo docente da Faculdade de Filosofia (p. 189). Assim, o “IHGRGS continuou inabalável na situação de instituição privilegiada e detentora do monopólio da competência científica nessa área” (a pesquisa), “emitindo pareceres demandados pelas próprias autoridades educacionais do estado” (p. 191). Para Rodrigues, não houve sequer indícios de disputa entre as duas instituições no campo da pesquisa, e concluiu que, “se o curso possibilitava uma atuação profissional mais especializada nas áreas de estudo que abrangia, não oferecia, porém, o estatuto de autoridade científica aos seus docentes/pesquisadores” (p. 191).

### 1.3. O papel da “Revista” no processo de institucionalização da história e legitimação acadêmica

Vivendo precipuamente pela sua “Revista”, o Instituto Histórico valerá por um permanente estímulo intelectual para a elaboração de trabalhos sobre história e a geografia do Rio Grande. Esta publicação que ora aparece será não só um repositório de trabalhos originais no gênero, mas ainda e talvez, sobretudo, um esforço continuado e metódico na divulgação de elementos históricos que jazem desconhecidos nos arquivos públicos e particulares. (...) Além disso, como já ficou dito, a “Revista” será o veículo para a publicação de todos os trabalhos históricos e geográficos elaborados pelos sócios do Instituto (Lindolfo Collor, *Revista do IHGRGS*, n.1, 1921, p. 6).

Jean François Sirinelli (1996) propõe que as revistas devem ser analisadas como “estruturas elementares de sociabilidade” dentro do estudo dos intelectuais, pois são, ao mesmo tempo, um lugar de fermentação intelectual, onde pode ser observado o movimento das ideias, e, também, um viveiro da sociabilidade de microcosmo intelectual (SIRINELLI, 1996, p. 249). Tendo em vista esta perspectiva, serão analisados, neste subitem, as relações e as hierarquias dos membros do IHGRGS, utilizando como índice desta avaliação a revista do IHGRGS. O foco não será nem o discurso, nem o conteúdo, mas os seus autores. Contudo, o discurso e o conteúdo serão, eventualmente, referidos para situar os autores no espaço institucional e acadêmico.

A revista do IHGRGS teve um papel central como instrumento organizador e divulgador da agenda intelectual proposta pelos historiadores reunidos no Instituto Histórico. Foi o principal instrumento de visibilidade institucional (ante às instituições homólogas no Brasil e no exterior) e da agenda proposta pelos historiadores rio-grandenses. Sua importância pode ser vista em sua regularidade: foi publicada trimestralmente, sem interrupções, de 1921 até 1950. Assim, a *Revista do Instituto Histórico* deverá ser vista, neste subitem, como o principal indicador da produção historiográfica sul-rio-grandense, na primeira metade do século XX, da hierarquia dos autores e, também, permitirá o estudo da construção da legitimidade, sob o manto da cientificidade e da oficialidade.

O IHGRGS se estabeleceu como um projeto de atualização e “modernização” do universo cultural (e político) rio-grandense, no momento da tentativa de superação do isolacionismo político do estado. O que estava implícito nesse processo era a institucionalização do meio intelectual no Rio Grande do Sul e a construção de uma

visão social da realidade a ser imposta à sociedade circundante. A imposição da visão social dos intelectuais rio-grandenses era afiançada pelo monopólio da autoridade e pela competência “científica”, que, por sua vez, oferecia os recursos para a luta pelo reconhecimento oficial. Essa missão assumida pelos historiadores sul-rio-grandenses que dialogavam com o projeto de identidade nacional visava a inserir o Rio Grande do Sul no quadro da cultura nacional, aparando as arestas entre as identidades regional e nacional. A criação do IHGRGS, portanto, era produto das relações e tensões, dentro das estruturas de poder, entre agentes sociais e entre instituições fundadas sobre interesses e coações sociais e políticos, na intersecção entre o regional e o nacional. Enquanto o Rio Grande do Sul se inseria nos quadros da nacionalidade, os próprios intelectuais locais granjeavam espaços – reconhecimento e legitimidade – na esfera intelectual brasileira, e, ao mesmo tempo, constituíam uma identidade como corporação intelectual. À medida que o discurso desses intelectuais se impunha como “*cultura legítima*”, a própria legitimidade institucional do IHGRGS era reforçada. Na relação com o governo do estado, a revista era o atestado da “benemerência do Instituto”, garantindo os investimentos públicos. Internamente, a revista era um meio de garantir o poder institucional para os seus redatores mais contumazes, segundo a ideia de que “ao atraírem para si a responsabilidade maior pela produção e participação na revista, os autores também atraíam maior poder dentro da agremiação” (FIOREZI, 2002, p. 95). Assim, a revista era um meio de exercer o controle sobre o discurso institucional e, também, uma forma de garantir posições de poder dentro da instituição.

### **1.3.1. A revista do IHGRGS e outras publicações e o incremento do *ensaísmo* científico**

Aqui a hipótese defendida é a de que ocorreu uma mudança significativa na esfera intelectual rio-grandense nos anos 1920, que se relaciona estreitamente ao aparecimento da revista do IHGRGS. Trata-se do prestígio e incremento adquiridos por um conhecido “gênero” de literatura intelectual: o *ensaísmo* sociológico ou histórico. Se não é possível atribuir uma relação causal entre o surgimento da revista do IHGRGS e o aumento e prestígio do *ensaísmo* científico no estado, pelo menos é inegável a relação de reforço mútuo. O *ensaísmo* histórico faz parte da tradição intelectual rio-grandense, e remonta ao século XIX, quando os jovens estudantes rio-grandenses da Faculdade de

direito de São Paulo começaram a publicar trabalhos de inspiração “científica”, embalados pelas ideias de August Comte, no contexto da crítica e oposição liberal e republicana ao Império.

Primeiramente, é preciso reconhecer que o conceito de “ensaio” não é de fácil definição. Segundo Afrânio Coutinho, o sentido original de “ensaio” era “um breve discurso, compacto, um compêndio do pensamento, experiência e observação”. Em suma, uma tentativa de “interpretar a realidade à custa de uma exposição das reações pessoais do artista em face de um ou vários assuntos de sua experiência ou recordações” (COUTINHO, 2001, p. 632). Porém, segundo esse autor, modernamente o uso do termo “ensaio” se desenvolveu em sentido oposto ao original e, especialmente, no Brasil foi empregado para designar “estudos” que oferecessem “conclusões sobre os assuntos, após discussão, análise e avaliação”. Conforme Coutinho (2001):

E nesse grupo se incluem, os chamados ensaios críticos, filosóficos, científicos, políticos, históricos. No Brasil, a prática vem restringindo o uso da palavra *ensaio*, ao segundo tipo, justamente o oposto ao tipo original, fazendo-a sinônimo de “estudo”: crítico, histórico, político, filosófico, etc. Na linguagem brasileira corrente, esses estudos recebem o nome de “ensaios” (COUTINHO, 2001, p. 632).

Portanto, neste trabalho, ao se falar em incremento do “*ensaísmo* científico” está se referindo a esse tipo de estudo cujos autores consideram “uma interpretação, dentro de uma estrutura formal de explanação, discussão e conclusão e usando linguagem austera” (COUTINHO, 2001, *passim*). Ressalta-se o caráter “metódico” do ensaio científico, seja ele histórico, sociológico ou de crítica.

A fim de estabelecer um quadro aproximado que demonstre o aumento desse tipo de produção intelectual<sup>50</sup>, tomar-se-á como base os relatórios da Livraria do Globo de 1925-1930, e 1931-1937. Sabe-se através dos relatórios de produção da Livraria do Globo que sua seção editorial, que era a principal livraria do estado, lançou, entre 1925 e 1930, 34 volumes dentro do “gênero” *ciências humanas, sociais e econômicas*, que correspondia a expressivos 16,7% de toda a produção da Livraria. É significativo que em apenas 5 anos a livraria, que cumpria o papel de “editora” no estado, tenha publicado trinta e quatro volumes de livros classificados dentro da categoria *ciências sociais*. Para efeito de comparação, será tomada a *produção total* dos **fundadores** do

---

<sup>50</sup> A categoria “ensaios” utilizada aqui tem um sentido *latu sensu* que compreende todos os trabalhos que não possuem natureza literária de ficção, e seguem “rigorosos” preceitos metódicos de pesquisa, tais como monografias ou estudos históricos, geográficos, sociológicos, genealógicos, folclóricos, biografias, etc.

Instituto Histórico<sup>51</sup>, onde são encontrados 45 *ensaios* publicados (monografias, teses, biografias, estudos históricos, etc.), de 1900 até 1919. Sendo que deste total de 45 trabalhos, 10 pertencem ao Pe. Carlos Teschauer.<sup>52</sup> Comparando-se o volume de 45 trabalhos publicados em duas décadas (em livrarias locais e nacionais) com os 34 livros publicados somente pela Livraria do Globo sob a rubrica *ciências humanas, sociais e econômicas*, em apenas 5 anos, é possível inferir o incremento, se não da produção, pelo menos, do interesse por este tipo de produção na esfera intelectual rio-grandense. No gênero *literatura regional*, neste período, foram 39 títulos (19,1% do total).<sup>53</sup> É importante ressaltar que a produção dos ensaios, antes de 1920 (fundação do IHGRGS), foi resultado das iniciativas isoladas de alguns pesquisadores. Depois da *institucionalização da história*, constituiu-se uma “disciplina”, cujos praticantes eram reconhecidos por seus pares.<sup>54</sup> Na década de 1930, no âmbito da Livraria do Globo, o interesse pela publicação de títulos do gênero *ciências humanas, sociais e econômicas* mais do que quadruplicou (146 entre 1931 e 1937), enquanto que os títulos de *literatura regional* apenas duplicaram (78 publicações).<sup>55</sup>

É certo que esse fenômeno local é reflexo e acompanha um movimento mais amplo que ocorreu no interior da esfera intelectual brasileira (MICELI, 1979), de afirmação do *ensaísmo* como gênero intelectual usado na tarefa de interpretar a identidade nacional, ao que a intelectualidade rio-grandense não teria ficado infensa.<sup>56</sup> Mas o incremento da prática do *ensaísmo* histórico e sociológico<sup>57</sup>, no caso gaúcho, segundo a hipótese deste trabalho, tem a ver com o papel do Instituto Histórico e

---

<sup>51</sup> Ver quadro 1 (p. 35-38).

<sup>52</sup> É conveniente ressaltar que a produção precoce e acima da média para os padrões do estado do Pe. Teschauer, assim como o Pe. Hafkemeyer, ambos jesuítas, devia estar mais relacionada com a tradição de formação jesuítica de pesquisa científica do que com a emergência de um sistema intelectual do Rio Grande do Sul, embora a partir de 1920, ambos tenham tido papel destacado no processo de mobilização intelectual.

<sup>53</sup> TORRESINI, 1999, p. 65.

<sup>54</sup> Uma das ideias defendidas nesta tese é a de que a migração de vários literatos, no contexto do final dos anos 1920 e durante a década de 1930, da literatura para a história, foi resultado do aumento dos ganhos sociais em termos de reconhecimento e prestígio que a produção na área histórica adquiriu naquele momento.

<sup>55</sup> TORRESINI, 1999, p. 78.

<sup>56</sup> Segundo Ewerton Vieira Vargas (2007), o *ensaísmo* desempenhou “um papel crucial no esforço de compreensão do Brasil e da América Latina”, e que está ligado à construção da identidade das jovens nações americanas (VARGAS, 2007, p. 40, 41).

<sup>57</sup> Em geral, os intelectuais reconheciam que eles não faziam sociologia. Estavam na fase heurística, documental da história. Não havia, segundo eles, chegado a hora de realizar a sociologia, por terem uma história recente e, também, por ainda não estar reunido todo o material heurístico necessário para a elaboração das interpretações mais acuradas de cunho sociológico. Não havia ainda uma consciência clara da *especialidade* da sociologia, para aqueles intelectuais. A sociologia era algo que ficava no meio do caminho entre a História e a crítica literária.

Geográfico do Rio Grande do Sul, que iniciou o processo de institucionalização da produção do saber histórico, o que resultou na progressiva diferenciação entre história e da literatura que, mais ou menos, até 1920 não eram distinguíveis entre si, e na valorização da história como “gênero” intelectual que deveria ser considerado mais elevado que os demais gêneros científicos.

Na visão dos intelectuais que fundaram o Instituto Histórico, a História ocupava a primazia dentro da hierarquia das ciências sociais. Os ramos ou grupos “inferiores”, no entanto, não poderiam ser deixados de lado, “sob pena de tornar ineficiente” a missão de escrever a história, a “ciência sagrada”:

Diga-se de passagem que bem se sabe que na hierarquia das ciências, a história, que é uma ciência concreta, depende de todo o grupo inferior das ciências abstratas. [...] O campo de nossa atividade se ampliará apenas sobre aqueles ramos dos conhecimentos que, em virtude de suas mais íntimas e acentuadas afinidades com a ciência sagrada, que é a história, não poderão ser postos à margem sob pena de tornar ineficiente – direi mesmo inexecutável – a nossa árdua missão.<sup>58</sup>

A História era secundada pela Geografia como “teatro inevitável” da humanidade e sua história, e que exerce “*alta influência sobre a produção gradual dos acontecimentos humanos*”.<sup>59</sup> Em seguida, a Arqueologia, depois a Etnografia, a Paleontologia, a língua dos autóctones e o Folclore.<sup>60</sup>

A partir de um ponto de vista objetivo, o papel da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* foi fundamental. O Artigo 2 do primeiro *Estatuto do Instituto* incumbia aos seus membros da obrigação de “publicar a ‘Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul’, que será trimestral e terá no mínimo 150 páginas”<sup>61</sup>, revelando a importância atribuída à publicação de estudos “científicos” pelos membros fundadores do Instituto, pois era a forma de dar *visibilidade*<sup>62</sup> aos trabalhos produzidos pelos sócios e ao próprio Instituto. Se forem consideradas somente os trabalhos publicados na *Revista do Instituto*, entre 1921 e 1930, ter-se-á 191 ensaios publicados.

<sup>58</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 1, 1921, p. 123, 124.

<sup>59</sup> *Idem*.

<sup>60</sup> De 201 textos publicados entre os anos de 1921 e 1932, nos primeiros 48 volumes da *Revista do IHGRGS*, a grande maioria, 155 trabalhos ou 75% do total, eram de natureza histórica, confirmando essa concepção hierárquica das disciplinas assumida pelos membros do IHGRGS (CAIMI, COLUSSI, 2001, p. 61).

<sup>61</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 1, 1921, p. 135.

<sup>62</sup> O conceito de *visibilidade*, aqui empregado, tem sentido restrito. Diz respeito aos *letrados e formadores de opinião*: a elite, a imprensa e outros intelectuais.

A partir de 1927, outra instituição vinculada à esfera intelectual gaúcha, e estreitamente ligada aos intelectuais do IHGRGS, produziu uma revista que publicava – além de documentos – estudos e conferências: a *Revista do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. A *Revista do Arquivo Público* já havia surgido em 1921, sendo encerrada em 1925, e teve 18 números, quando o Arquivo estava sob a direção de Florêncio Abreu, que, nessa época, era também o presidente do IHGRGS, e contava com o auxílio de Eduardo Duarte, nas duas instituições. Depois da saída de Florêncio Abreu da direção do Arquivo Público, Eduardo Duarte empenhou-se para que o Arquivo fosse incorporado ao Museu Júlio de Castilhos, dirigido por Alcides Maia. Assim, a partir de 1927, a revista reapareceu com o nome de *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, trazendo a publicação de *ensaios* de história, além da publicação de documentos. Esta publicação estava nas mãos do mesmo grupo responsável pela revista do Instituto. O redator chefe de ambas era o mesmo: Eduardo Duarte. Em 1926, esse fundador do IHGRGS anunciava por carta ao amigo Souza Docca: “A *Revista do Arquivo*, já foi resolvido, **será nossa**. A verba já está assentada. Tenho organizado o trabalho de 5 ou 6 números – pronto” (grifo meu).<sup>63</sup> O aparecimento desta outra revista também aponta para o esforço empreendido por um grupo de agentes intelectuais pela valorização de trabalhos de natureza histórica dentro da esfera intelectual gaúcha no contexto dos *anos 1920*, pois tanto a revista do IHGRGS quanto a revista do Museu e Arquivo Histórico incentivavam e davam visibilidade (restrita aos pares) sobre os estudos históricos. Além disso, estava em jogo a definição dos critérios que definiam a hierarquia entre as disciplinas intelectuais – tendo a História como carro principal –, a identidade desses intelectuais e a definição de um “campo do pensável”.

Em 1932, no contexto da preparação para as comemorações do centenário farroupilha, Othelo Rosa ressaltou esse processo de incremento dos estudos históricos, mas identificou-o como um “gosto novo” pela “análise do passado”:

O estudo da história vai sensivelmente se desenvolvendo no Rio Grande do Sul. Livros, monografias, conferências, de quando em vez, e cada vez mais repetidamente aparecem entre nós revelando um *gosto que é novo* – pela análise do passado, uma atenção maior pelas origens da gente e da terra, um amor mais forte pelas nossas tradições (grifos meus).<sup>64</sup>

<sup>63</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 27 de agosto de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>64</sup> Othelo Rosa, *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1932, p. 3.

Como observador coetâneo, Othelo Rosa via esse “gosto novo” como responsável pela introdução de novos pesquisadores seguindo as trilhas inauguradas pelos fundadores do IGHRGS:

Aos velhos estudiosos – Visconde de S. Leopoldo, Apolinário Porto Alegre, Alcides Lima, Alfredo Varela, Alfredo Ferreira Rodrigues, Padre Teschauer, Souza Docca, João Maia e outros – sucede uma plêiade de pesquisadores dedicados, que se vão mais ou menos [se] especializando neste ou naquele aspecto da ciência histórica, como Fernando Osório, autor de vários ensaios; Salis Goulart, que escreveu a “Formação do Rio Grande”; Walter Spalding, com “Farrapos”; João Borges Forte, com “Troncos seculares”; Clemenciano Barnasque, com “Efemérides Rio-grandenses”, e alguns mais.<sup>65</sup>

Othelo Rosa acerta, ao creditar à *Revista do Instituto Histórico e à Revista do Museu e Arquivo Público* um papel de contribuição importante para impulsionar os estudos históricos no estado. Diz:

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem contribuído poderosamente para estimular o carinho dos nossos escritores pela história. Essa publicação – como a “Revista do Arquivo Público”, que já contém uma preciosa documentação – não só facilitando a consulta às fontes, outrora esparsas, sem nenhuma sistematização, como ainda dando a lume trabalhos excelentes, que excederiam as possibilidades da imprensa diária, despertou entre nós o gosto pelos assuntos históricos, etnográficos, geológicos e geográficos.<sup>66</sup>

No entanto, Othelo Rosa erra em considerar esse incremento como resultado de apenas um simples “gosto” ou “carinho” pela História. Tratava-se da especialização disciplinar e afirmação da identidade profissional dos historiadores, na esteira do processo de institucionalização da História iniciado na criação do IHGRGS. Este incremento da produção histórica também foi identificado por Aurélio Porto, que brincou, ao anunciar a ida de um amigo – João Belém<sup>67</sup> – ao Rio de Janeiro, para pesquisar nos arquivos da capital federal, dizendo que Belém fora contaminado pelo “micróbio da historiografia”.<sup>68</sup>

Por fim, Othelo Rosa reconhecia Eduardo Duarte – figura dos bastidores da esfera intelectual rio-grandense – como peça-chave no desenvolvimento dos estudos

---

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Correspondente, fundador do IHGRGS, residente em Santa Maria.

<sup>68</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

históricos no estado e, também, na direção daquele “elemento imprescindível” nessa área, a *Revista do Instituto*:

Eduardo Duarte, com a sua inteligência e perseverança, com a sua quase devoção pela história rio-grandense, vai vencendo as dificuldades, a frieza do ambiente, a própria despreocupação dos poderes públicos. A “Revista do Instituto” é hoje um elemento imprescindível no estudo da história da terra gaúcha: e a par do esforço – que poucos poderão avaliar com justiça – para manter a circulação da revista, e a riqueza e variedade de sua matéria, escreve ele estudos conscienciosos e interessantes de pesquisa documental proba e paciente.<sup>69</sup>

Desta forma, o incremento e o monopólio da publicação de *ensaios históricos* se relaciona com o processo maior que possibilitou ao Instituto se tornar a principal instância de produção e legitimação do saber histórico, no âmbito local, conquistando a sua autonomia em relação à literatura, constituindo uma comunidade disciplinar, e se impondo como saber reconhecido no campo acadêmico e social, capaz de explicar a “realidade histórica”. Assim, ao mesmo tempo em que o IHGRGS consagrava os intelectuais que lhe eram dedicados dentro dos domínios da disciplina, a própria Instituição se autoconsagrava e definia sua identidade profissional.<sup>70</sup> Como consequência adicional desse trabalho de construção da legitimidade da instituição, o ingresso ao IHGRGS tornou-se objeto da aspiração daqueles que desejavam uma posição reconhecida no meio intelectual local, da mesma forma que as “vagas” no Instituto se tornaram “moeda de troca” por vagas em outras instituições nacionais e internacionais. O uso desse trunfo, no entanto, era limitado àqueles que detinham o domínio interno da instituição.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> Othelo Rosa, *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1932.

<sup>70</sup> Muitas vezes já se tentou caracterizar o trabalho intelectual, no início do século XX, como diletante, polígrafo e amador. Mas todas essas caracterizações, além de imprecisas são insuficientes para caracterizar o fenômeno da “profissionalização” intelectual. Em primeiro lugar, é necessário dizer o que o termo “profissionalização” não significa quando aplicado àqueles intelectuais. Não significa que aspirassem retirar da sua atividade intelectual o seu sustento. Também não há como distinguir a “profissionalização” intelectual como uma carreira com os direitos “profissionais” no sentido “trabalhista” do termo, que, por exemplo, a carreira universitária possui. Quando há referência a “profissionalização” dos historiadores (ou intelectuais de modo geral) nas primeiras décadas século XX, significa dizer que aqueles indivíduos possuíam *consciência da sua especialidade* e o reconhecimento público dessa especialidade. É este sentido que esta tese atribui ao termo “profissionalização” dos historiadores do IHGRGS: eles tinham consciência de sua especialidade, ao mesmo tempo em que eram publicamente reconhecidos por sua *expertise*.

<sup>71</sup> Esse último ponto será melhor discutido no capítulo 3.

Levando-se em conta os produtores e o público-alvo, a revista do IHGRGS pode ser considerada uma revista de disseminação<sup>72</sup> científica, pois, embora tivesse o propósito da difusão do conhecimento histórico produzido no estado, o fazia com a ambição tanto de gerar mais conhecimento como de determinar o “campo do pensável”. Era produzida por pesquisadores, e dirigida a um público restrito, aos pares locais e nacionais ou à elite letrada do estado e do Brasil, ou seja, outros produtores simbólicos da cultura, do conhecimento histórico e da opinião pública. Além da publicação de textos especializados, a revista publicava documentos que poderiam servir de subsídios a outros pesquisadores, sem prejuízo para o objetivo, tácito ou explícito, de provar (pelos documentos) as versões da história defendidos pelos seus redatores. Mas não se deve desprezar a questão de como aqueles historiadores se envolviam ou se interessavam pela discussão pública e a divulgação de suas pesquisas fora do âmbito acadêmico. Alguns reclamavam da falta de repercussão ou baixa visibilidade de seus trabalhos. Walter Spalding mencionou em artigo publicado na revista do Instituto, em 1931, que a tentativa de fundar um Instituto Histórico, em 1917 em Porto Alegre, não frutificou pois “não teve apoio por parte dos nossos intelectuais, muito dados, *como ainda hoje sucede*, a futilidades literárias”.<sup>73</sup> Sobre a visibilidade pública do Instituto, Walter Spalding lamentava “o pouco caso que se faz de quanto nos diz respeito”.<sup>74</sup> Chegou a propugnar que o Instituto “deveria pleitear uma página semanal na imprensa, e nela publicar, com notas e comentários, os mais interessantes documentos de que é tão rico o Museu e Arquivo Histórico do Estado”.<sup>75</sup> Vê-se, assim, que a publicação em espaços como jornais diários, que tinham muito maior alcance do que a revista do Instituto, era muito valorizado, e relaciona-se mais diretamente com a divulgação para o público em geral do conhecimento histórico, cumprindo o papel didático de desfazer “erros históricos” e satisfazendo uma importante prerrogativa do trabalho público do intelectual.<sup>76</sup>

---

<sup>72</sup> Esse conceito de “disseminação” científica é tomado de Wilson da Costa Bueno (1985, citado por KEMPER, 2008), para quem disseminação científica é a divulgação voltada para especialistas, e divulgação científica é voltada para o público em geral (KEMPER, 2008, p. 13).

<sup>73</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 44, 1931, p. 164. O próprio fato de produções intelectuais literárias serem consideradas “futilidades” mostra um juízo de valor intelectual que visava a distanciar a história da literatura, e afirmar o valor superior da primeira sobre a segunda. É preciso, no entanto, diferenciar dois índices: maior *consumo* e maior *prestígio*. Por exemplo, nos anos 1930, o romance é o gênero cultural de maior venda (consumo) e lucro editorial, porém não é o gênero de maior prestígio.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 166.

<sup>75</sup> *Idem*, p. 168.

<sup>76</sup> José Mauro Loureiro (2003) chama a aponta que a prática da divulgação científica “traz em seu bojo a reiteração das práticas científicas, legitimando e reforçando o perfil ideológico da ciência”, e ainda, que a

Zélia Guareschi Fiorezi (2002), ao abordar a revista do IHGRGS, destaca outro aspecto relevante no plano discursivo.<sup>77</sup> Diz que os manuais, tais como revistas especializadas, “tem um papel fundamental, pois é no saber neles contido que o pensamento se transforma em coerção e articula o movimento normativo da ciência” (FIOREZI, 2002, p. 83). Esse processo evidencia o peso da tradição coletiva. É o que diz, também, Michel Foucault (1996), segundo o qual a “vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder coerção” (p. 18). Para Foucault, existe “uma espécie de desnivelamento entre os discursos”, e em certa medida os textos científicos “estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles” (p. 22). Neste sentido, tanto a *Revista do IHGRGS* quanto a *Revista do Museu* disseminavam mais do que um discurso histórico, mas produziam profundas implicações na forma de pensar a realidade histórica, que interferia na própria organização e relações de sentido da atividade intelectual no estado.

A revista do IHRGRS cumpria outros papéis estratégicos para o grupo de historiadores gaúchos: 1) materializava a produção e plasmava a identidade dos intelectuais rio-grandenses, tendo a história como mote principal; 2) servia como instrumento de integração e mobilização intelectual, através do qual eles podiam se apresentar aos pares estaduais, nacionais e internacionais, estabelecendo as redes intelectuais pessoais e institucionais; 3) atestava a “benemerência” institucional diante do governo do estado, garantindo ou justificando os investimentos do erário público, que por sua vez reforçava a legitimidade institucional.

---

divulgação científica é “instituinte, no âmbito dos signos e do imaginário social, da cientificidade” (p. 91).

<sup>77</sup> Zélia Fiorezi (2002) realizou um estudo sobre a construção da identidade do Rio Grande do Sul através dos estudos geográficos publicados na revista do IHGRGS.

### 1.3.2. Competência científica: a revista do IHGRGS e o apoio do estado

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 1996, p. 10).

Na apresentação do primeiro número da Revista, Lindolfo Collor expressou o modelo de história que a revista seguiria segundo a concepção de ciência da época:

A história na sua concepção científica não é o simples relato empírico do predomínio de certos fatores ocasionais, mas uma ciência positiva, baseada em leis tão imutáveis como as do número, embora, pela sua colocação na hierarquia científica essas leis sejam fatalmente menos gerais e mais complexas do que as ciências que lhe são inferiores.<sup>78</sup>

A imposição da visão social dos historiadores rio-grandenses seria garantida pelo monopólio da autoridade e competência “científica”, que, por sua vez, oferecia os recursos para a luta pelo reconhecimento oficial. A concepção científica cumpria diversos papéis. Um deles era fornecer àqueles historiadores o embasamento para que pudessem se apresentar como possuidores do monopólio da autoridade “científica” (capacidade técnica e poder social) e da competência “científica” (capacidade de falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade), para estabelecer a “verdade histórica” sobre o passado rio-grandense. Segundo Daniel Pécaut (1990), para entender a reivindicação dos intelectuais sobre “uma ciência do social”, como um saber socialmente valorizado, é preciso levar em conta o papel atribuído por outros setores ao conhecimento científico do “real”. Assim, a reivindicação do domínio sobre um “saber socialmente valorizado” podia ser “uma artimanha para serem ouvidos pelos governantes”, mas também se justificava porque uma grande parte das elites acreditava que a “ciência podia fundamentar uma administração científica dos homens e da natureza” (PÉCAUT, 1990, p. 21). Subjacente a estas reivindicações, estava a busca pelo reconhecimento da história como um saber qualificado e científico. Ao passo que a legitimação da história era a própria legitimação daqueles historiadores como membros da elite, qualificados a operar processos de hierarquização social. De qualquer forma, o fenômeno geral de utilizar os resultados “científicos” como base e fonte para a

---

<sup>78</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 1, 1921, p. 4.

legitimação para as tomadas de decisões políticas beneficiou tanto o IHGRGS quanto foi requisitado pelo estado para fundamentar decisões políticas.

O caráter científico buscado pelos membros do IHGRGS se assentava em pressupostos como o *desinteresse*, a *verdade*, a *impessoalidade* e a *imparcialidade*, como apregoava Florêncio Abreu no discurso inaugural da instituição em 1920:

Trabalharemos desinteressadamente, ou antes, não nos moverá outro interesse que não o do patriotismo e o da verdade histórica. A nossa preocupação capital será a verdade, só a verdade, sempre a verdade. Para conseguirmos, porém, a formação de um juízo impessoal dos fatos, será mister de nossa parte uma perfeita isenção de ânimo; e essa imparcialidade necessária exige que o nosso juízo recaia somente sobre os acontecimentos em relação aos quais nós sejamos verdadeiramente a posteridade, evitando que as influências do meio e as nossas próprias tendências políticas atuem sobre o nosso julgamento, desvirtuando a missão de escrever a história dos nossos tempos.<sup>79</sup>

Para Souza Docca, era necessário “desfazer as inverdades, os erros, as falsas apreciações que correm mundo em livros de autores estrangeiros que tem escrito sobre o Rio Grande do Sul”.<sup>80</sup> Para alcançar esse objetivo, invocava o preceito metódico e científico de Taine: “historio com os documentos na mão”.

Ao mesmo tempo em que o discurso científico afiançava o investimento de recursos do Estado no Instituto e na sua revista, esse investimento era parte do processo de fortalecimento simbólico da Instituição. Os intelectuais, em geral, entendiam que o Estado tinha obrigação de investir na cultura, e uma parte importante do reconhecimento intelectual vinha da esfera do poder. Assim, buscar o investimento do Estado era mais do que uma luta pela sobrevivência financeira do projeto institucional. Era parte da busca por legitimidade. A questão da revista e o apoio governamental através de subvenções do estado e dos municípios eram temas tratados em conjunto pelos diretores do Instituto. A produção da revista era um dos, ou, se não, o motivo principal, da busca de tais subvenções. Era um empreendimento caro. Em 1921, a subvenção anual era de 10:000\$000. Em 1940, a revista tinha o custo de mais ou menos 15:000\$000 por ano.<sup>81</sup> Mais do que isso, era a revista que justificava o apoio financeiro do estado. Neste sentido, o apoio do Presidente do Estado, Borges de Medeiros, foi

---

<sup>79</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 1, 1921, p. 125.

<sup>80</sup> *Idem*, p. 132.

<sup>81</sup> Carta de Walter Spalding a Souza Docca. Porto Alegre, 19 de abril de 1940. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

fundamental para que o Instituto fosse incluído no orçamento do governo estadual, a fim de receber uma subvenção anual, conforme expressa o presidente Florêncio Abreu:

O dr. Medeiros se empenha para que a Assembleia nos conceda uma regular subvenção anual; por outro lado, dos conselhos municipais nos chegam notícias muito animadoras. Como sabes, dois fascículos da “Revista” já foram publicados e já se acham no prelo o 3º e 4º, que serão dadas a estampa num só volume, por assim ser menos dispendioso.

Temos muitos assinantes, o que, se por um lado nos traz um grande conforto moral, por outro lado constitui também uma fonte de renda apreciável.<sup>82</sup>

A associação entre o Estado e o Instituto, através de subvenções, fez com que a revista se tornasse um atestado da “benemerência” da instituição que validava o investimento do governo. No dizer de Eduardo Duarte, a revista era “o mais belo sintoma de vida do Instituto”.<sup>83</sup> Esta aliança, no entanto, não se deu de forma fortuita. Na primeira reunião preparatória do Instituto, em 5 de agosto de 1920, o primeiro ato do recém-eleito presidente dos trabalhos preliminares de organização da nova instituição, Florêncio Abreu, foi propor que “se lavrasse em ata um voto de agradecimento ao sr. Presidente do Estado pelo apoio hipotecado à novel instituição”.<sup>84</sup> Em seguida, formou uma comissão para comunicar pessoalmente este ato ao presidente do estado, composta pelos sócios Monsenhor Luís Mariano da Rocha, Aquiles Porto Alegre e Capitão Manuel de Faria Correa, respectivamente padre, professor e militar. A própria eleição de Florêncio Abreu para primeiro presidente do IHGRGS pode ser vista como um trunfo importante da instituição para angariar a atenção e respeito das autoridades gaúchas. Sendo Florêncio Carlos Abreu e Silva filho do senador Florêncio Abreu e Silva, e diretor do Arquivo Público do Estado, gozava de atributos “morais”<sup>85</sup> que puderam ser emprestados ao Instituto Histórico recém-criado. Assim, se veem algumas estratégias utilizadas pela instituição na construção da sua própria legitimidade.

Ainda sobre o papel da Revista na concretização dos anseios do Instituto pelo reconhecimento social e simbólico, há indicações, como o discurso de Florêncio Abreu, na sessão do terceiro aniversário do IHGRGS, quando historiou a vida do Instituto, nos seus três primeiros anos de existência, e quis demonstrar sua importância, ressaltando

<sup>82</sup> Carta de Florêncio Abreu a Souza Docca, Porto Alegre, 9 de outubro de 1921. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>83</sup> *Revista do IHGRGS*, IV trimestre, 1934, Porto Alegre, p. 314.

<sup>84</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 5 de agosto de 1920.

<sup>85</sup> Quando os membros do IHGRGS falavam em *atributos morais*, referiam-se, na verdade, ao *prestígio* social e político.

sua “utilidade”, “sobretudo na publicação da revista”.<sup>86</sup> Semelhante defesa o mesmo presidente fez por ocasião do quinto aniversário do Instituto, em que destacou “sua utilidade nos vários aspectos da sua vitalidade, pondo em destaque especial a publicação da revista”, pois, segundo ele, suas páginas constituíam “uma afirmação da operosidade dos nossos consócios”.<sup>87</sup>

A regularidade com que a revista foi publicada, de 1921 a 1950, revela o papel destacado daquele empreendimento dentro dessa corporação intelectual. O secretário perpétuo do Instituto – Eduardo Duarte – ressaltou, no discurso solene pelos 25 anos de vida do Instituto, em 1945, que 98 números da revista haviam saído do prelo, fato que correspondia exatamente às edições trimestrais dos vinte e cinco anos, então, decorridos.<sup>88</sup>

### 1.3.3. Os autores da Revista do IHGRGS

*Come un fúlmine caduto sul sereno*, assim chegou até nós a notícia do falecimento, na capital federal, de Emílio Fernandes de Souza Docca, o grande companheiro que há longos vinte e cinco anos tínhamos junto de nós, em pessoa ou em espírito, pois que o Instituto era para ele uma parte do seu eu, para o qual teve sempre o melhor do seu carinho, a devoção da sua inteligência, o veículo da sua produção intelectual, fazendo da coleção da nossa Revista repositório do muito que ele escreveu sobre o passado do amado rincão continentino (Eduardo Duarte, *Revista do IHGRGS*, n. 98, 1945, p. 157).

A revista tornou-se um cartão de visitas de historiadores, como Souza Docca, que, à medida que distribuía seus exemplares ou separatas de suas publicações entre intelectuais e instituições do centro do país, tornava-se conhecido e reconhecido fora território rio-grandense, e, também, se tornava porta-voz legítimo da história produzida pelo Rio Grande do Sul. Neste subitem, será feita uma breve análise quantitativa das publicações na revista do IHGRGS e seus autores, e a hierarquia entre eles, considerando-se que a revista (como um suporte institucional) era um meio de determinar as condições do funcionamento e exercer o controle dos discursos e da produção de regras disciplinares que resultavam em coerções e interdições. Segundo

<sup>86</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 5 de agosto de 1923, p. 60r.

<sup>87</sup> Ata de reuniões do IGHRGS, de 9 de agosto de 1925, p. 81r.

<sup>88</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 99, 1945, p. 16.

Foucault (1996), um dos procedimentos que permitem o controle dos discursos é a “rarefação” “dos sujeitos que falam”, portanto, a quantidade de vezes que um autor aparece na revista é um também um índice de poder.

Zélia Guareschi Fiorezi (2002) chama a atenção para o fato de que no período de 1921 a 1937, 21 autores foram responsáveis por 213 títulos de um total de 419, ou seja, mais de 50% do total de títulos publicados na revista. Quando se amplia o olhar para o período entre 1921 a 1950, a concentração da produção em poucos autores permanece. De um total de 191 autores, apenas 15 (7,8%) foram responsáveis pela produção de 272 títulos, fato que corresponde a expressivos 42% de todos os trabalhos publicados, enquanto 177 autores (92,2%) foram responsáveis por 58% dos trabalhos. Sozinho, esse grupo de 15 pessoas publicou mais do que o conjunto de 165 autores que menos publicaram. Esta concentração é mais visível, quando se leva em conta que do total de autores, 112 tiveram uma única participação na revista.

No quadro geral, os historiadores que mais publicaram na revista do IHGRGS, entre 1921 e 1950, foram os seguintes:

**Walter Spalding** – 42 títulos

**Souza Docca** – 30 títulos

**Manoel Duarte** – 29 títulos

**Othelo Rosa** – 29 títulos

**Aurélio Porto** – 23 títulos

**Eduardo Duarte** – 19 títulos

**João Borges Forte e Jaci Tupi Caldas** – 14 títulos cada

**Carlos de Paula Couto** – 13 títulos

**J. B. Hafkemeyer, Leonardo Macedônia e Leopoldo de Freitas Cruz** – 11 títulos cada

**Adroaldo Mesquita da Costa, Luiz G. Jaeger e Fernando L. Osório** – 10 títulos cada

Para uma melhor compreensão do funcionamento da participação dos autores na produção da revista do IHGRGS, a análise será dividida em 3 períodos de dez anos. O primeiro período vai de 1921 até 1930.

O primeiro responsável pela edição da *Revista do Instituto* foi o padre João Batista Hafkemeyer, quando esta apareceu no ano de 1921. Faziam parte ainda da

primeira *Comissão da Revista*, os sócios Otavio Augusto de Faria, Lindolfo Collor<sup>89</sup> e Arthur Candal. Depois do falecimento de Hafkemeyer, em 1924, Eduardo Duarte assumiu a redação da Revista, e nessa época também editava a revista do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A elevação de Duarte ao posto de responsável pela revista ensejou a maior aproximação de Souza Docca, que também passou a fazer parte da Comissão da Revista, tornando-se um dos seus colaboradores mais contumazes, muito embora, desde o início da Revista, já fosse apoiador de Hafkemeyer, como atestam as correspondências entre ambos e, também, o número de publicações de Docca no período em que Hafkemeyer dirigiu a redação da revista (9 títulos publicados entre 1921 e 1923).

Destacam-se como principais colaboradores nesse período (1921-1930) os seguintes autores: Souza Docca (20 títulos), Aurélio Porto (12 títulos), Pe. Hafkemeyer (11 títulos – 2 publicados postumamente), Pe. Carlos Teschauer (9 títulos), Pe. Geraldo Pawels – sócio correspondente que residia em Santa Catarina (7 títulos) e Eduardo Duarte (6 títulos). Neste período, 74 autores diferentes foram publicados pela revista, dos quais 44<sup>90</sup> publicaram um único artigo.

No período seguinte, de 1931 a 1940, os principais autores foram: Walter Spalding (28 títulos), Tupi Caldas (11 títulos), Souza Docca, (10 títulos), Aurélio Porto (10 títulos), Leopoldo de Freitas Cruz (10), Othelo Rosa (10), João Borges Fortes (9 títulos) e Leonardo Macedônia (8 títulos), Eduardo Duarte, Roque Callage e Fernando Luís Osório (7 títulos cada), Dante de Laytano (6 títulos), Manoel Duarte (5 títulos). Pode-se dizer em relação à primeira década da revista que neste período houve um alargamento da base de colaboradores mais dedicados à redação de trabalhos. Entre 1931 e 1940, 68 diferentes autores participaram da revista, dos quais 18 (26,5%) já eram colaboradores na década anterior, ou seja, 50 novos autores (ou 73,5%) estrearam na revista na década de 1930 (30% a menos do que o total no período anterior). Somente 29 autores tiveram uma única participação na revista no período de 1931 a 1940.

No período seguinte, entre 1941 e 1950, a revista do IHGRGS publicou 83 diferentes autores, dos quais 49 (ou 59%) fizeram sua estreia na revista depois de 1941. Os outros 33 (ou 41%) já haviam publicado nas décadas anteriores. Os autores que mais

---

<sup>89</sup> No mesmo ano de 1921, o jornalista Lindolfo Collor foi eleito Deputado Estadual pelo PRR, e participou ativamente da campanha da Reação Republicana (movimento de oposição a Artur Bernardes, candidato de Epitácio Pessoa) que lançou Nilo Peçanha como candidato a Presidente da República, apoiado por Borges de Medeiros, mas que saiu derrotado. Continuou dedicando-se, principalmente, à função de jornalista no jornal oficial do PRR – *A Federação*.

<sup>90</sup> Manoel Gonçalves de Aguiar e Antônio B. Menezes publicaram um único artigo assinado por ambos.

publicaram neste período foram: Manoel Duarte (24 títulos), Othelo Rosa (17 títulos), Walter Spalding (14 títulos), Carlos de Paula Couto (7 títulos), Eduardo Duarte e Olintho Sanmartin (6 discursos cada), Luiz Gonzaga Jaeger (5 títulos).

Comparando-se as três décadas analisadas, percebe-se uma tendência ao estreitamento da oportunidade de publicar na revista. Na década de 1930, embora o número total de publicadores tenha sido menor (68 na década de 1930 e 83 na década de 1940), o número absoluto de estreantes na revista foi quase o mesmo (a década de 1930 teve 50 estreantes contra 49 na década de 1940). Os autores que tiveram uma única participação na revista, a partir de 1941, foram 39.

#### 1.3.4. Os “bastidores” da revista

No primeiro ano de publicação da Revista, segundo a avaliação de João Batista Hafkemeyer, o Instituto ainda contava com uma fraca mobilização dos seus membros. Hafkemeyer, ao mesmo tempo em que prestava informações sobre o funcionamento do Instituto, alvitrava ao recém formado Capitão Souza Docca que voltasse do Rio de Janeiro a Porto Alegre: “Parabéns para o concurso. Para fins do ano voltará? Faz falta aqui, **porque os sócios ativos estão em minoria notável**. A 24 tivemos uma sessão. Os presentes cabiam na mesa que conhece”. Como consequência dessa fraca mobilização inicial, a Revista prescindia de esforços conjugados dos mais interessados, pois “**a colaboração não é entusiástica – para vários a hora parece difícil**. Mas vamos andando e trabalhando” (grifos meus).<sup>91</sup> O mesmo diagnóstico era feito por outros membros fundadores, como José Paulo Ribeiro: “o nosso Instituto está indo, um pouco anêmico, muito pouco movimentado”. E acrescentava que o número primeiro da revista que saía naquele ano se devia ao seu redator responsável: “já saiu o número 1 da Revista: não está mau – parece que se deve à atividade do Hafkemeyer”.<sup>92</sup> Estas informações ajudam a perceber que quando o Instituto foi criado, estava longe de ser uma instituição dominante na esfera intelectual rio-grandense. O próprio presidente do Instituto também instava com Souza Docca para que retornasse a Porto Alegre, pois fazia “muitíssima falta”, e, “além disso”, dizia Florêncio Abreu, “a tua presença me

<sup>91</sup> Carta de J. B. Hafkemeyer a Souza Docca, Porto Alegre, 15 de junho de 1921. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>92</sup> Carta de José Paulo Ribeiro a Souza Docca. Porto Alegre, 21 de março de 1921. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

animaria e daria alento para levar minha tarefa até o fim. Tenho, porém, esperanças de que breve estejas de regresso. Quando pretendes voltar?”.<sup>93</sup> Mesmo não residindo em Porto Alegre por muitos anos, Souza Docca manteve o status de membro efetivo, devido a sua colaboração assídua por longos anos para a publicação da revista, o que lhe garantiu que permanecesse na comissão de redação durante as décadas de 1920 e 1930. A participação nas comissões internas do Instituto era exclusiva de sócios efetivos, e estes, segundo o estatuto, deveriam residir em Porto Alegre.

Há vários exemplos que confirmam a influência de Souza Docca na publicação da revista, nos seus primeiros anos. Um deles é a consulta que Eduardo Duarte, secretário do Instituto e redator chefe da revista, faz a Docca se deveria, ou não, publicar a continuação de um artigo de Jorge Bahlis, sócio efetivo do Instituto, que já havia incomodado a outro membro da instituição:

Peço-te que me digas com franqueza – com promessa de uso reservado, qual a tua opinião sobre a colaboração de Jorge Bahlis. Do seu trabalho tenho já o segundo artigo e sei que a um confrade essa colaboração não agradou, achando que a Revista não deve continuar a sua inserção. Repito: assunto reservado.<sup>94</sup>

A consulta dizia respeito ao artigo intitulado *A velhice da Terra – Continente Americano*<sup>95</sup>, publicado em 1932. Quando veio o veredito expedido por Docca, Eduardo Duarte anuiu dizendo: “ciente do juízo sobre o Bahlis. Está certo. Esse moço merece a nossa consideração, pois é um grande trabalhador. Se não já, será, pelo menos no futuro, um elemento de valor no seio do Instituto”.<sup>96</sup> E assim, *Civilizações Americanas – Antiguidade da Terra II* foi publicado em 1933.

Em outras ocasiões, Duarte também recorreu ao auxílio do mesmo amigo, como nos exemplos a seguir. Quando ele teve dúvidas sobre a pertinência da publicação de um texto de Manoel A. Silva Caldeira, assentiu desta forma ao parecer de Souza Docca:

---

<sup>93</sup> Carta de Florencio Abreu a Souza Docca, Porto Alegre, 09 de outubro de 1921. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>94</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 7 de abril de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>95</sup> Neste artigo, Bahlis defende a existência do “continente Atlante”, a não existência do “dilúvio universal” bíblico, e diz que, em sua opinião, a “raça humana, se bem que muito animalizada, surgiu há 18 milhões de anos”. Além disso, a existência de vida em outros planetas, Bahlis diz: “Quanto ao que se refere aos outros planetas, estamos firmemente convencidos de que todos estão habitados. Não resta dúvida de que os habitantes dos outros mundos têm uma estrutura física diferente da nossa, compatível com as condições próprias de cada um desses mesmos mundos” (*Revista do IHGRGS*, IV trimestre, p. 176-183).

<sup>96</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 10 de maio de 1933. Fundo Souza Docca, arquivo do IHGRGS.

A memória do Caldeira, não sei, acho contradições... parece que o homenzinho andava com o miolo às voltas. **Em todo o caso, como é do teu parecer, que sabes mais, publicá-la-emos.** Penso, no entanto, mandar-te uma cópia, para veres. Copiarei, corrigindo sem alterar a substância, os muitos erros e disparates de que está eivada a dita memória (grifo meu).<sup>97</sup>

Duarte incumbiu Docca a fazer certas anotações para livrar alguns trabalhos de “obscurantismos”, como o pedido que segue: “o trabalho de João de Deus acho-o possível de algumas notas da redação, e por isso ai vai, pois só um conhecedor do assunto pode fazê-la. Razão, também, da remessa à corte, para S. M. ver”.<sup>98</sup> Duarte se referia ao artigo que foi publicado no ano seguinte, em 1927, com o título *A Batalha do Passo do Rosário – Barbacena e Alvear*.

O redator chefe da revista mostrava-se hesitante a respeito de muitas publicações, como, por exemplo, o processo canônico feito por ocasião da morte de Roque Gonzales e seus companheiros, sobre cuja publicação questionava: “É muito interessante, o que me demoveu à sua publicação neste número. Foi copiado do original existente no Arquivo General, de Buenos Aires, e é inédito. Fiz bem?”.<sup>99</sup> A pergunta de Duarte, que soa quase como um pedido de autorização, faz sentido, porque Souza Docca era censor dos temas ligados à história das Missões. No entanto, na década de 1920, devido à influência dos padres Hafkemeyer e Teschauer, esta temática não chegou a sofrer interdição nas páginas da revista.

O auge da influência de Souza Docca sobre a revista foram as décadas de 1920 e 1930, quando Duarte esteve na direção da revista. Neste período, Duarte era, de certo modo, dependente do auxílio do historiador-militar, como se viu nos exemplos acima. Em assuntos da revista, o secretário não receava em solicitar as diretrizes:

Sobre a Revista, este ano: manda-me sugestões quanto a sua feitura. O trabalho a executar, matéria que devemos reeditar, transcrever; alguma coisa tenho, mas não é muita. Estou só, como sempre, salvo quando aqui estavas. Os meus companheiros...<sup>100</sup>

<sup>97</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, 1926. O trabalho de Manoel A. Silva Caldeira foi publicado em 1927.

<sup>98</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 16 de outubro de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>99</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 16 de outubro de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>100</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 25 de janeiro de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Reconhecia tanto a ascendência de Souza Docca nas questões da revista, que chegou a evocar a figura do comando militar para expressar a relação de subordinação em relação ao confrade: “em arte militar não se permite nos dias de hoje (darei asneira?), o comando à distância do campo de operações, mas em assunto de revista parece que se deve permitir. Dá ordens portanto”.<sup>101</sup> Com um misto de humor e ironia mal disfarçada de modéstia, Eduardo Duarte lamenta a ausência de Docca, e proclama seu auto sacrifício e doação para a revista: “Ah! Que falta me fazes, bom amigo. Tenho de fazer como a aranha: tira de si os elementos da própria teia. Como me sinto só e mais burro do que nunca... se tivesse uma carroça iria, entre os varais, para a praça”.<sup>102</sup>

Walter Spalding foi um dos historiadores que fez sua estreia na revista do IHGRGS em 1931, escrevendo um artigo-comentário sobre o próprio Instituto Histórico. Em pouco tempo tornou-se um dos colaboradores mais assíduos da revista, deixando para trás colaboradores pioneiros como Souza Docca e Aurélio Porto. Walter Spalding comentou, em artigo de 1931, sobre o “pouco caso” que se fazia do Instituto e de sua revista fora dos círculos intelectuais. Disse que “não há muito” um professor amigo seu lhe perguntara “se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul ainda existia”. (*Revista do IHGRGS*, III e IV trimestre, 1931, p. 166). Esse testemunho de Spalding indica que a revista do IHGRGS não fornecia visibilidade aos seus autores fora do círculo restrito de leitores, que eram os próprios pares locais e nacionais.

Durante toda a década de 1930, Eduardo Duarte continuou com a Secretaria do Instituto e a redação da revista, tendo a colaboração de Souza Docca como um sólido esteio. Mas logo após aposentar-se no Museu do Estado, em 1939, Duarte tentou passar o “bastão” do trabalho na Secretaria e na revista para Spalding, na esperança de que este saberia levar o Instituto “mais longe do que eu poderei fazer”<sup>103</sup>, dizia Duarte. Em 1940, avaliava a atuação de Spalding: “Quanto ao nosso Instituto, está em boas mãos; Spalding substituiu-me com vantagem na secretaria, e tudo irá bem”.<sup>104</sup> Walter Spalding chegou a substituir Eduardo Duarte na redação da revista, por curto período, quando o velho secretário, esteve alguns meses em Porto Lucena, trabalhando numa “clínica de olhos”. Entretanto, Walter Spalding não permaneceu muito tempo neste

---

<sup>101</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 16 de setembro de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>102</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 4 de agosto de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>103</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 6 de janeiro de 1938. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>104</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1940. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

encargo. Em 1940, por causa de um atraso no registro da revista, ele chegou a propor a Souza Docca (que continuava auxiliando a revista nas demandas burocráticas, embora desde 1938 não tivesse mais publicado), que se interrompesse a publicação da mesma:

Entretanto, como o Instituto precisa fazer economia para conseguir casa, embora lamente a falta da Revista, fico satisfeito, pois pretendo, se for apoiado por todos, fazer o que fazem co-irmãs estrangeiras: em vez de Revista ou Boletim, publicar, durante o ano, uma série de 5 ou 6 estudos ou monografias e, no fim do ano as atas, discursos e nótulas bibliográficas.<sup>105</sup>

Contudo, por causa da intervenção do próprio Docca e de outros membros, a revista não precisou ser interrompida. Dante de Laytano foi indicado por Tupi Caldas e pelo Pe. Luís Gonzaga Jaeger para substituir Spalding na redação da revista. Assim, o próprio Spalding resumiu o caso e as razões de não poder ficar como diretor responsável pela revista:

O Dante [de Laytano] se pôs logo em atividade tratando do Registro. Hoje consegui falar com ele a respeito do que o sr. [Souza Docca] me avisa. O Dante ficou chocado mas eu, logo, cortei tudo explicando: O dr. Duarte (que desde fevereiro está no Alto Uruguai e talvez não volte tão já) não quer mais ter atividade direta na Revista porque vai residir no Esteio logo que volte de fora. Eu, com o trabalho que tenho, só posso prejudicar um ou outro: isto é: meu cargo ou a Revista. Eu estou sobrecarregado. E como a Lei é taxativa a respeito do registro que deve ser feito no próprio distrito provando-se nos tribunais e polícia a boa conduta do responsável, a medida aí [no Rio de Janeiro] tomada não implica em que se faça, depois de vir daí a autorização definitiva, que se mude o Diretor Responsável fazendo novo registro.<sup>106</sup>

Sobre o “clima” de crise no Instituto no início dos anos 1940<sup>107</sup>, que o fez declinar da atividade de “diretor” da revista, Spalding confessa a Souza Docca:

Continuarei com a Secretaria como até hoje, continuarei trabalhando pelo Instituto para o qual espero conseguir uma casa (isso ainda é segredo) breve. Mas nada mais quero ter com a Revista a não ser como colaborador. Ademais, isso de *eu ser cabeça do Instituto* não está de direito. O Instituto não sou eu: *somos nós todos*. Dividamos, portanto, o trabalho. Peço notar que isso não se refere, em absoluto ao dr. Duarte, mas a outros, daqui, que *só querem glórias...* a custa (grifos no original).<sup>108</sup>

<sup>105</sup> Carta de Walter Spalding a Souza Docca. Porto Alegre, 19 de abril de 1940. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Maiores detalhes sobre esta crise institucional serão acrescentados no capítulo 3.

<sup>108</sup> Carta de Walter Spalding a Souza Docca. Porto Alegre, 19 de abril de 1940. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Este período (década de 1940) é marcado por uma crise institucional em que se criam dissensões internas, além da crise econômica da instituição resultante das dívidas do Instituto criadas para manter a revista. Em 1941, o IHGRGS devia à Globo 25:270\$000.<sup>109</sup> A produção proeminente de Manuel Duarte nesse período, que lhe valeu críticas, está relacionada com o fato deste historiador ter assumido a presidência em 1943, quando Othelo Rosa renunciou, e assim Manuel Duarte assumiu como sua a tarefa de levar adiante a publicação da revista. Manuel Duarte escreveu a Walter Spalding, anos mais tarde, em 1952, lamentando o desaparecimento da revista dizendo:

O que, entretanto, mais estranho eu é que, quando fui obrigado a quase que encher a Revista, mal demorava a aparição dela, ou se saía ela com mais de um (o que era forçoso acontecer) artigo meu, havia alarma e reclamações... Contudo, se isto, é prazer, tive eu o prazer de, a poder de sacrifício, não retardar, senão em dias, o aparecimento dela.<sup>110</sup>

### 1.3.5. A Revolução Farroupilha na agenda intelectual da revista

A produção sobre a memória da revolução Farroupilha foi tida como uma das tarefas mais importantes a ser realizada pelo IHGRGS. O tema onipresente nas décadas de 1920 e 1940 era a história e a construção da identidade nacional, com os intelectuais como “mediadores” dessa construção (PECAUT, 1990). No caso sul-rio-grandense, a responsabilidade pela atribuição de formular uma escrita disciplinar sobre a memória e a identidade da região foi assumida pelos historiadores do IHGRGS. Como está expresso no primeiro número da revista, aqueles historiadores traçaram o objetivo claro de inserir o Rio Grande do Sul no calendário cívico nacional. Como disse Souza Docca a respeito do centenário da independência:

Nós membros do IHGRGS, temos uma grande responsabilidade e essa responsabilidade cresce, aumenta de importância, na proporção em que se aproxima o primeiro centenário da nossa emancipação política. O povo de nossa terra como quem vê surgir no horizonte de seus desejos um raio de esperança, tem seus olhos voltados para nós. É mister pois que saibamos corresponder a essa confiança, fazendo com que o Rio Grande do Sul, justamente com seu irmão se apresente

<sup>109</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, 19 de agosto de 1941 (*Revista do IHGRGS*, n. 86, 1942, p. 397). Afonso Guerreiro Lima saldou a dívida do Instituto com a Globo, passando o Instituto a ser devedor de Guerreiro Lima.

<sup>110</sup> Carta de Manuel Duarte a Walter Spalding. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

naquela magna data com um livro sobre sua vida, evitando assim que os nossos compatriotas sejam estrangeiros em sua própria terra.<sup>111</sup>

Nesse sentido, a disciplinarização da memória sobre a Revolução Farroupilha, assumida pelo IHGRGS, tinha papel fundamental. Era necessário formular uma memória oficial para o principal acontecimento da história regional, a guerra que separou os rio-grandenses do Brasil por dez anos, e que ficara marcado como um dos mitos fundacionais da identidade regional, ao mesmo tempo raiz do estigma de “corpo estranho à nação” que aqueles historiadores queriam combater. Foi o assunto mais tratado na sua revista, enquanto essa publicação teve sua atividade ininterrupta, de 1921 a 1950. Foram 38 autores publicados, que versaram sobre o tema em um total de 64 textos (75% deles publicados entre 1930 e 1945). Nesse processo de disciplinarização da memória, objetivava-se, em linhas gerais: negar o caráter *seccionista* da revolução, afirmar a ideologia federalista dos farrapos, reabilitar figuras históricas de relevo na revolução. A estratégia foi reverter, através do discurso, a experiência autonomista da revolução farroupilha em atestado do federalismo e da brasilidade dos sul-rio-grandenses.

---

<sup>111</sup> *Revista do IHGRGS*, v. 1, 1921, p. 132.

## Capítulo 2 – O IHGRGS e suas relações com o *espaço de poder*

O objetivo deste capítulo é analisar a dinâmica das relações e alianças entre os intelectuais e o poder no Rio Grande do Sul seladas na conjuntura das *crises* e mudanças ocorridas no estado, a partir da década de 1920, que abriu novas estruturas de oportunidades políticas para grupos desprivilegiados dentro do sistema político autoritário vigente, e possibilitou a mobilização coletiva dos intelectuais rio-grandenses em busca por um “espaço social” articulado ao campo político. Este “espaço social” tinha natureza simbólica, e se caracterizava pela *visibilidade*, pelo *reconhecimento* público, pelo controle *relativo* do acesso a postos públicos ligados à cultura e pela relativa participação e *relevância coletiva* dentro do jogo político. O mote que unifica este capítulo é a ideia da **relação dos intelectuais com o Estado**, relação que necessitou ser construída, fortalecida e aprofundada ao longo de períodos conturbados e cheios de reconfigurações no campo político local.

O capítulo está subdividido em três partes. Inicialmente, será focado o *primeiro pico de mobilização*, através da análise da construção da aliança entre o Instituto e o governo local, no momento da crise política *dos anos 20*, e as estratégias empregadas por ele e por seus membros para que a instituição recebesse o apoio simbólico e material do Estado através das subvenções, num movimento de reforço mútuo entre o governo republicano e os setores médios urbanos, do qual fazia parte a maioria dos intelectuais gaúchos, sem que isso, contudo, representasse uma filiação direta ao governo. Depois, será focado o *segundo pico de mobilização* dos intelectuais, retomando o processo de reconfiguração da esfera política rio-grandense, no final da década de 1920, marcado pela aglutinação dos agentes políticos, historicamente antagônicos, que culminou na *Frente Única Gaúcha* e na *Aliança Liberal*, forças que atuaram diretamente na *Revolução de 30*. Nesse contexto, será analisado como os agentes intelectuais se mobilizaram coletivamente, e tomaram posições no campo político, com vistas a mostrar os alinhamentos e as tensões ocorridas no interior do movimento de aglutinação. Também se demonstrará como estas tomadas de posição, em especial com o advento da *Revolução de 30*, trouxeram inflexões às trajetórias de agentes políticos e intelectuais rio-grandenses.

Na segunda parte, será analisada a comemoração do *Centenário da Revolução Farroupilha*, considerado, aqui, o *terceiro pico de mobilização* dos intelectuais rio-

grandenses, com o objetivo de oferecer uma visão de como o contexto político, marcado pelo antagonismo entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, determinava (ou coagia) as tomadas de posição de intelectuais e do próprio Instituto Histórico; e, também, as suas estratégias utilizadas para ampliar a ação do Instituto junto ao Estado e para a construção de uma “fala autorizada” sobre o passado rio-grandense, com a chancela do Estado, na esteira das comemorações do centenário farroupilha.

Na terceira e última parte, dois estudos de caso (recriados através das correspondências de Aurélio Porto e Eduardo Duarte), situados na década de 1930, serão analisados para mostrar a coação das estruturas objetivas do universo político com as quais agentes intelectuais de *carne e osso* tinham de se debater (e sujeitar) no dia-a-dia, com as suas vicissitudes, limitações e dependências (políticas e econômicas) para realizar o trabalho intelectual e, ao mesmo tempo, sobreviver, “*numa terra em que ninguém lê*”. Os intelectuais, embora tivessem a posse de certos atributos simbólicos específicos e prestígio, individualmente eram dependentes das relações pessoais com políticos e governantes, e buscavam meios de sobrevivência e, ao mesmo tempo, deveriam realizar o trabalho na seara intelectual. À mercê das disputas e dos ânimos políticos, os intelectuais procuravam mobilizar suas *redes de solidariedade*, portanto seu capital social, para fazer valer trunfos simbólicos legítimos dentro dos espaços de decisão política.

## **2.1. As relações entre a esfera intelectual e a política em meio à crise política dos anos 1920: arranjos e alianças políticas**

O aspecto mais visível da crise política no estado nos anos 1920 foi, sem dúvida, o processo revolucionário armado conhecido como “*Revolução de 23*”, desencadeado pela contestação do resultado das eleições de 1922 para a presidência do estado, em que as oposições acusavam o governo de conseguir a reeleição de Borges de Medeiros através de fraude eleitoral. Entretanto, este embate civil foi a culminância de um processo de contestação e crise do modelo autoritário do Partido Republicano, cujos primeiros sinais foram dados bem antes, através da organização e crescente atuação da bancada federalista de oposição, a partir de 1913; posteriormente, este processo de crise permitiu a reorganização e união das oposições (federalistas, democratas e dissidentes do partido republicano) nas eleições de 1922.

Desde 1913, a Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul contava com um representante do Partido Federalista – Jorge da Silveira Pinto –, mas em 1917, a oposição conseguiu eleger mais dois representantes – Gaspar Santana Saldanha e José Alves Valença. Apesar do número pequeno de representantes da oposição, deve ser levado em conta que de 1891 até 1913, o Partido Republicano Rio-grandense manteve a hegemonia absoluta da Assembleia dos Representantes. Portanto, a eleição de três representantes da oposição na legislatura que começou em 1917 não é algo de somenos importância num horizonte político marcado pelo autoritarismo político e pelas fraudes eleitorais. Segundo Eduardo Rouston Jr., a atuação da oposição federalista na Assembleia dos Representantes foi responsável por “abrir algumas brechas no monolitismo político dominante” (ROUSTON JR., 2012, p. 12). Analisando o processo de reorganização das oposições em 1922, Paulo Vizontini concluiu que esse movimento “prende-se ao crescimento significativo da fraude e violência políticas, devido ao desgaste do borgismo enquanto sistema político estadual” (VIZENTINI, 1985, p. 42). Helgio Trindade, da mesma maneira, interpreta o fenômeno da reunião das oposições (com o apoio dos criadores e das camadas urbanas) como resultado de “um esgotamento do sistema político autoritário” (TRINDADE, 1979, p. 158).

Nelson Boeira (1980) resume alguns dos problemas que Borges de Medeiros teve de enfrentar, a partir do seu terceiro mandato. Entre eles:

o enfraquecimento da posição do Rio Grande do Sul na política nacional com a morte de Pinheiro Machado, a multiplicação de dissidências políticas dentro do PRR em nível municipal, as reivindicações crescentes das áreas coloniais (nem sempre acompanhadas de tradução política), as dificuldades de capitalização e comercialização da economia regional, as pressões da industrialização e urbanização incipiente e o aparecimento de um proletariado politicamente ativo (BOEIRA, 1980, p. 42).

A percepção dos intelectuais a respeito da crise pela qual passava a estrutura social e política os fez visualizar a possibilidade de organização da esfera intelectual em articulação com o campo político que, naquele contexto, dava sinais de fragilização, portanto, expandindo a “estrutura de oportunidades políticas”<sup>112</sup> para grupos que estavam *relativamente* marginalizados dentro do espaço de poder, produzindo, assim, o

---

<sup>112</sup> Aqui a noção de “estrutura de oportunidades políticas” é tomada emprestada de Angela Alonso, quando a utilizou para caracterizar o contexto de crise imperial que produziu uma expansão da “estrutura de oportunidades políticas” assim definido: “quando processos de crise dilatam as dimensões consistentes – mas não formais ou permanentes – do ambiente político que fornece incentivos para pessoas se engajarem em ações coletivas por afetarem suas expectativas de sucesso ou fracasso” (Tarrow apud Alonso, 2002, p. 41).

primeiro pico de mobilização coletiva dos intelectuais sul-rio-grandenses, com vistas a deixarem de ser invisíveis ou inaudíveis até se tornarem agentes políticos relevantes, ou mesmo protagonistas dentro do campo político. Intelectuais e outros grupos como as oposições e, também, uma nova geração de políticos no interior do partido republicano, se prevaleceram do processo crescente de crise que experimentava o modelo político autoritário liderado por Borges de Medeiros para redefinir sua *relação coletiva* com espaço de poder.

Naquela conjuntura política, a tessitura da aliança entre o estado e o Instituto Histórico não podia prescindir da aproximação da Instituição e o presidente do estado, sem que, contudo, isto representasse uma filiação direta ao partido do líder republicano, pois a nova agremiação se formava com caráter suprapartidário, abrigando membros e líderes da oposição.<sup>113</sup> A convivência entre republicanos e opositores numa mesma instituição é, até então, provavelmente um dado novo na experiência política rio-grandense. De certa forma, é a antecipação do processo de pacificação e união das elites gaúchas que ocorreria no final da década de 1920. Aqui não se trata de defender uma visão teleológica de que os destinos da *Aliança Liberal* estavam definidos *a priori*, mas sim admitir que o IHGRGS foi um dos primeiros espaços de convivência de agentes políticos e intelectuais em pontos antagônicos no espectro político rio-grandense antecipando (e de certa forma favorecendo) o processo de unificação das elites, no final da década de 1920.

A necessidade da anuência e do apoio do líder republicano para que fosse garantido o êxito da nova instituição deve ser compreendida tendo em perspectiva o modelo autoritário do grupo político que governava o Rio Grande do Sul desde a implantação da república e que tinha como chefe unipessoal o líder Antônio Augusto Borges de Medeiros. O modelo político vigente era centrado na pessoa de Borges de Medeiros, do qual partiam as decisões políticas e partidárias. A imprensa oficial, a polícia, o judiciário, a burocracia estatal e o partido estavam nas mãos do presidente do estado. O culto ao *líder* fazia parte da tradição política castilhistas seguida pelo partido republicano rio-grandense. Este modelo, que recebia críticas desde a sua implantação,

---

<sup>113</sup> Entre os fundadores que eram da oposição está, por exemplo, Alberto Juvenal do Rego Lins, líder federalista que, em 23 de janeiro de 1923, encaminharia à Assembleia um documento contestando o Parecer da Comissão de Constituição e Poderes, presidida por Getúlio Vargas, que julgou a apuração da eleição de Borges de Medeiros para o quinto mandato consecutivo (ROUSTON JR., p. 182). Além dele, outros membros da oposição que formam o rol dos fundadores do IHGRGS são: Francisco Leonardo Truda, Roque Callage, José Zeferino da Cunha, Alberto Juvenal do Rego Lins, Augusto Daisson, e outros.

começou a ter de enfrentar novo grau de descontentamento marcado pela incipiente, mas crescente, união dos grupos de oposição.

Por outro lado, para equacionar o quadro das alianças que o Instituto precisava selar para afirmar-se no cenário das elites do estado, as oposições precisaram ser acomodadas e contempladas dentro da agremiação. Para isto, o mais importante líder das oposições, Joaquim Francisco de Assis Brasil, foi eleito membro correspondente, contando seu nome entre os sócios fundadores. Entretanto, não demorou para que Assis Brasil enviasse uma carta ao presidente do Instituto pedindo “a sua remissão como membro do Instituto” alegando “ser avesso a contribuições periódicas de qualquer natureza”.<sup>114</sup> A solução encontrada pelos membros do Instituto, para contornar esta situação que poderia representar uma dificuldade adicional à conquista da legitimidade institucional, foi conceder ao demissionário o título de membro honorário, como já havia sido feito em relação a Protásio Alves, então vice-presidente do estado, livrando-o da obrigação pecuniária. A proposição e manutenção do nome de Assis Brasil no quadro de sócios do Instituto pode estar relacionada à dependência do Instituto das subvenções do estado. Uma vez que, quem aprovava o orçamento anual do estado era a Assembleia dos Representantes, composta por republicanos e opositores, era necessário contar com o apoio de uns e outros. Nesse sentido, do ponto de vista pragmático, a presença do nome do principal líder das oposições no rol dos membros da instituição podia neutralizar os votos em contrário da oposição na Assembleia estadual que, embora fosse minoria, era combativa. Porém, há outro aspecto que a presença de Assis Brasil nos quadros da instituição podia representar: dar à nova instituição a aparência ou feição de equidistância dos grupos partidários ou ideológicos em disputa pelo poder, naquela conjuntura. Consequentemente, a presença de Assis Brasil e de outras figuras da oposição no Instituto Histórico revela o grau de reconhecimento e legitimidade que as oposições haviam conquistado naquele momento, ao ponto de não poderem ser simplesmente ignoradas. Outro viés que explicaria a “necessidade” de acomodação dos representantes da oposição nos quadros do instituto seria a hipótese de que esta iniciativa tenha partido de Borges de Medeiros, como uma forma de cooptação dos grupos descontentes com o governo republicano. Nesse caso, seria necessário admitir que a criação do Instituto foi iniciativa pessoal de Borges e, também, seria elevar ao máximo o caráter maquiavélico e manipulador do líder republicano. Admitir

---

<sup>114</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, 11 de junho de 1921, p. 21r.

esta hipótese, seria considerar que o Instituto não passava de um brinquedo e os seus membros fantoches nas mãos de Borges de Medeiros, e reduzir completamente a ação daqueles intelectuais aos interesses políticos. Entretanto, contra essa explicação está o fato de que à medida que o poder do velho líder chimango entrava em declínio, até perder o controle da máquina do estado, o Instituto continuava próximo ao espaço de poder e aos seus novos ocupantes.

No contexto imediato que antecede a crise política das eleições de 1922, em que Assis Brasil – que aglutinou em torno de si as oposições democratas, federalistas e republicanos dissidentes – concorre com Borges de Medeiros à presidência do estado (e era dada como certa a não reeleição deste último), o apoio do presidente do estado ao Instituto pode ser visto como o reforço (ou a tentativa) da aliança política entre os setores médios burocráticos e urbanos e o governo borgista, com vistas a superar o processo de desgaste e questionamento enfrentado por Borges de Medeiros, para o qual contribuíram fatores políticos e econômicos já presentes em 1921.<sup>115</sup> Como expressão desta aliança e reforço mútuo entre a instituição e o chefe do executivo estadual foi concedido a Borges de Medeiros o título de Presidente Honorário na Assembleia Geral e sessão do primeiro aniversário da instituição, por proposição de Florêncio de Abreu, Armando Dias de Azevedo, Adroaldo Mesquita da Costa, M. Faria Correa, Miguel Pereira, Benjamim Flores, Francisco de Leonardo Truda, Augusto Daisson, Affonso Guerreiro Lima, Barreto Vianna, Pe. Carlos Teschauer, José Paulo Ribeiro, Mariano da Rocha, Arthur Candal, João Pinto da Silva, Antão Gonçalves de Faria, Oscar Miranda, Lindolfo Collor, João Maia, Pe. J. B. Hafkemeyer, Roque Callage, Olavo Godoy e Eduardo Duarte.<sup>116</sup> A presença de nomes como Leonardo Truda, Augusto Daisson e

---

<sup>115</sup> Para Maria Antonieta Antonacci (1981), a crise econômica de 1921, em que pesaram fatores como a falta de crédito e falta de mercado externo para os produtos gaúchos, criou as condições objetivas para a reorganização das oposições ao regime borgista (p. 11). Enquanto para Paulo Gilberto Fagundes Vizontini, a crise econômica “ainda que dê um forte impulso para a unificação das oposições, não serve como fator determinante para a explicação deste processo”. Para este historiador, a unificação das oposições “resulta historicamente de uma tendência ao nível político, de reestruturação das oligarquias “conservadoras-liberais”. O segundo fator de natureza política prende-se ao crescimento significativo da fraude e violência políticas, devido ao desgaste do borgismo enquanto sistema político estadual”. (VIZENTINI, 1985, p. 42). A interpretação de Paulo Vizontini converge com a posição de Helgio Trindade (1979), para o qual, a reunião das oposições em 1922 decorre “muito mais de um esgotamento do sistema político autoritário do que da incapacidade do modelo de desenvolvimento republicano enfrentar novos desafios da crise econômica do após guerra” (TRINDADE, 1979, p. 158).

<sup>116</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, 5 de agosto de 1921, p. 25v. Além, dos membros citados, também estavam presentes à esta sessão, porém não foram signatários da proposição: Alberto Juvenal do Rego Lins (líder federalista); Alfredo Clemente Pinto, professor que fora eleito deputado à Assembleia Constituinte Rio-grandense de 1891, mas, desde então, não ocupou cargos políticos na República castilhistaborgista; após 1926, quando ocorre a última “revolução”, Alberto Juvenal do Rego Lins transfere-se para o Rio de Janeiro. Embora Roque Callage esteja entre os signatários, consta que era

Roque Callage, membros da oposição, na lista de proponentes indica que no caso da concessão do título de Presidente Honorário a Borges não se tratava de um apoio incondicional ao chefe republicano, e, sim, de uma estratégia política da instituição na busca por apoio simbólico e material.

A mão dupla da aliança consistia na troca de reconhecimento no momento em que o líder republicano necessitava do reforço político, especialmente de setores médios urbanos em expansão; em contrapartida, os intelectuais eram reconhecidos no jogo político como elementos de relevância, e ganhavam visibilidade através da articulação *coletiva* com o Estado. Ocupar os espaços físicos da Biblioteca Pública, do Museu dos Estado, ou mesmo do Paço Municipal, eram formas de mostrar essa visibilidade e articulação com o espaço de poder.

Entretanto, a tessitura das alianças e acomodações que o Instituto teve de realizar no plano político não se deu sem tensões e descontentamentos. Na sessão seguinte à aprovação da proposta do nome de Borges de Medeiros como sócio honorário, um dos fundadores, José Zeferino da Cunha, através de ofício pediu afastamento temporário das atividades do Instituto, e teve a solicitação negada pela Assembleia. Na sessão subsequente, o mesmo sócio pediu demissão dos quadros do Instituto, sendo, desta vez, aceito o pedido. Gervásio Neves (2001) apontou que a motivação para este pedido de demissão provavelmente tenha sido o descontentamento político, devido à eleição do presidente honorário. Indicativo que vai ao encontro dessa inferência, é o fato de José Zeferino da Cunha ter sido o proponente do nome de Joaquim Francisco de Assis Brasil – principal adversário político de Borges – para membro fundador do IHGRGS.<sup>117</sup>

Naquele momento, o arranjo político-institucional que dava sustentação ao aparelho autoritário borgista começava a dar sinais claros de fissura e esgotamento. A união das oposições liberais, federalistas e democratas, além dos dissidentes republicanos, e ainda a adesão de setores urbanos, como estudantes e operariado à campanha de oposição a Borges de Medeiros nas eleições de 1922, mais do que apontar para a crise do modelo autoritário republicano, são resultado da mudança na *estrutura de oportunidades políticas* que a crise daquele modelo provocou. Entretanto, neste conflito entre as elites conservadoras-autoritárias, que haviam se apoderado da máquina

---

assisista, tendo sido, inclusive, preso em Porto Alegre e participou da *Revolução de 23* contra Borges de Medeiros (SPALDING, 1969, p. 251, v. II). Na ocasião, Leonardo Truda, também da oposição a Borges de Medeiros, pediu que se consignasse em ata, no HGRGS, um voto de pesar “pelo lamentável incidente” em que se viu envolvido Roque Callage. Ata de 5 de agosto de 1923, p. 61r.

<sup>117</sup> GUERREIRO LIMA. Quadro dos fundadores do IHGRGS.

pública, e liderados por Borges de Medeiros, e as elites conservadoras-liberais, lideradas por Assis Brasil, o Instituto Histórico esteve mais próximo do grupo borgista. Em troca do seu apoio indireto o Instituto recebeu o apoio financeiro do estado através das subvenções, além do apoio e reconhecimento público do estado reforçando a *legitimidade* da instituição.<sup>118</sup> O principal ganho dos intelectuais rio-grandenses, nesse contexto de enfraquecimento da estrutura política vigente, foi serem inseridos no jogo político, auferindo ganhos simbólicos coletivos, articulando-se *coletivamente* com o espaço de poder.

A vitória das eleições por Borges não ocorreu sem contestação, e, após tomar posse, teve de enfrentar o levante armado das oposições, durante um ano, que acusavam Borges de Medeiros de ter conseguido a vitória fraudando o pleito. A pacificação pela deposição das armas dos revoltosos, em 1923, e a confirmação de Borges de Medeiros na presidência do estado foi em curto prazo a vitória do líder republicano, entretanto, em médio prazo representou o fim do modelo político borgista.



**Gráfico 7 – Ocorrências conhecidas de membros da oposição entre os fundadores do IHGRGS**

Assim, a crise política cujo ápice se deu com a revolta armada, durante todo o ano de 1923, deve ser entendida como o momento de redefinição das “estruturas de oportunidade política” para vários setores sociais, invisíveis ou silenciados, no interior ou à margem da esfera política. O processo de enfraquecimento do sistema autoritário republicano deu seus primeiros sinais já na década anterior. O processo de aprofundamento da crise daquele sistema criou a oportunidade de organização e união das oposições, mas também foi o terreno propício para a mobilização dos intelectuais como corporação coletiva, com vistas à configuração de um espaço social reconhecido e

<sup>118</sup> Entre essas formas de reconhecimento e apoio podem ser citadas as permissões para usar o espaço físico de instituições públicas como: o Museu Júlio de Castilhos, a Biblioteca do Estado, a presença de representantes da presidência do estado em solenidades públicas do Instituto, etc.

articulado com o espaço de poder. Por outro lado, o mesmo processo de crise do modelo autoritário borgista criou a possibilidade de ascensão de uma nova geração de republicanos no interior do partido governista.

### **2.1.1. O Pacto de Pedras Altas e a reestruturação da esfera política do estado no final da década de 1920: a ascensão da nova geração republicana**

As atenções são todas para a cochilha (*sic*),  
onde o leque da metralha faz devastações.  
Eduardo Duarte a Souza Docca (15/12/1926)

A união das elites rio-grandenses após o ‘ciclo das revoluções’, na segunda metade da década de 1920, foi possível devido às alterações conjunturais que permitiram a reorganização da relação entre republicanos e oposição, decorrente da mudança nas próprias relações internas destes dois grupos políticos. O “*Pacto de Pedras Altas*”<sup>119</sup> (1923) definiu a impossibilidade de reeleição de Borges de Medeiros, e sinalizou mais do que o início do declínio do poder unipessoal do velho líder republicano, mas apontou para o fim de um modelo autoritário de dominação dentro do partido, e, conseqüentemente, para a abertura de espaço para os novos quadros de liderança partidária do PRR. A nova geração de líderes republicanos (Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, Flores da Cunha, etc.) pôde conquistar maior autonomia diante de Borges de Medeiros, e, ao assumir a direção do governo estadual, em 1928, deu novo direcionamento à ação republicana, com a quebra da política ortodoxa dos republicanos históricos.

Por outro lado, neste contexto as oposições se reorganizaram, superando antigas clivagens internas que impediam a sua aglutinação. O primeiro passo nesse sentido foi a fundação da Aliança Libertadora em São Gabriel (15/01/1924). Depois, com a extinção do Partido Federalista (de tradição gasparista e parlamentarista) e a criação de uma nova agremiação política, o Partido Libertador, em 1928,<sup>120</sup> federalistas e liberais se uniram e criaram “uma estrutura política mais ampla e competitiva” (NOLL, 1980, p. 23).

---

<sup>119</sup> O Pacto de Pedras Altas não representou o fim das perseguições ou a pacificação completa no Rio Grande do Sul. De fato, continuaram a existir perseguições aos opositoristas. Vizontini diz: “O pacto de Pedras Altas não significara o advento da paz para o estado. Os descontentamentos agravados com as perseguições sofridas pelos opositoristas, continuavam” (VIZENTINI, 1985, p. 38).

<sup>120</sup> 3/3/1928.

A eleição de Getúlio Vargas à presidência do estado, em 1928, foi decisiva no processo de união das elites políticas gaúchas. Segundo Maria Izabel Noll, a eleição de Vargas como candidato único à presidência do estado foi marcada pela “conciliação política interna e realizações no plano econômico” (p. 22). A “elite republicana emergente” estabelece, a partir de então, uma nova estratégia “consubstanciada num modelo político mais dinâmico e flexível” que “reconhece o espaço conquistado pela oposição e amplia sua legitimidade renunciando à dominação excludente baseada na coerção” (NOLL, 1980, p. 22). As regras do jogo político no estado se alteraram sensivelmente com a ascensão da nova elite republicana. Com a dissociação entre a chefia do governo e a chefia do partido (PRR)<sup>121</sup>, Getúlio Vargas ganhou maior autonomia, podendo estabelecer um governo predominantemente político (VIZENTINI, 1985, p. 56). Além disso, Vargas ganhou o apoio dos Libertadores, através de “medidas econômicas” e de “concessões políticas diretas”.<sup>122</sup> Segundo Trindade a posse de Getúlio Vargas como presidente do estado “marca o início de um novo período na política rio-grandense” (TRINDADE, 1979, p. 167).

Esse novo cenário na política regional e a conjuntura de crise do sistema oligárquico foram os termos propícios para que as elites do estado se unissem formando a Frente Única Gaúcha (FUG), que teve papel destacado na formação da Aliança Liberal que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República em 1929, e posteriormente na Revolução de 3 de Outubro, que derrubou Washington Luís (ABREU, 2001, p. 4996). Esse contexto gerou o segundo pico de mobilização coletiva dos intelectuais gaúchos.

---

<sup>121</sup> O Partido Republicano Rio-grandense continuou sendo liderado por Borges, a quem cabiam atribuições, como, por exemplo, escolher o redator-chefe do jornal oficial do partido *A Federação*.

<sup>122</sup> Entre as medidas econômicas que foram ao encontro dos interesses da oposição, o governo gaúcho sob Vargas fez a encampação de empresas de transporte, criou o Banco do Rio Grande do Sul (1928), para fornecer “crédito a juros baixos aos interesses agropecuários” (VIZENTINI, 1985, p. 55). Pelo lado político, pode-se citar a concessão de uma sétima cadeira à oposição na Assembleia estadual, sem disputa (p. 56).

### 2.1.2. Contexto da Aliança Liberal: alinhamentos e tensões

Após ser firmado o *Pacto de Pedras Altas*, que encerrou a Revolução de 1923 e que assegurou que Borges de Medeiros não se candidataria mais à presidência do estado, ainda prevaleceram animosidades políticas, perseguições<sup>123</sup> e revoltas armadas até 1926, quando ocorreu a última revolta no sudoeste do estado.<sup>124</sup> Mas gradualmente, as divergências entre as elites políticas do estado foram se amainando. Quando Getúlio Vargas foi eleito presidente do estado em 1928, chegou a contar com o apoio de antigos opositoristas, como Assis Brasil, que viam nele uma postura mais “liberal” que seu antecessor. No ano seguinte – 1929 – *Republicanos* e *Liberais* selaram a sua união através da formação da Frente Única Gaúcha (FUG), um acordo eleitoral entre a elite política rio-grandense que resultou na criação da *Aliança Liberal*, que lançaria a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, nas eleições de 1930, com o apoio do Partido Republicano Mineiro, do presidente da Paraíba e outras forças discordantes do governo Federal.

#### 2.1.2.1. O ingresso de Mansueto Bernardi no IHGRGS: o alinhamento entre os agentes políticos e intelectuais

A segunda metade da década de 1920 também foi marcada pelo reordenamento da “dinâmica interna do estado e sua relação com os demais [estados] e o centro”, e, ainda, pelo “esforço político do Rio Grande do Sul para alçar-se à liderança nacional” (GUTFREIND, 1998, p. 30). É neste contexto que a atuação coletiva dos intelectuais rio-grandenses fica mais evidente no campo político, tanto pela atividade “orgânica” de classe intraelite, fornecendo o substrato ao nível de imaginário e justificações ideológicas para apresentar os políticos rio-grandenses como aptos à liderança nacional; quanto pela mobilização coletiva e simbólica dos intelectuais, enquanto agentes de relevância no campo de poder local. O que se observa nesse período são várias interfaces e sobreposições entre interesses e agentes dos mundos intelectuais e políticos.

<sup>123</sup> O jornalista André Carrazoni dá importante relato de como os *assisistas* sofreram perseguições após ser firmado o *Pacto de Pedras Altas*, tendo ele próprio se exilado no Uruguai após o término da *Revolução assisista* (MARTINS, 2011, p. 106).

<sup>124</sup> Em 1925, Honório Lemes invade o estado com o objetivo de derrubar Borges de Medeiros. Em 1926, o tenente Alcides Etchegoyen subleva a guarnição no sudoeste do estado, com o apoio de alguns libertadores (VIZENTINI, 1985, p.39).

No ano de 1926, foi eleito como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul um nome reconhecido no universo cultural de Porto Alegre: Mansueto Bernardi, que seria uma ponte importante entre o Instituto e o governo estadual e federal, nos anos finais da década de 1920 e contexto da Revolução de 1930. Bernardi, nascido na Itália, mas criado no Brasil, era filiado ao Partido Republicano, tendo sido intendente de São Leopoldo, nomeado por duas vezes (1915; 1920-23), e Secretário do *Consulado* de Borges de Medeiros. Fez sua estreia na literatura com o livro de poesia *Exaltação*, em homenagem a Olavo Bilac, quando de sua visita a Porto Alegre, em 1916, durante a *Campanha Nacionalista*. Desde 1918, dirigia, juntamente com João Pinto da Silva, secretário pessoal de Borges de Medeiros, o *Almanaque da Livraria do Globo*. Na condição de “editor” da Livraria, Mansueto Bernardi foi o responsável pelo lançamento de quase todos os nomes de novos escritores sul-rio-grandenses, na década de 1920. Imprimiu a tendência regionalista e nacionalista (que enfatizasse a identidade brasileira dos rio-grandenses) à produção literária local.<sup>125</sup> Segundo Manoelito de Ornellas, em 1925, após a visita a Porto Alegre de Guilherme de Almeida, que reuniu em torno de si todos os poetas novos do Rio Grande do Sul na casa de Bernardi, “o ciclo modernista atingiu expressão e profundidade”. A partir desse momento, Mansueto Bernardi passou a ser “o centro de convergência de todo o movimento literário renovador do Rio Grande” (ORNELLAS, 1966, p. 28). Manoelito de Ornellas lembra que Mansueto Bernardi dirigia “um veículo de divulgação literária, abertamente generoso aos ‘novos’: a *Revista do Globo*” (ORNELLAS, 1966, p. 67).

A eleição de Bernardi para o IHGRGS se deu em 30 de maio de 1926. Entretanto, sua posse, ainda que muito aguardada, se deu apenas em 13 de maio de 1927. Inicialmente, sua recepção era esperada para o dia 20 de setembro de 1926.<sup>126</sup> Mas alguns incidentes determinaram o adiamento da posse de Mansueto, conforme explica Eduardo Duarte:

A recepção do Mansueto está encroada; primeiro o desastre com o Silveira Martins, pois que sendo deputado e a vida do Instituto depender da subvenção – a hora do enterro (se supunha aqui), e não sei o que mais, determinou a transferência. Depois a enfermidade do Adroaldo... Enfim, ficou para princípio do ano.<sup>127</sup>

<sup>125</sup> De 1925 a 1930, nenhuma obra de autores brasileiros, não-gaúchos, foi publicada pela Livraria, no ramo da Literatura (TORRESINI, 1999; MARTINS, 2011).

<sup>126</sup> Carta de Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 10 de setembro de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>127</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS. Aqui, Eduardo Duarte se refere a Silveira Martins Leão, deputado da bancada do PRR, que morreu naquele ano.

Esses adiamentos da data de posse do novo membro do Instituto apontam para o cuidado que sua direção tinha para não melindrar, mesmo indiretamente, sua relação com o governo do estado ou a Assembleia, devido ao “Instituto depender da subvenção”, evidenciando, assim, a sua proximidade e dependência.

Quando Mansueto Bernardi, finalmente, tomou posse, leu um trabalho que sinalizava a tendência assumida pelo Instituto Histórico no final da década de 1920, e, ao mesmo tempo, sintetizava o ambiente intelectual rio-grandense que influiria na relação daqueles intelectuais com o poder político. Zélia Fiorezi cita as palavras de Bernardi quando no discurso de posse: “o minuano precisa soprar em todo o país”. Segundo a autora, esta e outras manifestações de Bernardi revelam a “defesa da ideia de liderança política que o Rio Grande do Sul deveria exercer no contexto nacional” (FIOREZI, 2002, p. 62). A historiadora Ieda Gutfreind considera Bernardi “o melhor representante da mentalidade que se desenvolvia no Rio Grande do Sul na época” (GUTFREIND, 1998, p. 40). A mesma historiadora assinala que nos anos finais da década de 1920 “políticos e intelectuais, sejam escritores, jornalistas ou historiadores, tanto da matriz platina, como da matriz lusitana, concorreram para projetar o Rio Grande do Sul no Brasil” (GUTFREIND, 1998, p. 40). Ela destaca os discursos de Bernardi como indicador do “desenvolvimento de um projeto político-ideológico que exigia um lugar especial para o Rio Grande do Sul na Federação” (GUTFREIND, 1998, p. 40). É nesse contexto, portanto, que aspirações regionalistas e nacionalistas de políticos e intelectuais locais se conjugam abrindo margem para a grande aliança da elite sul-rio-grandense, que serviria de base de sustentação para o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República em 1930.

No mesmo ano de sua posse, Mansueto Bernardi foi nomeado por Florêncio Abreu, presidente do Instituto, como membro da Comissão da Revista,<sup>128</sup> dirigida por Eduardo Duarte, que fora o primeiro professor de Bernardi na colônia italiana de Alfredo Chaves, hoje Veranópolis (SPALDING, 1969, p. 190). Esta nomeação reforçava a ligação do Instituto com a Livraria do Globo. Mansueto Bernardi era peça importante nesta rede, pois era diretor da seção de publicações da Livraria, ao passo que, a *Revista* do Instituto era publicada naquela gráfica.

---

<sup>128</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, 27 de novembro de 1927, p. 99v.

Outro aspecto saliente da admissão de Mansueto para os quadros do Instituto era sua amizade com os políticos mais importantes do estado, entre os quais Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul. Os testemunhos da época dão conta de que o escritório de Mansueto Bernardi, no segundo andar da Livraria do Globo, na Rua dos Andradas, em Porto Alegre, era o ponto de encontro constante de intelectuais e políticos gaúchos. Érico Veríssimo (1981) cria um retrato de Mansueto Bernardi e sua relação com políticos e intelectuais gaúchos na década de 1920 que ajuda a compreender a posição desse agente cultural na intersecção dos mundos político e intelectual do Rio Grande do Sul. Veríssimo o descreve como “homem inteligente e de boa vontade, tinha uma personalidade catártica, recebia bem – embora sem exageros de cordialidade – todos os escritores que o procuravam, tanto os velhos como os novos” (BATISTA, 2008 p. 74). Sobre a amizade de Mansueto e os políticos republicanos da “nova” geração, Veríssimo faz uma descrição pitoresca do círculo de camaradagem:

Seria poeta ou prosador, ou ambas as coisas? – o baixinho sorridente de ar plácido que às vezes ‘dava as caras’ no gabinete do Mansueto Bernardi? Não, esse não escrevia livros, era político. Tinha sido naquele mesmo ano eleito deputado federal pelo Partido Republicano Rio-grandense. Chamava-se Getúlio Dorneles Vargas. O magro baixo e simpático que às vezes aparecia com ele era João Neves da Fontoura, deputado estadual, considerado orador de grande eloquência. E o moço de beleza varonil de palavra fácil e aliciante, que de raro em raro se juntava a todos aqueles frequentadores do pequeno cenáculo de Mansueto Bernardi? Era o bacharel em ciências políticas e sociais, Osvaldo Aranha, que não publicava livros, mas que tinha uma inteligência viva e um poderoso magnetismo pessoal (Érico Veríssimo apud BATISTA, 2008, p. 74).

Érico Veríssimo também destaca a ambição de Mansueto Bernardi de fazer da Livraria do Globo uma editora com atuação nacional: “Um dos seus sonhos diletos era criar na Globo uma editora de âmbito nacional (...)” (BATISTA, 2008, p. 74). Nesse sentido, foi importante o lançamento da *Revista do Globo* como publicação para todo o país, estreitamente associada ao projeto de mobilização política da *Aliança Liberal* e da *Revolução de 30*. Bernardi foi o mentor e primeiro diretor da *Revista*, mas atribui-se a Getúlio Vargas a sugestão da sua criação. Manoelito de Ornellas reforça a mesma descrição e o papel de Mansueto como incentivador dos “novos valores da terra estimulando aos que começavam, como eu”, diz o escritor gaúcho, “e acolhendo e divulgando aos que já traziam experiências mais maduras”. Ressaltando o papel de “ponte” que Mansueto exercia entre a intelectualidade rio-grandense e os agentes da política local, acrescenta Manoelito de Ornellas:

A *Revista do Globo* e a saleta de sua direção era o ponto de encontro de todos os poetas adolescentes e os poetas maduros, o próprio presidente da província, Getúlio Vargas, e a figura sempre lembrada de Osvaldo Aranha, político e tribuno de projeção internacional (ORNELLAS, 1966, p. 28).

Quando eclodiu a *Revolução de 1930*, Mansueto Bernardi acompanhou Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro. A proximidade de Mansueto e Getúlio é bem expressa pela foto que foi tirada no momento da partida das forças revolucionárias para o Rio de Janeiro. Na foto histórica, Mansueto Bernardi aparece no trem ao lado de Getúlio Vargas com o braço esquerdo levantado dando “um viva ao presidente eleito Getúlio Vargas”, do outro lado, Osvaldo Aranha levantando o chapéu acompanhando o “viva” de Mansueto Bernardi.

No dia seguinte à deflagração da revolução, Mansueto lançou pela *Revista do Globo* o “Manifesto dos Intelectuais” gaúchos em apoio à Revolução. Este “Manifesto” é significativo do endosso dos intelectuais gaúchos à Revolução. Mas é também uma forma de mobilização coletiva, de afirmar simbolicamente a sua participação relevante no processo. É interessante notar que o “Manifesto” é lançado por uma empresa particular, não-oficial, apesar dos estreitos vínculos de seu diretor com os políticos locais. É uma forma de dizer que a esfera intelectual, lançando mão dos seus próprios recursos de reconhecimento público, não-oficial, e balizada pelas suas próprias regras de legitimação fornecia apoio aos agentes do campo político. Digno de nota é o fato de que o nome que encabeçava a lista dos signatários era Alcides Maia, o escritor mais reconhecido e consagrado do estado. Simboliza a reunião dos recursos e capitais simbólicos mais expressivos, de que os intelectuais rio-grandenses podiam dispor para apresentarem a sua mobilização como trunfo legítimo no processo revolucionário que se dava no campo político. Fato que, por sua vez, redundaria no reconhecimento dessa mobilização e, posterior, distribuição de recursos e posições no interior do regime instaurado pela Revolução.

O manifesto apregoava:

Nenhum rio-grandense digno de tal nome, em que se resume uma fulgurante tradição de altruísmo, de bravura e de protesto contra todos os despotismos, pode ficar indiferente ao glorioso e empolgante espetáculo da insurreição nacional. [...]

Rio-grandenses!

Mostremos com o nosso denodo aos que tanto nos ofenderam com as suas provocações e os seus insultos, mostremos aos assassinos de João Pessoa, aos violadores da lei e aos espoliadores da Nação que espírito da nossa raça é imortal e que a mesma capacidade de sacrifícios que

fez a grandeza sem par da geração dos Farrapos é ainda a dos nossos dias, neste glorioso crepúsculo da República Brasileira!

Rio-grandenses!

Comuniquemos ao povo brasileiro a certeza de que não nos arreamos de proações nem de sacrifícios, por amor do Brasil, pela dignificação da República e pelos direitos do cidadão!

Rio-grandenses!

Todos unidos em marcha para a Vitória!

Porto Alegre, 4 de outubro de 1930 (BERNARDI, 1981, p. 27-28).

Foram signatários desse manifesto expressivos nomes da elite intelectual do Rio Grande do Sul. Entre os quais, alguns membros fundadores do IHGRGS, como Alcides Maya, Aurélio Porto, Adroaldo Mesquita da Costa, Eduardo Duarte, Leonardo Truda, Lindolfo Collor, Roque Callage e Manoel de Faria Correa; e outros que já na década de 1930 iriam ingressar na instituição, como Angelo Guido, Clemenciano Barnasque, Darcy Azambuja, Dante de Laytano, Edgar Luiz Schneider; e outros somente mais tarde fariam parte do IHGRGS: Athos Damasceno Ferreira e Moysés Vellinho, Mem de Sá e Augusto Meyer.<sup>129</sup> Além do posicionamento dos intelectuais através do “Manifesto”, alguns acompanharam os revolucionários na marcha para o Rio de Janeiro, incorporando-se à “Legião Bento Gonçalves”, que era uma corporação não-combatente formada por intelectuais que integravam a Aliança Liberal.

Como resultado da participação de Mansueto na *Revolução*, ele foi nomeado por Getúlio Vargas como diretor da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, cargo que ocupou do ano de 1931 até 1938. Outros intelectuais rio-grandenses que apoiaram a *Revolução* passaram a ter acesso a postos na burocracia federal, a partir de 1930.

---

<sup>129</sup> A nominata completa dos signatários do Manifesto é a seguinte: Alcides Maya, André Carrazzoni, Augusto Meyer, Athos Damasceno Ferreira, Adroaldo Mesquita da Costa, Angelo Guido, Carlos Dante de Moraes, Clemenciano Barnasque, Darcy Azambuja, Dante de Laitano, Edgar Luiz Schneider, Ernani Fornari, Emílio Kemp, Eduardo Duarte, Fábio de Barros, Fernando Caldas, Isolino Leal, João Carlos Machado, José Carlos de Souza Lobo, Lindolfo Collor, Leonardo Truda, Luiz Vergara, Maurício Cardoso, Mansueto Bernardi, Mario Totta, Martins Gomes, Moysés Vellinho, Mem de Sá, Manoel de Faria Correa, Mário de Sá, Pedro Vergara, Paulo Correa Lopes, Raul Pilla, Roque Callage, Raul Bitencourt, Raymundo Golçalves Vianna, Ruy Cirne Lima, Renato Costa, Rubem Machado da Rosa, Raul Totta, Sérgio de Gouvea, Teodomiro Tostes, Telmo Vergara, Vargas Netto, Waldemar Vasconcelos, Zeferino Brasil. Dos 46 nomes, 17 eram ou fariam parte do IHGRGS.



**Fotocópia 1 – Embarque das forças revolucionárias. Getúlio Vargas ao centro da foto, à direita, Oswaldo Aranha com o chapéu levantado, e à esquerda com a mão levantada Mansueto Bernardi. Fonte: *Revista do Globo* (11/10/1930)**

### **2.1.2.2. Othelo Rosa e as tensões no interior da Aliança Liberal**

Neste contexto de mudanças e novos arranjos políticos, Mansueto Bernardi foi o responsável por apresentar a proposta dos novos sócios do Instituto Histórico, Othelo Rosa e Darcy Azambuja.<sup>130</sup> Othelo Rosa, naquele momento de união das elites rio-grandenses, ocupava uma posição importante no espaço de poder local como elo entre o governo do estado e a direção do Partido Republicano. Estava ligado por laços de fidelidade partidária ao velho chefe republicano Borges de Medeiros e, ao mesmo tempo, desempenhava funções essenciais para o governo do estado liderado por

---

<sup>130</sup> Darcy Azambuja e Othelo Rosa teriam papéis destacados no governo Flores da Cunha, o primeiro como Secretário do Interior e presidente do secretariado, e o segundo como Secretário da Educação e Cultura. A proposição de Mansueto Bernardi para Othelo Rosa e Darcy Azambuja como novos sócios do Instituto se deu em 10 de julho de 1929. Ata de 10 de julho de 1929, p. 109r.

Vargas.<sup>131</sup> Era deputado estadual e líder da maioria na Assembleia Legislativa e, também, diretor de *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense.

No momento da constituição da Aliança Liberal, à frente do jornal republicano, imprimiu àquela folha a defesa intransigente e inteiro apoio ao quadro de aliança entre republicanos e liberais que, reunidos na Frente Única Gaúcha, sustentaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Sob o pseudônimo *Juvenal Maia*, Othelo Rosa desferiu ataques e críticas aos que se opunham à Aliança Liberal e ao Rio Grande do Sul (VIZENTINI, 1980, p. 329). A indicação de Othelo para fazer parte do quadro dos membros do Instituto Histórico, feita por Mansueto Bernardi, se deu no contexto do alinhamento das elites estaduais em torno da campanha de Getúlio Vargas. Porém, a trajetória de Othelo Rosa sofreu uma inflexão que ilustra as contradições e tensões daquela conjuntura histórica, e a fragilidade das alianças estabelecidas. Na intersecção entre governo e partido, entre Borges e Getúlio, entre “velha” e “nova” geração republicana, Othelo Rosa se via obrigado a conciliar fidelidade partidária e lealdades pessoais, num momento de transição interna (e tensões) dentro da agremiação republicana, e de alianças suprapartidárias. Em dezembro de 1929, Othelo Rosa renunciou à liderança da maioria na Assembleia, no momento em que era essencial demonstrar a unidade das correntes políticas gaúchas, quase às vésperas da eleição para a presidência da República, e foi instado por Getúlio Vargas não dar publicidade ao fato.<sup>132</sup> Entretanto, a crise latente entre os aliancistas agudizou-se, após a vitória de Júlio Prestes, em 1º de março de 1930. A entrevista de Borges de Medeiros ao jornal *A Noite*, reconhecendo a vitória de Júlio Prestes nas eleições,

---

<sup>131</sup> Um exemplo da forma como Othelo Rosa procurava atender à orientação política de Getúlio Vargas nas páginas de *A Federação* fica *expresso* na consulta que fez a propósito da publicação intitulada “Pelo regimen republicano – a propósito da anunciada regulamentação da profissão médica neste Estado”, redigida por Carlos Torres Gonçalves, que combatia qualquer regulamentação da liberdade profissional “matéria da competência do poder espiritual, e não do temporal”, segundo os princípios da doutrina comteana. O governo de Vargas, indo contra o dogma positivista, pretendia estabelecer restrições ao exercício da liberdade profissional. Othelo Rosa pergunta a Getúlio Vargas: “*A praxe na “A Federação” é de publicar esses trabalhos. Mesmo quando se os tenha de combater depois, acolhia-se a publicação. Consulto V.Exa. se devo continuar observando esse critério, ou quais são as suas ordens, no caso*” (Carta de Othelo Rosa a Getúlio Vargas, Porto Alegre, 24 de julho de 1929). Este tipo de consulta mostra que as orientações pessoais de Vargas eram mais determinantes que os ideais positivistas, que desde o final de 1927 sofreram um abrandamento doutrinário, perdendo o caráter sectário. Também revela que, embora, a nomeação para chefe de *A Federação* fosse feita por Borges (chefe do partido), na prática, Othelo Rosa tinha que acatar as ordens de Vargas.

<sup>132</sup> Minuta do telegrama enviado a Borges de Medeiros por Othelo Rosa: “Cumpro dever comunicar V. Exa renunciei anteontem encargo leader maioria Assembleia – ponto – motivos ordem interna bancada levaram-me essa deliberação a que dei-caráter irrevogável – ponto – Virtude reiterados apelos presidente Estado e própria maioria concordei não dar publicidade fato – ponto – Na realidade não exercerei mais aquelas funções, de cujas responsabilidades estou por consequência exonerado. Atenciosas saudações. Othelo Rosa” (07/12/1929. Rasuras no original. Fundo Othelo Rosa, Arquivo do IHGRGS).

provocou forte reação de políticos ligados à Aliança Liberal. Entretanto, a tensão entre os distintos setores da Aliança Liberal foi sentida com mais intensidade na injunção das diferentes forças “novas” e “velhas” dentro do PRR. Othelo Rosa, não conseguindo conciliar sua fidelidade aos dois grupos em tensão, optou por renunciar – não sem mágoa – ao mandato de deputado estadual e ao cargo de diretor de *A Federação*, em 19 de março de 1930.<sup>133</sup>

Sua indicação aos quadros do Instituto foi realizada antes da deflagração destes conflitos. Assim, não se pode dizer que a entrada de Othelo para o Instituto foi uma simples realocação do líder republicano, como inferiu Ieda Gutfreind, ao dizer que “a saída de Othelo Rosa da direção do jornal republicano apenas significou uma mudança de local da sua atuação política [...] das oficinas de *A Federação* passou às dependências do Instituto” depois que o “sectarismo doutrinário deixou de ser a bandeira de luta do PRR” (GUTFREIND, 1998, p. 98).<sup>134</sup> Aceitar esta explicação seria admitir que o IHGRGS era apenas uma extensão (não oficial) do PRR. A renúncia de Othelo Rosa tem a ver com as contradições e tensões provocadas pelas mudanças nas regras do jogo político, que se faziam sentir com maior intensidade na intersecção entre a velha e a nova geração republicana. E o diretor de *A Federação*, não sendo capaz de adaptar-se ao novo contexto, ao invés de optar por ser fiel à ala que estava no governo, ou, reiterar sua obediência ao velho líder histórico do partido, cujo poder já estava em declínio, resolveu renunciar ao seu mandato e ao cargo, que os tinha em função de confiança de ambas as partes em conflito.<sup>135</sup>

É significativo que Othelo Rosa não tenha sido signatário do “Manifesto” de Mansueto Bernardi em apoio à *Revolução*, tampouco tenha sido contemplado com

---

<sup>133</sup> Minuta do telegrama de Othelo Rosa enviado a Borges de Medeiros, por ocasião da renúncia ao mandato e à direção de *A Federação*: “Cumpro dever comunicar V. Ex<sup>a</sup> deixei hoje direção *Federação*, que depois nosso presidente Getúlio Vargas (sic.), de acordo últimas ordens recebidas de V. Exa. ponto. Em nossa assinada publicada hoje órgão republicano explico razões meu ato, decorrente verificação não ter traduzido fielmente pensamento Chefe e partido em face últimos acontecimentos. Ponto. Além esse motivo político concorre minha mágoa por haver V. Exa., definindo uma orientação ontem jornal, desprestigiado e desautorizado jornal sob minha direção. Ponto. Sendo essa a terceira vez que semelhante circunstância ocorre e conhecendo bem sentimento V.Exa. relação velho jornal castilhistas, somente posso interpreta-la como consequência desconfiança e censura direção atual – ponto – Cumpro assim o dever de afastar-me, resguardando interesses jornal e partido – ponto – Dei minha renúncia caráter definitivo, compreendendo ela todos mandatos políticos – ponto – Como republicano fico dentro fileiras meu partido, obediente Chefia V.Exa. Como homem não esquecerei jamais benefícios e demonstrações amizade lhe devo. Saberei sempre ser amigo leal e grato de V. Exa. Saudações respeitadas” (19/03/1930. Fundo Othelo Rosa, Arquivo IHGRGS).

<sup>134</sup> De fato, o “sectarismo doutrinário” do PRR já começara a ser abandonado desde o final de 1927 (BOEIRA, 1980, p. 44).

<sup>135</sup> Othelo, que conhecia bem o processo de escrutínio eleitoral, sabia que sua “eleição” era uma nomeação do partido.

cargos no governo provisório de Getúlio Vargas. Mais tarde, Othelo Rosa atuaria no *Comité* de Porto Alegre contra Getúlio na *Revolução Constitucionalista*, em 1932. O caso de Othelo Rosa revela os limites do alinhamento das elites políticas e intelectuais no contexto da Aliança Liberal, e indica os constrangimentos (e ressentimentos) que a referida aliança provocava. Mas não deve ser tratado como um caso de exceção ao “congraçamento” das elites locais, pois, durante a década de 1930, foram constantes as alianças e rupturas, as “mudanças de lado” no quadro da política regional e nacional.

A década de 1920 é importante para entender as mudanças que ocorreram na esfera política e intelectual rio-grandense. As regras do jogo político se alteraram sensivelmente com a ascensão da nova geração republicana e com a união das oposições. A eleição de Getúlio Vargas como presidente do estado reforçou esse quadro de mudanças e introduziu a possibilidade de pacificação do estado e união (temporária) das elites políticas e intelectuais do Rio Grande do Sul.

Mansueto Bernardi e Othelo Rosa, ambos políticos e intelectuais gaúchos, são exemplos de indivíduos cuja trajetória sofreu distintos encaminhamentos no momento particular da Aliança Liberal que uniu as lideranças políticas do estado em prol da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, no final dos anos 1920. Demonstram o engajamento da liderança intelectual e política estadual na Aliança Liberal, mas também revelam os pontos de tensão e os limites da união daqueles líderes. Mansueto Bernardi foi “premiado” com um alto cargo na burocracia pública em nível federal por seu empenho e serviço, em especial, durante a Revolução de 30. Enquanto Othelo Rosa, que servia de “elo” entre a velha liderança e a nova geração dos republicanos rio-grandenses, sentiu com mais intensidade as tensões presentes naquele arranjo político, e teve como destino o afastamento temporário das instâncias do poder local.

### **2.1.2.3. A inflexão nas trajetórias de agentes intelectuais do Rio Grande do Sul na esteira da *Revolução de 30***

A *Revolução de 1930* provocou o efeito de transferência de algumas lideranças políticas e agentes intelectuais do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro. Entre os líderes políticos que acompanharam Getúlio Vargas, para servir nos altos escalões do

governo federal, podem ser citados: Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, J. F. Assis Brasil, etc.

Outros nomes que se destacavam mais no cenário cultural do Rio Grande do Sul e foram alçados a posições na alta burocracia federal são: Florêncio Abreu e Silva, Mansueto Bernardi, Aurélio Porto, Leonardo Truda e Moysés Vellinho, etc. Mas, para usar a expressão de Souza Docca, “o sol ofuscante do Catete não nasce para todos”.<sup>136</sup> Ele, Docca, e Othelo Rosa (a quem foram dirigidas essas palavras) não estavam entre os “premiados” com cargos na esfera federal, depois da Revolução de 30. Souza Docca havia mantido neutralidade na Revolução, em função da condição de militar. Othelo Rosa, como já foi visto, afastou-se da Aliança Liberal, e não se envolveu na Revolução de 30.

O quadro a seguir foi criado a partir de alguns exemplos de intelectuais que foram signatários do “Manifesto Intelectual”, e mostra como a “Revolução de 1930” ocasionou a inflexão das trajetórias destes agentes culturais do RS, levando-os a alcançar atividades e cargos na burocracia no nível federal:

<b>Agente intelectual</b>	<b>Antes de 1930</b>	<b>Após 1930</b>
<b>Florêncio Abreu e Silva</b>	Membro do PRR. Exerceu as funções públicas no estado do Rio Grande do Sul de Diretor do Arquivo Público do Estado (1918-1924), Desembargador à Corte de Apelação do Estado (1924-1933). Em 1928 foi nomeado por Getúlio Vargas como Chefe da Polícia do Estado, cargo que exerceu até 1933, quando houve o afastamento de Vargas e Flores da Cunha.	Nesse ano (1933), Florêncio Abreu renunciou ao cargo de presidente do IHGRGS e transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi nomeado por Getúlio Vargas como presidente do IBGE. Era conchudo de Getúlio.
<b>Mansueto Bernardi</b>	Funcionário do estado na Secretaria do Interior. Escritor, historiador, redator do “Manifesto dos Intelectuais” em apoio à Revolução de 1930. Dirigiu o Serviço Oficial de Informações e Controle de Notícias da Revolução.	Em 1931, foi nomeado Diretor da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, cargo que ocupou até 1938.
<b>Aurélio Porto</b>	Membro do PRR. Funcionário do Museu do Estado (MJC), Diretor do Tesouro do Estado (1926).	Em 1933, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na Biblioteca Nacional, na anotação do “Processo dos Farrapos”, cedido pelo governo do estado. Com o acirramento das

<sup>136</sup> Carta de Souza Docca a Othelo Rosa. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1933. Fundo Othelo Rosa, Arquivo do IHGRGS.

		divergências entre Vargas e Flores da Cunha, a cessão de Aurélio Porto para dar continuidade ao trabalho de anotação do “ <i>Processo</i> ” foi negada a partir de 1935. Em 1936, Aurélio Porto desligou-se do Museu do Estado e foi admitido como funcionário do Arquivo do Itamarati, cargo que ocupou até falecer em 1944.
<b>Francisco Leonardo Truda</b>	Na Revolução de 1923, era membro da oposição a Borges de Medeiros. Foi diretor do jornal <i>Correio do Povo</i> (1920-1924).	Aproximou-se de Getúlio Vargas, e apoiou a <i>Aliança Liberal</i> e a <i>Revolução de 1930</i> . Foi nomeado por Vargas como presidente do Banco do Brasil, em 1930.
<b>Moysés Vellinho</b>	Crítico literário. Chefe do Gabinete da Secretaria do Interior (1928-1930).	Em 1930, acompanhou Osvaldo Aranha ao Rio de Janeiro na Revolução de 30, do qual era secretário, e foi nomeado oficial de gabinete do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro (1931).
<b>Augusto Meyer</b>	Professor, poeta, crítico literário.	Foi diretor da Biblioteca Pública do Estado, de 1930 até 1936. A partir de 1937, foi Diretor do Instituto Nacional do Livro, no Rio de Janeiro, a convite do Governo.
<b>Lindolfo Collor</b>	Formado em Farmácia em Porto Alegre e em Altos Estudos Jurídicos, Sociais e Econômicos, no Rio de Janeiro. Jornalista e Político. Diretor de <i>A Federação</i> (1920-1923). Foi deputado federal (1925-1930).	De 1930 até 1932, foi Ministro do Trabalho do Governo Provisório.
<b>Luiz Vergara</b>	Advogado, jornalista, redator do <i>Diário de Notícias</i> , em Porto Alegre.	Secretário da Presidência da República, depois de 1930. Titular de cartório no Rio de Janeiro, aposentado.
<b>Ernani Fornari</b>	Poeta, cronista, romancista e teatrólogo. Funcionário da Secretaria do Interior do Rio Grande do Sul.	Na década de 1930, funcionário do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), do Ministério da Justiça e do Exterior, no Rio de Janeiro.

Quadro 4 – A revolução de 1930 e ascensão de agentes culturais sul-rio-grandenses

#### 2.1.2.4. Alocação de intelectuais em instituições culturais públicas: Alcides Maia

Alcides Maia atuou como jornalista militante, tendo iniciado sua carreira nas fileiras federalistas, escrevendo para o jornal da oposição *A Reforma*. Mas depois integraria a redação do jornal dos republicanos dissidentes *A República*. Fez sua estreia com o livro *Pelo Futuro* (1896). Dois anos depois, lançou o folheto anti-separatista *O Rio Grande Independente* (1898). O terceiro livro foi *Através da Imprensa* (1900), que reunia artigos publicados em jornais. Em 1903, Alcides Maia mudou-se pela primeira vez para o Rio de Janeiro, atuando no jornalismo da capital federal. Em 1908, já de volta a Porto Alegre, fundou o matutino *Jornal da Manhã*, que manteve atividade por apenas um ano.

Em 1910, mais uma vez de volta ao Rio de Janeiro, lançou o primeiro romance, *Ruínas Vivas*, firmando-se a partir daí como intelectual gaúcho de maior prestígio nacional. Em 1913, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, principal instituição literária do país, tendo sido o primeiro rio-grandense a alcançar este feito. Foi a consagração do escritor. Quando retornava ao Rio Grande do Sul, era saudado com elogios pela imprensa local e com recepções em sua homenagem.

Alcides Maia foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1918 a 1921. Quando retornou ao Rio Grande, foi alocado na direção do Museu Júlio de Castilhos, cargo que ocupou de 1925 até se aposentar em 1938.

A posição central de Alcides Maia no cenário intelectual rio-grandense permaneceu inquestionada até 1925, quando estabeleceu-se uma polêmica suscitada por Moysés Vellinho nas páginas do *Correio do Povo*, utilizando o pseudônimo *Paulo Arinos*. Moysés Vellinho acusava o renomado escritor de escrever com o olhar voltado para o passado e de ressaltar em suas obras literárias a “decadência”, a “ruína” de uma civilização, portanto uma visão pessimista da sociedade gaúcha. Para Vellinho, a “nova geração” de intelectuais deveria olhar para o futuro de forma otimista. Por trás da crítica literária, se escondia a luta por posições no meio intelectual rio-grandense. Moysés Vellinho, então com 25 anos de idade, recém formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, fazia sua estreia na crítica literária, mirando sua pena no escritor que ocupava a posição mais consolidada e prestigiada no meio literário local. Os ataques do novato ganharam destaque na imprensa, e dividiram as opiniões e posições entre intelectuais de Porto Alegre. Rubem de Barcellos tomou a frente pela defesa de Alcides Maia. Como resultado do embate, Moysés Vellinho “se projetou no ambiente cultural

gaúcho, não mais abandonando a posição de liderança na defesa de um novo comportamento para os rio-grandenses” (GUTFREIND, 1998, p. 38).

Como foi dito, Alcides Maia retornou a Porto Alegre sendo nomeado Diretor do Museu Júlio de Castilhos em 1925. Antes da nomeação, entretanto, Maia expressou sua ansiedade e pediu para receber alguma notícia sobre o fato ao, então, secretário pessoal de Borges de Medeiros, Othelo Rosa: “se pensares um minuto, compreenderás como eu esteja inquieto. Não é natural, à vista dos fatos? Falaste com o dr. Borges de Medeiros? Se eu tivesse fortuna de alguma palavra a respeito, palavra tua, ficaria tranquilo”. Mas antes disso, Alcides já havia pedido a intervenção de Borges de Medeiros em favor de seu irmão Djalma de Castilho Maia, através de Othelo Rosa. Assim dizia ao secretário de Borges:

Pequena indisposição de saúde (um resfriamento: estou desabitado do nosso clima...) impede-me de levar pessoalmente ao Palácio o meu irmão dr. Djalma de Castilho Maya. Espero da gentileza própria que te destaca receberes bem o rapaz, encaminhando-o aí.  
Conheces o assunto e deveras grato ficarei por motivo das providencias que deres.<sup>137</sup>

Apenas 5 dias depois, outro bilhete dirigido a Othelo Rosa indica o deferimento ao pedido do escritor, e revela o peso relativo do prestígio pessoal de Alcides Maia, que sequer foi pessoalmente fazer o pedido ao líder republicano em favor do irmão. Mas por meio de um simples bilhete dirigido ao seu secretário pessoal teve o pedido acatado. Assim, novamente escusando-se de ir pessoalmente, pedia que Othelo Rosa transmitisse sua gratidão ao presidente do estado:

A gripe de que convalesço impede-me de ter a honra e o vivo prazer de levar pessoalmente à presença do nosso preclaro am<sup>o</sup> e Chefe, dr. Borges de Medeiros, a meu irmão Djalma, portador dos meus e dos agradecimentos dele, por causa da nomeação que obteve. Se lhe fosse possível Othelo, eu lhe pediria que, por mim, fizesse ao sr. dr. Borges de Medeiros a referida apresentação pessoal. Tenho certeza de meu irmão será um firme e leal defensor da nossa causa política, além de também, saber que ele honrará o cargo.<sup>138</sup>

Essas concessões do presidente do estado – a nomeação do irmão e a própria nomeação como diretor do MJC – eram parte do jogo *clientelístico* de troca de favores políticos. Um exemplo da contrapartida que Alcides Maia deveria dar ao líder

<sup>137</sup> Carta de Alcides Maia a Othelo Rosa. Porto Alegre, 14 de maio de 1924. Fundo Othelo Rosa, Arquivo do IHGRGS.

<sup>138</sup> Carta de Alcides Maia a Othelo Rosa. Porto Alegre, 19 de maio de 1924. Fundo Othelo Rosa, Arquivo do IHGRGS.

republicano, fica expresso na seguinte resposta, sempre endereçada a Othelo que fazia o elo com Borges:

Othelo – Contesto tua carta. Darei o meu voto com simpatia ao senador Azeredo, que virá a Academia, com o seu prestígio pessoal e social, de tanta distinção e de tamanho prestígio.

**Podes, pois, contar comigo.**

Esta me dispensará de, pessoalmente, afirmar isso ao nosso insigne Chefe e presado amigo dr. Borges de Medeiros (grifo meu).<sup>139</sup>

Em 8 de setembro de 1925, faleceu no Rio de Janeiro o escritor Alberto Faria, ocupante da cadeira número 18. Por aquilo que indica o bilhete de Maia, este se comprometera em votar no senador Antônio Francisco Azeredo, do Mato Grosso, senador da República de 1897 a 1930.<sup>140</sup>

No mesmo ano em que Alcides Maia foi nomeado diretor do Museu Júlio de Castilhos, o Desembargador Florêncio Abreu deixou a direção do Arquivo Público, e a Seção de História desta repartição foi transferida ao Museu do Estado. Iniciou aí a “xipofagia” entre o Instituto Histórico e o Museu Júlio de Castilhos, que durou até 1943, quando o Instituto recebeu do estado o prédio da rua Riachuelo, a título de empréstimo. Essa reorganização foi um passo importante na formação de uma rede institucional de sustentação das atividades ligadas à pesquisa e escrita histórica no Rio Grande do Sul, unindo o Museu, o Arquivo Histórico e o Instituto Histórico, assim como reforçava os laços entre seus diretores: Alcides Maia, Eduardo Duarte e Florêncio Abreu. Essa união do prestígio intelectual do escritor de *Ruínas Vivas*, do capital social de Eduardo Duarte e do prestígio político de Florêncio Abreu, fortaleceu o processo de institucionalização do saber histórico no estado.

Do ponto de vista prático, recaiu sobre Eduardo Duarte a responsabilidade de levar a cabo o trabalho pesado das três instituições. Como secretário do Instituto, diretor do arquivo e segundo homem dentro do Museu, era Duarte quem desempenhava, na prática, a função de redator da *Revista do Instituto Histórico*, da *Revista do Arquivo e Museu Júlio de Castilhos*, além de, com frequência, substituir Alcides Maia em suas ausências. Em 1926, Duarte comentaria por carta a Souza Docca em julho: “Alcides ausente”.<sup>141</sup> Em agosto: “Alcides continua ausente”.<sup>142</sup> Em 10 de setembro: “Alcides

<sup>139</sup> Carta de Alcides Maia a Othelo Rosa. Porto Alegre, 30 de setembro de 1925. Fundo Othelo Rosa, Arquivo do IHGRGS.

<sup>140</sup> O sucessor de Alberto Faria na Academia Brasileira foi Luís Carlos da Fonseca Monteiro de Barros.

<sup>141</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 23 de julho de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

continua lá por Santa Vitória, onde acaba de receber significativas manifestações. A licença termina no dia 5 e eu sem esperanças da sua volta. Faz falta, pois eu tenho muito em que cuidar”.<sup>143</sup> Assim, para Duarte ficavam acumuladas as atribuições práticas nas três entidades: Museu, Arquivo e Instituto. De forma espirituosa, informava o progresso dos trabalhos:

*A Revista do Arquivo*, já foi resolvido, será nossa. A verba já está assentada. Tenho organizado o trabalho de 5 ou 6 números – pronto. Estou contente; pena é que os dias para nós não sejam de 48 horas. Sim, porque, imagina, eu estupidamente perco 8 horas em cada 24 – dormindo como um gato.<sup>144</sup>

Em dezembro do mesmo ano, a ausência do Diretor persistia: “Alcides continua ausente e a necessidade das minhas férias, o descanso anual, vai se manifestando. Será em fevereiro como disse”.<sup>145</sup> No ano de 1930, Alcides Maia ainda se ausentaria do estado durante a “Revolução”, quando fez uma incursão ao Rio de Janeiro, acompanhando Getúlio Vargas, na “Legião Bento Gonçalves”, formada por intelectuais rio-grandenses.<sup>146</sup>

Todas essas ausências da parte de Alcides Maia e a sobrecarga de Eduardo Duarte mostram a assimetria das relações dos intelectuais lotados em instituições culturais do estado com o poder político. Assim, por um lado, dependendo do volume total de capitais de um determinado agente, ele pode se dar ao luxo de ficar meses ausente da repartição sob sua direção, assim como fazer pedidos por bilhete ao secretário do presidente do estado e ser atendido. Enquanto, de outro lado, a um intelectual atuante como Eduardo Duarte sobra pouco espaço para negociar a respeito de direitos legítimos como se verá mais adiante neste capítulo.

Desta forma, pode-se dizer que as instituições culturais eram locais privilegiados para a alocação de intelectuais que tinham ligações pessoais e políticas com os agentes políticos. Entretanto, o tipo de relação estabelecida entre os indivíduos das diferentes esferas dependia do conjunto de capitais intelectuais, políticos, sociais e simbólicos de

<sup>142</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 27 de agosto de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>143</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 10 de setembro de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>144</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 27 de agosto de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>145</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 2 de dezembro de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>146</sup> Em 1928, Alcides Maia também solicitou a Eduardo Duarte que providenciasse outra licença junto ao secretário do interior Osvaldo Aranha. Conforme carta de 27 de julho de 1928.

cada um. A um cabia uma espécie de sinecura, emprego rendoso e de pouco trabalho, um posto simbólico, em virtude do prestígio; a outro, restava, como disse Othelo Rosa sobre Duarte, a “fecunda, incansável atividade, no Instituto e no Museu”.<sup>147</sup> Por outro lado, observa-se em alguns momentos a reivindicação da intelectualidade ao acesso a certos espaços privativos e sobre os quais ela possuísse algum poder de escolha ou indicação, como foi o caso da nomeação de Manoelito de Ornellas para o cargo de diretor da Biblioteca pública do Estado em substituição a Augusto Meyer, em 1937, “por pedido da intelectualidade gaúcha”.<sup>148</sup> Ou ainda, da intervenção da direção do IHGRGS em favor da lotação de Walter Spalding em algum posto no setor público do Estado.<sup>149</sup>

Agente	Instituição	Cargo
Alcides Maia	Museu Júlio de Castilhos	Diretor
Eduardo Duarte	Museu Júlio de Castilhos	Diretor do Arquivo Histórico
Dante de Laytano	Museu Júlio de Castilhos	Funcionário e Diretor
Aurélio Porto	Museu Júlio de Castilhos	Arquivista
Florêncio Abreu	Arquivo Histórico do RS	Diretor
Rodolfo Simch	Arquivo Histórico do RS	Diretor
Augusto Meyer	Biblioteca do Estado	Diretor
Manoelito de Ornellas	Biblioteca do Estado	Diretor
Walter Spalding	Arquivo Municipal	Diretor

**Quadro 5 – Alocação de intelectuais em instituições culturais públicas**

## **2.2. O Centenário da Revolução Farroupilha: trabalhos preliminares em meio ao rearranjo das forças políticas**

O Centenário Farroupilha ocupou parte importante da agenda institucional do IHGRGS, durante a década de 1930. Neste subcapítulo, se buscará mostrar como esta data e sua comemoração serviram para **ampliar o espectro da atuação do Instituto Histórico junto ao Estado**, estabelecendo um programa oficial a ser cumprido. Este

<sup>147</sup> Carta de Othelo Rosa a Souza Docca. Porto Alegre, 22 de outubro de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>148</sup> SPALDING, 1969, p. 3.

<sup>149</sup> Cópia da carta ao interventor General Flores da Cunha, datada de 4 de maio de 1934. Arquivo do IHGRGS, fundo Walter Spalding.

programa elaborado pelo Instituto incluía um calendário de comemorações e uma agenda de realizações, como a construção de monumentos e edifícios, que deveriam ser inteiramente custeados pelos poderes públicos municipal, estadual e federal. Por outro lado, a comemoração do centenário ganhou usos políticos, atendendo aos interesses do interventor (e depois governador) Flores da Cunha. Este foi o terceiro pico da mobilização dos intelectuais rio-grandenses.

Após à transição entre a administração borgista e a de Vargas, o Instituto continuava recebendo as subvenções do Estado e sua direção começou a apontar a necessidade de planejar as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. O ponto de partida da organização das comemorações do centenário farroupilha foi a reunião de 10 de julho de 1929. Nesta ocasião, o presidente Florêncio Abreu justificou a iniciativa dizendo que o Rio Grande e o Brasil esperavam do Instituto tal atuação, pois “era o órgão legítimo da mentalidade rio-grandense”, e contava para isto “com o apoio moral e material do governo do estado”.<sup>150</sup> Nesse mesmo mês de julho, começaram as articulações políticas para a formação da Aliança Liberal. O governo do estado, sob a presidência de Getúlio Vargas, mostrava-se aberto a atender pedidos de aliados e fazer concessões, inclusive à oposição, com vistas a unificação das elites.

Da referida reunião saíram algumas propostas que sugerem que a visão geral dos sócios era de que o Instituto, apesar de receber ajuda do estado, não possuía recursos para fazer frente aos gastos que seriam demandados por ocasião do *centenário*; o estado, entendiam eles, deveria fazer frente a estes gastos, dotando o Instituto de maiores recursos. As propostas preliminares foram as seguintes: a) a realização de um concurso para premiar “o melhor trabalho documentado sobre o decênio farroupilha”. Florêncio Abreu ressaltou que “estava certo do interesse que ao governo do Estado despertaria essa iniciativa do Instituto”<sup>151</sup>; b) elaboração, juntamente com o Museu do Estado e o Arquivo Público, de um programa oficial; c) confecção de um *memorial* para ser entregue ao presidente do estado, no sentido de expor a “exiguidade da verba com que o estado dota o Instituto”, o que não lhe permitiria “atender às grandes despesas a que *será* obrigado com a comemoração”.<sup>152</sup>

No ano de 1930, período conturbado da política gaúcha e nacional, o Instituto realizou poucas reuniões. Naquele ano, o Instituto reuniu-se apenas cinco vezes, sendo a

---

<sup>150</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, 10 de julho de 1929, p. 107v.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Idem.

última em 18 de julho, e só voltou a reunir-se, praticamente um ano depois, em 30 de junho de 1931. O clima revolucionário parece ter absorvido todo o ambiente político e intelectual, consumindo todas as energias. Mesmo sob o impacto da nova ordem, o Instituto retornou a suas atividades, retomando a agenda do *centenário*, sendo, para tal, constituída uma comissão composta por Francisco Rodolfo Simch, Othelo Rosa, Aurélio Porto, Darcy Azambuja e Eduardo Duarte, para elaborar o programa da comemoração.<sup>153</sup> A continuidade da tensão política que se fazia sentir sobre a elite política e intelectual do estado pode ser percebida pela exiguidade das reuniões dos sócios do Instituto Histórico, os quais não se reuniram mais do que duas vezes naquele ano, em 1931, só voltando a realizar novas sessões a partir de junho de 1932. Portanto, em praticamente dois anos – 1930 a 1932 – o IHGRGS reuniu-se apenas quatro vezes.<sup>154</sup>

No final de 1932, no contexto da *Revolução Constitucionalista*, quando o interventor Flores da Cunha apoiou Getúlio Vargas, contrariando amplos setores da elite política gaúcha reunida na FUG, que se posicionaram a favor da *reconstitucionalização* do país<sup>155</sup>, novamente as regras do jogo político se alteram sensivelmente no Rio Grande do Sul. Os dois partidos tradicionais – PRR e PL – no estado ficaram aliçados do poder. Flores da Cunha criou, então, o Partido Republicano Liberal e uma estrutura de poder baseada na repressão, aumento do efetivo da Brigada Militar e Corpos Provisórios, o que configurava uma política autonomista, que, não muito tempo depois, se chocaria com a política nacional de centralização de Getúlio Vargas. Os anos que antecedem e sucedem as comemorações do centenário são marcados pelo crescente antagonismo entre os governos estadual e federal, cujo ápice é a renúncia de Flores da Cunha e seu exílio no Uruguai. De certa forma, o governo de Flores da Cunha foi a retomada do sistema político autoritário republicano, porém utilizando as regras do antigo sistema contra os próprios republicanos que não aderiram ao Partido Republicano Liberal. Representou os estertores do modelo autoritário que dominou o Rio Grande desde a criação da República baseado na coerção e fraude eleitoral.

---

<sup>153</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 30 de junho de 1931, p. 118r.

<sup>154</sup> Em 18 de julho de 1930, 30 de junho de 1931, 22 de outubro de 1931 e 30 de junho 1932.

<sup>155</sup> Embora o IHGRGS não tomasse parte direta nos acontecimentos políticos da época, muitos de seus membros eram ligados ao PRR ou ao PL (unidos sob a FUG), e se opunham ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, apoiado por Flores da Cunha. Em setembro daquele ano, foi derrotado um levante armado constitucionalista em Cerro Largo e preso Borges de Medeiros, posteriormente exilado em Pernambuco. Em Porto Alegre, havia um comitê oposicionista, do qual participavam perrepistas e libertadores, entre os quais, Othelo Rosa (Trindade, 1979, p. 110).

A ata da última reunião de 1932 sugere que a relação entre o Instituto e o estado não era de plena harmonia, pois o Instituto não havia recebido, até então, a subvenção anual. Supunha-se até aquele momento que a subvenção teria cortes. Para evitar isto, Florêncio Abreu “determinou que se oficiasse ao senhor general interventor do Estado solicitando ordem de integralização do pagamento da dita subvenção no corrente ano”.<sup>156</sup>

### **2.2.1. A agenda financeira do IHGRGS e as comemorações: nova pacificação e o efêmero *Modus Vivendi gaúcho***<sup>157</sup>

O tema da comemoração do centenário passou a dominar as discussões nas reuniões do Instituto a partir de 1933. As primeiras iniciativas tomadas pela direção do Instituto, nesse sentido, foram as seguintes:

1. dirigir-se ao major Alberto Bins, prefeito da capital, solicitando que no local da nova ponte da Azenha fosse levantado um arco comemorativo ao magno evento;
2. Solicitar ainda ao mesmo prefeito, a cessão de um terreno, no fim da Avenida João Pessoa ou em local apropriado, para a construção de um grande edifício que serviria de sede ao Museu Júlio de Castilhos, Arquivo Histórico e a este Instituto;
3. Solicitar ao governador: a) contribuir com a construção de um edifício em terreno cedido pela municipalidade para nele se instalar o Museu Júlio de Castilhos, Arquivo Histórico do Estado, e servir, ao mesmo tempo, de sede deste Instituto; b) providenciar para que fosse lançada, em vinte de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, a pedra fundamental do monumento comemorativo da epopeia farroupilha, conforme artigo oitavo, Disposições Transitórias da Constituição do Estado; c) dignar-se a destinar uma verba especial de auxílio extraordinário ao Instituto para os serviços da comemoração, auxílio este a ser prestado desde o corrente ano.<sup>158</sup>

Como se vê, a agenda institucional do IHGRGS buscava, na esteira do centenário, aumentar os recursos que o Instituto recebia das três esferas públicas. Tendo o Instituto buscado informações para receber subvenções do governo federal, o Ministério da Educação informou que isto só seria possível uma vez que o Instituto se

<sup>156</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 10 de novembro de 1932, p. 125r.

<sup>157</sup> O *Modus Vivendi gaúcho* foi a tentativa de Flores da Cunha de implantar um governo de molde parlamentarista, que criava um gabinete composto por um representante de cada partido da oposição gaúcha (PRR e PL), e presidido pelo representante do partido de Flores (PRL). O *Modus Vivendi* foi instituído em janeiro de 1936, e terminou em outubro do mesmo ano.

<sup>158</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 7 de abril de 1933, p. 129r.

habilitasse regularmente, “na forma do decreto número 20.35 de 31 de agosto de 1931”<sup>159</sup>, processo que, segundo Eduardo Duarte, demandou bastante trabalho burocrático e esforço pessoal:

Ainda nada conseguimos, de lá, respeito à solicitada subvenção. Uma via crucis. Tanta coisa exigiram, uma documentação que faria um volume, peças autenticadas, peças originais com reconhecimento de firma, um mundo de coisas, enfim, e nada até agora, e não sei até quando... *Quosque tandem, oh, senhores, abutere patientia nostra?*<sup>160</sup>

Por meio de Leonardo Truda, membro do IHGRGS, residente no Rio de Janeiro e presidente do Banco do Brasil, vieram boas notícias, quase às vésperas do centenário, “apesar de não serem tão completas” quanto desejassem, conforme informa Duarte: “resolveram dar-nos 50 contos, quantia que nos autorizará (**junto ao que nos der o Estado**) a fazer uma operação de crédito no Instituto de Previdência da Terra”.<sup>161</sup> E ainda, o secretário acrescentava: “A subvenção pedida ao governo central será concedida, ao que parece, desta vez. **Florêncio** [a esta altura, Presidente do IBGE] **muito se tem empenhado**” (grifos meus).<sup>162</sup> Paralelamente a isso, a direção do Instituto também encetava esforços no plano estadual para obter maiores prerrogativas orçamentárias: “à Assembleia do estado foi formulado o pedido. 100:000\$, e mais majoração do auxílio para a Revista. Temos gente na estacada, e gente de valor; está toda ela bem trabalhada”.<sup>163</sup> Mesmo assim, o secretário não podia assegurar que todos os esforços teriam êxito, pois, ao final, a decisão cabia ao governador: “Vamos ver se não há veto...”.<sup>164</sup>

A comemoração do centenário se deu no ambiente que tendia, de um lado, ao arrefecimento momentâneo da oposição ao governador e, de outro, à forte cooptação política praticada, simultaneamente, pelo governador Flores da Cunha e por Getúlio Vargas, com vistas a conseguir apoio dos republicanos e liberais gaúchos, no embate entre o poder regional e o poder central. Foi, portanto, um ambiente propício para receber vantagens do estado e da federação, que se digladiavam em disputa pela atenção

---

<sup>159</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 12 de setembro de 1934, p. 146v.

<sup>160</sup> Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 14 de março de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>161</sup> Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 16 de maio de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>162</sup> Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 12 de julho de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>163</sup> Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 12 de julho de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>164</sup> Idem.

das elites políticas do estado. Contudo, já se desenhava a efêmera e nova “pacificação” do Rio Grande. Nesse contexto, interessava fortemente ao governador Flores da Cunha dar apoio ao programa de comemoração, pois podia demonstrar a “união” dos líderes políticos gaúchos, evidenciando sua força e respaldo como líder regional antagônico a Getúlio Vargas; e também, mobilizar a seu favor os aspectos simbólicos da Revolução Farroupilha, reatualizando o conflito entre poder regional *versus* poder central ou autonomia *versus* centralização. As obras de comemoração do centenário ganharam impulso, embora nem todos os projetos iniciais da comemoração fossem realizados, como o monumento sobre a ponte da Azenha. O secretário Duarte, em abril de 1935, relatava a Souza Docca como seguiam as obras do centenário: “os trabalhos da Grande Exposição prosseguem com grande intensidade; trabalham dia e noite. Promete coisa digna de nossa terra. Pena é que o grande monumento: a ponte da Azenha não se faça conforme projeto”.<sup>165</sup> Emendava a previsão de que a estátua de Bento Gonçalves seria erguida no Parque da Redenção: “farão a ponte (já em obra) sem a estátua do Bento, pois que esta será levantada em uma praça, na Varzea, à entrada do majestoso pórtico da Exposição. Projeto Caringi, pois venceu a formidável torcida em favor do mesmo”.<sup>166</sup> Seu prognóstico não se confirmou, pois a estátua de Bento Gonçalves foi levantada na Avenida João Pessoa. Ao mesmo tempo, Duarte acalentava boas expectativas em relação ao programa comemorativo, alvitrava a reaproximação dos grupos políticos do estado: “... agora só se fala em pacificação; o namoro entre os magnatas da política vai à moderna: escandaloso. Oxalá! Cheguem a um acordo; que o 1º de março de 1845 se anteceda de dez anos e a pacificação seja feita”.<sup>167</sup> Assim, as articulações para a aliança entre a FUG e Flores da Cunha (implantada em 1936, com o *Modus Vivendi*) já vinham de antes da festa do *centenário*, e possivelmente tenham sido reforçadas naquele contexto de festividades.<sup>168</sup>

Othelo Rosa, que fazia parte da comissão encarregada de elaborar o programa da comemoração, foi o responsável pelo parecer sobre as propostas gerais. Após discussão sobre seu relatório ficou estabelecido que:

---

<sup>165</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 1 de abril de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 1 de abril de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>168</sup> A proposta parlamentarista esboçada no *Modus Vivendi*, foi uma forma de Flores da Cunha unir-se à oposição gaúcha (FUG) e tornar-se mais forte na luta contra o projeto nacionalista e centralizante de Getúlio Vargas (Bellintani, 2002, p. 46).

resolve-se incluir no programa da comemoração os seguintes itens: a) realização de um Congresso de História sul-rio-grandense a instalar-se em Porto Alegre a vinte de setembro de mil novecentos e trinta e cinco. À Comissão de História foi cometida a organização das teses, para o que lhe foi fixado o prazo de dois meses; b) edição especial comemorativa do hino da república, com a **fixação da letra verdadeira** do mesmo; c) organização, nesta capital, de uma **exposição de documentos históricos** e objetos da época, inclusive os de uso das forças em operações; d) **construção de uma ponte sobre o rio Piratini** a fim de dar acesso à histórica vila desse nome, a cuja ponte se daria o nome de “Vinte de Setembro”; e) sugerir ao governo do estado a aquisição do prédio onde esteve instalado o governo da república, em Piratini, a fim de conservá-lo como relíquia histórica, destinando-o ao funcionamento de uma escola; f) **conveniente adaptação da toponímia geográfica e urbana à glorificação dos principais vultos da grande revolução**, conforme sugeriu o dr. **Alfredo Varela**, de modo a serem inauguradas as modificações no dia 20 de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, para o que o Instituto se dirigirá, oportunamente, ao governo do Estado e às municipalidades (grifos meus).<sup>169</sup>

Quando chegou o *20 de setembro* de 1935, as comemorações tiveram espaço em meio a desfiles da mocidade, paradas militares, discursos e exposições. Diante da assistência do governador e do presidente da República, se apresentaram em parada militar quatro mil homens do Exército e da Brigada Militar, estes usando seus novos uniformes. A Brigada Militar, que fora aparelhada durante os períodos de interventoria e do governo de Flores da Cunha, era tida como um dos trunfos do governo estadual na disputa com o poder federal. Com a finalidade de remover Flores da Cunha do poder, considerado o último entrave à implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas convocou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, colocando-a à disposição do Comandante da 3ª Região Militar, sob o argumento de “combate ao comunismo”. Na prática, isso representou o esvaziamento do poder militar de Flores e de qualquer possibilidade de resistência (armada) regional ao poder federal. Esse decreto foi assinado por Getúlio Vargas no dia 14 de outubro de 1937, e, sintomaticamente, três dias depois Flores da Cunha apresentou sua renúncia à Assembleia Legislativa. Por esta perspectiva, o desfile militar do Exército e da Brigada, em 20 de setembro de 1935, no auge da querela entre Vargas e Flores, era a demonstração do poder militar de ambos, Exército e Brigada, na tensão entre o poder nacional e regional. Além disso, foi realizado, ao mesmo tempo, um desfile da aeronáutica com a participação de aparelhos civis e militares.

Três anos antes, quando uma comissão do Instituto Histórico foi visitar o, então, Interventor Federal para apresentar o memorial do programa de comemoração que o

<sup>169</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 25 de abril de 1933, p. 131v.

Instituto pretendia realizar, o Gal. Flores da Cunha reconheceu que o Instituto tinha “um programa de ordem puramente cultural”, e disse que queria “interessar na comemoração outras pessoas de notável destaque na sociedade, pensando em organizar uma exposição” que atestasse a “eficiência do trabalho” dos rio-grandenses nos “últimos cem anos de existência”.<sup>170</sup> Para isto, então, o interventor organizaria uma comissão central, à qual estariam sujeitas diversas comissões parciais, entre elas uma comissão cultural, sob a responsabilidade do IHGRGS.

A referida exposição teve lugar nos *Campos da Várzea*, também chamado *Redenção*, que por ocasião do centenário foi renomeado *Parque Farroupilha*. A *Grande Exposição* foi inaugurada em 20 de setembro de 1935.<sup>171</sup> Diante da presença do presidente da República, Getúlio Vargas, o governador Flores da Cunha falou do seu propósito de fazer “uma exposição ampla e documentada da história do Rio Grande do Sul, nos terrenos econômico, político e social”.<sup>172</sup> Othelo Rosa, que há poucos meses havia sido nomeado Secretário da Educação e Cultura do estado, falou “rendendo também homenagem à memória dos heróis farroupilhas”.<sup>173</sup>

O Instituto, oficialmente, não tomou posição, aderindo a este ou aquele lado, na disputa que ocorria entre o governo estadual e o governo federal – quando Flores da Cunha e Getúlio Vargas disputavam o apoio dos políticos gaúchos –, mas manteve-se aberto ao diálogo com as duas esferas do poder político. Em primeiro lugar, porque seus membros dividiam-se entre aqueles que estavam mais próximos à base política de Getúlio e aqueles que apoiavam Flores da Cunha. Em segundo lugar, porque o Instituto dependia das subvenções estaduais e, ao mesmo tempo, sem esposar adesão explícita ao governo estadual, podia pleitear ajuda financeira da parte do governo federal. Entretanto, ao avançar na década de 1930, e principalmente a partir do Estado Novo, a instituição aproximou-se mais da esfera federal.

---

<sup>170</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 8 de agosto de 1933, p. 137r.

<sup>171</sup> O governador Flores da Cunha designou Alberto Bins para o cargo de Comissário Geral da Exposição. Sob a supervisão de Alberto Bins estavam os diversos comissários diretores de pavilhões. O trabalho envolveu, também, um secretário geral e auxiliar, um tesoureiro e auxiliar, assistentes técnicos e engenheiros. Os trabalhos de preparação começaram em junho de 1934, sendo todos os envolvidos remunerados. A Exposição seguiu o modelo da *Chicago World Fair* (1934). Foram construídos pavilhões que ocuparam toda a área do Parque Farroupilha e, ainda, o edifício do Instituto de Educação, onde foi instalado o Pavilhão Cultural sob a direção de Walter Spalding, do IHGRGS (SPALDING, 1973, v. III, p. 22, 23).

<sup>172</sup> *A Federação*, 21 de setembro de 1935.

<sup>173</sup> *Idem*.

### 2.2.2. A construção da “fala autorizada”

Aquilo que estava implícito ao processo de institucionalização intelectual no Rio Grande do Sul era a construção de uma visão social da realidade a ser imposta à sociedade circundante, e de uma visão sobre o lugar social dos intelectuais rio-grandenses, sendo que este *lugar* era pensado em relação ao *espaço de poder*, que se expressava através da capacidade dos intelectuais de controlarem o acesso a certos postos públicos da cultura e da prerrogativa de dar a última palavra sobre assuntos relativos ao passado histórico. Neste sentido, a imposição da visão social dos intelectuais rio-grandenses, assim como a criação de um espaço simbólico, eram garantidas pela afirmação do monopólio da autoridade e competência científica (domínio de um método) como mecanismos que assegurassem que somente aqueles intelectuais poderiam dar a última palavra sobre questões da história sul-rio-grandense, e a mesma deveria ser acatada pela sociedade, pelo estado e pelos municípios gaúchos. Aqui será analisado a construção da “fala autorizada” que servia de baliza para decisões públicas do governo do estado e dos municípios.

Antes de 1935, o IHGRGS recebeu (relativamente) poucas solicitações de “Pareceres Históricos” por parte do estado ou de municípios, com vistas a saber da “oportunidade” ou não de se conceder homenagens a vultos históricos, de datas comemorativas ou mesmo da construção de monumentos públicos alusivos a fatos ou personagens do passado rio-grandense. Logo depois da sua fundação, o Instituto foi consultado sobre um vulto de destaque para prestar homenagem durante a comemoração do centenário da Independência.<sup>174</sup> Na mesma época, agosto de 1921, o governo do estado recebeu do IHGB o apelo para organizar a representação rio-grandense ao Congresso Internacional de História da América, convocado por aquela instituição para comemorar o centenário da Independência. Imediatamente, o governo do estado repassou ao Instituto Histórico local, recém criado, a missão de representar o estado naquele certame. Segundo o 1º secretário à época, Francisco de Leonardo Truda,<sup>175</sup> apesar do apelo ser “muito tardio” “para que a nossa representação se possa fazer a altura do que todos nós desejaríamos”, a direção do Instituto local não deixaria de corresponder “à lisonjeira confiança de que nos deu prova o honrado governo do

---

<sup>174</sup> Carta de Florêncio Abreu a Souza Docca. Porto Alegre, 30 de agosto de 1921. Fundo Souza Docca, IHGRGS.

<sup>175</sup> Carta de Leonardo Truda a Souza Docca. Porto Alegre, 6 de agosto de 1921. Fundo Souza Docca, IHGRGS.

Estado”. Atender ao pedido do estado era mais do que “corresponder à subida honra que lhe conferiu o governo”. Era marcar a posição de legítima representante do estado no terreno da História, ponto capital no processo de construção da “fala autorizada”, já que o “campo” intelectual local, que dava os primeiros passos rumo a institucionalização, não tinha condições de assegurar a própria legitimidade, sendo dependente de agentes da esfera intelectual nacional e do próprio Estado.

O trabalho de emitir pareceres, que se tornaria mais frequente a partir de meados da década de 1930, atesta a confirmação de uma posição de reconhecimento público do estado, em diferentes esferas, da legitimidade ou autoridade intelectual do IHGRGS em relação à história rio-grandense e ao espaço de poder local. Portanto, foram necessários quinze anos de atividades para que a legitimidade do Instituto se impusesse de tal forma que o estado passasse a recorrer ao Instituto em relação a assuntos que dependiam do conhecimento histórico. Ou seja, de certa forma, a relação se inverte. O estado passa a depender do IHGRGS, que era quem detinha, a esta altura, o poder legítimo de arbitrar sobre o passado sul-rio-grandense. Isso equivale a dizer que o Instituto passou a ter a prerrogativa de emitir juízos históricos e dizer o que era “verdadeiro” ou “falso” em questões da história local. Seu grau de legitimidade atingiu o máximo a partir de então. A fala autorizada do Instituto produzia a “verdade” ou a “história oficial”, com a chancela das diferentes esferas do estado.

Neste sentido, o contexto da comemoração do centenário foi importante, pois marca o início do apogeu da autoridade histórica do IHGRGS, e um dos marcos da construção desta autoridade foi a fixação da letra e música do Hino Sul-Rio-Grandense. Othelo Rosa, presidente da Comissão de História do IHGRGS, foi o responsável pelo parecer que definiu a letra do hino, proposta feita por Augusto Porto Alegre.<sup>176</sup> A chancela governamental também partiu de suas mãos, pois era igualmente o Secretário da Educação e Cultura do estado, ao tempo da referida fixação.

A fixação da letra do hino não partiu diretamente do governo do estado, e sim do próprio Instituto, dentro do escopo que realizou das comemorações do centenário. Othelo Rosa que fez um levantamento histórico, desde o ano de 1933, das possíveis letras do Hino da “República Rio-grandense”, apresentou seu relatório final em outubro de 1934. Nesta ocasião, depois de ampla discussão e pedido de vistas de Alcides Maia, a decisão final foi adiada para uma sessão posterior:

---

<sup>176</sup> Relatório sobre a letra do Hino Rio-Grandense. Othelo Rosa, Porto Alegre, 15 de maio de 1933. Fundo Othelo Rosa, Arquivo do IHGRGS.

O nosso confrade senhor Othelo Rosa pede a palavra e faz ampla explanação do assunto, reportando-se à sua indicação anterior e ao parecer sobre ela emitido pelos senhores João Maia e Faria Correa. Leu as diversas letras sobre o hino farroupilha e explicou o trabalho musical feito pelo professor Corte Real, que conservando rigorosamente a melodia da música do maestro Mendanha, completou-a na parte da harmonia, dando-lhe unidade e melhores condições de canto. Sobre o assunto, travou-se longo e interessante debate, concluindo o senhor Alcides Maya por pedir vistas dos papéis, por alguns dias, para, na próxima sessão, apresentar parecer e emitir seu voto com consciência.<sup>177</sup>

Ainda nesta sessão, deliberou-se, também, que depois da resolução tomada a respeito da letra do Hino, o Instituto se dirigiria ao governo do estado sugerindo “uma edição oficial do hino e o ato necessário da sua definitiva adoção”.<sup>178</sup> Antes da reunião seguinte, os membros do Instituto estiveram no Ginásio Anchieta, “onde um dos padres desse estabelecimento de ensino gentilmente executou ao piano a letra do hino de Mendanha e a harmonização do professor Corte Real”.<sup>179</sup> Na sessão pela deliberação sobre o assunto, Alcides Maia apresentou seu parecer, concordando com Othelo Rosa pela escolha da letra de Francisco Pinto da Fontoura, também conhecido pela alcunha de “Chiquinho da vovó”. Francisco Pinto da Fontoura<sup>180</sup> foi um dos poetas do *decênio farroupilha*, que publicou na imprensa da época e compôs uma versão para o hino farroupilha. Os seus versos diziam:

Como aurora precursora do farol da divindade,  
 Foi o Vinte de Setembro  
 Precursor da liberdade.  
 Mostremos valor, constância,  
 Nesta ímpia e injusta guerra,  
 Sirvam as nossas façanhas  
 De modelo a toda terra.  
 Entre nós reviva Athenas  
 Para assombro dos tiranos;  
 Sejam gregos na glória e na virtude romanos.  
 Mostremos valor, constância, etc.  
 Mas não basta p'ra ser livre  
 Ser forte, aguerrido e bravo;  
 Povo que não tem virtude  
 Acaba por ser escravo.  
 Mostremos valor, constância, etc.

<sup>177</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 12 de outubro de 1934, p. 148v.

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> Nascido em Rio Pardo, no ano de 1793.

Por outro lado, Walter Spalding, discordando de Othelo Rosa e Alcides Maia, deu preferência aos versos, de autor desconhecido, que foram publicados no jornal *O Povo*, órgão oficial da República de Piratini, em 4 de maio de 1839, com o título “Hino Nacional”. Seguem os versos preferidos por Walter Spalding:

Nobre povo Rio Grandense,  
 Povo de heróis, povo bravo,  
 Conquistaste a independência,  
 Nunca mais serás escravo.  
 Da gostosa liberdade  
 Brilha entre nós o clarão:  
 Da constância e da coragem  
 Eis aqui o galardão.  
 Avante, ó povo brioso,  
 Nunca mais retrogradar,  
 Porque atrás fica o inferno que vos há de sepultar.  
 Da gostosa liberdade etc.  
 O majestoso progresso  
 É preceito divinal,  
 Não tem melhor garantia  
 Nossa ordem social.  
 Da gostosa liberdade, etc.  
 O mundo que nos contempla  
 Que pesa nossas ações,  
 Bendirá nossos esforços,  
 Cantará nossos brasões,  
 Da gostosa liberdade, etc.<sup>181</sup>

Encerrada a discussão e votado o assunto, a decisão foi favorável ao parecer de Othelo Rosa, contra o voto de Walter Spalding.<sup>182</sup> Quanto à parte musical, também ficou deliberado que “o trabalho [de harmonização] do professor Corte Real fosse, antes de uma resolução definitiva, examinado pelas professoras de música das escolas desta capital, para cujo efeito o Instituto se dirigirá à Associação Rio-Grandense de Educação”.<sup>183</sup>

Outro passo importante que o IHGRGS deu na direção de firmar-se como “juiz” da história local, autorizado pelo estado, foi a proposta apresentada por Alcides Maia, sob a forma de moção ao Instituto Histórico, para dar-se a denominação de *Palácio Piratini* à sede do governo estadual. A moção apresentada ao Instituto foi a seguinte:

Submeto ao estudo e à deliberação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul a seguinte proposta ao governo do Estado,

<sup>181</sup> *O Povo*, 4 de maio de 1839.

<sup>182</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 19 de outubro de 1934, p. 150r.

<sup>183</sup> Idem. O professor Corte Real participou das sessões referentes à fixação da letra do hino do estado. O hino escolhido pelo Instituto Histórico foi oficializado pelo governador Ildo Meneghetti, em 5 de janeiro de 1966, pela lei 5.213. Nesta ocasião, foi suprimida a estrofe que dizia: “*Entre nós reviva Athenas. Para assombro dos tiranos. Sejamos gregos na gloria e na virtude romanos*”.

relativa ao programa comemorativo do Centenário da revolução de 1835 (República de Piratini): De acordo com a tradição de outros povos e com a nossa própria, a fim de ligarmos para sempre a vida presente do povo rio-grandense, em suas relações internas e externas, à memória do glorioso passado que vamos celebrar em 1935, proponho que: - Avoque a si este Instituto o pedido aos poderes públicos de ser dado ao Palácio do Governo do Estado, em Porto Alegre, o designativo de Palácio Piratini. Sala das sessões, 12 de outubro de 1934. (assinado) Alcides Maya.<sup>184</sup>

A referida proposta foi unanimemente aprovada, e encaminhada pelo Instituto ao governo estadual.

### 2.2.3. A fundação de Porto Alegre

Charles Monteiro (2001) estudou detalhadamente as comemorações do bicentenário de Porto Alegre realizadas em 1940. Segundo Monteiro, as discussões em torno da data de fundação de Porto Alegre foram suscitadas pelas publicações de Walter Spalding nos anos de 1938 e 1939, questionando a data mais tradicionalmente aceita, julho de 1773, e defendendo a data de 1740. A partir dessa dúvida, o prefeito José Loureiro da Silva enviou um ofício ao presidente do IHGRGS para esclarecer o caso:

Havendo algumas controvérsias em torno da data de fundação da cidade de Porto Alegre, e querendo esta Prefeitura assinalar com festivas comemorações a passagem do 2º Centenário da cidade, solicito a esclarecida colaboração deste Instituto, no sentido de ser precisada essa efeméride com os dados mais positivos que se possa coligir. Contando obter dessa entidade cultural o apoio necessário à consecução de tal propósito, valho-me da oportunidade para reiterar os meus protestos de sincera admiração e apreço (MONTEIRO, 2001, p. 69-70).

Monteiro (2001) observa que o ofício do prefeito “deixava clara a vontade da administração municipal de esclarecer as controvérsias para poder *assinalar com festivas comemorações a passagem do 2º Centenário da cidade*” (p. 70). O pedido de Loureiro da Silva foi repassado à Comissão de História, composta por Jaci Tupi Caldas e o padre Luiz Gonzaga Jaeger, que expediu o parecer em 31 de outubro de 1939. No parecer eram oferecidas duas datas importantes para a história de Porto Alegre. A primeira, 5 de novembro de 1740 “como sendo a data inicial, ponto de partida isto é: de

---

<sup>184</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 12 de outubro de 1934, p. 148r.

colonização”. Legitimava-se assim a vontade do prefeito de realizar as festividades de bicentenário de Porto Alegre, como início da colonização. A segunda, era 24 de julho de 1773, apontada como data de fundação da cidade.

Um aspecto para o qual Monteiro chama a atenção é a participação de Walter Spalding em todo o trâmite do estabelecimento da data comemorativa:

Observo a marca de Spalding na origem da polêmica, por trás da solicitação do prefeito e no processo de legitimação da data – assinando o parecer final do Instituto Histórico -, que permitiria ao prefeito Loureiro da Silva comemorar o bicentenário da cidade, 1940, em meio às inaugurações das grandes obras viárias de sua administração (MONTEIRO, 2001, p. 72).

Vale assinalar, que a competência legítima do IHGRGS no campo da história já estava estabelecida. O “apoio” e a “colaboração” do Instituto Histórico foram solicitados pela autoridade política no sentido de validar suas pretensões. Por outro lado, é visível a troca de favores políticos no caso. Walter Spalding que era funcionário da prefeitura, onde ingressou como bibliotecário. No mandato de Loureiro da Silva foi promovido a diretor da Biblioteca e do Arquivo Municipal. Em seguida, teve o apoio do prefeito para publicar o *Boletim Municipal*,<sup>185</sup> uma publicação que trazia leis e decretos municipais, documentos inéditos, pequenas biografias, ensaios de história sobre Porto Alegre que funcionou de 1937 a 1942, e teve como redator o próprio Spalding. Num universo acadêmico restrito, ter sob sua responsabilidade uma publicação oficial que em certo sentido equivalia a uma revista histórica era um trunfo considerável. Por seu turno, Spalding ofereceu ao prefeito a sua *expertise* como historiador para assegurar que as obras da prefeitura se incluíssem no calendário de comemorações da cidade. O Instituto deu a chancela acadêmica e foi beneficiado porque, em 1940, realizou juntamente com a

---

<sup>185</sup> Em Novembro de 1937, Spalding dizia a Souza Docca: “Exercia cargo de confiança no gabinete do Prefeito da Capital, e por isso fui dispensado. Mas a 30 de outubro [de 1937] mandaram chamar-me novamente e estou, agora, trabalhando no Arquivo Municipal, como Bibliotecário-Arquivista e estudando meio de publicarmos uma Revista”. O propósito de Spalding era salvar a documentação do Arquivo que aos poucos ia se perdendo: “O Arquivo, como sabe, estava instalado nos porões da Prefeitura. A enchente de 1928 atingiu aquele porão que ficou mais de metro de água. A papelada estava, toda, nas prateleiras debaixo e, mesmo, parte no chão, pois não havia quem desses papéis cuidasse e quem por eles se interessasse. E quando as águas baixaram estava... tudo podre. Pouco se salvou, e esse pouco está em verdadeira petição de miséria, comido pelas traças. Por isso quero ver, publicando uma revista salva-se o pouco que ainda resta”. A justificativa para que a prefeitura aceitasse a ideia da “revista” de Spalding era a economia que seria proporcionada: “Há boa vontade para isso mas... não sei se sairá. O regime de economia é grande. Tenho, contudo, esperança de que saia porque apresentei um plano que evitaria todas as demais publicações do Município, como relatórios, atos e decretos, material este que custa, sempre, uma fortuna. E publicado tudo isso na Revista haverá despesa menor. É unicamente isso que me dá alguma esperança” (Carta de Walter Spalding a Souza Docca. Porto Alegre, 30 de novembro de 1937. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS).

prefeitura o III Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, comemorativo ao Bicentenário da Colonização de Porto Alegre, recebendo recursos públicos do município.

#### 2.2.4. **Árbitro do passado: julgando nomes de ruas, escolas e cidades**<sup>186</sup>

Veja-se, agora, sobre o poder do IHGRGS de arbitrar sobre nomes de ruas, escolas e mesmo cidades. Em 1949, quando o Titular da 8ª Delegacia de Ensino, com sede no município de Santa Maria, propôs à Secretaria de Educação e Cultura que o padre Antônio Sepp (1655-1733) fosse homenageado, dando nome a uma escola naquele município.<sup>187</sup> O IHGRGS, através do parecer de Othelo Rosa, manifestou-se contra a pretendida homenagem, sob o argumento de que:

a ação do Padre Sepp nunca se exerceu, nem poderia ter se exercido, em benefício e serviço do Rio Grande do Sul, como se diz na proposta. Antes, em sentido contrário à nossa civilização e ao nosso destino histórico. E não sabemos como se poderia ensinar as crianças a honrar os seus antepassados, os seus feitos e sacrifícios, e, ao mesmo tempo, explicar-lhes que o seu patrono fora um adversário desses antepassados.<sup>188</sup>

Othelo Rosa mantinha-se fiel ao modelo de interpretação histórica da tendência historiográfica que consagrou-se no estado nos anos 1920 e 1930, e, que não admitia a participação da experiência missioneira na formação rio-grandense.

Em 1946, pela indicação de Luiz Carlos Moraes, o Instituto Histórico fez proposta à bancada gaúcha na Assembleia Constituinte no sentido da inclusão na Constituição Federal, que estava em estudo, da restauração dos símbolos, hinos e

---

<sup>186</sup> Bom Jesus ou Aparados da Serra. O município de Bom Jesus, criado em 1913, teve o nome alterado para “Aparados da Serra”, em 1937. Entretanto, os vereadores daquela localidade resolveram restaurar a velha denominação em 1953. O Departamento de Polícia de Polícia Civil do Estado consultou o Instituto Histórico qual o nome exato do Município de Aparados da Serra. Pelo parecer de Othelo Rosa e Adroaldo Mesquita da Costa, aprovado pelo IHGRGS, foi indicado o caminho para o restabelecimento da antiga denominação daquele município, cuja competência caberia à Assembleia Legislativa, e não à Câmara de Vereadores. Arquivo Othelo Rosa, IHGRGS.

<sup>187</sup> O caso Antônio Sepp, segundo Letícia Nedel (2005), inaugurou uma série de contendas entre os estudiosos e os praticantes do folclore no estado, cujo ápice foi a discussão sobre “Sepé Tiarajú”, motivada pela consulta que o governo do estado fez ao IHGRGS sobre a oportunidade de se construir ou não uma estátua em homenagem ao líder indígena (NEDEL, 2005, p. 380, 381).

<sup>188</sup> As Missões Jesuíticas e a Consciência Cívica da Juventude”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 170.

bandeiras estaduais, que haviam sido proibidos durante o Estado Novo.<sup>189</sup> Adroaldo Mesquita da Costa, deputado à Assembleia Constituinte pelo Rio Grande do Sul, ficou encarregado de apresentar a proposta naquela Assembleia, que tendo recebido emendas de diversas bancadas, foi aprovada.<sup>190</sup> Depois disso, o Instituto propôs a “entronização” da bandeira rio-grandense, a qual foi aprovada pelos Constituintes da Terceira Constituinte Estadual.<sup>191</sup>

Em 25 de agosto de 1946, o Instituto Histórico fazia a sugestão ao Secretário da Educação e Cultura, Francisco Brochado da Rocha, de que em comemoração ao aniversário da Revolução Farroupilha desse os nomes de “General João Antônio da Silveira”, “General David Canabarro” e “Luís Barreto” a grupos escolares localizados no interior do estado. Além disso, também propôs, na mesma ocasião, os nomes de “Brigadeiro José da Silva Paes”, “Aurélio Porto” e “Desembargador André da Rocha” para outros grupos escolares.<sup>192</sup>

Estas (e outras) intervenções do IHGRGS no campo estatal e governamental apontam para o grau de reconhecimento e prestígio institucional alcançado pelo Instituto diante das distintas esferas estatais, e tornam implícitos dois aspectos do IHGRGS: primeiro, em 1935, o processo de valorização da instituição atingiu o seu auge como instância intelectual no estado<sup>193</sup>; e, segundo, esta instituição estabeleceu-se como espaço legítimo de institucionalização do saber histórico e produção da *fala autorizada* sobre o passado sul-rio-grandense, e especialmente com prerrogativas de atuar sobre a gestão pública da cultura, sendo procurado com relativa assiduidade por departamentos e secretarias do estado, municípios e assembleia legislativa para fornecer *pareceres* sobre questões de pertinência histórica. Deve-se destacar que a *fala autorizada* baseada em uma autoridade e competência social legítima foi construída e perseguida ativamente pela instituição e não resultado “natural” da atividade da instituição.

Sobre o atributo de definir os critérios de validação daquilo que é autêntico em termos de cultura e identidade regional, deve-se fazer a seguinte pergunta: como se sabe

---

<sup>189</sup> Sugestões e Pareceres: símbolos locais e a tradição brasileira. *Revista do IHGRGS*. III trimestre de 1946, n. 103, p. 322-327.

<sup>190</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 3 de julho de 1946

<sup>191</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de março de 1947, p. 130

<sup>192</sup> Sugestões e Pareceres: patronos de grupos escolares. *Revista do IHGRGS*. III trimestre de 1946, n. 103, p. 333-334.

<sup>193</sup> Em meados da década seguinte, se instauraria o processo de crise institucional e declínio da autoridade intelectual do IHGRGS, pelo acirramento das disputas internas em meio à revisão historiográfica, que será estudada no capítulo 3.

que um agente ou grupo de agentes detém o domínio de um determinado *espaço social*? Segundo Bourdieu, é quando essa dominação é tida como natural, até invisível. Isso equivale dizer: quando não há contestações dos critérios ditados pelos agentes dominantes para o funcionamento do “campo”. Essa característica do Instituto está na raiz do seu papel de “juiz” dos assuntos relativos à História do Rio Grande do Sul, emitindo “pareceres” reconhecidos pelo Estado. Somente a partir do final do Estado Novo, o revisionismo historiográfico toma conta da agenda intelectual gaúcha, e novas formas de interpretar o passado surgem na esteira do deslocamento da análise mais estrita da “formação histórica” para as análises mais amplas da “cultura” rio-grandense, que abarcariam outros grupos e expressões culturais que não estavam incluídos no arcabouço histórico tradicional militar, político, luso e, na maioria das vezes, nobiliárquico. Esse revisionismo (dos anos 1940) ensejava contestações às posições historiográficas defendidas pelo IHGRGS centradas numa apreensão histórica balizada pelo Estado e suas elites políticas e militares.

### **2.3. Ambivalências do *métier* intelectual: na antessala do poder, mas distante das decisões – Aurélio Porto e Eduardo Duarte**

Que el intelectual en sus relaciones con el poder no pierda de vista que su saber es su poder (GÓMES, 2003, p.19).

O trabalho intelectual no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX estava marcado por limitações e constrangimentos de ordem política, econômica e social. Essas limitações tornaram-se mais evidentes na medida em que o quadro político se alterou, com o fim da hegemonia republicana no estado, no final da década de 1920, levando os intelectuais a ambiguidades no discurso e no campo das tomadas de posição. Os intelectuais, de modo geral, podem ser localizados dentro do espaço social dos dominadores, chamado por Bourdieu de “campo de poder”, porém ocupando uma posição subordinada dentro desse espaço (BOURDIEU, 2006). A organização coletiva dos historiadores através do IHGRGS criou uma “nova” relação dos intelectuais com o espaço de poder, introduzindo o caráter de *mobilização coletiva* e, desta forma, a participação dos intelectuais no jogo político, ainda que numa correlação de forças e

posições bastante desigual. A condição subordinada dentro da estrutura das relações, num espaço periférico como o Brasil (e redobrado no caso do Rio Grande do Sul), reforça o aprofundamento dos laços com a burocracia e o Estado, decorrente da necessidade de sobrevivência dos intelectuais, resultando em maior dependência e falta de autonomia. Assim, deve-se considerar que, longe de buscarem autonomia, dentro das condições históricas das primeiras décadas do século XX, os intelectuais gaúchos, individual ou coletivamente, procuraram o estreitamento das relações com o Estado e seus agentes para auferir ganhos profissionais, simbólicos e econômicos. A partir dessa perspectiva, buscar-se-á, através do estudo das correspondências dos historiadores Aurélio Porto e Eduardo Duarte, desvelar algumas ambivalências do discurso e das práticas desses agentes, no nível micro, evidenciando as suas experiências e as coações a que estavam condicionados dentro da estrutura das relações posicionais, como funcionários públicos e produtores simbólicos, no interior do espaço social intelectual dos anos 1930 no Rio Grande do Sul.<sup>194</sup>

### **2.3.1. Aurélio Porto e as anotações do ‘Processo dos Farrapos’: as dificuldades para converter trunfos legítimos em capital simbólico com peso relativo no campo político**

A história meu amigo é uma blague, não passa de história... tenho sido honesto e não quis fazer histórias... outros fazem blague, mas sabem se chegar e tem tudo. Eu, não passo de um grande sonhador, e o sonhador não presta. Para que desenvolver atividade intelectual numa terra em que ninguém lê? Não é preferível produzir artigo de mais aceitação no mercado, do que estar aí a escarafunchar documentos para destruir a história com outras histórias? (Aurélio Porto)<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> A correspondência de intelectuais, conquanto evoque as representações subjetivas dos agentes, é uma excelente forma de explicitar as lutas cotidianas, individuais e coletivas, além de expor as múltiplas conexões entre capital simbólico, capital cultural, capital social e acesso ao espaço de poder. Entretanto, essas representações não devem ser tomadas como formas invariantes de percepção ou construção da realidade, mas como pontos de vista apreendidos e relacionados à posição do agente na estrutura das posições relacionais, pois o ponto de vista é sempre a visão a partir de uma posição específica no espaço social (Bourdieu, 2004).

<sup>195</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Esteio, 3 de fevereiro de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Segundo Ieda Gutfreind (1998), Aurélio Porto teve um papel importante na reversão ocorrida na historiografia rio-grandense na década de 1920, da ênfase dada às teses platinistas para o sistemático realce à contribuição lusitana para a formação do Rio Grande do Sul, e de afirmação da Revolução Farroupilha como movimento brasileiro, e não separatista. Para a historiadora, Aurélio Porto seria o responsável pelo lançamento do “círculo historiográfico lusitano” (GUTFREIND, 1998, p. 45).

Assim como para a maioria dos intelectuais da época, é relativamente difícil estabelecer a profissão/ocupação de Aurélio Porto, pois ele possuía múltiplas atividades. No quadro de fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), a profissão apontada é “jornalista”, entretanto, além das funções de redator e diretor de pequenos jornais no interior do estado, em cidades como Rosário do Sul, Quaraí, Cachoeira do Sul e Santa Maria, atuou como professor em algumas dessas localidades. Na política, exerceu a função de Intendente em Garibaldi (1913-1917) e Montenegro (1923-24). Nas décadas de 1920 e 1930, ocupou posição na burocracia como funcionário do Museu Júlio de Castilhos, sendo, às vezes, cedido para outras atividades, sem perder o vínculo com o estado. No período que interessa a este trabalho, seu sustento dependeu da sua atividade como arquivista no Museu do Estado, portanto, a ocupação aqui considerada será a de funcionário público.

Filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Aurélio Porto se habilitava a participar das redes clientelísticas do partido hegemônico no estado até o final da década de 1920, e assim ocupar postos no funcionalismo público, que, na prática, era espaço reservado para os republicanos e seus apadrinhados, ficando de fora desse quadro todos os opositoristas. Conforme observou a historiadora Marisângela Martins (2012), a “conquista de um lugar nos quadros controlados pelos republicanos, evidentemente, implicava na adesão às clientelas do PRR, na obediência aos coronéis locais e de comprometimento de voto nos candidatos da situação” (MARTINS, 2012, p. 42). Os *intelectuais-funcionários públicos* eram normalmente lotados nos órgãos públicos voltados à cultura, como o Museu do Estado, o Arquivo Público, a Biblioteca do Estado, a Biblioteca e Arquivo Municipal.<sup>196</sup> Ainda como parte de sua trajetória profissional e política, Porto ocupou a função de redator de *A Federação*, o jornal

---

<sup>196</sup> Durante os governos castilhistas-borgistas no Rio Grande do Sul, a educação pública recebia a maior parte do orçamento estadual, com exceção dos períodos de revolução e guerra civil (LOVE, 1975). Com isso, instituições culturais como o Museu do Estado, a Biblioteca do Estado e o Arquivo Histórico foram criados e receberam grande incentivo por parte do governo, tornando-se o lócus de aproveitamento de intelectuais como Alcides Maya, Aurélio Porto, Eduardo Duarte, Dante Laytano, etc (NEDEL, 1999).

oficial do PRR (MARTINS, 1978), e ainda foi Diretor do Tesouro do Estado. Mais tarde, Aurélio Porto transferiu-se para o Rio de Janeiro, para trabalhar como redator dos Anais do Itamarati.

A par dessas ocupações profissionais, Aurélio Porto desenvolveu atividades intelectuais escrevendo livros de poesia, romance e história. Seu primeiro trabalho como ensaísta foi um livro sobre a cidade de Cachoeira do Sul, chamado *Município de Cachoeira, história e estatística* (1910). Antes disso, havia publicado, pela Livraria do Globo, de Porto Alegre, uma peça em verso denominada *O Milagre* (1906).

O Arquivo Nacional, a partir de 1924, passou a publicar documentos coevos às “gloriosas datas centenárias”, a começar pelo centenário da Confederação do Equador. Quando se aproximou a comemoração do centenário farroupilha, aquele instituto nacional decidiu publicar *O Processo dos Farrapos*.<sup>197</sup> Para isso, o diretor do Arquivo Nacional, Dr. Alcides Bezerra, buscou um especialista em história rio-grandense, pois “tornava-se imprescindível o auxílio de um funcionário perfeitamente conhecedor do seu arquivo, ou de um estudioso da história local”.<sup>198</sup> Coube, portanto, a Aurélio Porto, a partir de 1933, levar a cabo essa tarefa. Aurélio Porto foi cedido pelo então Interventor Federal Gen. Flores da Cunha por um ano e meio, período em que se transferiu para o Rio de Janeiro, recebendo uma “parca comissão”, correndo o “resto da despesa por conta do Governo Federal”. Foi um trabalho ingente, cujo resultado impressiona pela dimensão da obra – mais de 2.000 páginas –, que destoa das publicações da época no Rio Grande do Sul, e mesmo das publicações dos dias atuais.

Entretanto, quando o trabalho já se aproximava do fim, sofreu uma interrupção. Os dois primeiros volumes já se encontravam publicados, e a primeira parte do terceiro volume já estava sendo impressa, faltando apenas a sua segunda parte. Em fevereiro de 1935, Porto encontrava-se em “retiro” em Esteio – RS, sem saber se concluiria a publicação de *O Processo*. Por correspondência, Aurélio Porto explicava a Souza Docca o estado “atual” de incerteza sobre o desfecho do trabalho:

---

<sup>197</sup> No final dos anos 1920 – contexto da preparação dos intelectuais gaúchos para as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha –, Emílio Fernandes de Souza Docca, enquanto estava no Rio de Janeiro, ofereceu ao Instituto Histórico do Rio Grande do Sul seus préstimos para copiar *O Processo dos Farrapos*, no Arquivo Nacional, trabalho que seria realizado “mediante pequena retribuição pecuniária, quase que só como pagamento do trabalho material como sejam dois contos de réis por volume ou seis por toda a obra, fielmente datilografada e anotada”. Entretanto, Souza Docca, que era militar, foi promovido e transferido para o Mato Grosso, e não pôde concluir o trabalho de transcrição a que se propusera.

<sup>198</sup> PORTO, 1933, p. V e VI.

Esteio, onde estou há mais de um mês, fica além de Canoas, e dá a ideia de uma estância com os seus campos e caponetes (*sic*), e tenho passado aqui magnificamente. Mas, já estou cansado de nada fazer. Quem como eu trabalha até demais não se acomoda muito bem a este *farniente*. Tenho saudades dos meus livros, dos meus documentos, das minhas pesquisas e isso me deixa às vezes aflito. Mas, não sei se continuarei mais o trabalho que estava realizando aí [no Rio de Janeiro] com tanto carinho.<sup>199</sup>

A continuação da obra dependia da anuência do Interventor Federal, que, naquele momento, havia indeferido a liberação remunerada de Aurélio Porto. Mesmo diante da mobilização de amigos, o historiador não havia conseguido reverter aquela situação:

De chegada aqui, soube que o general Flores dera um despacho, quando da prorrogação da minha comissão, de que esta seria improrrogável. E quando quis falar-lhe ele seguiu para ai, não voltando mais. E isso há mais de um mês. Passei-lhe dois telegramas. O João Carlos passou-lhe outro, o dr. Bezerra<sup>200</sup> escreveu-lhe uma carta, mostrando a conveniência de continuar o trabalho. E não obstante todo esse empenho, até hoje não tenho solução alguma.<sup>201</sup>

A contrariedade de Aurélio Porto era tanto maior, pois já estava o trabalho quase finalizado quando saiu a decisão do chefe do governo gaúcho de suspender os seus vencimentos. Por isso, insistia, tendo escrito ao desembargador Florêncio de Abreu, presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que morava no Rio de Janeiro e era concunhado de Getúlio Vargas, para mediar a revogação do despacho do general Flores da Cunha. Florêncio de Abreu lhe garantiu: “congregaria todos os nossos companheiros empenhados na continuação do trabalho, a fim de, num memorial, mostrar ao general a necessidade de continuar a obra”. No entanto, até aquele momento, Porto não sabia se algo havia sido feito, por isso solicitava a Souza Docca: “se tiveres ocasião de falar com o Florêncio vê se ele fez alguma coisa nesse sentido”.<sup>202</sup>

Essa situação ilustra o grau de dependência da posição dos intelectuais, reconhecidos e legitimados como tais por seus pares, em relação ao espaço de poder e seus agentes. Expõe os limites e constrangimentos objetivos de uma posição em relação

<sup>199</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Esteio, 3 de fevereiro de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>200</sup> Alcides Bezerra, Diretor do Arquivo Nacional.

<sup>201</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Esteio, 3 de fevereiro de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>202</sup> Aurélio Porto, *idem*.

à outra, através da correlação desigual das forças. Essa dependência, agudizada nesse caso, entretanto, não permite avaliar que a lógica que orientava os intelectuais fosse a mesma pela qual os políticos tomavam suas decisões. Assim, para Porto, urgia, através do acionamento de sua rede de relações, convencer o general do valor do trabalho que ele estava realizando, pois, dizia, “atribuo unicamente essa resolução do interventor a não conhecer o trabalho que estou executando”. Para o historiador, o valor do trabalho era tão evidente que o levava a concluir: “para mim basta só mostrar ao general realmente o que se tem feito e ele revogará o seu despacho”.<sup>203</sup> Por outro lado, essas afirmações são, ao mesmo tempo, denegações tácitas, pois, se era importante o “empenho” para mostrar ao general a “conveniência de continuar o trabalho”, fica implícito que Aurélio Porto sabia que o valor intrínseco da obra não era suficiente para persuadir o general a mudar seu parecer, sem que houvesse a mobilização de amigos seus, políticos e intelectuais. De um lado, o reconhecimento da importância do trabalho realizado, e, de outro, o pouco apreço recebido do interventor apontam para a dificuldade encontrada pelos intelectuais em operar a conversão de seus trunfos intelectuais legítimos em capital simbólico com peso relativo no espaço das decisões políticas. Assim, a solução era acionar o recurso das relações pessoais.

Esses embaraços deixam entrever as estruturas objetivas que ocultam. As mesmas disposições sociais que permitem que Aurélio Porto admita “me sacrificar pelas cousas do Rio Grande” e justificam a luta do escritor para “dar aos historiadores futuros elementos com que possam fazer a história verdadeira e destruir os falsos preconceitos de que ela está cheia”, essas mesmas disposições vedam-lhe o “direito” de “sacrificar a família”.<sup>204</sup> As justificativas enunciadas por Aurélio Porto ocultam ou obliteram a natureza e os interesses econômicos do trabalho intelectual. Segundo Bourdieu, tanto mais eficiente é o capital simbólico quanto mais ele dissimula ou recalca os interesses econômicos envolvidos (BOURDIEU, 2008). Porém, os constrangimentos da vida real podem colocar em evidência as ambiguidades e limitações do discurso do *interesse desinteressado*. Aurélio Porto via-se compelido a admitir:

**O meio aqui e, para mim, as condições de vida com que ficarei, sem as vantagens dessa comissão, fazem a gente perder o estímulo.**  
Eu terei de cuidar de outra vida, pois também, como todo mundo

---

<sup>203</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Esteio, 3 de fevereiro de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>204</sup> Aurélio Porto, Idem.

tenho o direito de viver. Estou resolvido a relegar a história para o segundo plano (grifos meus).<sup>205</sup>

As preocupações e incertezas (econômicas) de Aurélio Porto se arrastaram por todo o ano de 1935. Nesse mesmo ano, o historiador foi contemplado com um prêmio em dinheiro.<sup>206</sup> Ao amigo Docca, solicitou a ajuda a esse respeito: “Escrevi ao Rego [Monteiro]<sup>207</sup> autorizando a receber o cobre, que vem magnificamente. Mas, até agora creio que não pagaram. Vê se das um empurrão nisso”.<sup>208</sup>

Quanto à continuação de seu trabalho (relativamente ao terceiro volume da série), dizia em carta de outubro de 1935: “Nada ainda sei da minha vida”. O contexto político instável era um entrave a mais na solução do conflito: “Depois a atmosfera política está carregada, e isso prejudica a solução do negócio. Mas, ficará aqui o Darcy. Talvez seja mais fácil”.<sup>209</sup> Os integrantes da Frente Única Gaúcha (FUG), composta pelos partidos de oposição – PRR e PL – acusavam Flores da Cunha, a essa época governador, de conduzir “a campanha para as eleições [para Assembleia Estadual Constituinte em outubro de 1934] sob um clima de terror, com coerções, prisões, banimentos e transferências de funcionários públicos adeptos da FUG, além da censura aos jornais de oposição”.<sup>210</sup> Mas em fins de 1935, a FUG apresentou a Flores a proposta da instalação de um governo de gabinete misto – o *Modus Vivendi* gaúcho – que foi aceita pelo general. O efêmero governo de gabinete foi instituído em janeiro de 1936, tendo sido nomeado Darcy Azambuja (PRL) como presidente do secretariado do estado, Raul Pilla (PL) como secretário da Agricultura, e Lindolfo Collor (PRR) como secretário das Finanças. A nomeação de Azambuja, confrade do IHGRGS, representou uma pequena esperança de bom termo na solução pleiteada: “Talvez seja mais fácil”, arrazoou Porto.<sup>211</sup>

Apesar das dificuldades, Aurélio Porto ultimou o trabalho de anotações do *Processo dos Farrapos*, tendo publicado o terceiro volume, pelo Arquivo Nacional em

<sup>205</sup> Aurélio Porto, Idem.

<sup>206</sup> Aurélio Porto ganhou o prêmio do concurso promovido pelo Comitê Centenário Farroupilha, do Rio de Janeiro, com o livro de poesias *Farrapíada*. O valor da premiação era 2:000\$000, que foram divididos entre Aurélio Porto e Homero Prates.

<sup>207</sup> Jonatas da Costa do Rego Monteiro.

<sup>208</sup> Em fevereiro de 1936, Aurélio Porto informa Souza Docca que ainda não havia recebido o valor do prêmio.

<sup>209</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Porto Alegre, 21 de novembro de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>210</sup> Pelo acordo que instituiu o *Modus Vivendi*, Flores aceitou a recontração de funcionários públicos removidos por motivos políticos (ABREU, 2001).

<sup>211</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Porto Alegre, 21 de novembro de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

1935. O trabalho ainda ganharia um quarto volume, com documentos do Itamaraty com a correspondência dos encarregados de Negócios em Montevideo, acompanhado de anotações suas, que foi publicado em 1937, em conjunto entre o Arquivo Nacional e o Ministério das Relações Exteriores. No início do ano de 1936, Aurélio Porto recebeu a notícia, vinda do Arquivo Nacional, de que Ministro do Exterior<sup>212</sup> “mandou fornecer papel para o 4º Volume dos Documentos”, do qual ele, Aurélio Porto, seria revisor. “Insulado” em Esteio, onde mandou fazer uma “casinha de madeira”, “paga em prestações”,<sup>213</sup> fazia mais estas anotações, bem como organizava uma nova publicação, *Terra Farroupilha*, “não obstante a obrigação de ir à repartição para ganhar um salário miserável”, dizia: “uma vez por semana vou a Porto Alegre”.<sup>214</sup> Sobre o quarto volume de *O Processo*, vislumbrava:

sai mais esse volume e é possível que eu tenha de ir ai [ao Rio] a fim de ultimá-lo. Estou organizando a obra *Terra Farroupilha* e só poderei ir depois de ela pronta. Talvez em princípios do inverno, que desejaria não passar aqui.<sup>215</sup>

Quanto ao trabalho no quarto volume, apesar da colaboração de amigos como Souza Docca para que lhe fossem facultadas pelo lado do governo federal as mesmas vantagens anteriores, Aurélio Porto não obteve o auxílio esperado da parte que caberia ao governo estadual. Assim resumiu sua situação:

Vejo pela tua carta que está encaminhado o negócio das Publicações do Itamarati, mas, infelizmente, se não tiver aí vantagens reais não poderei aceitar o encargo. O ministro das Relações Exteriores se dirigiu ao Governador pedindo me pusesse à disposição do Ministério com as vantagens que eu tivera anteriormente e o despacho do Flores, que li, me manda pôr à disposição desse ministério, mas sem vantagens de espécie alguma, inclusive os vencimentos do cargo que exerço. Ora, eu não posso ir para o Rio dessa forma, como sabes. Não sei o motivo desse ato do Governador. Parece que decaí da sua simpatia. Como não lê o que se escreve, pensa talvez que nada faço aí senão passear. É um índice dos tempos. Talvez outros que nada produzam tenham vantagens melhores.<sup>216</sup>

<sup>212</sup> Dr. Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores.

<sup>213</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Esteio, 2 de janeiro de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>214</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Esteio, 2 de janeiro de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>215</sup> Aurélio Porto, *idem*.

<sup>216</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Esteio, 2 de fevereiro de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS. Em dezembro de 1936, Porto retornou ao Rio de Janeiro, a fim de trabalhar na publicação dos *Anais do Itamarati* (1937).

As queixas e, no dizer do próprio Aurélio Porto, as “lamúrias” feitas ao amigo e confrade Souza Docca permitem entrever as disposições compartilhadas pelos intelectuais da época, que mostram a solidariedade entre eles por um sentimento de incompreensão, não reconhecimento do seu valor e sacrifício pessoal, assim expresso, mais ou menos, por Aurélio Porto: “infelizmente eles [os governantes] não reconhecem o esforço da gente e quem trabalha é castigado. Mas, não me queixo a ninguém senão a ti. Eles não compreenderão o que tu sabes compreender”. E ainda: “[os governantes] não tem noção do esforço e dos sacrifícios que a gente faz”.<sup>217</sup>

Por outro lado, estas mesmas disposições indicam o reconhecimento implícito do seu lugar no espaço social como resultado da interiorização das estruturas sociais, levando o historiador a resignar-se: “nós é que somos uns tolos. É preciso ter coragem para não desanimar e seguir para frente. Mas, seguirei, custe o que custar”.<sup>218</sup>

Aurélio Porto, em tirada anedótica, em carta de 1935, conta a seguinte história para acentuar a desventura pessoal do historiador em relação aos ganhos econômicos: “Um senhor daqui acaba de fazer a revolução de 35 em figurinhas para serem distribuídas em balas. Irá fazer uma fortuna”. E, com ironia, lamenta:

Ah! Se eu tivesse essa ideia! Não teria naturalmente perdido o meu tempo, embranquecendo os meus cabelos a cavar pelos arquivos tanta cousa, que hoje não me serve para nada. A solução era fácil, bastava um pouco de açúcar, transformado em balas, um horrível Bento Gonçalves a cavalo, de espada e lança e isso era tudo...<sup>219</sup>

### **2.3.1.1. A *Enciclopédia Rio-Grandense* e a volta ao Rio de Janeiro**

Uma das alternativas para os intelectuais da época, para aumento das receitas financeiras pessoais, era o trabalho de redação em jornais. Embora isso não fosse totalmente do agrado de Aurélio Porto, ele acedia ao expediente: “infelizmente, de momento, só posso trabalhar na imprensa. A imprensa é exaustiva, mata todas as energias, atira a gente aonde a gente não quer ir. Mas não tenho outro remédio”.<sup>220</sup> As adversidades da profissão e do trabalho intelectual o levavam a ver em si mesmo traços de um D. Quixote, porém atilado:

---

<sup>217</sup> Idem.

<sup>218</sup> Idem.

<sup>219</sup> Carta de Aurélio a Souza Docca, Esteio, 3 de fevereiro de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>220</sup> Idem.

com coragem, sempre lutando, empaveso (*sic*) o velho penacho gaúcho e sigo, esgrimindo a minha lança contra a eterna displicência dos que infelizmente não tiveram tempo de aprender a ler. Eterno D. Quixote, não me rebelo quando compreendo que os castelos inimigos não eram mais do que simples moinhos de vento...<sup>221</sup>

A maneira que Aurélio Porto encontrava para fugir ao aperto financeiro da vida de “burocrata de ínfima escala”, era procurar, segundo ele, “para não morrer de fome, explorar o tesouro magnífico que andei acumulando nas minhas pesquisas”.<sup>222</sup> Em 1936, Aurélio Porto decidiu publicar, além do *Terra Farroupilha* (obra de certa envergadura), um *Dicionário Enciclopédico Sul-Rio-Grandense*, que seria, segundo projetava, “um grande repositório de tudo quanto existe no Rio Grande, sob quaisquer aspectos”.<sup>223</sup> Tratava-se de um trabalho ambicioso, que contaria, inicialmente, com a publicação mensal de 2.000 fascículos de 50 páginas. Secundado por Armando Lima, um companheiro de “grande tino comercial”, que estava percorrendo o estado, “a fim de conseguir assinaturas para esse trabalho”, Porto estimava: “Se não falharem os nossos cálculos, o lançamento material do trabalho está garantido, dando para mantê-lo”.<sup>224</sup>

Porto convidou Souza Docca para a função de “Redator Principal” do *Dicionário*, pois, conforme ele, isto viria a “prestigiá grandemente a nossa ação, e ao mesmo tempo corresponder ao auxílio eficaz que conta prestarás a esse trabalho”. Os assuntos seriam divididos em grandes especialidades, e para cada uma delas seria convidado um “especialista” no assunto. Por exemplo: “vocabulário regional: Contreiras Rodrigues; história eclesiástica, Cônego Balem; jesuítas, P. Jaeger; geologia e mineralogia, Tupi Caldas; geografia médica do RGS, prof. dr. Ney Cabral, e outros”.<sup>225</sup> Porto já tinha em conta “12 especialistas” escolhidos, entre os quais encontrara “entusiasmo”.

Em maio de 1936, Porto informou a Docca que fez a entrega dos originais do primeiro fascículo à tipografia, lamentando que, naquele número, fosse escassa a colaboração do amigo, bem como a de outros colaboradores.<sup>226</sup> Sobre o esforço despendido para a realização da tarefa, assinalou: “o 1º fascículo representa um esforço

---

<sup>221</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 6 de abril de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 23 de maio de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

titânico. Fi-lo quase só. Lá um ou outro me enviou pouca cousa, e eu tive necessidade de me desdobrar como verás”.<sup>227</sup>

Premido pelas condições de vida, Aurélio Porto, naquele ano, afastou-se temporariamente do Museu Júlio de Castilhos, para trabalhar na Prefeitura de São Leopoldo, como Secretário Municipal. Segundo ele, “um enorme sacrifício”, que era compensado pela remuneração de “um conto e quinhentos” mil réis:

Depois da última vez que te escrevi, muitas modificações sofreu a minha vida. Em primeiro lugar, instado pelo Theodomiro<sup>228</sup> para aceitar o cargo de secretário do Município de São Leopoldo, aceitei e, todos os dias vou para lá às 8 da manhã e volto às 6 da tarde. Só tenho a noite e os domingos para trabalhar. Faço um sacrifício enorme, mas em compensação tenho lá um conto e quinhentos que me põe a coberto de qualquer necessidade. A vida tem que ser assim. É muito trabalho, mas posso, sem olhar o dia de amanhã, perder tempo nestas cousas que não dão resultado algum. Deixei o Museu do Estado, tendo sido posto à disposição da Prefeitura de São Leopoldo. Deverei breve residir ali, pois perco muito tempo em minhas idas e vindas.<sup>229</sup>

Mesmo trabalhando em São Leopoldo, o historiador não deixou de dedicar-se ao *Dicionário*. Então, segundo ele, “o trabalho tem tido grande aceitação e, posso-te assegurar que será garantida a sua manutenção pelo número sempre crescente de assinaturas que se vai conseguindo”. No entanto, lamentava a falta de tempo, pois:

Para ganhar a vida tenho de ir diariamente a São Leopoldo e ali passar o dia. Volto à tarde, e é quando me entrego ao trabalho, que é bastante árduo, até altas horas da noite. Mas isto será até o fim do ano, porque melhoradas as condições do funcionalismo público, aqui, voltarei de novo ao Museu.<sup>230</sup>

O historiador expressava suas saudades do Rio de Janeiro, ao cumprimentar o amigo destinatário de tantas correspondências, nas seguintes palavras: “faço votos para que nessa maravilhosa Copacabana a vida te decorra feliz e boa. Como te invejo! E como sinto saudades dessa terra admirável, que jamais esquecerei”. Bem como exprimia o seu desejo de retornar àquela metrópole: “Oxalá possa ainda voltar e, ouvindo o mar,

<sup>227</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 27 de junho de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>228</sup> Theodomiro Porto da Fonseca, primo de Aurélio Porto e prefeito de São Leopoldo.

<sup>229</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 23 de maio de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>230</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 22 de julho de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

como dantes, sentir ainda as últimas vibrações de uma vida que decorre na mais feroz das lutas capazes de consumir a existência mais forte”.<sup>231</sup>

Após alguns meses de intervalo epistolar (julho a setembro de 1936), Porto remete nova carta a Souza Docca, escusando-se pelo período de silêncio, descrevendo seus muitos trabalhos na Secretaria de São Leopoldo e com o *Dicionário*, e, por fim, reitera o pedido de ajuda ao “maior dos nossos homens da História” para levar a termo o projeto iniciado:

se visses o meu trabalho, a minha falta de tempo para tudo, as minhas três horas perdidas para ir e vir de São Leopoldo, o trabalho que lá tenho, e as noites dedicadas a escrever e coordenar o *Dicionário*, naturalmente me perdoarias essa falta. Quando iniciei este trabalho do *Dicionário* não imaginei de ser um dia secretário de uma Prefeitura, e que esse encargo desse tanto trabalho, e me roubasse tanto tempo. Mas depois de lançado o *Dicionário* não poderia mais recuar, embora seja isto o maior sacrifício da minha vida. Mas hei de levá-lo avante, custe o que custar. Realmente, tens razão, sem tempo para realizar uma obra a que só deveria me dedicar fui meio precipitado, mas que queres, o tempo passa e não durarei muito, sendo justo que, ao menos, em forma de pequenas indicações, possa registrar para o nosso Rio Grande os dados, principalmente genealógicos, que colhi em largos anos de pesquisas. E aí está a razão principal do meu afobamento. Agora é preciso que vocês todos me ajudem, principalmente tu, que és o maior dos nossos homens da História.<sup>232</sup>

Em outubro de 1936, Porto registrava a instabilidade política que se fazia sentir: “Os horizontes aqui andam escuros. E essa escuridão está se refletindo até em mim, que nada mais desejo senão trabalhar”. Queixava-se mais uma vez: “Tive ordem de voltar ao Museu e deixar São Leopoldo. Isso, porém, seria, voltar à miséria, e não sei se o farei. Mas, como sabes, coragem não me falta para a luta contra a adversidade”.<sup>233</sup> Aurélio Porto tinha razões para acreditar que não estava entre aqueles que contavam com a simpatia de Flores da Cunha.<sup>234</sup>

<sup>231</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 27 de junho de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>232</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 13 de setembro de 36. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>233</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 4 de outubro de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>234</sup> Para concluir isto, basta lembrar as palavras do próprio Aurélio Porto sobre Flores da Cunha: “Parece que decaí na sua simpatia” (3/02/1936). Há indicações para uma correlação, ainda que não linear, entre as vicissitudes do funcionário público Aurélio Porto e as tensões e disputas entre o governo estadual e central, durante a década de 1930. Após um breve momento de alinhamento entre Vargas e Flores da Cunha, este se empenhou pela união dos dissidentes da FUG em uma nova agremiação partidária liderada por ele próprio, no final de 1932. Imediatamente antes das eleições de 1933 para os representantes estaduais à Constituinte Nacional, Flores procedeu à perseguição e remoção dos funcionários públicos

Entretanto, no mês seguinte, a vida de Aurélio Porto dá uma nova guinada. Com a ajuda de Souza Docca, Porto recebe o convite e as “vantagens” para voltar ao Rio de Janeiro, a fim de lá trabalhar como redator dos Anais do Ministério das Relações Exteriores:

Recebi ontem tua carta, outra do dr. Bezerra e dois telegramas do Alencastro Guimaraes. Estes últimos vieram truncados, de forma a dar a entender que a comissão do Itamarati seria somente por mês e meio. Mas, melhor elucidado pelas cartas, telegrafei ao Alencastro pondo-me à disposição do Ministério e pretendo seguir no primeiro vapor de dezembro, porque o tempo seria escasso para estar aí até o dia 15 do corrente. Aceitei o teu alvitre e mandei pedir uma ajuda de custo, com o que melhor atenderei a despesas de instalação.

Por enquanto a família não poderá ir, mas no princípio do inverno irá passar alguns meses ou mais tempo, conforme a situação determinar. Estou cansado disto e com vontade de ir para longe. Daí mesmo, como não poderei, por motivo de compromisso moral, deixar o Dicionário mandarei os originais para aqui até terminar o 1º volume.<sup>235</sup>

Assim, ao invés de cumprir a ordem de voltar ao Museu do Estado, Aurélio Porto preferiu sair da repartição, e seguir para o Rio de Janeiro, inicialmente sozinho, depois a família o acompanharia. Desta vez, sua mudança coincidiu com o rompimento do *Modus Vivendi* rio-grandense. O PRR e o PL, que desde 1932 haviam se colocado em oposição a Vargas, agora giravam em torno das decisões do governo central, opondo-se a Flores da Cunha. E Vargas, por sua vez, incentivava as dissidências dentro da política gaúcha, atraindo para sua órbita de influência seus antigos opositores do PRR e PL e, inclusive, do próprio PRL, com vistas ao enfraquecimento político de Flores da Cunha.

Com o retorno de Aurélio Porto, cessam novamente as cartas entre os dois historiadores. Antes do reencontro com Docca, porém, antecipava as palestras entre ambos: “tenho muita coisa para te contar, o que por carta não se pode dizer. E estou ansioso para que chegue esse momento”. E agradecia a ajuda recebida: “Ainda uma vez te agradeço de coração o empenho que tens feito pela minha volta”.<sup>236</sup> A publicação do *Dicionário* ficou interrompida, e somente apareceram três fascículos – julho, agosto e

---

que não votavam em seu partido. Coincidiu com este período a primeira ida de Aurélio Porto para a Capital Federal.

<sup>235</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 4 de novembro de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>236</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 4 de novembro de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

setembro de 1936. Quando faleceu em 1944, Porto era diretor dos *Anais do Ministério das Relações Exteriores* (LAYTANO, 1979, p. 75).

Todo este episódio expressa o grau de aprofundamento da dependência das relações entre intelectuais e políticos no Rio Grande do Sul, da primeira metade do século XX, e as limitações da esfera intelectual em relação ao espaço político, intensificadas pelas instabilidades conjunturais. Porém, revela, também, como os intelectuais agiam para contornar aquelas limitações, através do acionamento de redes de solidariedades intelectuais e políticas. Finalmente, esta ocorrência põe em relevo as contradições entre o discurso *desinteressado* dos intelectuais, e os constrangimentos econômicos que envolviam a atividade intelectual, pois “para não morrer de fome” o intelectual utilizava o “tesouro acumulado” de suas pesquisas.

### **2.3.2. Eduardo Duarte – as vicissitudes do intelectual e funcionário público de “prestígio”**

Eduardo Duarte, talvez, represente com exatidão a ambiguidade entre os privilégios e as vicissitudes de ser intelectual no Rio Grande do Sul. Ingressou no funcionalismo público estadual em 12 de maio de 1899.<sup>237</sup> Foi responsável pela seção de História do Arquivo Público do Estado. Nesta condição, quando Florêncio de Abreu era diretor do Arquivo Público, Eduardo Duarte criou, em 1921, a *Revista do Arquivo Público*, encerrada em 1925, com 18 números. Quando Florêncio de Abreu deixou a direção do Arquivo Público, em 1924, Duarte empenhou-se para que a 2ª Secção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, da qual era diretor, fosse incorporada ao Museu Júlio de Castilhos, cujo diretor era o escritor Alcides Maia. Essa estratégia fez com que o Museu Júlio de Castilhos fosse atraído para a órbita do IHRGRS e da produção histórica, e tornou-se, então, o quartel general do Instituto. Até então, o Museu privilegiava a chamada História Natural, a partir daí progressivamente a História Nacional e Local ganharam maior destaque, demonstrando a expansão do interesse historiográfico pela ação de agentes conscienciosos (NEDEL, 1999). Desde 1924, depois da morte do Padre Hafkemeyer, Duarte assumiu a direção da redação da *Revista do Instituto Histórico* e, a partir de 1927, cumulativamente, também editava a *Revista*

---

<sup>237</sup> Eduardo Duarte formou-se em medicina, em 1921, pela Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre.

do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. O Instituto Histórico, sediado “provisoriamente”, até setembro de 1943, no Museu do Estado, fez dele a sua casa, especialmente por causa da presença de Eduardo Duarte, que aglutinava em torno de si boa parte da intelectualidade local, estimulava novos historiadores e atraía a vida do Instituto para o seu entorno. No Museu, ocupava o posto de diretor do Departamento de História Nacional, mas, na prática, era Duarte que, desdobrando-se em muitos, tocava não só o Museu, mas também o Instituto e sua revista.

Secretário do Instituto, desde a sua fundação em 1920, foi aclamado *Secretário Perpétuo*, por proposta do Desembargador Florêncio de Abreu, em ocasião da sessão solene em homenagem aos seus 35 anos de trabalho como funcionário público do estado, que contou com a presença dos representantes do Interventor Federal no Estado, do Prefeito Municipal e do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre.

Duarte, numa de suas reminiscências, quando já estava afastado do Museu e aposentado, mas ativo ainda na diretoria do Instituto Histórico, faz um relato durante uma reunião desta instituição, no ano de 1948, sobre a sua atuação junto ao Museu. Essa exposição de Duarte, apesar de longa, exemplifica, ao mesmo tempo, a proximidade e a distância entre o Estado e os agentes que, como ele, estavam vinculados ao funcionalismo público e lutavam pela preservação e produção da cultura no Rio Grande do Sul:

quando na direção dessa repartição [no Museu Júlio de Castilhos], recebi, certo dia, a visita de um cidadão residente na localidade denominada Alemoa, proximidades da cidade de Santa Maria, o qual disse-me possuir um fóssil retirado da conhecida jazida ali existente. Interessei-me de pronto pelo assunto, tanto mais que dito cidadão me apresentou uma fotografia da peça em apreço. Convencionado o quantum pretendido – a irrisória quantia de um conto e oitocentos mil réis, fiz um expediente ao então governador Flores da Cunha, e solicitei a nomeação de uma comissão de técnicos para examinar o fóssil. Dias depois, teve esse expediente o seu despacho e em vez da comissão técnica, o governador despachara simplesmente: Pague-se. Providenciei na vinda do fóssil e, recebendo-o na repartição, verifiquei tratar-se, de fato, de magnífico exemplar de um sáurio, levantado com o precioso cuidado, sobre um tabuleiro de gesso, como deve ser feito nesse gênero de trabalho. Durante vários dias trabalhamos no preparo da peça, ficando constatado tratar-se de um exemplar de grande animal do período triássico, ao qual faltavam apenas três ou quatro vértebras da parte final da cauda. Convidados diversos professores de História Natural dos nossos institutos de ensino, ficou constatado tratar-se de um rincosaurio (*sic*), espécie de animal desaparecido há vários milhares de anos. Essa classificação foi confirmada mais tarde por sábios europeus, entre os quais, von Huene, a quem enviei fotografias e desenhos em detalhe da referida peça.

Nessa ocasião, renovei expediente ao governo solicitando providencias no sentido de resguardar aquela e outras jazidas aqui existentes, e que estavam sendo exploradas por pessoas vindas do estrangeiro. O próprio von Huene, que citei, menciona num de seus livros a jazida da Alemoa, que ele visitou e levou várias peças. O Museu do Estado conta ainda em suas coleções um elevado número de fósseis, partes do esqueleto de animais hoje extintos, alguns vindos de São Gabriel, inclusive uma tíbia de grande animal, talvez um megatério; essa peça foi quebrada ao meio, brutalmente, para caber no caixão em que veio acondicionada.<sup>238</sup>

O despacho do governador<sup>239</sup> – “*pague-se*” – mostra, contraditoriamente, a confiança no prestigiado historiador e funcionário do Museu do Estado, e certa indiferença quanto à forma e ao rigor da produção do trabalho científico-intelectual. Por um lado, atende à petição, mas, por outro, ignora a necessidade de avaliação técnica – uma forma enviesada de negar o seu valor.

No contexto das comemorações do “centenário farroupilha”, o vigário Luiz Gonzaga de Carvalho, da Vila de Piratini, teria recebido a promessa do Gen. Flores da Cunha de que o governo do estado colaboraria com as obras de construção da igreja matriz daquela vila, para que nela se celebrasse o “centenário”. No entanto, no final de outubro de 1934, a promessa do, então, Interventor, não havia sido cumprida. O vigário resolveu, assim, apelar ao auxílio de Eduardo Duarte. Em missiva, o padre de Piratini questiona Duarte “se sabe algo a respeito”. Em seguida, pede que o secretário do Instituto Histórico – que àquela altura estava dedicado à organização das comemorações farroupilhas – faça uma intervenção, junto ao governo, em favor da causa em questão: “Se nada de positivo sabe, ousou, respeitosamente, pedir-lhe encontrar-se com o Interventor lembrando-lhe o memorial da Comissão das Obras da Matriz de Piratini e defendendo-o pois, bem justas e graves são seus considerandos”.<sup>240</sup> Apesar de ser apenas um funcionário público, Eduardo Duarte era visto por aquele padre como alguém que tinha os meios necessários para conseguir a ajuda pleiteada, por destacar-se como organizador do programa das comemorações do centenário, mesmo que para isto fosse necessária uma entrevista com o Interventor.

Antes disso, outro pedido *sui generis* recebido por Eduardo Duarte reforça a ideia do prestígio e reconhecimento que esse funcionário público e intelectual tinha

<sup>238</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 20 de julho de 1948, p. 32.

<sup>239</sup> Flores da Cunha foi Interventor Federal de 28/11/1930 a 15/4/1935, e governador do estado de 15/4/1935 a 19/10/1937.

<sup>240</sup> Carta de Luiz Gonzaga de Carvalho a Eduardo Duarte, Vila de Piratini, 30 de outubro de 1934. Arquivo do IHGRGS, Fundo Eduardo Duarte.

junto às altas autoridades do estado. O Irmão Afonso Cirmão, reitor do Ginásio de N. S. Rosário, escreveu a Duarte falando sobre o

desejo do Exmo. Sr. Administrador eclesiástico da Diocese de Santa Maria, conseguir do benemérito governo do estado [sob Getúlio Vargas], um carro especial para o sacerdote que de Buenos Aires trará em julho próximo [1930], o coração do primeiro apóstolo do nosso Rio Grande [Roque Gonzalez].<sup>241</sup>

O religioso justificava o pedido que em seguida faria ao secretário do Instituto Histórico em nome do “zelo que dispensais com tanto carinho por tudo quanto se relaciona à nossa história”. E seguia o pedido: “tomo a liberdade de *solicitar os vossos bons ofícios junto ao Exmo. Sr. Presidente do Estado* [Getúlio Vargas], para que mais condignamente seja recebido o coração do nosso grande apóstolo” (grifo meu). Solicitações como esta indicam que Duarte era reconhecido como alguém que, embora não tivesse poder para deferir pedidos, tinha acesso aos agentes e espaços de decisão política.

Em um artigo intitulado “Os velhos arquivos do Rio de Janeiro”, publicado no *Correio do Povo* em 26 de outubro de 1933, Eduardo Duarte faz um balanço de seu período de viagem à capital federal “motivado pelas publicações atinentes ao decênio farrapo”, em especial a publicação de *O Processo dos Farrapos*. E assim sintetizava a tarefa realizada por Aurélio Porto:

O sr. Aurélio Porto, dedicado e inteligente funcionário do Museu Júlio de Castilhos, está ultimando o seu primeiro trabalho, que é a documentação do volume que abre a série das “Publicações do Arquivo Nacional”, comemorativa ao centenário, já próximo, do início da grande revolução farroupilha.<sup>242</sup>

E não deixava de exaltar os méritos do companheiro de repartição: “esse trabalho, que li atentamente, torna o aludido funcionário credor de alto mérito para as letras históricas do Rio Grande do Sul”. E assim detalhava a publicação:

Compreende o “processo” três volumes de documentação, dos quais somente o primeiro sairá à luz ainda no corrente mês, constando de cerca de seiscentas páginas. E se tão alentado se apresenta esse volume é porque o sr. Aurélio Porto, com seus conhecimentos especializados da História do Rio Grande, o anotou, enriquecendo com mais de trezentas páginas de ‘notas’ que compreendem história,

<sup>241</sup> Carta de Ir. Afonso Cirmão a Eduardo Duarte, 24 de junho de 1929. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS. Lembre-se que Getúlio Vargas foi presidente do estado do Rio Grande do Sul, de 1928 a 1930.

<sup>242</sup> *Correio do Povo*, 26 de outubro de 1933, p. 3.

geografia, etnografia e genealogia, relacionadas às pessoas e aos assuntos referidos na documentação.<sup>243</sup>

O secretário do Instituto Histórico diz que chegou à convicção de que a “história do Rio Grande do Sul só poderá realmente ser escrita depois de se haver reunido em cópias autênticas, todas as documentações existentes nos arquivos do Rio de Janeiro”, entre os quais lista: “Arquivo Nacional”, a “Biblioteca Nacional”, o “Arquivo da Guerra”, o “Itamaraty”, o “Instituto Histórico”.

O relato de Eduardo Duarte revela um pouco sobre o impulso que a pesquisa histórica do Rio Grande do Sul recebeu na esteira da ascensão dos políticos gaúchos ao centro da cena política nacional. Cita a presença de historiadores sul-rio-grandenses no Rio de Janeiro, além do já referido Aurélio Porto, outros como Souza Docca e Jônatas Rego Monteiro. Também menciona que o ex-diretor da Livraria do Globo, Mansueto Bernardi, “consegue furtar algum tempo dos afazeres do seu cargo de diretor da Casa da Moeda e faz pesquisas nos arquivos locais”.

Duarte ressalta o favorecimento que políticos gaúchos guindados ao primeiro escalão da política nacional, como Osvaldo Aranha, deram à pesquisa histórica, pela via do acesso pessoal:

Cumprir notar que alcancei do sr. Dr. Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, promessa de contribuir com três datilógrafos para o trabalho de cópias a executar nos arquivos, donde serão extraídos, competentemente autenticados, preciosos documentos pesquisados pelo Jonatas Rego Monteiro e pelo sr. Aurélio Porto, que estão fazendo um trabalho de alta valia com as pesquisas sistematicamente realizadas nos principais arquivos daquela capital. À minha partida, esses datilógrafos já haviam sido designados.<sup>244</sup>

Desta forma, pode-se dizer que depois da Revolução de 30, o acesso que Duarte e outros intelectuais do IHGRGS tinham junto aos governantes do estado foi ampliado para os altos escalões do governo federal.

É nesta imbricação delicada e de não fácil percepção entre cultura e política que agentes como Duarte atuaram, dependendo de “pequenas” decisões e favores políticos, que possivelmente levavam em conta o prestígio pessoal dos agentes intelectuais; e o seus avanços e sucessos na atividade pública e cultural baseavam-se, em boa parte, na habilidade desses agentes em estender a ação pública sobre setores culturais num

---

<sup>243</sup> Idem.

<sup>244</sup> Idem.

esforço a “favor” e “contra” o Estado.<sup>245</sup> Conquistavam esses pequenos favores de políticos influentes em benefício da pesquisa histórica e da cultura no estado, que, ao mesmo tempo, eram feitas em nome da camaradagem pessoal e do interesse cultural. Em suma, lutavam pela construção de legitimidade – o reconhecimento por parte do estado – de setores da cultura e da expertise cultural. Aos observadores externos parecia que estavam fazendo um trabalho tão somente seguindo os interesses dos agentes do poder, quando, na verdade, o esforço era para tornar certas atividades em áreas cobertas pelo interesse estatal. Como consequência dessa condição ambígua, o funcionário público-intelectual estava próximo e distante das instâncias de decisão política, tinha prestígio simbólico, mas, pouco peso na esfera política.

### **2.3.2.1. A dependência e vulnerabilidade do intelectual em relação ao espaço político: luta pessoal de Eduardo Duarte pela aposentadoria**

Logo após completar 35 anos de trabalhos ao Estado, Duarte andava às voltas com a comemoração do centenário da Revolução Farroupilha. Entrementes, já planejava a aposentadoria. Por carta, anunciou a Souza Docca o propósito de aposentar-se, mas não antes da *Grande Exposição*: “Estou na expectativa de aposentadoria, ao chegar setembro, que antes não poderei”.<sup>246</sup> Os planos de aposentadoria incluíam a construção de uma casa de verão em Esteio, assim justificada: “É uma imposição para mim e para os pequenos, que são quatro em casa, pois o primogênito ingressou no seminário com uma pronunciada vocação ao sacerdócio”, referindo-se aos netos. Mas, passou o mês de setembro, e Docca soube dessa vez por carta de Aurélio Porto: “O Duarte não dá sinais

---

<sup>245</sup> Para Bourdieu (2006b) o processo de diferenciação do campo científico e, por extensão, de outros campos, se dá “ao mesmo tempo com a ajuda do Estado e contra o Estado e deve constantemente ser defendida com o Estado e contra o Estado” (p. 98). Portanto, a atuação de agentes intelectuais próximos do Estado pode dar a falsa impressão de que esses agentes defendiam os *mesmos* interesses dos agentes do campo de poder, quando na verdade, apesar de serem interesses *homólogos*, eram *distintos*. Muitas vezes, os intelectuais tinham de “transigir”, de “fechar os olhos” para alcançar pequenas vitórias da esfera intelectual.

<sup>246</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto alegre, 6 de maio de 1935. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS. Na verdade, desde 1933, quando retornou do Rio de Janeiro, onde estava auxiliando Aurélio Porto na publicação de *O Processo dos Farrapos*, Duarte mobilizava-se pela aposentadoria. Em carta a Docca, registrou: “Após a volta do Rio, passei a tratar de minha aposentadoria (35 anos em maio) e agora estou apressando-a. O general foi consultado e prometeu dar-me (*sic*) com melhores vantagens das que as que tenho (*sic*) no exercício do cargo atual. É possível mesmo que o assunto se resolva nos primeiros dias do próximo mês; sairei então para a serra, onde passarei dois meses e, à volta, me integrarei de corpo e alma ao Instituto, sem preocupações do ponto nem da panela” (Porto Alegre, 27 de dezembro de 1933).

de aposentadoria, e o Flores não se manifesta”.<sup>247</sup> Passado o ano do centenário, o trabalho não arrefeceu para o secretário do Instituto: “Estou de novo na estacada, e até os olhos de trabalho”. Responsável pela publicação dos *Anais do Primeiro Congresso de História*, realizado em outubro de 1935, pela organização do Segundo Congresso de História em Rio Grande (1937), e pela publicação da Revista, Eduardo Duarte queixava-se ao amigo militar: “Há dias que ando para escrever-te dando notícias do rincão, mas tenho andado com agua pela barba...”.<sup>248</sup> Aurélio Porto, que na mesma época buscava auxílio para terminar o trabalho de anotação do *Processo dos Farrapos*, se identificava com Duarte na condição de funcionário público desvalido. Dizia, desesperançado, ao mesmo destinatário: “Telegrafei ao Getúlio [Vargas] também, pedindo qualquer coisa aqui. Estou disposto a perder todo o meu tempo e pedir demissão”. Tornava-se cético em relação à própria aposentadoria, especialmente, ao ver a situação do confrade Duarte, que “à espera de que caia do céu mais uns magros cem mil reis”, concluía: “não se aposentará tão cedo”.<sup>249</sup> Em novembro de 1937, Duarte fala em carta a Docca em tom de momentâneo desalento sobre a aposentadoria que não dava sinais: “E eu – desço o monte da vida, ainda guindado ao cargo. E já são 38 anos. Arreganharei, morrerei na cancha”.<sup>250</sup> No ano seguinte, o quadro de espera não se alterara: “a aposentadoria não na consegui (*sic*); durante seis anos fui tapeado e agora espero somente o reajustamento de tabelas para entrar, então, em descanso, que já não é sem tempo”.<sup>251</sup>

Aos poucos, Duarte começa a afastar-se da condução direta das atividades do Instituto. Forçosamente, por um problema de saúde,<sup>252</sup> ficou seis meses no interior do estado, durante o ano de 1938. Nesse período, Walter Spalding começou a substituí-lo na secretaria do Instituto: “O Instituto, isto é, a secretaria ficará com o Spalding. Grande substituição, e ele, o Spalding, levará o nosso sodalício mais longe do que eu poderei fazer. Deo gratias”.<sup>253</sup> Assim augurava sobre o jovem e promissor substituto, embora

---

<sup>247</sup> Carta de Aurélio Porto a Souza Docca, Porto Alegre, 21 de novembro 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>248</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 5 de dezembro de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>249</sup> Carta de Aurélio Porto a Docca, Esteio, 2 de fevereiro de 1936. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>250</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 5 de novembro de 1937. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>251</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 6 de janeiro de 1938. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>252</sup> Duarte sofreu por uma colite ulcerosa que só foi diagnosticada em 1938, depois de quatro anos de padecimentos.

<sup>253</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 6 de janeiro de 1938. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

essa expectativa não viesse a se concretizar. A esta altura, para certo alívio de Duarte, seu genro – Abelardo Marques – passou em primeiro lugar no concurso para professor da Escola Superior de Comércio. Exultou com o êxito do esposo de sua única filha, Silvia, pois “um grande e belo exemplo legará aos filhos. Deus seja louvado”. Sem, no entanto, ocultar o contentamento que esta conquista trazia em relação à provisão financeira da família: “Foi um favor de Deus, pois são cinco filhos, quatro homens, todos a desbravarem o caminho da vida e – dinheiro haja”.<sup>254</sup> Sobre sua aposentadoria, buscou o auxílio do amigo e Desembargador Florêncio de Abreu, do qual testemunhou: “Esteve em campo, lança em riste, por mim, velho lutador, que espera melhorar a sua situação”.<sup>255</sup> Nesta época, tinham lhe acenado com o cargo de diretor do Museu, depois da aposentadoria de Alcides Maia. Mesmo assim, mostrava-se pouco crédulo ao contar a possível promoção a Docca: “O nosso querido diretor (como dizia Aporeli) está em caminho de aposentar-se e dizem que eu serei o seu substituto. Acreditas? A justiça dos homens é tão falha! Enfim, veremos”.<sup>256</sup>

Em agosto do mesmo ano, nada havia mudado. Apesar do prestígio intelectual, reafirmado pela recepção da condecoração do Governo Italiano, continuava na “estacada”. Havia a percepção de que a dependência do poder público tornava sua situação vulnerável à vontade dos políticos no poder. Desabafou: “E continuo no mesmo cargo – pois bem compreendi o verdadeiro sentido do final de tua carta. É isso mesmo, entretanto, infelizmente, os homens que tem estado em nossa pública governança ainda não quiseram fazer, no meu caso, um pouco de justiça”. Tudo isso não o fazia desistir, embora às vezes um pouco desacreditado, esperava: “Paciência. No entanto, já lá vão quase quarenta anos no funcionalismo – e justo me parece a aposentadoria do ponto, ao menos”.<sup>257</sup> E, dizia a Souza Docca, numa autoexortação: “Enfim, continuemos esperando”.

A aposentadoria veio em 1939 como vice-diretor do Museu do Estado. Depois de aposentado, Eduardo Duarte, completamente recuperado da moléstia que o fizera afastar-se do trabalho por alguns meses, a título de licença-prêmio, pode, então, dedicar-se ao trabalho médico numa clínica de olhos em Guaporé: “É verdade, como te disse o

---

<sup>254</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 9 de agosto de 1938. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>255</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 28 de junho de 1938. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>256</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 28 de junho de 1938. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>257</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 9 de agosto de 1938. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Guerreiro, estive um tempo em Guaporé, inteiramente integrado na clínica. Fiz umas trinta intervenções em olhos e garganta, tendo sido muito feliz”.<sup>258</sup> E, viu neste trabalho vantagens adicionais: “Fez-me bem essa excursão, tanto para o lado econômico quanto ao moral; reagi. Entretanto, devo voltar aproveitando esta estação e, depois – Esteio”. Em Esteio, onde comprou um terreno em 1935, Duarte realizou o sonho antigo de edificar uma “residência de verão” para a família, que ao final tornou-se a residência “oficial”. Compartilhou esse prazer com “amigo de sempre”, e, ao mesmo tempo, colocava-lhe a nova moradia à disposição:

Estou, finalmente, instalado no Esteio, foi uma via-crucis, que pode bem avaliar quem já construiu um dia. Mas, saiu tudo a nosso inteiro prazer; comodidade, mais do que merecemos, casa para um resto de vida tranquilo, longe do bulício infernal da cidade. Assim, sabes, tens no sul mais um *hogar* que é teu, dos teus.<sup>259</sup>

A prolongada espera de Duarte pela aposentadoria indica alguns importantes aspectos da ambígua posição dos intelectuais dentro do espaço de poder no Rio Grande do Sul. Apesar de estar muito próximo do espaço das tomadas de posição política e de gozar de prestígio, agentes intelectuais, como Eduardo Duarte, tinham muita dificuldade em transformar seus trunfos em capital simbólico com peso na esfera política.

Evidentemente, outros aspectos e variáveis da trajetória dos diferentes agentes (laços familiares, capital social herdado, etc.) devem ser tomados em conta para avaliar sua capacidade de adquirir e empregar diferentes tipos de capitais, e reconvertê-los em atributos e vantagens capazes de acionar agentes e decisões no campo de poder. No entanto, o que se pretendeu aqui foi mostrar a vulnerabilidade e dependência da posição do intelectual que retira o seu sustento da sua ocupação como funcionário público em relação ao espaço de poder, e a sua dificuldade para transformar seu prestígio intelectual em vantagens pessoais, mesmo que, legítimas.

---

<sup>258</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1940. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>259</sup> Idem.

## **Capítulo 3 – Conflitos e redes de solidariedade**

Este capítulo versará sobre as lutas internas da instituição, em que os seus agentes disputavam por poder ou posições intelectuais e, paralelamente, sobre as redes que se formam nessa tensão entre lutas e aproximações. Está dividido em três partes: na primeira seção será enfocada a polêmica em torno da publicação do livro *A História da Grande Revolução*, de Alfredo Varella; a segunda parte analisará o microcosmo das relações institucionais; e a última seção se dedicará ao contexto de revisão historiográfica e de atualização da identidade dos intelectuais rio-grandenses, a partir de meados da década de 1940, para explicar o processo de crise e início do declínio do prestígio institucional como local de produção historiográfica.

### **3.1. Intelectuais em luta: a polêmica *História da Grande Revolução***

Este subitem visa a analisar uma das mais importantes polêmicas que dividiram as opiniões e posições dentro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a fim de revelar os mecanismos de coesão e de afastamentos, os arranjos, as concessões e os constrangimentos intelectuais envolvidos em tal disputa. Sem esquecer o teor ideológico das posições intelectuais assumidas, procurar-se-á destacar que esta luta era, também, por posições “objetivas” (sociais e simbólicas) na esfera intelectual. Como uma luta que, por vezes, assumia uma forma implacável e pessoal, implicava a mobilização do máximo de recursos (sociais e intelectuais) no aniquilamento da opinião divergente. A sugestão aqui é estudar a polêmica como uma estrutura elementar do campo intelectual num estágio de incipiente ou fraca institucionalização, pois ela organiza o campo através de forças de adesão e exclusão, as tomadas de posição, as redes de solidariedade, as fidelidades, e as cisões e interdições.

É certo que os aspectos ideológicos envolvidos nas disputas não são negligenciáveis, e revelam aspectos muito importantes, senão fundamentais, para a compreensão do comportamento político dos intelectuais. Mas, neste subitem, se procurará realizar um esforço no sentido da “objetivação” da ação dos intelectuais procurando ressaltar práticas, mecanismos e estratégias que eram invisíveis aos próprios

agentes e que refletem certos recursos e disposições sociais incorporados e compartilhados pelos agentes. A primeira polêmica enfocada, em torno da Grande Revolução, já foi analisada em estudos anteriores, pelo menos sob dois vieses. Ieda Gutfreind (1998) analisou essa polêmica através da perspectiva ideológica, opondo platinismo e lusitanismo. E Jaisson O. da Silva (2010), analisou esta disputa pela perspectiva hermenêutica, ressaltando a questão do *estilo* historiográfico, especialmente em Alfredo Varella, que contribuiu para a consolidação dos “signos épicos” da historiografia rio-grandense daquele período, como uma operação historiográfica.

As polêmicas e os conflitos entre intelectuais permitem entrever certas regras que mediavam o embate, tal como nos “duelos” da “sociedade de corte”. O concurso entre os litigantes assumia caráter público, mobilizando opiniões a favor e contra um lado e outro, através da imprensa. A abordagem aqui está norteada pela percepção da “polêmica” como parte do conjunto de expressões intelectuais socialmente encenadas, e, em que pese o conteúdo que era propriamente objeto da disputa, ela enfeixava um conjunto de repertórios “cênicos” previsíveis ou esperados, dentro de certos limites (às vezes extrapolados). Em suma, a polêmica era um elemento atinente ao *habitus* intelectual da época. Um jogo de embates em que se articulam posições e discursos, e envolvem as redes de solidariedade intelectuais. Em torno (ou dentro) das polêmicas podiam estar envolvidos atributos de engajamento ideológico, ou mesmo a propensão para a radicalização das opiniões, mas, principalmente, a polêmica fazia parte do jogo social que proporcionava visibilidade e notoriedade dentro do universo acadêmico restrito da época. Como em todo “jogo”, alguns jogadores dominavam melhor estas regras, e as manejavam com mais destreza social, “encenavam” o jogo com naturalidade e, assim, conseguiam tirar o máximo proveito da disputa. Outro aspecto visado é a formação das redes (móveis) de solidariedades (e inimizades) que a disputa enseja.

Um dos maiores conflitos que ocorreu no interior do meio intelectual rio-grandense se passou na década de 1930, às vésperas do centenário farroupilha, e envolveu duas figuras de proa da historiografia gaúcha: de um lado, Alfredo Varella, diplomata e historiador, reconhecido e operoso na produção histórica rio-grandense desde o final do século XIX, membro correspondente do IHGRGS; e, de outro, Souza Docca, historiador e militar, que se destacou no início da década de 1920 com os seus escritos sobre a Guerra do Paraguai. O primeiro, expoente máximo das teses *platinistas*, defensor do *separatismo* dos farrapos e da influência platina na formação rio-grandense. O segundo, *lusitanista* inveterado, aguerrido defensor da ideologia federalista dos

farrapos, ferrenho inimigo das teses “varellianas”, fundador e destacado membro e organizador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Muito embora os dois contendores não residissem no Rio Grande do Sul, e boa parte da disputa tenha se dado através da imprensa do Rio de Janeiro, o que estava em jogo eram as posições intelectuais e simbólicas na esfera intelectual rio-grandense, que se relacionavam com os principais motes da historiografia sulina: platinismo e lusitanismo.<sup>260</sup> Esta polêmica é importante porque sintetiza as lutas entre as duas principais vertentes ideológicas e historiográficas do Rio Grande do Sul, a partir de 1920, e, pelo grau de aprofundamento da divergência, revela os alinhamentos e tomadas de posição da elite intelectual gaúcha.

Em 1933, Alfredo Varella lançou a “obra de tomo e peso” chamada *A História da Grande Revolução*, que o governo do Estado mandou editar, sob os auspícios do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. A dupla oficialização da obra provocou uma renhida reação dos historiadores membros do Instituto que não apenas não esposavam as ideias contidas na obra, mas eram seus inimigos declarados. Tratava-se da interpretação que Alfredo Varella fazia da Revolução Farroupilha realçando o seu caráter “seccionista” ou separatista, que desagradava a maior parte dos membros do IHGRGS. A chancela dupla de *A Grande Revolução* gerou constrangimentos aos historiadores gaúchos empenhados, desde 1920, em negar não apenas o caráter “seccionista” da Revolução Farroupilha, mas todas as teses que ressaltassem a identificação do Rio Grande com o Prata, para, em contraposição, assentar como matriz histórica legítima a tese do “federalismo” dos farrapos – como princípio de unidade – e a preponderância da influência lusitana na formação histórica do Rio Grande do Sul (GUTFREIND, 1998; NEDEL, 1999).

Naquele mesmo ano, Alfredo Varella esteve no Rio Grande do Sul em visita ao interventor federal, general Flores da Cunha, enquanto eclodiam as crises políticas do período, e recebeu deste a oferta de patrocínio para a edição da obra comemorativa ao centenário farrapo. Flores da Cunha havia recém criado um novo partido – Partido Republicano Libertador – constituído por dissidentes do Partido Libertador, do Partido Republicano Rio-Grandense e outros aliados que haviam rompido com a Frente Única Gaúcha (FUG) e apoiado Getúlio Vargas na Revolução Constitucionalista. No plano estadual, o PRL iniciou seus trabalhos sob forte oposição da FUG. No plano nacional, a

---

<sup>260</sup> Ieda Gutfreind (1998) apontou duas matrizes ideológicas principais na historiografia rio-grandense: a matriz platina e a lusitana. Entretanto, esta mesma autora reconheceu a existência de outras clivagens e “divisão interna em nível de IHGRGS” (p. 108), entre elas, por exemplo, “a continuidade dos ressentimentos entre positivistas e católicos no interior do Instituto” (p. 114).

efêmera aliança entre Vargas e Flores logo deu sinais de fraqueza, e vieram à tona os conflitos entre ambos, relacionados a temas como a descentralização do poder e a autonomia dos estados. Segundo Alzira Abreu, “Flores da Cunha instruiu a bancada de seu partido para que defendesse a fórmula federativa, resistindo à centralização e ao aumento das tarifas, destinado a fortalecer a renda nacional às custas dos estados” (ABREU, p. 2551). A publicação da obra de Alfredo Varela apareceu como uma oportunidade de Flores da Cunha demonstrar as suas qualidades de “alto patriotismo” e, ao mesmo tempo, mobilizar ganhos políticos em torno da comemoração daquele que era considerado o maior evento da história gaúcha. Toda a comemoração do centenário recebeu amplo apoio e investimento do governo do estado. Além disso, o conteúdo da obra de Alfredo Varela ia ao encontro da posição de Flores que, então, defendia a “fórmula federativa” como princípio de descentralização.

Os originais da referida obra foram entregues ao presidente do Instituto Histórico, o desembargador Florêncio de Abreu, que, após leitura e revisão, não viu óbice à publicação, e passou a responsabilidade da impressão à Livraria do Globo. Entretanto, os demais membros só tomaram conhecimento do conteúdo propriamente dito de *A História da Grande Revolução* após o trabalho já estar pronto, na rua.

Varela, hospedado no *Grande Hotel Schmidt*, em Porto Alegre, acompanhou pessoalmente, durante quase três meses, todo o processo de edição da obra, indo diariamente às oficinas da Livraria do Globo. Inicialmente, o secretário do Instituto – Dr. Eduardo Duarte – recebeu a notícia da publicação com grande expectativa. Em janeiro daquele ano, anunciou, por carta, ao amigo Souza Docca: “A publicação do Varela está autorizada (ou aprovada) pelo interventor”. E augurava: “Espero que seja um furo que o Instituto vai dar”.<sup>261</sup> Em abril, a expectativa ainda era grande, e bastante positiva: “O General Flores autorizou, como te disse, o financiamento da obra, no que teve um gesto de alto patriotismo. E o Instituto levou um tento”. Informava ao confrade e amigo Souza Docca que, então, “a obra do dr. Varela [...] está com o quinto volume da composição, o que quer dizer que os quatro primeiros estão prontos, impressos, faltando a página de errata, que estou ultimando”. Eduardo Duarte, a esta altura, expressava muita admiração pelo trabalho e pelo esforço pessoal de Alfredo Varela: “É

---

<sup>261</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 9 de janeiro de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

um trabalho formidável, como tudo o que sai das mãos daquele homenzinho”.<sup>262</sup> Em maio, Duarte prestava mais esclarecimentos a Souza Docca, agora, sobre a conclusão da publicação. Dizia: “A obra de Varela, (este segue para aí [Rio de Janeiro]) já está entregue ao Instituto”. O trabalho fora finalizado em “seis volumes, 3194 páginas de texto”. O secretário do Instituto mandou ofício ao interventor solicitando permissão para “oferecer uma coleção a cada um dos sócios efetivos do Instituto; e aos correspondentes com 50% de abatimento”. Justificava-se: “É que a impressão saiu salgada: 72:391\$800!”. Ao ver o livro pronto, Eduardo Duarte, que conhecia de perto o difícil trabalho de edição, atestou: “É de fato, um homem que parece não conhecer o cansaço. O trabalho que teve nestes últimos três meses foi extenuante, apesar de fortemente auxiliado”. E pôde folgar com o resultado: “Quando vi tudo pronto, respirei a pleno pulmões. *Deo Gratias!*”.<sup>263</sup>

Até então, a visão simpática de Eduardo Duarte sobre Varela não havia esmaecido, e ele chegou a aconselhar Souza Docca a estreitar relações com o velho historiador: “Varela é um tipo gentil e te aprecia. Por que não te aproximas desse belo espírito? Faze-o, meu bom amigo, pois são momentos agradáveis que se passa em tão bela companhia”. Revelou a Docca: “Por mais de uma vez estiveste em foco em nossas palestras com Varela”. Mas repetiu, sempre diligente, ao amigo o juízo restritivo emitido por Varela sobre o historiador-coronel: “Esse moço tem muito talento e amor à pesquisa...”, dissera o velho historiador platinista, porém acrescentara: “mas, muito tem errado... fácil seria vencê-lo; não quero, entretanto, pois eu também errei muito. Há de reconhecer seus erros, um dia, e emendar-se-á”.<sup>264</sup>

Naquele ano, Eduardo Duarte foi para o Rio de Janeiro, com as diárias pessoais pagas pelo governo do Estado, com o fito de controlar as publicações de *O Processo dos Farrapos*, obra realizada e anotada por Aurélio Porto, feita a expensas do Arquivo Nacional. Tal motivo oportunizou que Duarte e D. Mimosa, sua esposa, ficassem na Capital Federal, de agosto a outubro. Portanto, neste período cessam as correspondências fiéis entre os confrades Duarte e Docca, pois puderam trocar pessoalmente impressões sobre a obra de Varela. Já em outubro, num tom bem distinto das impressões que Duarte alimentara sobre Varela, começou a polêmica, através das

---

<sup>262</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 19 de abril de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>263</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 24 de maio de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>264</sup> Idem.

páginas do *Jornal do Comércio* (Rio). Em 12 de outubro de 1933, Souza Docca fez o primeiro ataque a Varella, classificando a obra *A Grande Revolução* de cheia de “inexatidões”, “divagações”, “embaraçadoras de uma boa leitura”, “máculas, em suma, que fazem dos seis tomos um intrincado cipoal”. O que seguiu foi o fogo cerrado de 18 artigos<sup>265</sup> enviados por Alfredo Varella desde Lisboa, e publicados pelo mesmo jornal, em defesa de suas teses, e, ao mesmo tempo, de ataque ao tenente-coronel Souza Docca.

Antes disso, houve troca de correspondências entre os antagonistas. Em uma delas, Varella evoca princípios da justa cavalheiresca. Dizia Varella, chamando o adversário para a luta: “A grei a que pertencemos, cujas melhores tradições fixei com escrupuloso amor à verdade, observou em todo tempo fidalgas regras, nos choques pessoais. *Cavalleria rusticana*, mas lídima, pura cavalaria, invariavelmente”. Com alusão direta aos antigos duelos afirmava: “O gaúcho de boa lei, ao arrancar da cintura o instrumento de morte, para agredir, achava indigno de si valer-se da arma, contra um ser inerme. Antes de ajustar a mira, bradava, generoso, ao adversário: ‘Tire a sua pistola’”. Justificava essa reminiscência para advertir o tenente-coronel: “V. Exa. me sai a caminho quando me faltam agora todos os meios de defesa ou ataque”, alegando, assim, que estava em desvantagem para o embate, já que “dispõe-me o meu contendor de todas as minhas obras, para espiolhar o que lhe convenha, a fim de que logre melhor êxito a sua empreitada”. Por seu turno, dizia: “ao passo que me não posso aproveitar de nenhuma das suas já numerosas produções”. Por fim, “na esperança de que se queira medir comigo em boa liça”, solicitava ao oponente: “me mande, sem demora, os seus vários trabalhos; que infelizmente não se acham no mercado, razão por que o importuno”, ao passo que, também, se comprometia em arcar com todos os custos da remessa.<sup>266</sup> Travada a pugna por carta, veio o contra-ataque público. De 29 de outubro de 1933 a 20 de maio de 1934, em 18 artigos, Varella empregou sua verve áspera e erudita para desafiar o tenente-coronel a apontar as falhas no seu trabalho: “Justifique, na arena, que não é um embusteiro farfalhoso, enumerando, repito, as minhas ‘inexatidões’ e ‘divagações’. O mais é chover no molhado ou escapar-se do rinhedeiro (*sic*), como galo maltrido (*sic*) e cacarejador”.<sup>267</sup> Todas essas alusões de Varella deixam entrever a visão de que estava em jogo a “honra” ou a “dignidade” do contendor,

<sup>265</sup> Os 18 artigos de Alfredo Varella, publicados no *Jornal do Comércio*, consultados para esta pesquisa estão no Fundo Souza Docca do Arquivo do IHGRGS.

<sup>266</sup> Carta de Alfredo Varella a Souza Docca. 5 de outubro de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>267</sup> *Jornal do Comércio*, 31 de dezembro de 1933.

portanto a disputa seria indissociável do plano pessoal. Em parte, isto justifica a virulência dos seus ataques a Docca. Enquanto para Docca os termos da disputa seriam mais por uma certa identidade “profissional” do historiador. Uma diferença geracional importante, pois Varella teve a sua formação e estreia intelectual ainda no século XIX.

No quinto artigo (e um dos mais longos), de 18 de fevereiro de 1934, Varella expôs o seu método de pesquisa histórica, para contrastá-lo com o de Souza Docca, que, segundo ele, abordou o “mais complicado tema” dos domínios da historiografia sulina “com a superficialidade ou leviandade de um escolar novato nos Liceus”. Ele, ao revés, procedeu “conforme a lição dos veteranos”.

Segundo Varella, ele observou os seguintes passos:

- a) fixação da “tradição oral”: percorrendo “de Torres a Uruguaiana, do Rio Pardo a Santa Vitória”, cenário da Revolução Farrapa, e ouvindo “aos mais notados, como aos mais humildes, da grei heroica ainda sobrevivente”, dizia Varella: “excogitei, com uma pia de devoção, o que persistiu de inequívoco, nítido assaz, na memória de uns e outros”.
- b) o trabalho heurístico: consistindo na pesquisa em arquivos públicos e privados, entre os quais o Arquivo Público, a Biblioteca Nacional, “todos os papéis soltos” do Itamarati, as coleções oficiais de Montevideú, Lisboa, Sevilha, Bolonha e os “tombos privados” do Marquês do Lavradio, Condes da Migueira e de Tarouca;
- c) revisão bibliográfica – explicava Varella, “percorri, um a um, todos os [livros] de história que abraçam o campo da evolução austrina”, entre os quais o historiador incluiu os “descritivos de viagens”, e ainda acrescia: “refresquei minhas noções de uma sólida filosofia”.

O trabalho final resultaria na obra em seis volumes, assim divididos:

- 1º) os antecedentes mais amplos, a “etiologia” ou as “origens”, incluindo os “coeficientes morais, intelectivos” que teriam predisposto os habitantes da província sulina a “adotar o programa separatista”;
- 2º) as causas ocasionais que aceleraram a marcha revolucionária;
- 3º) a descrição ampla da Revolução;
- 4º) o papel da “natureza” como “moto que esteve a bipartir o Brasil”;
- 5º) o idealismo dos farrapos;
- 6º) a Revolução inserida no contexto platino

No quinto volume da obra, Varella resume e defende, de forma patente, a ideia do separatismo político dentro do programa dos farroupilhas. Este é o ponto

fundamental de divergência entre Souza Docca e Varella. Para este, a contradita suscitada “em duas escassas, magras, sofisticantes, desalinhavadas colunas do *Jornal do Comércio*” faziam de Souza Docca “um impagabilíssimo desfiador de novelas imperialistas, mais que sedições” (*sic*).<sup>268</sup>

A abordagem da “metodologia” de pesquisa indica que estava em jogo não apenas o embate ideológico do lusitanismo e do platinismo, mas também os elementos simbólicos que distinguem o *fazer* história e o *ser* historiador para Alfredo Varella. Portanto, a disputa que subjaz ao confronto das visões e teses sobre “republicanismo”, “federalismo” e “separatismo” dos farrapos é a luta pela definição de *quem é* o historiador mais autêntico, mais balizado, por conseguinte, mais “verdadeiro”.

As acusações recíprocas de que um e outro historiador não procediam com ética ao abordar os temas históricos chamam a atenção para os aspectos simbólicos da disputa que dizem respeito à *prática* e *representação* do ofício do historiador, portanto à luta pela detenção dos atributos simbólicos que distinguem o “verdadeiro” historiador. Souza Docca acusava o defensor da tese separatista de “pôr de parte o que desconvém” ao seu “predileto argumento”, ao passo que Varella rebatia: “Vai ficar demonstrado à sociedade, com a máxima superabundância, que o tenente-coronel é quem se mostra useiro e vezeiro em ‘sonegações’”.

No seu 15º artigo, Varella procurou expor publicamente a “improbidade” historiográfica de seu “detrator”. Docca havia destacado Marciano Ribeiro como preparador intelectual do movimento farroupilha, em oposição à primazia do concurso de Livio Zambecari, realçado por Varella. Em contrapartida, Alfredo Varella pediu ao seu oponente, em 31 de dezembro de 1933: “Faça o obséquo de trasladar na maneira mais ampla que lhe for possível, o que lhe consta de Marciano Ribeiro, como preparador intelectual do Movimento Farroupilha, destacando mormente quanto supere o seu concurso ao de Zambecari”. Quatro meses depois, Varella queixou-se da falta de resposta: “Fugiu de responder: bem sabe por quê!”. E adiu a seguinte explicação pelo silêncio do rival: “Transparente eu deixaria, 1º que *se serve de fazenda alheia*; 2º que avança proposições descabeladas sem ter nem sombra de razão para justifica-las; 3º que ousa falar do que totalmente desconhece, *por estudo próprio*” (grifos meus). A acusação de citação indevida da fonte também se refere a outro personagem da Revolução Farroupilha, Pedro Vieira, em relação ao qual Varella teria feito nova interrogativa a

---

<sup>268</sup> *Jornal do Comércio*, 18 de fevereiro de 1933.

respeito da fonte utilizada, mas que Docca “também se esquivou de responder, ciente por demais da lição a que se ia sujeitar”. Por fim, assim resumiu o caso de citação indevida:

Se, vem a debate, exibiria eu prova de que cita com uma vergonhosa improbidade. *Verbi gratia*, à página 67, do “Brasil no Prata”, alude a Pedro Vieira, o herói americano que teve berço no Rio Grande. Tudo o que dele menciona foi tirado de “Revoluções Cisplatinas”, I, 108 [de Varella]. Mas como não lhe quadrava confessar onde fora aprender, como também lhe pareceu vantajoso inculcar-se autor do bom informe, estampa que se acha este no Arquivo de Almeida. *Isto é, em arquivo que nunca viu e passou inteirinho à minha propriedade!* (grifo no original).<sup>269</sup>

À medida que a polêmica avançava, o tom das investidas se tornava mais veemente e agressivo. Igualmente, iam-se formando grupos de solidariedade de ambos os lados. Em defesa de Varella acorreram, em menor número, intelectuais de sua geração e do centro do país, entre os quais destacou-se o historiador Basílio de Magalhães, que chegou a travar acirrada controvérsia com Souza Docca, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, também, pelo *Jornal do Comércio*. Basílio de Magalhães proferiu no IHGB uma conferência sobre o tema da Revolução Farroupilha, discutindo o caráter do “idealismo farrapo”, se separatista ou não. Nela, Basílio de Magalhães sustentou que negar a existência da ideia separatista “seria o mesmo que negar a luz do sol”. Para ele, “foram os fatos supervenientes que levaram ao coração e ao cérebro dos responsáveis pela República de Piratini o arrependimento da separação”. Amparando-se em Alfredo Varella, Assis Brasil, Tristão de Alencar Araripe e Pandiá Calógeras, sustentou que as ideias separatistas “só haviam praticamente desaparecido em 1845”. Arrematou a tese esposada dizendo:

Até 1843, pelo menos, se houve qualquer manifestação, individual ou coletiva, contra a separação do Rio Grande do Sul, entre os próprios “farrapos”, não passou ela de palavras, das quais destoavam todos os atos do governo e do Novo Estado, que além de haver decretado e executado o confisco dos bens dos súditos brasileiros, ali residentes, que não aderiram ao regime republicano (cfe. Araripe, loc. cit., 199-200), chegou a aceitar ou mesmo angariar a cooperação de estrangeiros, e, finalmente a entabular ou firmar pactos diplomáticos

---

<sup>269</sup> Em *O Solar Brasílico*, obra publicada postumamente, Varella insiste na acusação: “Docca por demais sabe, quanto seus comparsas, quem ‘churrasqueia’ de contínuo a minha custa: sabem por demais quem pratica seguido, em minha ‘invernada’, o mais estranho abigeato!” (VARELLA, 1950, p. 60).

de natureza político-militar com os vizinhos do Uruguai e da Argentina.<sup>270</sup>

Do lado de Souza Docca, foi maior a solidariedade. A polêmica em questão ensejou a aproximação entre Luiz Felipe Castilhos de Goycochea e Souza Docca. Goycochea disse, por carta, que havia muito procurava estreitar as relações com Souza Docca, tendo “esse desejo acentuado ultimamente com a leitura dos seus lapidares estudos no JORNAL DO COMÉRCIO, em resposta a asserções dos drs. Alfredo Varela e Basílio de Magalhães”.<sup>271</sup> Castilhos de Goycochea já tinha entrado em contato com o IHGRGS, através de Eduardo Duarte, e feito pedido veemente para que essa agremiação emitisse parecer público, desautorizando a tese separatista defendida por Varela em *A História da Grande Revolução*, uma vez que esta obra foi publicada sob os auspícios do IHGRGS. A ideia de escrever ao Instituto Histórico surgiu-lhe após ler artigo de Souza Docca, no *Jornal do Comércio*, rebatendo as afirmativas de Alfredo Varela.<sup>272</sup> Solicitou ao secretário do Instituto e diretor do Arquivo Histórico do Museu do Estado, Eduardo Duarte, “encabeçar um movimento no seio do Instituto Histórico no sentido de desautorizar a tese defendida pelo dr. Varela”. Deste “movimento”, resultou o parecer oficial do IHGRGS, assinado pelos consócios Othelo Rosa e Darcy Azambuja, que, embora, reconhecendo o “indiscutível valor”<sup>273</sup> da obra, concluiu:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, patrocinando a *História da Grande Revolução*, do dr. Alfredo Varela, ateve-se exclusivamente ao mérito da obra, sem dar a sua solidariedade intelectual às ideias preferidas pelo autor; No tocante ao separatismo dos revolucionários rio-grandenses de 1835, em manifestações anteriores e inequívocas havia o Instituto afirmado o seu pensamento, contestando-o e negando-o, o que envolve também a recusa da influência platina no movimento farroupilha, nas condições e na amplitude com que a admite o conspícuo historiador, dr. Alfredo Varela (*sic*).<sup>274</sup>

Esta mesma refrega aproximou, momentaneamente, Souza Docca e Walter Spalding, jovem professor e historiador, recém ingressado nas fileiras do IHGRGS.

<sup>270</sup> Conferência proferida no IHGB e reproduzida no Jornal do Comércio. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>271</sup> Carta de Castilhos de Goycochea a Souza Docca, 2 de dezembro de 1934. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>272</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 56, 1934, p. 267..

<sup>273</sup> Os autores do parecer reconheceram que seria praticada “injustiça notória” se negassem ao “extenso trabalho, copiosamente documentado”, “o lugar que inquestionavelmente lhe compete entre os estudos de história rio-grandense” (*Revista do IHGRGS*, IV trimestre, p. 271, 1934).

<sup>274</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 56, 1934, p. 267.

Ambos já haviam divergido em outras searas do estudo histórico. Souza Docca empreendera o trabalho de “reabilitação histórica” de Bento Manoel<sup>275</sup>, mas, para Walter Spalding, o Brigadeiro sorocabano continuava a ter um papel pouco louvável entre os “heróis” farrapos. Em carta de 2 de fevereiro de 1934, Spalding respondeu a Docca sobre outra divergência de opinião histórica entre ambos. Trata-se da apreciação de um estudo de Spalding sobre a “influência das estâncias na formação do Rio Grande”. Assim resumiu Spalding a sua posição: “Origem espanhola do Rio Grande do Sul. Este é o ponto capital, digo melhor: o ponto de discordância completa entre os nossos modos de ver”. Para Spalding, naquele estudo, a “origem” do Rio Grande do Sul era espanhola, pois remontava à ocupação jesuítica (espanhóis), de 1626 até 1759, contudo, negava inteiramente o concurso da “influência” espanhola na formação rio-grandense: “Nego, e sempre negarei a *influência espanhola* no nosso Rio Grande” (grifo no original). E asseverava que “entre origem e influência há um abismo”. Assim resumia a sua tese, que conciliava a ideia da presença primitiva dos jesuítas espanhóis e a negação de sua influência:

Viviam os jesuítas somente entre os indígenas que se foram, na quase totalidade, para além Uruguai, depois de extinta a grande Ordem. A influência, portanto, era somente sobre os silvícolas e em nada atingiu a formação do Rio Grande propriamente dita, que, depois da entrada de João de Magalhães e Silva Pais, mais tarde, ficou puramente português.<sup>276</sup>

Spalding, portanto, estava numa posição delicada, no limite entre as teses platinista e lusitanista; por isso, mereceu a “amável” redarguição do zeloso defensor lusitanista, a quem teve de prestar seus esclarecimentos. A posição de Spalding, que gerava certa dubiedade em seu discurso, expõe a dificuldade dos intelectuais rio-grandenses em conciliar a “opção” ideologizada e consciente da historiografia sulina pelo lusitanismo e o estudo empírico e social que situava o Rio Grande do Sul em um eixo histórico-geográfico muito próximo ao Prata. Spalding nunca abandonou a ideia de que o Rio Grande teve sua “origem” nas reduções jesuíticas espanholas. A complexidade desta situação criava, por exemplo, “explicações” históricas pouco sólidas e, ao mesmo tempo, inaceitáveis a um lusitanista inveterado como Souza Docca.

---

<sup>275</sup> Os esforços de Docca no sentido da reabilitação de Bento Manoel vinham desde uma publicação no *Almanaque da Globo*, de 1923.

<sup>276</sup> Carta de Walter Spalding a Souza Docca. Porto Alegre, 2 de fevereiro de 1934. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Após sua defesa, o jovem historiador porto-alegrense justificou ter-se detido num único e delicado ponto do “questionário” que Docca lhe endereçara: “Não respondi sua carta tópico por tópico porque, como disse no início desta, estou de acordo com a maioria de seus pontos de vista...”. O alinhamento contra Varela, única opção “possível” dentro do ambiente historiográfico gaúcho da época, apareceu em um dos parágrafos finais da missiva, em que Spalding emitiu enfático juízo condenatório, mais voltado contra a figura pessoal e as “intenções” de Alfredo Varela do que às suas teses, apontando que, naquele cenário intelectual, as posições intelectuais eram bastante influenciadas pelo critério pessoal:

Recebi os seus trabalhos sobre a famigerada *História* do Dr. Varela, homem douto, não resta dúvida, mas massudo e parcial, e tão parcial que chega a ser falsário. O sr. ainda não disse tudo sobre a *História da Grande Revolução*, pois Varela afirma que toda a influência farrapa foi uruguaia e que Bento Gonçalves foi o que foi graças ao seu convívio com os caudilhos uruguaiois!!! Aliás, Varela procura glórias para a Pátria de seus antepassados... de passado duvidoso (grifo meu).<sup>277</sup>

Pela missiva seguinte de Spalding a Docca, observa-se que as divergências entre ambos quanto à avaliação da personalidade de Bento Manoel e sobre a questão da origem espanhola do Rio Grande permaneceram inalteradas. Escusando-se por “não poder concordar” com Docca sobre a questão de Bento Manoel, Spalding rogou ao “ilustre amigo”: “Espero, porém, que o sr. não me queira mal por isso e nem veja nessas minhas contraditas má vontade ou prevenção”.<sup>278</sup> E ainda reiterou sua posição sobre a “origem espanhola” do Rio Grande. Por outro lado, a esta altura Spalding já havia entrado diretamente na “luta” pública contra Varela, depois da publicação do seu artigo intitulado “Separatismo e castelhanismo”, pelo *Correio do Povo*. Embora não tenha mencionado intencionalmente o nome de Varela, diz Spalding: “só para não lhe dar o prazer de ler o seu nome”, acrescenta que “para ver que era tudo sobre ele e o sr. Basílio

<sup>277</sup> Carta de Walter Spalding a Souza Docca, Porto Alegre, 2 de fevereiro de 1934. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>278</sup> Em artigo do *Correio do Povo*, o professor Walter Spalding, utilizando uma carta do Barão de Caxias, procurou demonstrar que “o que norteou o guerreiro da espada de dois gumes” – uma alusão às repetidas trocas de lado de Bento Manoel entre legalistas e farroupilhas – “foi não só a sua desbragada ambição, mas também o orgulho e a vaidade”. Fazendo referência a Souza Docca e seu projeto de reabilitação de Bento Manoel, Spalding afirmou que o trabalho de Docca, “um dos nossos maiores historiógrafos, não definiu ainda ‘in totum’ a personalidade complexa de Bento Manoel Ribeiro” (*Correio do Povo*, 6 de julho de 1934, p. 3).

de Magalhães faltaria, apenas, acrescentar a fotografia de ambos”.<sup>279</sup> Assim pôde minimizar as divergências com Souza Docca: “Creio que toda nossa questão [da origem ou influência] é simplesmente de interpretação de palavras”, ao passo que realçou o que “realmente” importava e os aproximava: “mas, e graças a Deus, estamos de acordo em uma cousa: na negação da ‘vareliana’ influência espanhola Rio Grande. Isso é o essencial para nós, brasileiros e rio-grandenses”. E amenizou: “O resto são minúcias que nada prejudicam”.<sup>280</sup> Sobre estas “minúcias”, Spalding e Docca continuaram a discutir, por cartas, até que arrefeceram as forças e os argumentos do jovem historiador, que veio a resignar, e pedir que o debate fosse encerrado, assim justificando-se:

[...] a questão da “origem” do Rio Grande. Vejo que, querendo ser mais explícito, fui ainda mais infeliz, jogando o assunto no terreno da geologia... Francamente: estou convencido de que me não sei exprimir, de que não sei mais escrever. Culpa, talvez, de meu bestunto demasiado cheio de tanta cousa divergente e antagônica que, no fim, querendo eu dizer uma cousa, digo outra. Situação perigosa. Quanto ao que me diz sobre a nossa amigável e, para mim, preciosa contenda, tem toda a razão: foi, realmente, eu quem, indiretamente, a provocou e, por isso, foi que, também, solicitei-lhe deixá-la no pé que ficou.<sup>281</sup>

Esta “pequena” contenda entre Docca e Spalding, sem que chegassem a um consenso, mostra as contradições internas do grupo lusitanista, e o quão frágil era o arranjo intelectual em torno do dogma historiográfico por eles defendido. Entretanto, podiam ser vistos de fora como um grupo coeso. A despeito da confissão de fé e da postura iconoclasta de Spalding, cerrando fila ao lado do historiador-coronel,

<sup>279</sup> Walter Spalding, Porto Alegre, 4 de dezembro de 1934. Walter Spalding recebeu réplica ríspida e irônica em *O Solar Brasileiro*, de Alfredo Varela, como no trecho a seguir, em que o autor, referindo-se a Docca e Spalding, diz: “um de seus devotos, Walter Spalding, ‘spirito gentile’, num requinte de benevolência, que Lucifer (*sic*) invejaria, indagou mui dulçoroso (*sic*), não há muito, na imprensa diária, se de fato possuo os documentos que cito” (VARELLA, 1950, p. 57).

<sup>280</sup> A relação entre Souza Docca e Walter Spalding esteve marcada pelas constantes divergências ao longo dos anos 1930 e 1940. A assimetria também esteve presente nesta relação. De um lado, o historiador estabelecido e reconhecido nacionalmente como referência em estudos rio-grandenses e das questões do Prata. De outro, o jovem professor e historiador, residente na capital gaúcha, que, embora discordasse e contendesse com o “mestre”, recebia lições e questionamentos particulares com o fim de ser instruído, mais do que abatido. Os “manuais de história” que Spalding recebia em forma de cartas de Docca serviam para ser “ensinado por meio delas”. Entretanto, Spalding muitas vezes mostrou-se refratário aos ensinamentos do amigo: “sempre há um ‘mas’ a atrapalhar as cousas”. Aos questionamentos de Docca, nem sempre Spalding conseguia responder satisfatoriamente. Às vezes, Spalding justificava-se de forma indulgente consigo mesmo, citando “erros” de outros historiadores para atenuar os seus próprios, pois, dizia, “quem erra, erra em boa companhia”. Ou, mesmo admitindo o erro, não deixava de minimizá-los: “basta um pequeno cochilo para se cair em erros”. Mas aceitava a reprimenda, em alguns casos: “[...] fico satisfeítíssimo quando me corrigem, estando eu em erro, e especialmente quando a correção parte de um mestre como Souza Docca”. Já em outras situações, quando não voltava atrás em seus pontos de vista, atribuía as divergências à “questão, não raro, de palavras ou interpretação”.

<sup>281</sup> Carta de Walter Spalding a Souza Docca, Porto Alegre, 4 de dezembro de 1934. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

permaneceriam inúmeros pontos de divergência e irreconciliabilidades no discurso historiográfico de ambos, ao longo de vários anos.

Por outro lado, os ânimos de Souza Docca e Alfredo Varella não arrefeceram, e a controvérsia suscitada em 1933 estendeu-se, e agravou-se, pelos anos seguintes, chegando até o centenário da Revolução Farroupilha, quando saiu do terreno das ideias e das páginas dos jornais para assumir lances mais imprevistos e menos prováveis. Em 1934, Alfredo Varella publicou um livro chamado *Res Avita*, que sintetizava as teses contidas na *História da Grande Revolução*, e dava resposta às críticas de seu arquirrival Souza Docca. Quando chegou o ano de 1935, Varella pretendeu que seu *Res Avita* fosse apresentado na *Exposição Farroupilha*, no mês de setembro, em Porto Alegre. Entretanto, segundo ficou registrado por Varella em *O Solar Brasílico*, as cópias remetidas do centro do país para Porto Alegre teriam sido escondidas para que não fossem exibidas na Exposição. Os responsáveis pelo suposto sumiço das cópias, de acordo com Varella, foram alguns membros do próprio Instituto Histórico, interessados em ocultar os trabalhos do historiador dissidente. Assim resumiu a ação da qual teria sido vítima, em carta a Darcy Azambuja<sup>282</sup>:

Como *Res Avita* representava e representa uma sincera oblação em pátrios altares, no recente jubileu setembrino, expedi a tempo um caixote direito ao sul, com um centenar de tomos para venda e mais oito para oferta gratuita; acompanhando os mesmos um rol de instruções e um modelo para anúncios. Pois nem estes feitos, nem os livros postos em mostruário, na fase da grande concorrência à exposição de nossa magna Centúria. Apertado, cerradíssimo, intransponível cordão profilático, em volta de minhas irreverentes “heterodoxias”!

Quem o responsável, Exmo., pela nova interdição? É jurista e de nomeada. [...] O traiçoeiro golpe me foi vibrado, é mais que evidente, por quem imaginou obter com ele subterrâneas, inconfessáveis, quanto miserandas, torpes vantagens, já para o agalooado chefe dessa camorra literária, já para seus comparsas, na indecente, iníqua *societas sceleris*!

Tinha eu notícia de que pessoa qualificada, no seio do Instituto, vivia a inquirir, no estabelecimento supra, se já chegada ou não, a obra em anúncios, do paladino incorrupto da verdade. Tanto perguntou, que alfim (sic) se lhe deu conta de que estava intramuros a malsinada publicação. Reativou-se a negra conjura. Seus principais galopins saíram a campo, determinadíssimos a impedir que corresse, ao menos enquanto a frequência de visitantes a Porto Alegre desse aso a maior procura. [...] pois bem, que havia de cavilar o grupo dos *maffiosi*

<sup>282</sup> Esta carta foi escrita para justificar a razão dos temores de Varella de ser vítima de complô, pois, como queria receber o aval de que a doação dos arquivos históricos particulares (dos quais era proprietário) ao Arquivo Histórico do RS teria destino apropriado, ele escreveu a Darcy Azambuja, que, na época, era presidente do secretariado do Estado, para obter as garantias do bom destino da doação.

preditos, egrégio conterrâneo e confrade? Subtraíram-nos de onde eu os coloquei em pessoa, declarando-se aos interessados, que reclamavam o que lhes pertencia, por dádiva minha; declarando-se com bronzia face, que tais volumes INEXISTIAM na fazenda expedida, também recebida. INEXISTIAM... e por último foram entregues nas últimas semanas de dezembro, quando era de esperar que o fossem pelo meio de setembro – o mês consagrado à celebração do 2º jubileu farrapo!!! (VARELLA, 1950, p. 55, 56).

Este episódio traz à baila, dentro dos conflitos intelectuais, a utilização do boicote como estratégia para silenciar inimigos ou negar-lhes visibilidade e reconhecimento. Varella não seria o único a queixar-se de ter sido vítima de tal expediente, no meio intelectual rio-grandense. Poucos anos depois, em 1940, era Walter Spalding que se queixaria a Souza Docca de ser alvo de “boicotagem”. Por ocasião da publicação de seu livro *A invasão paraguaia*, Spalding solicitou a Docca que falasse com o ministro da Guerra para que apoiasse a sua “modesta contribuição às glórias de nosso Exército”, recomendando-o aos oficiais e adquirindo alguns exemplares para as bibliotecas militares do Rio de Janeiro. O apelo ao influente amigo militar residente fora da paróquia rio-grandense justificava-se, porque “nesta nossa Porto Alegre a ‘boicotagem’ é um fato. Quem não pertence à panelinha, quem não convive com a turma do elogio mútuo – nada conseguirá”. E complementava a denúncia: “*Meus livros nunca são expostos: escondem-nos*” (grifos meus). Spalding percebia a “prevenção” contra ele pelo “verdadeiro desastre de livraria que foi meu livro anterior ‘A Revolução Farroupilha’”, ao passo que “no Centro e no Norte, ao contrário: foi bem recebido”.<sup>283</sup> Esta queixa de Spalding lembra muito a denúncia de Varella de que teria sofrido boicote cinco anos antes.

Outro fator importante a ser destacado neste episódio é a visibilidade que toda a discussão em torno das teses defendidas por Varella e Docca teve no centro do país, de sorte que a maior parte do debate ocorreu no Rio de Janeiro, e não no Rio Grande do Sul.<sup>284</sup> Entre os motivos que podem explicar esta centralização do debate, além do fato de que um dos principais antagonistas morava no Rio de Janeiro, está a disputa pela descrição de uma “história legítima” e, também, pela afirmação de quem era o “porta-voz legítimo” da história do Rio Grande do Sul. Portanto, era um debate voltado, em

<sup>283</sup> Walter Spalding a Souza Docca, 16 de agosto de 1940.

<sup>284</sup> Com a aproximação do centenário farroupilha, a imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo publicou diversos artigos de intelectuais e historiadores que retomaram a discussão das teses separatistas e federalistas da Revolução Farroupilha, destacando os pontos de vista de Docca e Varella, entre os quais Roberto Piragibe da Fonseca (pelo *Jornal da Manhã*) e Plínio Barreto (*Estado de S. Paulo*).

parte, aos historiadores e intelectuais do centro do país, e tinha como móvel os atributos simbólicos que definiam quem era o “verdadeiro” historiador, conseqüentemente, aquele que produzia a “verdadeira” história.<sup>285</sup> Assim, não foi difícil a disputa extrapolar os limites da discussão histórica, e rumar para o âmbito pessoal.

Vale, também, ressaltar que a disputa envolveu, ao mesmo tempo, aspectos geracionais e ideológicos, que ajudam a explicar o desequilíbrio na correlação de forças que permitiu aos contendores dispor da mobilização de diferentes e desiguais recursos sociais a seu favor. Alfredo Varella representava a “velha geração” intelectual rio-grandense, que defendia a “ultrapassada” autonomia do governo estadual frente ao poder central, em voga nos primeiros anos do regime castilhistaborgista. Souza Docca, em contrapartida, identificava-se com o momento histórico coetâneo, de aproximação entre os estados e o poder central, acentuado desde a subida de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Esta condição favoreceu Souza Docca, que contou com a adesão de historiadores e intelectuais do centro do país e de Porto Alegre. Implícita está aí, também, a oposição do curso das trajetórias sociais dos intelectuais envolvidos. Varella vinha numa curva social descendente, enquanto a trajetória intelectual de Souza Docca estava no auge. Varella defendia uma ordem política ultrapassada e refratária à vigente no plano nacional. Alfredo Varella, em carta pessoal a Oswaldo Aranha (depois publicada na íntegra na imprensa), fez críticas claras ao governo instaurado em 1930, e à “Junta primitiva” e à tendência “*a cercear ainda mais a nossa já minguaííssima descentralização*”, e deixou clara sua defesa do “programa federativo”, pelo qual classificava aquela tendência de “DISPENSÁVEL, PERIGOSA, UMA ENÉRGICA REGÊNCIA NO CENTRO DO PAÍS”.<sup>286</sup> Havia caído no ostracismo *relativo* e perdido a posição privilegiada de estreita relação (política) com o governo rio-grandense de que havia gozado no período de afirmação do castilhismo, da qual auferiu ganhos políticos e econômicos.<sup>287</sup> Entretanto, teve a oportunidade de lançar a sua nova obra sob o patrocínio do governo do Estado pela afinidade ideológica com o interventor federal no Rio Grande do Sul, que, isolado, naquele momento, defendia a “fórmula federativa” e fazia resistência à centralização do governo federal. A circulação social em sentido

---

<sup>285</sup> Souza Docca inaugurou, em setembro de 1932, uma série de conferências no IHGB, proferidas sempre no mesmo mês, até 1935, evidentemente, destacando o caráter republicano e federalista da Revolução de 1835.

<sup>286</sup> *Jornal do Comércio*, 11-03-1934, p. 8.

<sup>287</sup> Em janeiro de 1897, Alfredo Varella recebeu a concessão para explorar linhas telefônicas que ligam Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Bagé e Jaguarão pelo período de 24 anos, mesmo ano da publicação de sua obra de estreia em História, *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*. Já nos anos 1930, Varella queixava-se, às vezes, de não receber o salário de diplomata aposentado.

descendente de Varella o levou, no final da carreira, à estratégia de investimento simbólico na esfera intelectual, representada pelo lançamento de *A História da Grande Revolução*, sua obra-prima. Apesar da franca oposição e hostil recepção da obra pelos pares rio-grandenses, pode-se dizer que a estratégia de Varella foi relativamente bem-sucedida, do ponto de vista simbólico, pois o trouxe de volta ao jogo, e ele, apesar de tudo, teve o valor da obra reconhecido.<sup>288</sup>

Por outro lado, pela ótica dos recursos sociais auferidos, os maiores dividendos foram de Souza Docca, que contou com a adesão e solidariedade de muitos e jovens intelectuais, e recebeu largo reconhecimento, não tanto pela qualidade das pesquisas realizadas, mas, sobretudo, por enunciar aquilo que aqueles intelectuais queriam (ou deviam) dizer, só que, para isso, não desfrutavam da posição institucional e da visibilidade de Souza Docca. No fundo, tratava-se do “único discurso aceitável” para aquela geração. Portanto, havia certa “inexorabilidade” na adesão ao discurso do qual Docca era porta-voz, e que foi sendo construído como único discurso legítimo, ao longo da década de 1920, com o concurso fundamental do próprio Souza Docca.<sup>289</sup>

### **3.2. A construção das redes de solidariedades intelectuais (década de 1920): as vantagens do capital simbólico institucional**

O objetivo desse subitem é mostrar como se formaram as redes de solidariedade e reconhecimento intelectual no campo intelectual brasileiro da década de 1920 e 1930, articulando agentes periféricos e agentes centrais nos espaços institucionais de produção histórica – os Institutos Históricos – no Brasil e no Rio Grande do Sul. Jean François Sirinelli (1996) afirma que “as ‘redes’ secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente

---

<sup>288</sup> Na enquete realizada por Carlos Reverbel, na década de 1950, entre 44 intelectuais rio-grandenses, *A História da Grande Revolução*, de Varella, ficou em 3º lugar entre as *Obras Fundamentais da Bibliografia Rio-Grandense*. Curiosamente, nenhum dos livros de Souza Docca figurou entre os 10 mais citados ou apreciados.

<sup>289</sup> O posicionamento de Basílio de Magalhães ajuda a perceber o gradiente geracional envolvido no conflito. Magalhães, ao findar sua argumentação contra assertivas de Souza Docca a respeito do papel atribuído a Zambecari na Revolução Farroupilha, marca sua posição ao lado de Alfredo Varella e Assis Brasil: “prefiro continuar em erro com os velhos e eruditíssimos generais da história gaúcha a acertar com o meu jovem e gratuito crítico, totalmente desajudado de provas que liquidem e pacifiquem a controvérsia por ele criada” (Conferência proferida no IHGB, *Jornal do Comércio*, 4 de novembro de 1934). Em 1934, Basílio de Magalhães tinha 60 anos e Alfredo Varella, 70 anos. Do outro lado, Souza Docca contava 50 anos, Walter Spalding 33 anos, e Castilhos de Goycochea 43.

apresentam traços específicos” (p. 252). Assim, segue-se o fio condutor das redes para descobrir como um pequeno grupo de intelectuais conseguiu construir um relativo consenso historiográfico, a partir de 1920 no Rio Grande do Sul.

Para chegar à formação destas redes, e os microclimas que secretam, é preciso retomar a dimensão do microcosmo daqueles agentes. A criação do IHGRGS foi um evento de pouca repercussão fora de um círculo muito estreito de letrados, mas foi o *ponto de partida* do processo de institucionalização da história no Rio Grande do Sul. Excetuando-se uma nota no *Correio do Povo* e em *A Federação*, pouca visibilidade teve a instalação da nova instituição. O reconhecimento e a legitimidade institucional seriam construídos *pari passu* ao reconhecimento daqueles poucos letrados pelos pares nacionais e pelo *espaço de poder* local (já que não existia um *espaço social* diferenciado dos intelectuais no estado). Esse processo de reconhecimento requereu a formação de redes intelectuais nacionais e internacionais. A criação do Instituto foi iniciativa de um grupo de indivíduos que fizeram das salas do Arquivo Público do Estado um espaço de sociabilidade intelectual, ou porque trabalhavam ali ou porque realizavam suas pesquisas naquela repartição. Faziam parte desse grupo, Florêncio Abreu, diretor do Arquivo, Eduardo Duarte, funcionário do mesmo órgão público, Otávio Augusto de Faria, diretor da Repartição de Estatística que funcionava junto ao Arquivo Público, José Paulo Ribeiro, notário, e ainda o tenente Souza Docca, que frequentava o Arquivo a fim de realizar suas pesquisas em busca de subsídios para o seu livro *As Causas da Guerra do Paraguai* (1919). Somavam-se a eles, os padres jesuítas João Batista Hafkemeyer e Carlos Teschauer, que, segundo depoimento de Eduardo Duarte, trabalhavam diariamente no mesmo espaço, em pesquisas de caráter histórico.<sup>290</sup> Estes e outros foram os primeiros idealizadores e articuladores da mobilização pela criação do IHGRGS em 1920.

Olhando para esse quadro descritivo em escala microscópica, pode-se perguntar: como um “microclima”<sup>291</sup> predominante num pequeno espaço de sociabilidades, que eram os gabinetes e as salas do Arquivo Público do RS, no qual se encontravam alguns pesquisadores (funcionários, militares e jesuítas), se expandiu, tornando-se em poucos anos, uma “zona climática”, que tomou conta da esfera intelectual local, perdurando por pelo menos duas décadas? Em outras palavras, como esse grupo estreito conseguiu impor sua agenda e definir o “campo do pensável” da esfera intelectual regional? Para

---

<sup>290</sup> Eduardo Duarte, *Revista do IHGRGS*, n. 98, 1945, p. 157.

<sup>291</sup> Expressão empregada por Jean François Sirinelli (1996).

responder a esta pergunta, é necessário rastrear as alianças firmadas pelos intelectuais rio-grandenses através de redes de solidariedade formadas tanto no sentido da esfera política local, quanto no sentido da esfera intelectual nacional. As redes estabelecidas no sentido da esfera política são visíveis, por exemplo, na busca pelo apoio governamental do estado, na aliança com Borges de Medeiros no contexto da *crise dos anos 20*, no “Manifesto” de 1930 em apoio à Revolução, nas relações entre Mansueto Bernardi e Getúlio Vargas, na criação da *Revista do Globo* etc. (como se viu no capítulo 2).

E, de outro lado, no sentido da esfera intelectual nacional, estão as redes pessoais e institucionais formadas com elites intelectuais do universo acadêmico brasileiro: membros do IHGB e de outros Institutos estaduais. Investigando-se as redes que secretam as alianças, as tomadas de posição, os antagonismos latentes, as interdições, tem-se o passo a passo como esse grupo conseguiu impor sua visão do mundo social e definir a problemática legítima aos agentes intelectuais e políticos no âmbito regional.

Mas antes de entrar amiúde no rastro das redes, faz-se necessário um exercício de afastamento, para tomar a perspectiva mais ampla, e, depois, aproximar a lente para analisar a escala micro. Retornando à pergunta inicial: como aquele grupo inicial conseguiu com tanta força impor uma visão do mundo social?

Em primeiro lugar, houve uma *tomada de consciência* que permitiu a *mobilização coletiva*, aproveitando-se do momento de crise na esfera política e consequente abertura da *oportunidade* para que os intelectuais se posicionassem no *espaço do poder*, assentando posição no jogo político. Segundo, pelas alianças com os agentes do poder, fragilizados pela situação de crise, em troca de reforço mútuo, em que o IHGRGS foi muito beneficiado. Terceiro, a associação com os novos grupos políticos emergentes num rearranjo do jogo político no qual tomavam parte a nova geração republicana e oposições (agora em uma relação mais pacífica). A convergência (temporária) de interesses desses grupos políticos, no sentido da ascensão das lideranças gaúchas aos postos de comando central do país, e dos próprios intelectuais às “rodas” nacionais (dispostos a serem reconhecidos pelos seus atributos culturais e intelectuais, e não apenas como “braço às armas feito”), teve como pano de fundo o mesmo “clima” ideológico inspirado no nacionalismo e no regionalismo. Seguindo a linha de pensamento de Jean François Sirinelli (1996), que afirma que há “uma certa defasagem entre o despertar das gerações intelectuais sucessivas e a ‘atmosfera’ política da maioria da sociedade em uma determinada data” (p. 261), não seria absurdo imaginar, sem cair

numa visão teleológica, que a experiência de tolerância e respeito intelectual vivida no Instituto Histórico, que abrigava intelectuais republicanos e da oposição, numa conjuntura em que a esfera política ainda vivia um dos momentos de forte radicalização e intolerância (que culminaram no conflito de 1923), foi a antecipação da “pacificação” e união das elites gaúchas em 1929, na Aliança Liberal.

É dentro deste quadro geral, que os historiadores fundadores do IHGRGS se moveram, na busca por posições, primeiro, em um novo *espaço social* articulado com a esfera política local, e, segundo, na esfera intelectual nacional. Segue-se agora a trilha de alguns dos protagonistas desse processo. Começando por Emílio Fernandes de Souza Docca, identificado neste trabalho como aquilo que Sirinelli chamou de “homem da ribalta”.

Souza Docca nasceu numa família de militares em São Borja. O “Docca” do sobrenome era um apelido que seu pai recebeu quando lutara na Guerra do Paraguai. Seu progenitor adotou o apelido, transformando-o em sobrenome. Souza Docca, aos quinze anos, ingressou no Exército, começando sua bem sucedida carreira militar, onde lograria, na década de 1940, chegar ao posto de *General*. Ainda jovem, começou a dedicar-se aos estudos de história, e passou a trabalhar na *Revista dos Militares* em Porto Alegre, fundada em 1910. Foi secretário desta publicação.

Em 1919, lançou a obra que lhe abriria as portas do IHGB, e que o habilitaria a ser um dos principais articuladores da criação do IHGRGS. Trata-se de seu livro *As Causas da Guerra do Paraguai*, onde Souza Docca, a partir do lugar social do Exército, rebatia as “acusações”, principalmente de historiadores platinos, de que a guerra tinha sido provocada pelo império brasileiro. Procurava mostrar que o Brasil não tinha sido o responsável pela guerra, mas, sim, havia contribuído para o fim de um governo “tirânico” no Paraguai. Esse livro sintetizava o projeto intelectual de Souza Docca e sua estratégia de carreira intelectual e militar. Nele, exprimia o nacionalismo que orientou toda a sua produção. Tinha caráter “polemista”, que, o acompanhou por toda a vida, procurando dar réplica às versões históricas, que, segundo ele, “depreciavam” a história do Brasil. Em suma, seu livro foi o “ponto de partida” de sua carreira intelectual, e para conquistar um lugar reconhecido na historiografia da época. Fazendo da história o seu campo de batalha, usou o nacionalismo como arma para defender a “glória” do exército e a soberania do Brasil. Souza Docca era, sobretudo, um soldado, portanto “militar-intelectual” ou “intelectual-militar” formam um binômio inseparável no caso desse historiador. Não era positivista no sentido político que o positivismo assumiu no Rio

Grande do Sul, mas acreditava no signo da ciência, da imparcialidade, na positividade dos fatos e dos documentos. Projetou sua carreira intelectual a partir de uma posição social que lhe dava certa autonomia frente ao campo político – o Exército, sua trincheira. Não se envolvia em engajamento político, no sentido da participação partidária. Entendia que a história do Brasil “dependia” da história dos estados, sendo que no caso rio-grandense a inserção e o protagonismo do Rio Grande do Sul no arcabouço histórico da nação se daria, especialmente, por via da história militar. Dizia: “a história militar do Rio Grande do Sul é quase a história militar do Brasil”.<sup>292</sup> Era uma estratégia de carreira que conjugava suas duas atividades, de militar e intelectual, e, que visava, através de uma única “penada”, a dar à história sul-rio-grandense e ao exército um lugar específico na historiografia brasileira e, ao mesmo tempo, reforçava uma certa identidade ao Rio Grande, vinculada à imagem do “soldado”, o guardião das fronteiras. O “espírito militar rio-grandense” era por ele destacado como um dos “grandes fatores” da formação rio-grandense. Apontava que a convivência com os vizinhos do Prata – “como perigo que era necessário combater” – fez dos rio-grandenses soldados, e da constante luta contra o inimigo externo “nasceu o nosso espírito militar, sem as características do militarismo e com todas as virtudes associativas do espírito gerador de solidariedade social”.<sup>293</sup>

O IHGRGS foi instalado em 20 de novembro de 1920, com a participação ativa de Souza Docca desde a fase de preparação, instalação e organização estatutária da instituição. Porém, no ano seguinte, Souza Docca transferiu-se para o Rio de Janeiro, para estudar na *Escola de Intendentes de Guerra do Exército*, onde graduou-se Capitão. Nesse período, em que residiu no Rio de Janeiro, foi admitido como sócio efetivo do IHGB, quando pode fortalecer as redes de solidariedades intelectuais que lhe asseguraram a projeção intelectual nacional. Mas mesmo antes de ir para o Rio de Janeiro, Docca já se lançara em luta por um “lugar ao sol”. Depois da publicação de seu trabalho *Causas das Guerra do Paraguai* (1919), tratou de enviar exemplares aos membros dos Institutos Históricos de outros estados, bem como ao IHGB, em especial ao seu presidente, Affonso Celso<sup>294</sup>, e ao secretário perpétuo do IHGB, Max Fleiuss.<sup>295</sup>

---

<sup>292</sup> *Revista do IHGRGS*, v.1, 1921, p. 34.

<sup>293</sup> SOUZA DOCCA, E. F. O espírito militar na formação social sul-rio-grandense. Manuscrito guardado no Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>294</sup> Carta de Affonso Celso a Souza Docca. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1920. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>295</sup> Carta de Max Fleiuss a Souza Docca. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1920. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Souza Docca enviou-lhes, também, seus discursos na instalação do IHGRGS e na inauguração da Herma de Gomes Jardim, em Pedras Brancas, atual cidade de Guafba.<sup>296</sup> Ao que parece, Max Fleiuss foi importante na divulgação do nome de Souza Docca entre os confrades do IHGB. Fleiuss solicitou que lhe fossem enviados “alguns exemplares para oferecer a alguns sócios que desejam conhecer trabalho tão patriótico e verdadeiro”, além de ter publicado suas impressões sobre o *Causas da Guerra do Paraguai* como “um pálido reflexo da admiração que ele me causou e causa”.<sup>297</sup> Da mesma forma, Fleiuss recomendou a outros sócios e professores de História do Rio de Janeiro para que lessem as obras de Souza Docca.<sup>298</sup>

Semelhante estratégia de divulgação se repetiu em relação ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, com a remessa do mesmo livro e troca de correspondência com Mário Melo<sup>299</sup>, secretário perpétuo<sup>300</sup> do instituto pernambucano. As trocas intelectuais continuaram. Mario Melo continuou a receber os estudos posteriores de Souza Docca como *Vocábulos indígenas na geografia rio-grandense*, e um estudo sobre Bento Gonçalves. Pelos trabalhos de Souza Docca, Mario Melo diz ter ficado “sabendo que o ideal dos republicanos de 1835 era o mesmo dos de 1824 [na Confederação do Equador]: a federação. Nem os de cá, nem os de lá eram separatistas”.<sup>301</sup> Aos poucos, a versão corrente no IHGRGS sobre a Revolução Farroupilha (e sobre a identidade rio-grandense) ia sendo divulgada e aceita (reconhecida) pelos pares nacionais de outras unidades da federação. A evolução da camaradagem intelectual levou Mario Melo a manifestar seu plano: “desejo fazer-lhe sócio do nosso Instituto”.<sup>302</sup> A eleição de Souza Docca para *sócio correspondente* ocorreu em 29 de outubro de 1925.<sup>303</sup> A contrapartida, ou seja, a eleição de Mario Melo

---

<sup>296</sup> Carta de Affonso Celso a Souza Docca. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1920; carta de Max Fleiuss a Souza Docca, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1920. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>297</sup> Carta de Max Fleiuss a Souza Docca, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1920. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>298</sup> Carta de Alfredo Baltazar da Silveira a Souza Docca. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1925. Fundo Souza Docca, IHGRGS.

<sup>299</sup> Mario Carneiro do Rego Melo, secretário perpétuo do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

<sup>300</sup> Carta de Mario Melo a Souza Docca. Recife, 10 de agosto de 1920. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>301</sup> Carta de Mario Melo a Souza Docca. Recife, 15 de agosto de 1925. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>302</sup> Carta de Mario Melo a Souza Docca. Recife, 15 de agosto de 1925. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>303</sup> Carta de Mario Melo a Souza Docca. Recife, 30 de outubro de 1925. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

para correspondente do IHGRGS seria mais tarde, em 22 de agosto de 1935, devido ao fato de serem exíguas as vagas no IHGRGS.

No estado de São Paulo, a atenção de Souza Docca foi voltada a construir a camaradagem intelectual com um colega de “armas”, Pedro Dias de Campos<sup>304</sup>, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Depois de receber um volume de *Causas da Guerra do Paraguai*, remeteu alguns livros de sua autoria, e prometeu Campos: “Sobre o seu magnífico livro *Causas da Guerra com o Paraguai* expedirá a Revista do Instituto Histórico, pela sua seção de bibliografia, as suas impressões”.<sup>305</sup> Além disso, manifestava a intenção de fazer Souza Docca membro do IHGSP: “Logo que se abra uma vaga no quadro de sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, espero ter a satisfação de propor o seu ilustre nome, para nele figurar com fulgente brilho”.<sup>306</sup> Ainda naquele ano, segundo Pedro Dias de Campos, abriu nova vaga no IHGSP, quando, em nova carta, reiterou a Docca: “Desejo ver preenchida com seu nome”.<sup>307</sup> Quando soube da inauguração do IHGRGS, Campos congratulou-se com o confrade gaúcho:

Sua prezada [carta] do mês findo trouxe-me a agradável notícia da auspiciosa inauguração do Instituto histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Queira, por isso, aceitar minhas melhores felicitações.

Li, com muito agrado e atenção, seus belíssimos e eruditos discursos, pronunciados por ocasião da inauguração da ‘Herma’ de Gomes Jardim e do Instituto Histórico, incertos no *Correio do Povo* e no “Independente”. Junto os meus aplausos aos muitos que lhe foram dados na ocasião.<sup>308</sup>

Informou a Souza Docca que depois das férias regimentais do IHGSP, “em uma das primeiras sessões será o seu nome eleito para sócio do nosso sodalício”.<sup>309</sup> Em janeiro de 1921, Souza Docca foi eleito sócio correspondente do IHGSP. Mas no ano seguinte, Pedro Dias de Campos, ao agradecer, por carta, a saudação de Souza Docca pelo recebimento das “insígnias de oficial da Academia” francesa, aproveitou para cobrar o ofício aceitando a sua eleição para membro correspondente do Instituto

<sup>304</sup> Coronel Pedro Dias de Campos (1874-1953), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Autor de *O Espírito Militar Paulista* (1923) e o *Íncola e o Bandeirante na História de São Paulo* (1953).

<sup>305</sup> Carta de Pedro Dias de Campos a Souza Docca. São Paulo, 15 de agosto de 1920. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Carta de Paulo Dias de Campos a Souza Docca. São Paulo, 9 de outubro de 1920. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>308</sup> Carta de Paulo Dias de Campos a Souza Docca. São Paulo, 19 de dezembro de 1920. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>309</sup> Idem.

Histórico e Geográfico de São Paulo.<sup>310</sup> Em 1926, vinha a retribuição. Pedro Dias de Campos, em 30 de maio daquele ano<sup>311</sup>, era proposto, por Souza Docca como sócio correspondente do Instituto rio-grandense.<sup>312</sup>

Em 15 de novembro de 1921, Souza Docca foi proclamado *sócio correspondente* do Instituto Histórico do Ceará, presidido por Guilherme Studart, mais conhecido como Barão Studart, que, por sua vez, foi eleito sócio correspondente do IHGRGS, em 12 de abril de 1925. Como se vê, a “eleição” para *sócio correspondente* dessas instituições tornara-se moeda de troca no jogo de reconhecimento intelectual e institucional.

Em 6 de agosto de 1921, Souza Docca foi eleito como *sócio correspondente* do IHGB.<sup>313</sup> No IHGB, Souza Docca tornou-se uma espécie de agente autorizado para falar sobre assuntos atinentes ao Exército e às batalhas no Prata, como deixa entrever a carta enviada por Ramiz Galvão, à época presidente da Comissão Geral organizadora do *Congresso Internacional de História da América*, organizado em torno das comemorações do centenário da independência. Souza Docca foi “unanimemente eleito” para escrever a dissertação sobre *A Marinha e o Exército na campanha Cisplatina*.<sup>314</sup> Era o rápido reconhecimento intelectual, no espaço legítimo de produção da história nacional, e, também, a consagração no recém institucionalizado espaço de escrita da história regional sul-rio-grandense.

Em agosto do mesmo ano, Florêncio Abreu, presidente do IHGRGS, pediu auxílio a Souza Docca, no Rio, sobre que “personalidade histórica” poderia receber homenagem “por ocasião do centenário da independência”, sendo rio-grandense ou não, desde que tivesse “notável atuação no Rio Grande do Sul”, em relação àquele acontecimento. A justificativa do pedido era para elucidar “esta presidência sobre a resposta a uma consulta nesse sentido dirigida ao instituto”. Possivelmente, o pedido partira do governo do estado, já que se tratava de uma homenagem que se pretendia fazer em meio a comemoração dos cem anos da independência.<sup>315</sup>

---

<sup>310</sup> Carta de Paulo Dias de Campos a Souza Docca. São Paulo, 6 de abril de 1922. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>311</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 30 de maio de 1926, p. 85r.

<sup>312</sup> Carta de Pedro Dias de Campos a Souza Docca. São Paulo, 21 de janeiro de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>313</sup> Carta de Max Fleiuss a Souza Docca. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1921. Fundo Souza Docca, IHGRGS.

<sup>314</sup> Carta de Ramiz Galvão a Souza Docca. Rio de Janeiro, 12 de março de 1921. Fundo Souza Docca, IHGRGS.

<sup>315</sup> Carta de Florêncio Abreu a Souza Docca. Porto Alegre, 30 de agosto de 1921. Fundo Souza Docca, IHGRGS.

O poder de influir, ou até decidir, sobre as teses a serem trabalhadas pelos historiadores locais foi uma prerrogativa, de longo termo, desfrutada por Souza Docca, alcançada graças ao alçamento da sua carreira intelectual aos foros externos ao campo local. Em 1933, o mesmo Florêncio Abreu, às vésperas da comemoração do centenário farroupilha, pediu auxílio a Docca a respeito das teses a serem apresentadas no Congresso de História em homenagem ao centenário:

Meu caro Souza Docca

O tempo vai passando. O centenário de 35 aproxima-se, aproxima-se célere. É preciso agir decisivamente, sem perda de tempo. A ideia da realização do Congresso de História do Rio Grande do Sul não pode deixar de concretizar-se em grande e fecunda solenidade. Urge a organização das teses; pelo que peço a tua valiosa colaboração. Envia-me com a possível brevidade algumas, que julgares interessantes, para que os confrades comecem a pôr mãos à obra.

Remete-as, a mim, ou ao Duarte.<sup>316</sup>

A condição de intelectual periférico que migra para a capital federal teve um efeito definidor da posição de Souza Docca no cenário intelectual rio-grandense. Ser reconhecido pelos agentes e pelas instâncias que tinham o poder de dar legitimidade intelectual no cenário nacional no campo da História, como o IHGB, valeu a Docca o peso da consagração na terra natal. Isto porque o meio intelectual local não possuía mecanismos de consagração. Dependia das instâncias e dos agentes centrais do campo nacional. Esse padrão persiste nas décadas seguintes. Na verdade, poucos historiadores rio-grandenses podem ser considerados “consagrados”, e cuja influência e cujo prestígio, na historiografia, ultrapassou as fronteiras do estado. Entre eles: Assis Brasil, Alfredo Rodrigues e Alfredo Varela, por pertencerem a outra geração, à “geração de 1880” e serem os pioneiros da historiografia rio-grandense; e, da “nova” geração, Souza Docca e Aurélio Porto. Todos tiveram como característica o fato de terem saído do estado, em algum momento, na formação e/ou na carreira política, militar ou diplomática, ou, no caso de Aurélio Porto, do trabalho propriamente intelectual. Ou seja, se articularam aos circuitos privados e públicos de socialização e comunicação intelectual do centro do país.

Em um período relativamente curto de tempo, Souza Docca foi eleito membro correspondente dos Institutos Históricos do Ceará, de Pernambuco, da Bahia, de São Paulo e do Uruguai.

---

<sup>316</sup> Carta de Florêncio Abreu a Souza Docca. Porto Alegre, 17 de novembro de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Assim, Souza Docca se inseriu num prestigiado circuito intelectual nacional, que despertava um misto de admiração e emulação dos pares locais. Em 1919, o amigo e companheiro de pesquisas no Arquivo Público do Estado, José Paulo Ribeiro, escreveu o prefácio do livro de estreia de Souza Docca, fato que serve como indicador do grau de amizade e camaradagem entre os dois pesquisadores rio-grandenses. É possível acompanhar as trocas de impressões intelectuais entre ambos através de sua correspondência particular, que permite recobrir, parcialmente, o outro lado da moeda – a perspectiva dos “camaradas” locais.

Logo após a transferência de Docca para o Rio de Janeiro, em 1921, José Paulo Ribeiro<sup>317</sup> escreveu, parabenizando pelos sucessos do amigo em razão do livro, por ele prefaciado, e do ingresso no IHGB. Disse: “o juízo que aí fazem sobre o valor do seu livro, vem confirmar minhas previsões”. Ao mesmo tempo em que assinala o reconhecimento do livro de Souza Docca, ressalta a repercussão que a obra tivera fora do Rio Grande. Paulo Ribeiro lembra que, ainda quando Docca estava em Porto Alegre elaborando o trabalho sobre a Guerra do Paraguai, “por várias vezes lhe fiz ver que o mérito desse livro teria repercussão, *não aqui, nem neste estado*, mas no Rio, São Paulo e outros estados *onde se estuda a nossa história*, as nossas tradições” (grifos meus).<sup>318</sup> Esse comentário deixa entrever como os indivíduos que se dedicavam à produção histórica no estado, no início da década de 1920, avaliavam essa produção em termos de pouco prestígio no meio intelectual local. De fato, no início da década de 1920, o gênero intelectual mais valorizado socialmente era a poesia. Além de parabenizar Souza Docca pelo ingresso como sócio no IHGB, segundo ele, “uma justa compensação aos seus méritos”, e depois de aconselhá-lo a coletar material na biblioteca Rio Branco (“aproveite, não perca tempo; estude, colha material para novos estudos e trabalhos profícuos”), José Paulo Ribeiro não se ressentiria de expressar sua emulação ao amigo trasladado para a metrópole: “Invejo e muito o meio onde o meu saudoso amigo se acha”. E justificava o motivo do sentimento: “porque aí, bem sei, sente-se a vida intelectual e artística desenvolver-se de envolta com as belezas majestosas da natureza”. Movido por certos escrúpulos, desculpava-se: “mas, pode estar descansado, que a minha inveja não maldiz a sua felicidade, pelo contrário desejo que esta seja eterna”. E, não contido, indagava sobre nomes prestigiados nacionalmente no campo intelectual com os

---

<sup>317</sup> Sócio fundador do IHGRGS, notário.

<sup>318</sup> Carta de José Paulo Ribeiro a Souza Docca. Porto Alegre, 30 de março de 1921. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

quais Souza Docca travara contato: “*diga-me qual a sua impressão sobre o Affonso Celso*<sup>319</sup>, *João Ribeiro e outros?*”<sup>320</sup> O que sobressai nesta correspondência é a percepção daqueles agentes da assimetria na relação entre o centro (Rio e São Paulo) e periferia (Rio Grande do Sul), marcado por um sentimento de inferioridade do agente que habitava uma região distante (simbólica e socialmente) do centro intelectual e artístico do país.

As notícias do “triunfo” de Souza Docca animaram José Paulo Ribeiro, que dizia se sentir “satisfeito” por ver que o seu pensamento sobre Docca estivera certo de que “saindo deste meio acanhado, para um centro mais vasto e culto, lhe seria proveitoso”.<sup>321</sup> Desejava publicar em livro, um trabalho cuja primeira parte saiu na revista do IHGRGS, no segundo trimestre de 1921. Disse João Paulo Ribeiro: “se eu pudesse publicar em volume *seria de muita vantagem para mim*, não pelo lado econômico, mas pelo meu esforço moral e intelectual”<sup>322</sup> (grifo meu). A intenção rapidamente se materializou. Em poucas semanas, anunciava: “o meu pequeno livro – *Uma Interrogação Histórica* – já está se editando na Livraria Americana”.<sup>323</sup> Uma pequena edição de “apenas 50 exemplares”, cuja distribuição seria “limitada”. Por isso, a escolha daqueles que receberiam uma cópia foi bem calculada: “tenciono mandar um exemplar para o Instituto Histórico Brasileiro e para o de São Paulo; assim como para Affonso Celso, Pinto da Rocha”. E, ainda, planejava enviar cópias para a imprensa do centro do país, conforme o critério de Souza Docca: “e para dois ou três jornais daí [do Rio] e de São Paulo, que o amigo deverá mandar-me a direção dos que julgar mais conveniente”.<sup>324</sup> O que deve ser ressaltado, no caso desta modesta busca por alguma “vantagem” intelectual, como destacou o próprio José Paulo Ribeiro, é a confirmação do diagnóstico socialmente compartilhado de que o *reconhecimento*, e, portanto, a validação de uma obra e de um autor passava pelo reconhecimento dos agentes e das instâncias de legitimação intelectual externo ao Rio Grande, cujo *espaço social* dos intelectuais recém dera a partida no processo de organização e institucionalização.

---

<sup>319</sup> O Conde de Affonso Celso era o presidente do IHGB, e João Ribeiro era um escritor reconhecido, que colaborava em diversos jornais do centro do país.

<sup>320</sup> Carta de José Paulo Ribeiro a Souza Docca. Porto Alegre, 30 de março de 1921. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>321</sup> Carta de José Paulo Ribeiro a Souza Docca. Porto Alegre. 15 de outubro de 1921. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>322</sup> Idem.

<sup>323</sup> Carta de José Paulo Ribeiro a Souza Docca. Porto Alegre, 4 de novembro de 1921. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>324</sup> Idem.

Como já está sugerido, a construção das redes de solidariedades intelectuais não se separa da formação das redes de reconhecimento entre instituições. Outro aspecto que merece ser destacado é a questão da mobilização dos *trunfos* ou do *capital simbólico* acumulado pela instituição, recém criada, *quem* podia mobilizar esses trunfos, e, por conseguinte, capitalizar mais reconhecimento, através deles. Em 1926, por iniciativa do historiador uruguaio Horácio Arredondo Hijo, Eduardo Duarte, secretário do IHGRGS, foi indicado para receber a distinção de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. Apesar de afirmar não possuir este mérito<sup>325</sup>, Duarte acabou por aceitar a proposta. Ao responder, acusando o recebimento do diploma, estatuto e ofício de comunicação da instituição uruguaia, pediu a indicação de alguns nomes para serem feitos sócios correspondentes do IHGRGS no Uruguai: “peço-vos, senhor Arredondo, a indicação de três nomes para serem propostos no Instituto local. Fica, porém, de antemão assentado que essa lista deve ter em primeiro lugar o vosso nome”.<sup>326</sup> Eduardo Duarte deixou claro que este acerto tinha a anuência do presidente do IHGRGS: “É o que se se resolveu aqui de acordo com o nosso presidente”.<sup>327</sup> Em outra correspondência, dirigida a Felipe Ferreiro, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, Eduardo Duarte foi mais enfático a respeito da indicação de alguns nomes para a associação de historiadores do país vizinho e sobre o processo de “permuta” de vagas. Eis a citação:

Solicito-vos, porém, permissão para lembrar o seguinte, o desembargador Florêncio Carlos de Abreu e Silva, Procurador Geral do Estado, e presidente deste Instituto desde a sua fundação tem incontestável mérito para ser recebido nessa associação, pois além da qualidade de nosso presidente, e autor não só de várias obras jurídicas como de um retrospecto Econômico Político deste estado, publicado em 1922, em que estuda a nossa vida em todos os ramos da nossa atividade, num período de 100 anos. É obra volumosa e muito consultada. O seu estudo sobre a *Constituição Farroupilha* é, também, um trabalho de avantajadas proporções, com justiça citado sempre que se trata do memorável decênio. Outro nome de grande realce entre aqueles que aqui cuidam de assuntos históricos, é o do major Emílio Fernandes de Souza Docca, fundador e orador do Instituto. No seu acervo avulta o livro: *Causas da Guerra com o Paraguai*. Como vedes são individualidades inconfundíveis e que, incontestavelmente, tem o seu mérito para penetrar em associações do caráter das nossas. *E sei*

<sup>325</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 27 de agosto de 1926. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>326</sup> *Idem*.

<sup>327</sup> Cópia da carta de Eduardo Duarte a Horacio Arredondo Hijo. 1927. Fundo Eduardo Duarte, correspondência ativa, Arquivo do IHGRGS.

*de antemão, esses bons amigos, receberiam com agrado a sua eleição nessa distinta associação (grifo meu).*<sup>328</sup>

A última parte da citação, destacada, sugere que os indicados por Eduardo Duarte não apenas sabiam e estavam de acordo com tal proposta, mas também indica que quando Duarte propôs, em nome de Florêncio Abreu, que fossem indicados três nomes do Instituto uruguaio para correspondentes em Porto Alegre, já havia a intenção tácita de receber a contrapartida da instituição uruguaia. E esta contrapartida seria para contemplar o próprio Florêncio, e, também, Souza Docca, com a distinção de sócios correspondentes. E assim, ambos se tornaram sócios do Instituto Histórico da República Oriental.

### **3.2.1. Admissão e recrutamento dos novos membros do IHGRGS**

O mecanismo de recrutamento de historiadores para o Instituto Histórico se confunde com o processo de ampliação do espaço disciplinar da História na esfera intelectual rio-grandense. Para entender esse mecanismo de recrutamento de novas elites intelectuais, ou mais especificamente, de novos quadros para o IHGRGS, é preciso considerar alguns fatores como: o ‘status’ crescente adquirido pelo IHGRGS nos primeiros anos de criação, tornando-se, rapidamente, objeto da aspiração dos jovens intelectuais ou aspirantes; e o proselitismo assumido por historiadores veteranos. A imposição da agenda em torno da comemoração do centenário também teve efeito sobre a propagação do “micróbio da historiografia”.<sup>329</sup>

Como já foi visto no capítulo 1, inicialmente os fundadores do IHGRGS souberam mobilizar a favor da instituição os recursos sociais e políticos de pessoas que não produziram estudos de qualquer natureza, mas cujo prestígio político ou social pôde ser emprestado para o Instituto Histórico. Mas, rapidamente, o Instituto acumulou seu próprio capital simbólico, à medida que recebia o reconhecimento do Estado, dos pares e de instituições congêneres, *pari passu* à consagração de alguns (poucos) de seus

<sup>328</sup> Cópia da carta Eduardo Duarte a Felipe Ferreiro. s/d. Fundo Eduardo Duarte, Correspondência ativa, Arquivo do IHGRGS.

<sup>329</sup> Expressão utilizada por Aurélio Porto para referir-se a João da Silva Belem (escritor e sócio do IHGRGS que residia em Santa Maria), quando anunciou a Souza Docca, a viagem de Belem para pesquisar nos arquivos do Rio de Janeiro, a fim de fazer “um trabalho de fôlego” sobre Santa Maria. Carta de Aurélio Porto a Souza Docca. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

membros. Tudo isso apontava para a incipiente afirmação da identidade profissional dos historiadores. À medida que a própria instituição se reforçava simbolicamente, ela reforçava ou legitimava os historiadores que lhe eram dedicados, tornando-se objeto da aspiração dos novos.

Serão vistos agora casos que ilustram como o IHGRGS passou a ser considerado objeto de interesse daqueles que aspiravam ao reconhecimento intelectual no Rio Grande do Sul, à medida que a disciplina histórica se afirmava pela sua institucionalização, e a “profissão” de historiador começava a ganhar algum prestígio no meio intelectual local. Ou seja, revela que o IHGRGS tornou-se uma instância de reconhecimento intelectual importante no Rio Grande do Sul. Começando pela rápida análise da trajetória de Jorge Salis Goulart, jornalista e professor da faculdade de direito de Pelotas, e o itinerário seguido por este agente, na busca por inserção e reconhecimento. Salis Goulart estreou na poesia inspirado pelo *Simbolismo*, em 1919, com o livro *Auroras e Poentes*, permanecendo nesse gênero ainda lançou *Chuva de Rosas* (1922), seguido por *Colheitas de Ouro* (1924). Em 1925, Salis Goulart rompe com a forma e o estilo simbolista, lançando dois livros com poemas em prosa, na voga do modernismo, *Poemas para nós mesmos* e *Confissões*. Em 1927, na voga do regionalismo, quando o regionalismo político, literário e editorial é assumido como missão pelos intelectuais gaúchos, tendo a *Livraria do Globo* como trincheira, sob o comando de Mansueto Bernardi, Salis Goulart lança, por essa “editora”, a *Alma viva do Rio Grande* (1927), poesia regionalista. Nesse mesmo ano, porém acontece a reconversão desse escritor para os temas históricos, quando lançou, pela mesma livraria, o clássico da historiografia rio-grandense a *Formação do Rio Grande do Sul* (1927).

Essa reconversão de Salis Goulart do terreno da poesia para o campo dos *ensaios* históricos não foi um caso isolado, está a par do movimento realizado por outros jovens intelectuais no final da década de 1920, e se relaciona com prestígio social adquirido pela atividade intelectual ligada à disciplina histórica. Salis Goulart submeteu seu livro ao concurso da Academia Brasileira de Letras – uma das instâncias nacionais com poder de consagração –, e foi premiado. Foi indicado pelos seus padrinhos intelectuais e políticos, membros *correspondentes* – e fundadores – do IHGRGS, os irmãos Luís Fernando Osório e Joaquim Osório, a uma vaga no Instituto Histórico rio-grandense, também como sócio correspondente, já que não residia em Porto Alegre. Sobre essa proposta, Luís Fernando Osório cobraria ao secretário Eduardo Duarte, através de correspondência:

Em tempo tive o prazer de enviar ao bondoso amigo, pelo correio, uma proposta, também assinada pelo nosso confrade Dr. Joaquim Osório, destinada ao Instituto Histórico, com o nome de Salis Goulart, candidatura esta por tão simpaticamente recebida pelo ilustre amigo. Recebeu-a? Como até agora nada soube a respeito, tomo a liberdade de perguntar-lhe em que pé está o assunto.<sup>330</sup>

Por esta carta, pode-se ter a impressão de que a iniciativa e preocupação eram apenas do proponente, Luís Osório. Entretanto, analisando as cartas de Jorge Salis Goulart, se vê que o mesmo tinha vivo interesse. Como não recebia resposta, Salis Goulart fez chegar às mãos de João Maia, membro da comissão de recepção de novos sócios do IHGRGS, através de sua mãe em visita a João Maia, um artigo do jornal *Diário Popular*, de Pelotas, dirigido por Salis, em cujo artigo elogiava o velho escritor, e mencionava a aparecimento de um novo livro da lavra de João Maia. Em resposta, João Maia escreveu a Salis Goulart, agradecendo “a tão honrosa, quão imerecida referência, da parte do ‘*Diário Popular*’ – ora sob sua competente direção pelo que o felicito – à minha apagadíssima individualidade e ao futuro aparecimento de um livro da minha autoria”.<sup>331</sup> Estes dois incidentes – a visita da mãe de Salis Goulart a João Maia, em sua residência, e a publicação de uma nota elogiosa a este escritor, às vésperas de dar o parecer sobre o ingresso do primeiro no IHGRGS – dão a dimensão da expectativa e dos esforços empregados pelo jovem, mas já experimentado, intelectual pelotense na arte das estratégias de reconhecimento intelectual.<sup>332</sup> Ainda vale mencionar uma parte do parecer de João Maia a favor do ingresso de Salis Goulart, pois revela aspectos importantes sobre a progressiva diferenciação da história e da literatura, e, também, sobre os critérios valorizados para o ingresso no IHGRGS. Muito embora, esses critérios pudessem variar de caso para caso, dependendo dos atributos sociais, políticos, e, propriamente intelectuais do candidato, e, ainda, dos critérios pessoais do relator da comissão de novos sócios, o *parecer* de João Maia sobre a admissão de Jorge Salis Goulart ganha relevo por ser o único parecer encontrado na documentação do Instituto. O referido *parecer* pode ser considerado um modelo “ideal” de avaliação sobre propostas de admissão, sendo, inclusive, publicado na revista do Instituto.

---

<sup>330</sup> Carta de Luís Fernando Osório a Eduardo Duarte. Pelotas, 12 de outubro de 1927. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

<sup>331</sup> Carta de João Maia a Jorge Salis Goulart. Porto Alegre, 4 de maio de 1928. Fundo Jorge Salis Goulart, Arquivo do IHGRGS.

<sup>332</sup> Para saber mais sobre a trajetória intelectual de Jorge Salis Goulart e suas estratégias na busca pelo reconhecimento na esfera intelectual brasileira e rio-grandense ver a dissertação de mestrado de MARTINS (2011).

No parecer trazido à baila, João Maia discorreu sobre a produção intelectual pregressa na literatura de Jorge Salis Goulart, e afirmou que “sua bagagem literária” “*não legitimaria por si só, o ingresso de Salis Goulart no quadro dos sócios do Instituto Histórico, atendendo à natureza desse grêmio*”. Então, assinalou a mudança de rumo de Salis Goulart na sua trajetória intelectual: “em boa hora, porém, para o Instituto, o polimorfo do jovem escritor *rumou para novo quadrante*”. Tratava-se do investimento no campo dos estudos históricos e sociológicos:

e foi prosseguindo nessa rota, que o espírito de Salis Goulart, *evoluindo da literatura de ficção*, esfera em que aliás se livrara em altos remígios, penetrou resolutamente nos domínios da sociologia, escrevendo substanciosos artigos, quer para revistas estrangeiras, quer para folhas nacionais. Sua definitiva afirmação, porém, no gênero, reside no aparecimento, em 1927, de seu livro *A Formação do Rio Grande do Sul*. Com tal autoria, Salis Goulart ascende triunfante ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a quem cumpre, sem mais detença, abrir-lhe as portas de par em par, a fim de que ele venha colaborar com seus membros, na obra ingente da reconstituição dos gloriosos fatos rio-grandenses e do estudo do amplo e formoso cenário em que eles epicamente se desdobraram. *Trata-se, efetivamente, de uma obra versante sobre geografia social, geografia da história, psicologia social e sociologia, aplicadas ao Rio Grande do Sul sob o ponto de vista dos mais adiantados métodos*, na enunciação dos quais Salis se revela um erudito (grifos meus).<sup>333</sup>

Vê-se, por este parecer, que a mudança da poesia para a História ou Sociologia foi considerada como evolução (“*evoluindo da literatura de ficção*”), o que subentende a hierarquização, naquela conjuntura, entre ciência e literatura ou História e poesia. Esta hierarquização (e decorrente prestígio intelectual) deve ter ficado clara a Salis Goulart, inspirando-lhe a reconversão de um gênero ao outro, tanto quanto a mudança de “quadrante” do aspirante ao Instituto Histórico ficou evidente ao escritor veterano. Vale lembrar, mais uma vez, que esta inflexão não foi única ou isolada. Remete ao incremento dos *ensaios* científicos e à reconversão de vários intelectuais dos gêneros literários aos “científicos”.

Agora será visto outro caso que ilustra o desejo de inserção intelectual tendo o IHGRGS como instância de reconhecimento intelectual no âmbito do estado. No arquivo pessoal de Eduardo Duarte, sob os cuidados do IHGRGS, se encontra um pequeno conjunto de 5 correspondências de Antônio Domingos Pinto<sup>334</sup> a Eduardo

<sup>333</sup> Parecer sobre a admissão de Jorge Salis Goulart, RIHGRGS, n. 32, p. 617, 1928.

<sup>334</sup> Antônio Domingos Pinto Filho nasceu em Recife-PE e faleceu em São Jerônimo-RS (1882-1950). Diplomado engenheiro topógrafo e geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 1906 (MARTINS, 1978, p. 441).

Duarte que remetem ao prestígio conquistado pelo Instituto Histórico nos seus primeiros anos, a ponto de tornar-se objeto do interesse dos aspirantes a intelectuais. Antônio Domingos Pinto era um engenheiro pernambucano, que foi diretor das obras públicas de São Jerônimo – RS, e Delegado de Estatística do mesmo município. Pretendia escrever um dicionário “completo” do Rio Grande do Sul, e escreveu para o secretário do Instituto, na época, Leonardo Truda, para adquirir os volumes da revista do IHGRGS, mas como não obteve resposta, remeteu o pedido ao presidente, Florêncio Abreu, pelo qual, também, foi ignorado. Para sua surpresa, um dia recebeu um número da *Revista do Instituto* em São Jerônimo, onde residia. Vendo na própria revista que os assuntos a ela dedicados eram da alçada de Eduardo Duarte, resolveu escrever-lhe para agradecer, sem muita esperança de resposta: “é natural que V. S. siga o exemplo dos seus pares e deixe esta sem resposta, e com isto me obrigará a não ser gentil em agradecendo uma remessa tão cativante”.<sup>335</sup> Nas correspondências seguintes, além de negociar a compra da coleção completa da revista, deu a conhecer a Eduardo Duarte os seus trabalhos sobre o Rio Grande do Sul, que pretendia escrever com o auxílio da revista. Além disso, recebeu o convite de Eduardo Duarte, que o “encheu de desvanecimento” para colaborar na revista. Consta que em maio de 1930, enviou “uma pequena apreciação sobre a república de Piratini”, para que Duarte avaliasse se era “digna de figurar nas páginas da coleção da revista”.<sup>336</sup> O referido trabalho foi publicado no mesmo ano, com o título *A influência das revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824 na república de Piratini*.<sup>337</sup> Ainda, teve de sua autoria publicado um artigo intitulado *Vocábulos indígenas na geografia rio-grandense*, no qual faz correções ao trabalho de Souza Docca publicado na mesma revista, em 1925, com o mesmo título. Antônio Domingos Pinto procurou de toda forma não melindrar-se com Souza Docca, dizendo “não é meu intento querer emendar o ilustrado escritor coronel Souza Docca no seu belo trabalho que publicou”, e justificou dizendo: “a intenção que me leva, é exclusivamente cooperar um pouco a supressão de enganos ou erros, que cometidos por um, vão os mesmos passando de escritor a escritor”.<sup>338</sup> Antônio Domingos Pinto ainda enviou para Eduardo Duarte uma monografia sobre o município de São Jerônimo e um artigo sobre a *Hidrografia do Rio*

---

<sup>335</sup> Carta de A. D. Pinto a Eduardo Duarte. São Jerônimo, 22 de janeiro de 1929. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

<sup>336</sup> Carta de A. D. Pinto a Eduardo Duarte. São Jerônimo, 1 de maio de 1930. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

<sup>337</sup> PINTO, Antônio Domingos. *A influência das revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824 na república de Piratini*. RIHGRGS, n. 38, p. 305, 1930.

<sup>338</sup> PINTO, Antônio Domingos. *Vocábulos indígenas na Geografia Rio-grandense*. Revista do IHGRGS, n. 39-40, p. 531.

*Grande do Sul*, os quais também foram publicados na revista. Em 29 de setembro de 1930, Domingos Pinto sentiu-se à vontade para fazer a seguinte consulta:

Agora, porém, ousou apelar para a consideração que me tem dispensado e solicitar-lhe o favor de responder a consulta de submeto a criteriosa opinião do distinto am<sup>o</sup>.

Desejo candidatar-me a sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

As credenciais que posso apresentar são os diplomas que possuo:

Sócio efetivo do Club de Engenharia do Rio de Janeiro

Membro do American Association of Railway Engineers

Membro do American Society of Mechanical Engineers

Sócio correspondente da Societé de Génie de Lyon

Engenheiro geógrafo pela Sociedade Politécnica

Sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano

Ex diretor das Obras Públicas municipais de São Jerônimo

Delegado de Estatística do município de São Jerônimo

Tenho em confecção “*O município de São Jerônimo e suas minas de carvão*” e “*Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*”

trabalho moroso e difícil que só posso ir fazendo com morosidade, esperando dar a publicidade para o próximo centenário da República de Piratini. *Não conheço ninguém a quem peça para me propor, isto é ninguém do Instituto*, assim como não conheço o exigido pelos Estatutos para ter a honra de fazer parte do Instituto, mas, fiado no distinto amigo ousou candidatar-me, esperando que me elucidará a respeito e sendo possível auxiliará realizar o meu *desideratum*, caso não lhe traga nenhum sacrifício ou prejuízo. Referências a meu respeito podem ser tiradas em S. Jerônimo, onde resido e tenho família (grifos meus).<sup>339</sup>

Esta foi a última missiva enviada por Antônio Domingos Pinto a Eduardo Duarte, ou pelo menos a última a ser preservada em seu arquivo. Que se sabe é que ele não logrou ser recebido como sócio do IHGRGS. Aparentemente, ele possuía todas as credenciais para ser recebido na Instituição: publicações (monografias e ensaios históricos e geográficos), e fazia parte de instituições congêneres nacionais e internacionais. É possível inferir, inclusive, que a autocandidatura ao Instituto não foi um erro de avaliação do candidato, já que ele possuía trabalhos publicados na revista, o que indicava tanto a simpatia pessoal do redator quanto uma credencial para o postulado. Talvez possa se aventar como uma remota possibilidade que o artigo com a retificação a Souza Docca não tenha sido bem recebido por este, e isso tenha influenciado no caso. Porém, é mais seguro presumir que, simplesmente, faltava-lhe a posse de capital social necessário para o ingresso no Instituto, fato que ele, Domingos

<sup>339</sup> Carta de A. D. Pinto a Eduardo Duarte. São Jerônimo, 29 de setembro de 1930. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

Pinto muito bem reconheceu: “não conheço ninguém a quem peça para me propor, isto é ninguém do Instituto”.

A despeito do insucesso do último caso, o que se pretende destacar aqui é a candidatura em si, que revela que pertencer à instituição tornou-se desejável, a ponto de um aspirante vencer escrúpulos e se auto indicar ao posto almejado. Contrastando com o caso anteriormente citado, de Jorge Salis Goulart, fica patente que, além dos requisitos de produção intelectual na área dos ensaios científicos, era mister para se ter acesso às agremiações da natureza do Instituto Histórico, o apadrinhamento político ou intelectual. Como malogrou o seu *desideratum*, ao que parece, Antônio Domingos Pinto abandonou o projeto de escrever o dicionário sobre o Rio Grande do Sul.

### 3.2.2. O proselitismo histórico

Em 1995, a *Revista Estudos Ibero-Americanos*, do PPG de História da PUCRS, publicou uma entrevista de Dante Laytano concedida a Moacyr Flores, na qual aquele relembra alguns aspectos do início da sua trajetória como historiador, no começo dos anos 1930. Laytano ressalta o papel de Eduardo Duarte como figura-chave na sua iniciação pela pesquisa histórica:

Na minha geração não se começava com estudos históricos, não se pesquisava. Começava-se pela literatura, poesia e contos. Os jornais diários sempre abriam colunas aos literatos. Uma figura que faço questão de lembrar é a do doutor Eduardo Duarte, que dirigiu e fundou o Arquivo Histórico do RS. Ele realizou uma carreira de funcionário do Arquivo Público, mas como era um apaixonado pelo passado e pela fonte histórica, organizou de maneira modelar o material histórico, estabelecendo uma seção especial que ele mais tarde conseguiu levar para o Museu Júlio de Castilhos, iniciando assim a segunda fase da documentação histórica do Rio Grande do Sul.<sup>340</sup>

Sobre o momento que foi o “*estopim*” para que Laytano iniciasse uma trajetória intelectual pela pesquisa histórica, afastando-se da crítica literária e da literatura, onde estreara, em 1931, com o livro de contos *Uma mulher e outras fatalidades*,<sup>341</sup> ele relata: “Quando lhe fazia uma visita no Museu Júlio de Castilhos, o Eduardo Duarte mostrou-me documentos interessantes, para que eu desse uma lida e escrevesse alguma coisa. Foi

<sup>340</sup> FLORES, Moacyr, 1995, p. 109.

<sup>341</sup> Segundo Moacyr Flores (2000), Dante de Laytano renegava essa obra, que trazia pequenas crônicas “de desamor e crítica às mulheres perversas” (FLORES, 2000, p. 8).

o estopim para que nascesse o pesquisador”. Ora, é necessário nuançar esse relato, e relacioná-lo com a mudança mais ampla que estava acontecendo de institucionalização da História, e, conseqüente, incipiente mas visível aumento do prestígio de ser “historiador”. Laytano está certo quando afirma que os jornais “sempre abriam colunas aos literatos”. E isto era um condicionante importante para que o início das trajetórias intelectuais nos jornais se desse pela literatura. Mas, também é verdade que depois de 1930, todos os ingressantes no IHGRGS tiveram publicações de estreia através de alguma forma de ensaio ou monografia. Ou seja, pelo incremento do prestígio social da História e da pesquisa, houve numa mudança no tipo de investimento inicial na carreira intelectual.

Além disso, uma carta enviada por Laytano a Eduardo Duarte, em setembro de 1930, indica que aquele aspirante a intelectual iria fazer sua estreia por um romance histórico chamado *Bento Gonçalves*, o qual descreve como “livro inquieto. Feito de verdade. Encantamento das biografias romanceadas”. Ele informa por carta a Duarte: “estava com o meu livro pronto para remetê-lo quando recebi a esplêndida reedição d’*O Povo*, que se deve exclusivamente a V. Exa.”. A reedição de *O Povo*, jornal dos revolucionários farroupilhas, foi feita em 1930, após larga pesquisa de Eduardo Duarte, até encontrar os 116 volumes do periódico. Ao que parece, essa reedição demoveu Laytano da intenção imediata de publicar o romance sobre Bento Gonçalves. Justificou: “subsídios tão eloquentes [do jornal *O Povo*] influíram no corpo da obra. Estou a reformá-la”. Mas nunca veio à luz. Portanto, pode-se inferir que a história já estava colocada, em 1930, como um caminho a ser seguido a quem aspirasse a uma carreira intelectual.

A relação mestre/discípulo entre Eduardo Duarte e Dante de Laytano é um aspecto bastante saliente na correspondência pesquisada. Na carta aludida, quando Laytano era juiz distrital em Jacuí, a forma como um fato marcante é mencionado assinala o grau de subordinação na relação de ambos: mesmo ante um momento de tristeza pela morte do seu pai, Laytano sente-se compelido a escrever a Duarte, para cumprimentá-lo pelo sucesso da publicação de *O Povo*:

A liberdade que tive em escreve-lo me foi compelida pelo dever dum pobre discípulo para com o insinuante mestre que é V. Exa. Neste instante em que o seu talento resplandeceu.

Perdendo o meu pai, não me sinto com forças para escrever, como eu desejo, esta trêmula missiva... Sincera e respeitosamente, Seu discípulo. Dante de Laitano.<sup>342</sup>

No ano seguinte, quando Laytano já estava em Rio Pardo, o historiador neófito realizou o primeiro trabalho de pesquisa histórica, que versou sobre os monumentos históricos e artísticos de Rio Pardo. Na entrevista citada (concedida a Moacyr Flores), Laytano fala sobre o seu primeiro orientador:

vim a Porto Alegre, ao Arquivo Histórico, que era seção do Museu Júlio de Castilhos, dirigido pelo dr. Eduardo Duarte. Fiz perguntas a ele sobre documentos, de como poderia estudá-los. Terminei sendo um discípulo de quem me orientou sobre os documentos e materiais que eu deveria pesquisar. Achei que era bom conversar com uma autoridade sobre o assunto, pois não era minha seara e eu tinha que começar os estudos, pesquisas, avaliações e daí nasceu o gosto pela história e um livro sobre Rio Pardo.<sup>343</sup>

Sobre o período em que morou em Rio Pardo, Laytano, na época, fez um relato que revela a impressão que lhe causou a cidade histórica:

Estou num retiro adorável e lindo. Eu que amo a história. Rio Pardo é o elogio do passado. Os velhos solares lembram as recepções duma fidalguia simples e boa. Os portões em ruínas são marcos duma riqueza que já não existe. E as sombras se agitam nas ladeiras antigas, todas calçadas de enormes lajes cobertas de capim... As igrejas austeras guardam tesouros nos altares maravilhosamente entalhados em madeira rica e todo o preciosismo católico sobressai naquelas catedrais imponentes... A beleza do que já foi....<sup>344</sup>

O primeiro trabalho de Laytano, sobre Rio Pardo, foi publicado na *Revista do IHGRGS*, e recebeu uma separata de 35 páginas, mediante o pagamento de 500 mil réis. Abaixo vai a citação do agradecimento de Dante de Laytano a Eduardo Duarte, e, também, o plano de distribuição daquelas separatas para autoridades, imprensa e membros do Instituto, para alcançar visibilidade e engatilhar a venda do livro que preparava sobre Sebastião Xavier Amaral Sarmento Mena, poeta farroupilha:

Não me fartarei de agradecer ao mestre e amigo esta bela oportunidade que me proporcionou em publicando a minha crônica na famosa e esplêndida *Revista do Instituto*, e principalmente por ter dado, ainda, uma separata tão bem feita.

<sup>342</sup> Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Jacuí, 1 de setembro de 1930. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

<sup>343</sup> FLORES, 1995, p. 111.

<sup>344</sup> Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Rio Pardo, 24 de maio de 1931. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

Agora desejava falar a V.Exa. com respeito ao pagamento daqueles quinhentos mil réis que me comprometera entrar para completar o conto de réis exigido por V. Exa. em nome do Instituto:

- a) A separata tendo 35 páginas não poderia ser vendida por mais de três mil réis.
- b) Era necessário oferecê-la às autoridades locais, funcionários do município, imprensa diária de Porto Alegre, revistas históricas do Brasil, membros do Instituto do Rio Grande, pessoas representativas e aos dois colaboradores fotográficos.

Exposto (*sic*) estes dois itens acima achei de mais habilidade distribuir a pequena monografia a todas aquelas pessoas que ficarão assim forçado (*sic*) de serem os compradores do livro de Sebastião Xavier. É uma estratégia que garante no mínimo 150 compradores certos do livro do grande poeta farroupilha, cujo volume se poderá cobrar dez mil réis, ficando eu assim devidamente habilitado a entrar com a quantia que eu me comprometera com V. Exa. Haverá apenas uma diferença de prazo porque a impressão do livro de Sebastião Xavier levará algum tempo.

Aguardo a resposta de meu prezado mestre, pois nada pretendo fazer sem o parecer de V. Exa. a quem tudo devo e muito acato. Tudo o que aqui se escreveu é a mais nítida solução para garantir a saída do livro de Sebastião Xavier, que poderá ter duas edições: uma pequena este ano e outra em 1935.<sup>345</sup>

Destaca-se, da carta transcrita, a valorização da publicação na “famosa e esplêndida *Revista do Instituto*”. Ao mesmo tempo, fica implícito que Dante de Laytano sabia que a revista tinha circulação restrita, por isso seu investimento nas separatas, que poderiam mais facilmente chegar às mãos das pessoas e dar mais visibilidade ao trabalho e seu autor. A “estratégia” de distribuição gratuita da separata mapeia quais eram os círculos visados por Laytano, na busca de notoriedade: a autoridades locais em Rio Pardo, imprensa de Porto Alegre, revistas históricas do Brasil e membros do Instituto. Além disso, revela, pelo plano exposto para conseguir vender o livro que estava em preparação e foi lançado em 1933<sup>346</sup>, o grau de cálculo nas ações de um indivíduo como Dante de Laytano, que não possuía grandes recursos sociais, por ser de origem não privilegiada – era filho de um sapateiro imigrante –, e contava, principalmente, com a posse de um diploma superior, o de bacharel, para ascender socialmente.

A carta que será transcrita abaixo documenta a percepção de Dante de Laytano a respeito da ascensão social da história, do papel de Duarte na inflexão da sua trajetória

<sup>345</sup> Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. s/d. (provavelmente 1932 – ano da publicação de seu primeiro artigo na *Revista do IHGRGS*). Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

<sup>346</sup> Estudo crítico sobre Sebastião Amaral Sarmiento Mena, como prefácio da edição das obras completas do poeta, 1933.

rumo ao novo quadrante, e, por fim, a “profissão de fé” na história como o caminho a seguir nas lides intelectuais:

As novas gerações começam a compreender o verdadeiro sentido da história. Alguém ousará negar a V.S. a feição máxima de sua personalidade: o condutor [?] Porque em V.S. existe a mesma característica do mestre que Paul Bourget immortalizou num romance maravilhoso: “Le disciple”. A modéstia, a pureza e o silêncio. Nada vinha de sua pessoa e tudo vinha de sua pessoa. Porque ele era um homem de recolhimento... aqui é que justamente eu nunca me perdoaria se não fizesse público a obra criadora que se lhe deve. O arquivismo guindado à categoria de ciência quando, entre nós, não passava duma sonolenta repartição burocrática. **Peço a V.S. que não veja nas minhas palavras qualquer intenção bajuladora ou social porque tudo lhe devo quanto à minha nova orientação.** Acostumado à indiferença dos pendantes (*sic*) e a mediocridade dos funcionários elevados, por acaso, a chefias de departamentos científicos, ia esmorecendo o meu amor às nossas cousas quando surgiu na minha vida intelectual a figura de V.S., revigorou-se a minha ilusão de homem de 24 anos... Sinto-me assim amparado. É o estímulo. **Dedicar-me-ei somente aos estudos históricos.** Farei minha despedida da literatura com uma novela de imigrante que estou a terminar, o que me preocupará em arte é a crítica. A crítica é uma espécie de história da arte... (grifos meus).<sup>347</sup>

Como se vê, esse trecho da correspondência contém elementos de desabafo, em expressões como a “indiferença dos pedantes”, que, veladamente, aponta para as barreiras sociais que um jovem, sem recursos sociais de família, enfrentava para ascender na esfera intelectual. A questão social é pungente na carta, a ponto de Laytano fazer a denegação de “qualquer intenção bajuladora ou social”.

Eduardo Duarte trabalhava como orientador acadêmico de Dante de Laytano, a quem este enviava textos a serem corrigidos, e dúvidas para serem dirimidas.<sup>348</sup> Duarte enviava de volta as “notas e as respostas”. Todas as cartas do discípulo são repletas de expressões de gratidão e afirmação da influência de Duarte no rumo que Dante seguiu enveredando pela história, como a seguinte declaração: “ainda não me cansei (*sic*) e

<sup>347</sup> Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Rio Pardo, 19 de março de 1932. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

<sup>348</sup> Eduardo Duarte também foi orientador intelectual de Walter Spalding, e essa relação continuou mesmo depois de muitos anos. Como segue o pedido a seguir feito por Spalding no final da década de 1940: “Desculpe-me a grande massada. Mas estou com urgência e não posso mais pensar. Ando esgotado e preciso imenso de que alguém leia essa imensidade de palavras que escrevi e que aí vão. É a tese para o 1º Congresso de História da Bahia. Devem esses originais estar lá até 15 de fevereiro. Peço, pois, ao querido amigo e mestre, a fineza de ler (tenha a paciência e ature isso, como penitência... imerecida) e ver se não disse alguma tolice, repeti algum dado por forma diversa e, mesmo, erros de datilografia ou outros que encontrar. Assinale-me tudo, por favor, com tintinha encarnada para que não me escapem correções suas. É um grande favor e uma grande dívida que juntarei às inúmeras que estão aguardando pagamento. Quando? Só Deus sabe” (Carta de Walter Spalding a Eduardo Duarte. Porto Alegre, 17 de janeiro de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS).

jamais me cançarei (*sic*) de agradecer a orientação que V. S. está emprestando ao meu espírito nesse instante que a minha segunda mocidade me fixa para a história”.<sup>349</sup> Nesta mesma carta, há uma diferença em relação às anteriores, a saber: a forma de tratamento. Dante troca a forma de tratamento “V. Exa.” por “V. S.”, e, ao despedir-se, não subscreve-se como “discípulo” e sim, pela primeira vez, como “amigo e confrade”. Estas mudanças na forma de tratamento indicam que ele se sentia mais à vontade, e estão a par com o pedido que incluiu no final da missiva. Após prestar esclarecimentos sobre o estudo a respeito de Sebastião Xavier Sarmiento Mena, que Duarte revisou, Laytano não se furtou ao desejo de tocar no assunto do seu ingresso no IHGRGS. Disse: “antes de terminar esta carta esquemática eu vou apelar para V. S. no sentido de tratar da minha inscrição no Instituto”. E acrescenta: “em maio [de 1933] eu pretendo ir ao Rio de Janeiro”. E mais uma vez reaparece o pensamento “estratégico” de Dante de Laytano: “e seria uma esplendida (*sic*) credencial”. Não está claro o que Dante iria fazer no Rio de Janeiro, mas provavelmente se tratasse de algo relacionado ao livro sobre Sebastião Mena, já que foi publicado no Rio de Janeiro, em 1933. E, então, a publicação do livro pela editora no Rio de Janeiro seria uma esplêndida “credencial”. Em seguida, fez o pedido sem rodeios: “Uma vez V.S. me fez um convite nesse sentido. Hoje sou eu que espero a sua proverbial atenção estimuladora para pleitear a minha admissão”. Possivelmente, Eduardo Duarte em algum momento tenha acenado com a possibilidade de Laytano vir a fazer parte dos quadros do Instituto Histórico. E, naquele momento, Dante de Laytano lembrou o “convite”, numa forma sutil de cobrar a Duarte, ao mesmo passo que expressava seu desejo explícito de ingressar na instituição. Além disso, apresentou dois nomes que poderiam assinar a proposta de admissão: “Além de V. S., o dr. Adroaldo e o dr. Armando Dias de Azevedo são pessoas que mais ou menos me tem em boa conta. Enfim, V. S. disponha como entender”.<sup>350</sup>

Como se vê, na relação epistolar entre Dante de Laytano e Eduardo Duarte estão presentes elementos que apontam nas duas direções: a aspiração do jovem intelectual de ingressar no IHGRGS, e, também, o *proselitismo* praticado por Eduardo Duarte. O processo de introdução de Dante de Laytano no círculo acadêmico se completou quando ele recebeu o convite para trabalhar no Museu Júlio de Castilhos, que era dirigido por Alcides Maia, e onde Eduardo Duarte comandava a seção do Arquivo Histórico, em

<sup>349</sup> Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Rio Pardo, 4 de novembro de 1932. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

<sup>350</sup> Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Rio Pardo, 4 de novembro de 1932. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

1934, e, depois, quando foi, finalmente, aceito como membro efetivo do IHGRGS, em 1936.<sup>351</sup>

### 3.2.3. Reforço mútuo entre historiadores da nova geração

Agora, rapidamente, será analisada a relação entre os novos historiadores, nos anos 1930, para reforçar a ideia de que sua inflexão aos estudos históricos se deu no contexto da especialização disciplinar da História, *pari passu* ao prestígio da “profissão” do historiador, que tornava essa “carreira” um campo promissor e desejável ao jovem aspirante a intelectual, associado ao trabalho de recrutamento realizado pelos historiadores veteranos. Outro jovem escritor que fez, no início dos anos 1930, uma inflexão de carreira intelectual do campo da poesia para o “quadrante” da História foi Manoelito de Ornellas. O próprio Dante de Laytano saudaria a “mudança de orientação” do escritor Manoelito de Ornellas para o “serviço da história”. Quando já se encontrava instalado no Museu Júlio de Castilhos, ao lado de Eduardo Duarte, seu orientador, Laytano escreveu a Manoelito de Ornellas louvando-o pela publicação de *Tu-pancyretan*, dizendo: “agora tens a minha admiração em ponto maior porque não faltaria um belo escritor que dissesse que ao espírito fino lhe é mais fácil criar do que coordenar a rota da realidade”, sugerindo assim a avaliação de que escrever história seria superior à escrita da ficção. E acrescenta: “E como subestes (*sic*) ser sempre um fino espírito posto agora, com elegância, ao serviço da história”. E adianta que pretendia escrever nos diários de Porto Alegre sobre os “méritos de historiador” de Manoelito de Ornellas.<sup>352</sup>

Em 1934, quando Laytano ainda estava em Cachoeira do Sul, atuando como promotor público, pouco antes de mudar-se para Porto Alegre, entabulou conversa, por carta, com outro historiador da sua geração, Walter Spalding. Laytano, na primeira missiva, agradeceu a Spalding por ter citado seu livro sobre *Sebastião Menna* (1933). Disse ele: “[este livro] me trouxe o contingente desolador de ataques”. No agradecimento, Laytano não foi econômico nos elogios ao colega historiador: “Hoje,

<sup>351</sup> Segundo Letícia Nedel (1999), Dante de Laytano manteve, por pouco tempo, um escritório de advocacia na rua da Praia, na Galeria Chaves, juntamente com Alberto Marques, colega de faculdade e genro de Eduardo Duarte (NEDEL, 1999, p. 125).

<sup>352</sup> Carta de Dante de Laytano a Manoelito de Ornellas. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1935 (BRAGA, 2000, Anexo 21: Carta de Dante de Laytano (ALMAN – 02b0220 – 35)).

Valter Spalding é um nome brilhante no mundo intelectual do Brasil”.<sup>353</sup> Ao que indica a segunda carta de Laytano a Spalding, ambos ainda não se conheciam pessoalmente, dado o tratamento cerimonioso que Laytano buscava vencer: “Perdoa-me a familiaridade mas não seria pedante um grotesco tratamento de senhor, etc?...”. Aproveitava para mandar seu novo livro editado em 1934 pela Livraria do Globo (uma incursão pela crítica literária), chamado *Colecionadores de Emoção*. A um só tempo, anunciava um “desinteressado” obséquio: “Preciso dizer-te que mandei para o Rio de Janeiro um longo trabalho a teu respeito. É uma solidariedade que bem a mereces”. Em contrapartida, acrescentava: “espero a tua honrosa e brilhante opinião a respeito de meu livro”.<sup>354</sup>

A carta seguinte de Laytano é reveladora do estado de ânimo do jovem aspirante a intelectual, lutando por reconhecimento e pela sobrevivência financeira e social. Falou sobre as suas vicissitudes pessoais: “Solitário, vivendo, no interior, lutando para o estômago de várias pessoas, eu não posso admitir tantas cousas tão elásticas nas capitais...”.<sup>355</sup> E, sobre a “escalada” a seguir: “assim a minha conquista tem uma rota. Há quatro anos venho escalando. Jacuí – Soledade – Torres - Conceição do Arroio - Rio Pardo - Cachoeira”.<sup>356</sup> Até aquele momento, Laytano havia recebido críticas negativas a respeito de todos os trabalhos que escreveu. Mas dizia ainda estar resoluto em lutar: “Inimizades, lutas, amigos ursos, sabotage, boycott, guerras, infâmias, mentiras descaradas me tem sido atiradas por todos os lados. Mas forte. Sem medo de grandes e pequenos, luto, luto...”.<sup>357</sup> E agradeceu a publicação da opinião (favorável) sobre o seu livro: “o teu artigo sobre o meu livro, que, teve um editor é um artigo gentil e até mesmo galante. Parece que sempre existiu entre nós uma adorável camaradagem espiritual”. E acrescentou sua admiração: “Sempre morastes na minha imaginação, meu caro Valter, a tua carta foi uma alegria para a minha vida”.<sup>358</sup> Spalding não se furtou a fazer recomendações críticas. Fato que Laytano parece não ter acolhido de bom grado, apesar da resposta cortês: “as tuas amáveis e boas advertências, embora lamente, merecem umas ligeiras apreciações”. E rebateu as críticas: “você diz que devo cuidar do

---

<sup>353</sup> Carta de Dante de Laytano a Walter Spalding. Cachoeira, 2 de abril de 1934. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>354</sup> Carta de Dante de Laytano a Walter Spalding. Cachoeira, 19 de maio de 1934. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>355</sup> Carta de Dante de Laytano a Walter Spalding. Cachoeira, 4 de julho de 1934. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>356</sup> Idem.

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> Idem.

português entretanto o João C. de Freitas fazendo a crítica de meu livro disse que eu revelava, as vezes, primores no estilo (e o J. C. de Freitas é gramático)”.<sup>359</sup> A verdade é que Laytano muitas vezes cometia “deslizes na linguagem”, fato apontado por Othelo Rosa, na sua crítica sobre *Monumentos Históricos e Artísticos de Rio Pardo* (1932), trabalho publicado em separata da *Revista do IHGRGS*. Nesta crítica, publicada no *Correio do Povo*, Othelo Rosa avaliava que “Dante de Laytano, sem embargo de sua mocidade, abeirou-se da história e, ao que parece, nela encontrou o melhor caminho para a sua atividade espiritual. A sua vocação pelo gênero é manifesta”. Reconheceu em Laytano “a faculdade, não comum, da tenacidade investigadora”, e apontou: “o seu trabalho, ainda inédito”, naquela data, “sobre Sebastião do Amaral Barreto Menna, indica-o como pesquisador capaz de realizar, na história gaúcha, obra de relevo”.<sup>360</sup>

No entanto, Othelo Rosa apresentou-lhe críticas quanto às interpretações históricas e quanto à “linguagem”. Disse: “nem sempre estarei de acordo com as afirmações do sr. Dante de Laytano. Não farei à sua inteligência a suma injúria de declarar perfeito o seu trabalho”. Uma dessas críticas de caráter histórico referia-se ao “fausto dos solares do Segundo Império”, mencionado por Laytano em seu trabalho. Othelo Rosa dizia: “eu discordo”. Justificando:

A nossa nobreza, toda de invenção, não viveu jamais faustosamente, mesmo em relação ao seu tempo: como os títulos de nobreza (...) quando o sr. Laytano chama Rio Pardo “cidade dos reis, dos príncipes, dos marqueses, dos condes, viscondes, barões, marechais e fidalgos”, eu penso que a sua imaginação e entusiasmo emprestam a essa terra forte e boa um tom de fidalguia, de luxo, de opulência, de graça, de nobreza, que ela não teve.<sup>361</sup>

Mas o próprio Othelo Rosa minimizava o juízo lançado sobre o jovem historiador: “se assim penso, sou o primeiro a encontrar escusa para o que eu julgo demasia do autor: (...) quem ama o passado do Rio Grande (...), sentirá o desejo incoercível de engrinaldar de festões os pedestais dessas estátuas”. Outras críticas, porém, não eram amenizadas: “Não perdôo, porém, ao sr. Dante de Laytano certos deslizes de linguagem, pois que os levo a conta exclusiva de negligência”. Apontando como exemplo dos “delizes”: “o período que está de linhas de onze a catorze da página 21 [de *Monumentos Históricos e Artísticos de Rio Pardo*]. Ainda divirjo quando escreve

---

<sup>359</sup> Carta de Dante de Laytano a Walter Spalding. Cachoeira, 1 de setembro de 1934. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>360</sup> *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1932, p. 3.

<sup>361</sup> Idem.

“despravanar” (?) e “caráter luisino”, talvez haja concorrido um certo “luzismo”, muito do agrado de Oliveira Lima...”<sup>362</sup>

Todos estes elementos remetem à incipiente especialização da História naquele momento: a “profissão” de historiador como objeto de aspiração; o proselitismo dos veteranos; reconversão das carreiras; as trocas horizontais e o reforço mútuo entre escritores da nova geração.

### **3.2.4. O centenário farroupilha como mote para o engajamento intelectual**

Merece, ainda, ser destacado o fato de que o centenário da revolução farroupilha fomentou o interesse de boa parte da intelectualidade gaúcha para o estudo da História, especialmente dos fatos e personagens ligados àquela guerra. Entretanto, este interesse não foi casual ou “natural”, e sim produto da ação estratégica dos historiadores que, desde 1920, trabalhavam para enquadrar a memória farroupilha dentro de um discurso histórico nacionalista e federativo. Essa ação estratégica se intensificou com a aproximação do centenário e, pelo menos, a partir de 1929, torna-se sistemática e crescente. Serviu a vários propósitos do IHGRGS, na expansão do poder simbólico da instituição em múltiplas direções: na direção da esfera política – influenciando na fixação do programa oficial das comemorações, ficando a seu cargo a direção da seção cultural da *Grande Exposição* em 1935; fixando a letra do hino rio-grandense; fazendo indicações para a construção de monumentos e trocas de nomes de prédios públicos, como o Palácio Piratini, sede do governo estadual (ver Capítulo 2); na direção da esfera intelectual local – atraindo literatos e intelectuais para o campo da História; no plano do discurso historiográfico, a comemoração do centenário serviu para embargar as teses e interpretações separatistas da revolução.

Este último aspecto teve um efeito disciplinar profundo. Os novos historiadores, recém convertidos ao trabalho histórico, tiveram de se alinhar aos veteranos da historiografia local.

Já foi visto, no subitem desta tese sobre a polêmica entre Souza Docca e Alfredo Varella, que Walter Spalding se inseriu no processo de discussão entre aqueles historiadores, endossando as teses anti-separatistas e federalistas de Souza Docca. O

---

<sup>362</sup> *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1932, p. 3.

mesmo poderia ser dito a respeito de Fernando Callage, que engrossou fileiras ao lado de Souza Docca.

Othelo Rosa, que ingressou no IHGRGS em 1929, já tinha publicado uma biografia sobre Júlio de Castilhos, e, na voga da preparação para as comemorações do centenário, lançou um romance histórico: *Os Amores de Canabarro* (1933). A recepção desse livro foi muito positiva, equivalendo à consagração intelectual no âmbito local. Quando Othelo Rosa recebeu a carta de Souza Docca lhe dando louvor pelo feito literário, respondeu com simpatia e *modéstia*, ao tecer comentários sobre o valor da sua obra: “Estou satisfeito com *Os amores de Canabarro*. Não que me iluda com o verdadeiro, e precário, valor da novela. Mas pelo movimento de opinião que ela despertou aqui, em torno dos nossos incomparáveis avoengos”.<sup>363</sup> Othelo Rosa fez um breve relato de como a obra repercutiu entre a intelectualidade, através da imprensa sul-rio-grandense:

Alcides Maya, em dois artigos no *Correio do Povo*; Vargas Netto, n’*A Federação*; Souza Junior, Coelho de Souza e Reinaldo Moura, no *Jornal da Manhã*; Gomes da Silveira, no *Diário de Notícias*; Guerreiro Vitória, no *Diário Liberal*, de Pelotas; Oliveira Mesquita, no *Jornal do Povo*, de Cachoeira; L. V. Alvim no *Taquaryense*, de Taquary; Sergio de Gouveia, ainda no *Correio do Povo*, comentaram, discutiram o livro e recomendaram, enfim, coisas e homens do decênio.<sup>364</sup>

Além disso, a obra alcançou um feito raro para um livro “histórico”: sucesso comercial para os moldes da época. Assim, Othelo chama a atenção de Souza Docca para o alcance e a repercussão do seu livro para além do círculo dos “versados em história” ou “especialistas”:

Observe v. que os comentadores não são “especialistas”, nem mesmo versados em história. e que o livro, realmente, penetrou na massa, prova-o a saída da edição, que foi de 3.000 volumes, e que está sendo vendida com grande rapidez.<sup>365</sup>

Othelo Rosa deixa clara sua consciência sobre o papel que os intelectuais rio-grandenses deveriam desempenhar naquele momento de preparação para a comemoração do centenário, em que, pessoalmente, ele estava engajado:

Coelho de Souza voltou, publicando a carta que eu lhe escrevera, sustentando **que é um dever dos intelectuais gaúchos** congregarem-

---

<sup>363</sup> Carta de Othelo Rosa a Souza Docca. Porto Alegre, 22 de outubro de 1933. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>364</sup> Idem.

<sup>365</sup> Idem.

se, nesses últimos dois anos, para o grande trabalho da evocação da epopeia (grifo meu).<sup>366</sup>

O objetivo, segundo ele, seria “interessar no assunto a opinião popular, o povo rio-grandense, para que ele comemore dignamente, com amor e exaltação cívica, o centenário farroupilha”. Essa preocupação explícita com “a opinião popular” é algo que aparece com relativa raridade nos escritos daqueles intelectuais, geralmente preocupados com a opinião dos seus pares. Isso revela o engajamento duplo de Othelo Rosa, preocupado em interessar a população geral no tema da revolução e, também, converter outros homens de letras a este afã. Dizia: “Acredito que outros seguirão a estrada”. Para cumprir o seu “dever” de intelectual, fazia uso inclusive do seu espaço no *Correio do Povo*, “cuja redação”, dizia, “paga-me dois artigos por semana, prevalecendo-me eu da oportunidade para ‘empurrar’ aos leitores pílulas de história”.<sup>367</sup>

Othelo Rosa havia se desgarrado da política, não sem mágoa, no contexto da revolução de 1930, reconvertendo sua carreira de jornalista político, onde atuou na frente de *A Federação*, para a História, quando essa disciplina ganhava prestígio no campo das letras locais. Não muito tempo depois, assumiria um papel central no *Instituto Histórico*, em cargos que concentravam poder simbólico: o de *orador*, porque equivalia a ser representante do Instituto, e o de membro da *Comissão de História*, que dava pareceres oficiais, e equivalia ao “tribunal da história” da instituição.

Othelo Rosa, assim como todos os “novos” historiadores que publicaram no contexto do centenário, teve de pagar o seu tributo à tese anti-separatista da revolução. Reportava-se ao coronel do exército e pontífice da historiografia gaúcha, na época: “Sobre o ‘separatismo’, estamos, e há muito, de acordo”. A posição de Othelo Rosa em relação a Docca não era como os intelectuais novatos, de cega admiração, mas também não era de enfrentamento, por ora. De outra sorte, ninguém dos “novos” ousaria questionar o “anti-separatismo” dos farrapos, que se tornou uma das pedras angulares da historiografia produzida no IHGRGS.

Já foi analisada a inflexão de Dante de Laytano para o campo da História, no início dos anos 1930, mediante a influência de Eduardo Duarte. Quando chegou o centenário farroupilha, foi a vez de Laytano pagar sua cota de contribuição aos estudos sobre a revolução de 1835. Em 1936, lançou a *História da República Rio-Grandense* – baseado no jornal *O Povo*, que Eduardo Duarte mandara reeditar –, onde Laytano

---

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> Idem.

defende que a revolução farroupilha foi brasileira e não platina. O próprio Laytano destacaria sua filiação “doutrinária” (na entrevista já citada a Moacyr Flores): “estas ideias foram elaboradas por Aurélio Porto, Eduardo Duarte e Souza Docca”.<sup>368</sup> Até pelo menos 1937, Dante de Laytano não conhecia Souza Docca pessoalmente. Por carta, Laytano anunciou sua filiação historiográfica às teses de Docca, onde reconhecia que seu trabalho não possuía “originalidade histórica”, pois, dizia, “apenas me baseei nas admiráveis contribuições de Aurélio Porto e no sentido social que V.S. tem dado ao movimento de Piratiny”.<sup>369</sup>

O centenário farroupilha como mote para os estudos historiográficos no Rio Grande do Sul foi uma estratégia que se repetiu na comemoração da fundação de Rio Grande, em 1937, e dos 200 anos da cidade de Porto Alegre, em 1940, e do centenário da *Paz de Poncho Verde*, em 1945. O aumento da produção desses estudos não foi fruto de um interesse espontâneo, mas sim resultado de uma agenda institucional na busca por ampliar o espaço político, disciplinar e social da história, dos historiadores e da instituição.

### **3.2.5. Manutenção do ‘paradigma’ historiográfico e troca de “bastão” no comando institucional: declínio da participação dos *consagrados* e ascensão dos *novos***

Reconhecendo-se que o *espaço social* é um terreno de lutas, concebe-se que as *posições* num determinado *espaço social* não são fixas. Para manter-se numa posição central, o agente dominante necessita conservar o seu volume de capital, através de novas disputas, acumulando mais *capital simbólico*. Os novos agentes, segundo as diferentes estratégias, num primeiro momento, podem reforçar o capital dos agentes centrais, para, depois, quando tiverem acumulado seu próprio *capital simbólico*, se colocarem em luta contra os agentes centrais, para deslocá-los e ocuparem seus lugares.

Souza Docca e Aurélio Porto representam um período historiográfico no Rio Grande do Sul que coincide com o auge da legitimidade intelectual do IHGRGS. Acumularam prestígio local e nacional, que era também o prestígio da instituição que ajudaram a fundar. Eram agentes da “ribalta”, figuras de proa da instituição e da

<sup>368</sup> Moacyr Flores (1995), p. 114-115.

<sup>369</sup> Carta de Dante de Laytano a Souza Docca. S/L. 21 de agosto de 1937. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

historiografia sulina. Ambos alcançaram a distinção de serem sócios efetivos do IHGB, instituição central da produção do saber histórico no Brasil, na primeira metade do século XX. Fundaram e consagraram a “matriz lusitana” na historiografia local. Ambos não estavam circunscritos ao debate local. Conseguiram ultrapassar as fronteiras da esfera intelectual local, e se inserir em debates nacionais, sendo ouvidos e respeitados. Para isso, ambos investiram em carreiras intelectuais no centro do país. Romperam o isolamento intelectual dos debates paroquiais. Por outro lado, Souza Docca e Aurélio Porto nunca disputaram entre si os mesmos espaços. Historiadores de estilo diferente, também ocupavam espaços sociais distintos – um no campo militar e outro no campo civil – porém compartilhando os mesmos ideais nacionalistas. Foram apoiadores mútuos na empresa historiográfica de superação do “platinismo”. Segundo as expressões da época, Souza Docca e Aurélio Porto eram figuras “luminares” do Rio Grande do Sul intelectual.

Entretanto, Souza Docca e Aurélio Porto, por terem direcionado suas carreiras intelectuais e profissionais ao centro da esfera intelectual, acabaram residindo e trabalhando no Rio de Janeiro. Souza Docca, desde 1921, por causa da carreira militar, residiu a maior parte do tempo fora de Porto Alegre. E Aurélio Porto, depois de morar algum tempo no Rio de Janeiro, se mudou para a capital da república definitivamente, em 1936. Aurélio Porto foi nomeado a um cargo de direção no Arquivo do Itamarati, e Souza Docca na Intendência do Exército, no Rio de Janeiro.

A ausência dos dois principais historiadores gaúchos foi por muito tempo compensado pela ação de Eduardo Duarte, que atuava como uma figura dos “bastidores”. Na prática, ele tocava o Museu, o Instituto, o Arquivo Histórico e as duas revistas dessas instituições.<sup>370</sup> De certa forma, por intermédio de Eduardo Duarte, Souza Docca nunca deixou de estar presente no Instituto. Mas essa atuação de Duarte tinha certos limites. Como um “homem de bastidores”, sobrava espaço para que outros ocupassem as posições que davam mais visibilidade e pudessem ser vistos como porta-vozes da instituição. A longa ausência de Souza Docca e a atenção de Aurélio Porto cada vez mais voltada para fora da esfera local, abriu espaço para a inserção de novos agentes, que, à medida que ganhavam reconhecimento, puderam deslocar aqueles “veteranos” das posições centrais do campo intelectual-historiográfico sul-rio-

---

<sup>370</sup> O Arquivo Histórico era uma seção dentro do Museu Júlio de Castilhos, desde 1925.

grandense. Entra em jogo a disputa geracional, já que os “novos” recrutados também queriam seu espaço e não acataram todas as posições dos “mestres”.

Mas, se houve resistência e luta pela conquista de espaços simbólicos na esfera intelectual gaúcha no final dos anos 1930, esse movimento não foi acompanhado de renovação do paradigma historiográfico. O que houve foi uma simples troca de “bastão”.

Já em 1935, Othelo Rosa despontava como um sócio ativo e conciliava a sua posição política como *Secretário da Cultura* em favor do Instituto. Esteve à frente daquela secretaria do governo estadual viabilizando a execução do programa de comemoração do centenário farroupilha, organizado por uma comissão do *Instituto Histórico*, presidida por ele mesmo. Othelo Rosa tornou-se o “para-raios” da instituição, segundo os termos usados por Eduardo Duarte: “Várias sociedades tem iniciado séries de conferências – e a descarga nele é despejada”.<sup>371</sup> Em pleno ano do centenário, Eduardo Duarte ressentia-se do pouco empenho dos colegas do Instituto: “os meus companheiros aqui...”<sup>372</sup>, mas fazia ressalva a respeito de Othelo Rosa, que, mesmo estando ocupado com as atividades de Secretário de Cultura do estado, não deixava de ajudar: “Othelo vive atarefado mas mesmo assim me assiste, tanto quando possível nos trabalhos do Instituto”.<sup>373</sup>

Othelo Rosa foi eleito em 30 de abril de 1935 vice-presidente do IHGRGS, cargo no qual permaneceu até ser eleito presidente em 16 de julho de 1942, renunciando no mês de outubro do mesmo ano, e, posteriormente, foi eleito Orador do Instituto, em 5 de agosto de 1944, cargo no qual permaneceu até 1956. O cargo de Orador, que já havia sido ocupado por Souza Docca e Aurélio Porto, dava visibilidade, pois, em eventos como conferências externas, congressos, etc., o orador falava em nome da instituição. Na *Revista do Instituto*, percebe-se o aumento da participação de Othelo Rosa pelo número de suas publicações, em especial, a partir de 1939: 20 textos.<sup>374</sup> Da mesma forma, outros sócios se destacaram e ocuparam o espaço deixado em branco por Souza Docca e Aurélio Porto, já que estes estavam, a esta altura, mais voltados para as academias e os arquivos do centro do país. Um deles foi Walter Spalding, que chegou a

---

<sup>371</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 5 de junho de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>372</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 6 de maio de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>373</sup> Idem.

<sup>374</sup> Se forem considerados os Pareceres da Comissão de História, que Othelo Rosa assinava junto com outros historiadores, esse número se eleva.

ter 16 artigos publicados na revista, depois de 1939 (esse recorte é para ter a mesma base de comparação com a produção de Othelo Rosa). Outro sócio que aparece com destaque na revista e na instituição, a partir de 1939, é Manuel Duarte. Depois de 1939, Manuel Duarte publicou 27 textos na revista, dos quais 13 foram publicados em apenas dois anos (1943-1944), no período em que foi presidente do Instituto, depois da renúncia de Othelo Rosa.

Por seu turno, depois de 1938, Souza Docca não fez mais contribuições com artigos para a *Revista do Instituto*. Também minguaram as publicações de Aurélio Porto: apenas quatro, depois que mudou-se para o Rio de Janeiro.

A conquista de mais espaço para os “novos” historiadores rio-grandenses e o progressivo afastamento dos “consagrados” só podem ser avaliados através das pequenas “vitórias” (ou recusas) dos *novos* em discussões pontuais da historiografia local, e não por rupturas em relação às principais teses dos veteranos.

Embora as homenagens, as afirmações de filiação intelectual e reiterações de submissão aos juízos históricos de Souza Docca sejam constantes, paulatinamente, e com muito respeito, os novos ousavam discordar do “maior” dos historiadores rio-grandenses. Já foi mencionado que Dante de Laytano lançou o seu livro *História da República Rio-grandense*, em 1936. A respeito deste livro, Dante de Laytano respondeu a Docca dizendo que recebeu “com a maior satisfação” a carta do veterano sobre o seu *História da República Rio-grandense*. Mas, ousou discordar das considerações do “mestre” a respeito da participação dos estrangeiros italianos na revolução.<sup>375</sup> Disse: “admirador de V. S., aceitei sua tese no caso de 35 mas a voz do sangue também tem seu lugar”.<sup>376</sup> E justificava seu posicionamento:

Aqui me permito um detalhe: descendente de italiano por preço nenhum excluiria a famosa contribuição da península mediterrânea na república de 35, apenas não o explico como força de separatismo. Considerando a republicanidade brasileira da revolução de Bento Gonçalves não me cabe abandonar o contingente estrangeiro que colaborou com absoluta eficácia na vitória dos mesmos.<sup>377</sup>

---

<sup>375</sup> Há muito, Souza Docca defendia que os italianos Zambeccari, Garibaldi e Rosseti não tiveram participação na organização e liderança do movimento farroupilha. Docca já havia entrado em polêmica com Mansueto Bernardi, quando este publicou artigo que defendia que Zambeccari publicara um mapa reproduzido nos *Annaes* do Visconde de São Leopoldo.

<sup>376</sup> Carta de Dante de Laytano a Souza Docca. S/L. 3 de novembro de 1937. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>377</sup> Idem.

Percebe-se na fala de Dante de Laytano a estrutura de uma negociação: “aceitei a sua tese no caso de 35”, mas asseverava que “por preço nenhum” negaria lugar à “voz do sangue”, já que ele era descendente de italianos. Outros exemplos destas pequenas discordâncias poderiam ser citados, como a discordância de Walter Spalding em relação a Souza Docca a respeito da personalidade de Bento Manoel Ribeiro; a discordância da Comissão de História do IHGRGS em relação a Souza Docca a respeito da fundação de Porto Alegre.<sup>378</sup>

Em fevereiro de 1945, se realizou em Porto Alegre o *IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul*, por ocasião da comemoração da *pacificação de Poncho Verde*. Souza Docca esteve presente no evento. Na segunda plenária do Congresso, foi apresentada a tese *Caxias e a Pacificação*, de Luiz Alves de Oliveira Belo, cujo parecer foi assinado por Souza Docca (relator), Othelo Rosa e Marino Josetti de Almeida. Sendo que os dois últimos discordaram de Souza Docca em relação ao republicanismo de Bento Gonçalves, antes da proclamação da república de Piratini. Após a leitura do parecer, se travou um debate no qual tiveram parte o autor da tese, Luiz Alves de Oliveira Belo, o relator, Souza Docca e Othelo Rosa, que assinou vencido o parecer. Além destes, também tomaram parte na controvérsia Walter Spalding e Francisco Antonino Xavier de Oliveira. A ata da sessão plenária informa que houve longa discussão, e, por fim, o parecer foi colocado em votação. Sendo que “nove congressistas o aprovaram acompanhando o voto dos dois relatores [Othelo Rosa e Marino Josetti de Almeida] que o assinaram vencido e sete de acordo com o relator [Souza Docca]”.<sup>379</sup> Essa derrota de Souza Docca dentro do espaço institucional onde ele era o “historiador máximo” é significativa, porque indica que ele já não detinha a última palavra sobre os assuntos históricos, embora não sinalize que tivesse perdido o seu prestígio. Isso ganha importância pelo fato dessa derrota ter acontecido dentro do espaço institucional que ele ajudou a criar, e por ter se dado no domínio da sua especialidade: a tese da brasilidade dos revolucionários farroupilhas. Também aponta para o reconhecimento granjeado por outro “vate” das letras históricas do estado: Othelo Rosa.

---

<sup>378</sup> Souza Docca considerava o início da colonização de Porto Alegre o ano de 1733, enquanto a Comissão de História considerou a ano de 1740.

<sup>379</sup> Ata da 122ª sessão do IHGRGS, de 28 de fevereiro de 1945. p. 33v.

Souza Docca e Aurélio Porto faleceram naquele mesmo ano. O “bastão” da autoridade intelectual nos domínios da História que esteve nas mãos daqueles dois historiadores passou às mãos de Othelo Rosa.

### **3.2.6. Um pouco de (micro)história da política institucional: Othelo Rosa versus Manuel Duarte**

A propósito do pedido de ajuda para um discurso de saudação, Eduardo Duarte, o secretário perpétuo, justificou uma solicitação feita a Souza Docca da seguinte forma: “Mais esse favor, pelo bem daquele bebê que criamos e acalentamos e hoje, atingida a maioria, claudica no seu andar como se fosse um nonagenário”.<sup>380</sup> Dessa maneira, Eduardo Duarte descrevia o Instituto aos seus 21 anos de existência, e diagnosticava a crise pela qual a instituição passava. Isto foi pouco antes do *Instituto* conseguir sua sede própria, naquele mesmo ano. Revela uma conjuntura institucional de crise, no início da década de 1940, quando o Instituto estava “sem casa”, situação agravada pela saída de Eduardo Duarte, do Museu Júlio de Castilhos, onde conseguia enfrentar e neutralizar o “boicote”.

Como já foi referido, Othelo Rosa foi eleito presidente do IHGRGS em julho de 1942, permanecendo no cargo até outubro seguinte, quando renunciou, para, então, assumir o seu lugar Manuel Duarte, que ficou na presidência até agosto de 1944.

O período de permanência de Manuel Duarte na presidência do IHGRGS foi marcado por avanços para a instituição, como a conquista de uma sede própria cedida pelo governo do estado, mas também foi um período de retraimento de alguns membros. Além disso, o *Instituto* enfrentava uma crise financeira. Tinha dificuldades para manter a revista trimestral.

A respeito dessa crise, será analisada a seguir uma longa carta de Manuel Duarte a Souza Docca, que descreve a conjuntura institucional e o microcosmo das disputas políticas dentro da instituição. A referida carta ganha tons confidenciais e reveladores de conspirações e traições. Em um estilo muito peculiar, a carta de Manuel Duarte, às vezes, toma a forma de um desabafo ao passo que, também, faz um balanço do seu período presidencial.

---

<sup>380</sup> Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 26 de junho de 1943. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Inicialmente, Manuel Duarte se refere a uma vitória alcançada por Souza Docca em “prol do nosso Instituto” junto a Getúlio Vargas. Asseverava: “já é proverbial a dedicação do eminente coestadano [Getúlio Vargas] a este filho dileto [Souza Docca] daquele esplêndido núcleo de inteligências benfazerentes (*sic*) que fundaram nossa instituição”.<sup>381</sup> Na verdade, Manuel Duarte foi o responsável pela aproximação de Souza Docca e Getúlio Vargas. Souza Docca tivera sido preso por três meses durante a Revolução de 1930. Desde que Manuel Duarte, que inicialmente não era próximo a Souza Docca, propôs uma moção de louvor ao historiador-militar, no *I Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul*, ambos se aproximaram, e, colheu-se ensejo para que Manuel Duarte fizesse a ponte de “reconciliação” entre Souza Docca e Getúlio Vargas, já que Manuel Duarte era amigo próximo do presidente da República. No final da carta em análise, o remetente dá indícios (como será visto adiante) de que Souza Docca tinha, então, acesso direto ao presidente da República. Para Manuel Duarte, desde a saída de Florêncio de Abreu da presidência, em 1934, o instituto se arrastava “entre pedras e tocos – à matroca (*sic*)”, devido “ao mórbido prazer satânico de certos sócios, que nada fazem, mas impedem que outros o façam”.

A seguir, Manuel Duarte evoca o processo que o levou à presidência do *Instituto*. Começa dizendo que às vésperas de terminar o quinto mandato do professor Leonardo Macedônia, ele sentiu “a necessidade imperiosa de intervir, no intuito de dar ao Instituto, Direção mais eficaz e condicente (*sic*) com sua alta finalidade indesviável”. Conta que depois de vários “entendimentos”, “de nuclear vontades bem intencionadas todas desejosas da reabilitação do Instituto e da sua brilhante revista”, convocou uma reunião no cartório de Othelo Rosa (já que o Instituto estava “sem casa”). E diz que trabalhou no sentido de sufragar a “candidatura do Othelo”, a qual, segundo Manuel Duarte, “com alguma relutância merecia o aprazimento de todos os consócios”. As restrições alegadas por alguns à candidatura de Othelo Rosa seriam “certa falta de cordialidade, de lhanza e de espírito, de sincera constância e tenacidade no trabalho”. No “rendosíssimo cartório”<sup>382</sup> de Othelo Rosa, Manuel Duarte expôs o lançamento e a aceitação da candidatura, ao que “comovido” Othelo Rosa disse aceitar, segundo as

---

<sup>381</sup> Carta de Manuel Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 8 de agosto de 1944. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>382</sup> O cartório de Othelo Rosa ficava na rua Andrade Neves, próximo às avenidas Borges de Medeiros e Salgado Filho. Nessa época o Instituto ainda estava acomodado no Museu Júlio de Castilhos. Além, das afirmações de “boicote” a que Eduardo Duarte fazia menção, não foram encontrados outros relatos sobre a relação entre Instituto e Museu, nesse período. Sabe-se que o diretor do Museu, na época, era Emílio Kemp, o qual não chegou a fazer parte do IHGRGS.

palavras de Manoel Duarte, “desque (*sic*) reunisse o prazme (*sic*) geral dos consócios”. Assim, Othelo Rosa foi eleito em 16 de julho, e assumiu a presidência em 5 de agosto de 1942, tendo Manuel Duarte como seu vice. Segundo o testemunho desse último, Othelo Rosa declarou na posse que “tudo faria pelo bem do *Instituto* cuja situação financeira, aliás, o atormentava”. Contudo, aos 21 dias de outubro do mesmo ano veio a “bomba de sua renúncia irrevogável”. Manuel Duarte transcreveu um trecho da carta de renúncia de Othelo Rosa:

porque verifiquei a minha incapacidade para resolver, como urge, a problema financeiro do Instituto, em verdade, atordoante. E mesmo em conduzir em boa ordem a vida do sodalício, em meio de dificuldades, superiores em muito, aos meus ínfimos atributos pessoais.

Uma única solução se impõe, em benefício dos interesses do Instituto: a da minha renúncia imediata, a fim de que se tente, com uma recomposição administrativa, melhorar as condições atuais.

Nessas condições, deliberei renunciar, e de forma irrevogável, a presidência com que os meus eminentes confrades me honraram. Transmito-lhe, assim, como é de norma estatutária, o exercício do encargo, em que tão canhestramente me houve. Tenho a fundada esperança de que, em mãos mais felizes e mais hábeis, o *Instituto* possa soerguer-se e reiniciar a marcha regular dos seus trabalhos.<sup>383</sup>

Diante da “bomba sonambulicamente (*sic*) lançada”, Manuel Duarte disse não ter “outro remédio” que não a “heroicidade estoica de sacrificar” seus “próprios interesses patrimoniais”, com o fim de “não abandonar” o Instituto. E, desta forma, avalia seu mandato com relação às deficiências administrativas herdadas:

Fui feliz, pois contei com eficaz auxílio do insigne Souza Doca (*sic*), nos primeiros passos: obtenção de prédio e reajustamento de dívida com o Governo e Prefeitura. Liquidei, depois, as subvenções federais, encalhadas, por mal dirigidas. Restaurei nosso *Instituto*.<sup>384</sup>

Quanto ao relacionamento e a camaradagem dos sócios, Manuel Duarte diz: “durante minha administração, tudo fiz para interessar todos os confrades”. Mesmo em relação a Othelo Rosa e “seu Pollux” (referência a Darcy Azambuja), diz: “eu logrei interessar nas deliberações do Instituto: distinguia-os em comissões importantes, dava-lhes ocasião de reabilitação institucional”.

Quando expirava o período de seu mandato, Manuel Duarte resolveu se entender com os consócios “no sentido de combinarmos chapa que não despertasse

<sup>383</sup> Carta de Manuel Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 8 de agosto de 1944. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

<sup>384</sup> Idem.

descontentamento e que inspirasse confiança social”. Para isto, marcou uma reunião na quarta-feira, 2 de agosto (1944), na sede do *Instituto* (já na Riachuelo), para o “estudo calmo da composição da chapa”. Entretanto, antes que qualquer um se pronunciasse, Othelo Rosa “advertiu que aquele assunto seria, no próprio dia do pleito, meia hora antes, amistosamente resolvido. Não via, pois, razão de aqodamento injustificável”. Assim, as tratativas não avançaram. Não satisfeito, porém, Manuel Duarte convocou nova reunião, na sexta-feira, 4 de agosto, véspera da assembleia, no cartório de Othelo Rosa, “já que é este o descontente e censurador sistemático de todos e de tudo”. Mas novamente, segundo Duarte, Othelo dissuadiria a todos: “Amanhã, calmamente, amistosamente escolheremos a chapa: basta irmos meia hora antes. Tudo se resolverá com prestígio para o *Instituto*”.

No sábado, dia da eleição, segundo Manuel Duarte, Othelo Rosa e Darcy Azambuja organizaram uma chapa “que passavam adiante dizendo: isto foi o que se decidiu ontem em meu cartório”. Manuel Duarte disse que “casualmente” viu um modelo na mão de Walter Spalding. Assim, relata o ex-presidente do *Instituto Histórico* ao amigo militar:

então, observei, áspero, que era surpresa e traição aquele procedimento, sem combinação com ninguém. Mas, eu não devia ir adiante, pois o nome do Adroaldo [Mesquita da Costa, que constava na chapa como presidente] é bem visto e ele ignorava a conjuração, sem meu acordo ou consentimento implícito que fosse. Por outro lado, eu não devia criar crise no Instituto, já que tudo fiz para o elevar e prestigiar, em dois anos de labor intenso e heroico.<sup>385</sup>

Por fim, Manuel Duarte se declara confiante de que “o Instituto se manterá”. E, assegura: “não irá à dissolução”. Mas confessa o ressentimento:

O que magoa e fere, é a deselegância desses absentistas, desinteressados da sorte do Instituto, alheios a seus destinos, indiferentes a seu progresso, virem regenerá-lo, banindo a re-eleição, sem a mínima prova de lealdade para comigo, que, naturalmente, concordaria com aquele esdrúxulo princípio.<sup>386</sup>

Dando por encerrado o assunto, termina a carta dizendo: “Breve irá a petição, diretamente ao ilustre amigo para a entregar nas mãos do Presidente da República. Logo depois, irá a procuração: já a pedi ao Adroaldo. Cá o espero com saudade, para o

---

<sup>385</sup> Idem.

<sup>386</sup> Idem.

abraçar cordialmente”.<sup>387</sup> Esse desfecho sugere a proximidade ou, ao menos, o prestígio do, então, general Souza Docca junto ao Palácio do Catete, bem diferente daquilo que este dissera há pouco mais de dez anos a Othelo Rosa, por carta, “o sol do Catete não nasce para todos”<sup>388</sup>, para referir que ele se sentia excluído das benesses políticas do governo federal.

A razão da análise mais detida dessa carta de Manuel Duarte a Souza Docca, é que ela revela um pouco sobre as disputas por posições políticas dentro do IHGRGS. Foi escrita apenas três dias depois da assembleia que elegeu a nova diretoria, em 1944. Trata-se de um relato ainda no calor do momento. A carta traz as dificuldades da agremiação para editar sua revista e as dívidas contraídas (em função da própria revista). A missiva lança luz sobre a disputa de egos e, sobretudo, segundo a visão de Manuel Duarte (visão que era compartilhada por outros consócios, como se verá mais adiante), Othelo Rosa conseguiu exercer ascendência sobre as decisões institucionais, mesmo prescindindo da necessidade de ocupar a presidência. A ascendência institucional de Othelo Rosa se desdobraria em ascendência historiográfica, como aconteceria um ano mais tarde, quando, no IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, Othelo Rosa e Souza Docca divergiriam no parecer sobre a tese, já mencionada, *Caxias e a Pacificação*, e a maioria dos congressistas seguiria o voto de Othelo Rosa contra o relator Souza Docca.

---

<sup>387</sup> Sobre a petição em apreço, não há referências na carta, podendo tratar-se de uma possível subvenção federal para a realização do IV Congresso de História do Rio Grande do Sul.

<sup>388</sup> Carta de Souza Docca a Othelo Rosa, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1933. Fundo Othelo Rosa, Arquivo do IHGRGS.

### 3.3. O revisionismo historiográfico dos anos 1940

Desde os anos 1920, o IHGRGS exerceu o papel de espaço legítimo da produção do conhecimento histórico no estado. Sua produção histórica com fins patrióticos foi marcada pela busca da vinculação dos próceres rio-grandenses ao projeto de construção do Brasil, pela inclusão dos heróis gaúchos no panteão dos heróis nacionais, pela ênfase na história política, militar e diplomática. Como consequência, a escrita histórica produzida foi uma narrativa de grandes datas, de grandes batalhas, de tratados e de grandes vultos. Essa narrativa histórica patriótica e nobilitante não perdia de vista o *regionalismo* como unidade de referência, nem abria mão da missão de estatuir uma identidade regional.

Na década de 1940, o IHGRGS continuava sendo a principal instância intelectual no campo histórico, mas, então, começa a surgir uma nova configuração do campo e dos agentes intelectuais periféricos promovida pela tomada de consciência e rearranjo das posições diante de fatores diretamente ligados às mudanças no campo intelectual brasileiro. O revisionismo historiográfico rio-grandense do final do Estado Novo fez parte de um processo mais amplo de readequação da esfera intelectual gaúcha a estas mudanças. Essa nova tomada de consciência estava ligada à revisão dos intelectuais gaúchos frente à três problemáticas: a ampliação dos mercados culturais do Rio Grande do Sul, a redefinição do regionalismo e a atualização da identidade “profissional” para os intelectuais.

Acerca do primeiro problema, destaca Mara Rodrigues (2010):

a principal ‘conquista’ a ser empreendida pelos gaúchos em meados do século XX não seria mais a de fronteiras, territórios e mercados para os produtos agropecuários da região, como no século XIX, ou de postos políticos no governo central do país, como na Revolução de 1930, mas sim de mercados mais ampliados para os produtos culturais sul brasileiro (RODRIGUES, 2010, p. 995).

Conquistar estes novos mercados implicava em diagnosticar o fracasso do projeto “político” e “cultural” dos anos 30 de “gauchizar o Brasil”. À medida que o Estado Novo avançou, os intelectuais rio-grandenses se desgostaram com os rumos seguidos pela “revolução”, e acabaram se distanciando da política, no sentido de lutas governamentais (CORADINI 2003, p. 135). Do lado cultural, os intelectuais se deram conta da “pobreza” do regionalismo como “missão política” de criação de um panteão de heróis, e, do seu fracasso, no sentido de fazer dos atributos culturais do Rio Grande

produtos de exportação da cultura nacional. Esse diagnóstico vinha junto com a constatação do papel exercido pela História no processo de empobrecimento do regionalismo local, e, conseqüentemente, do descompasso ou atraso dos intelectuais rio-grandenses na competição com intelectuais de outras regiões pela definição dos atributos “autenticamente” brasileiros. Letícia Nedel lembra a posição de Augusto Meyer sobre “a privação cultural” do Rio Grande do Sul, que ajuda a compreender um pouco sobre a influência da disciplina histórica sobre o campo de produção cultural gaúcho de forma geral, e, por extensão, sobre o fenômeno do “empobrecimento” do regionalismo gaúcho. Assim, Augusto Meyer (citado por Nedel) afirma:

Se os fatos miúdos da vida cultural fossem registrados pelos historiadores com a meticulosidade que põe na pesquisa da grande história – guerras, migrações, dinastias, revoluções – poderíamos dispor de um repertório de bens históricos mais ou menos completo, para facilitar-nos a tarefa de identificá-los na sobrevivência popular (NEDEL, 2007, p. 102).

Segundo a historiadora, no Rio Grande do Sul “sobrava tradição política e faltava cultura popular”. Assim, “chegava-se a conclusão de que o teor elitista da história praticada no IHGRGS tinha contribuído para a escassez desses registros” (NEDEL, 2007, p. 102). Essa conclusão seria amplamente compartilhada, ensejando o revisionismo da historiografia e do próprio regionalismo que tomou conta da agenda intelectual após o fim do Estado Novo. Na raiz do “empobrecimento” do regionalismo e do fracasso dos intelectuais em conquistar um espaço privilegiado para eles próprios como “portadores” da identidade nacional (como fizeram os nordestinos, por exemplo), está o “sucesso” da geração de historiadores dos anos 1920 e 1930, na imposição da sua *visão do mundo social*.

Quando se fala no sucesso daquele grupo que iniciou o processo de institucionalização do saber histórico no Rio Grande do Sul (e de fato eles foram bem sucedidos), oblitera-se, de outro lado, o seu fracasso. O sucesso e o fracasso daquele grupo são parte do mesmo processo, como dois lados da mesma moeda. Por isso, como ponto de partida pode-se fazer a mesma pergunta para descobrir as razões do seu êxito e fracasso: como aquele grupo inicial conseguiu, com tanta força, impor uma visão do mundo social?

Em primeiro lugar, está a comunidade de interesses ou a convergência dos interesses de intelectuais e de políticos no estado, nos anos 1920. Essa convergência dos interesses facilitou a atração da atenção e o reconhecimento dos historiadores pela elite

política local. Mas esses movimentos (o intelectual e o político) não podem ser confundidos como unívocos, embora sejam homólogos e um tenha emprestado forças ao outro, seus destinos foram diferentes. De um lado, um grupo de políticos gaúchos liderados por Getúlio Vargas, aliados a outras elites regionais, ascendeu aos postos de comando político nacional, e do outro, os intelectuais rio-grandenses se viram reduzidos às suas disputas intelectuais paroquiais. No âmbito nacional, falharam em conseguir um lugar privilegiado para o Rio Grande do Sul no arcabouço cultural nacional, e um espaço entre os intelectuais como “portadores” da identidade nacional. No âmbito da esfera regional, eles conseguiram impor uma visão do mundo social, mas esse êxito favoreceu que fossem vistos ou “estigmatizados”, pelos pares nacionais, como intelectuais “regionalistas”. Uma identidade regional muito forte e marcada pelas especificidades locais os impediu de fazerem dos atributos culturais da região produtos de exportação nacional, no momento de competição com outras regiões (e seus intelectuais), pelos atributos “verdadeiramente” nacionais.

Na perspectiva das novas relações intelectuais centro-periferia, a partir dos anos 1940, ficava evidente o descompasso da produção intelectual rio-grandense, presa a um quadro intelectual defasado, muito afeito à tradição política e militar, em relação à produção que se tornava mais amplamente reconhecida, calcada na tradição popular, a *nordestina*. A literatura regional ficara marcada pela crítica como “subliteratura”, pois expressaria um “baixo grau de complexidade da composição dos personagens e, especialmente, a interferência da retórica e da intencionalidade política sobre a produção ficcional dos autores” (NEDEL, 2005, p. 69). Um tipo de literatura que não tinha condições de competir com o “apuro de gêneros de maior envergadura – aqueles que operavam uma verdadeira transposição da polifonia da vida para o plano artístico, como, por exemplo, o romance moderno” (NEDEL, 2005, p. 69). Isso tudo em meio a um momento de transição no desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, que formavam um novo quadro de lutas ou concorrências no plano nacional.

A nova definição do *regionalismo*, de meados de 1940, não deveria estar mais diretamente associada à mobilização política, ao contrário, se dava como reação ao antigo *regionalismo* estreitamente vinculado à política, e, também, como reação às novas condições nas relações “centro-periferia”, através da atualização do repertório que possibilitasse a competição com outros regionalismos, ao mesmo tempo, em que consistia num esforço de “reabilitação externa da imagem cultural do estado e de seus representantes” (NEDEL, 2007, p. 87). O *regionalismo* como ferramenta utilizado pelos

intelectuais para definir a relação com o nacional, sofreu um novo ajuste, assumindo uma postura crítica ao papel centralizador do Estado Novo, que entrava em seus estertores, em 1945.

Neste contexto, surgiu a revista *Província de São Pedro*, criada por Moysés Vellinho. No primeiro editorial da revista, Vellinho defendeu o que chamou de “Provincianismo cultural”, um programa intelectual que defendia a “unidade múltipla” das fisionomias locais e dos valores da província para “chegar à ampla compreensão dos brasileiros entre si”. Em suma, era uma postura de crítica à “padronização cultural” atribuída ao Estado Novo, mas que deve ser compreendida “em termos de lutas intelectuais acerca dos problemas da cultura” (RODRIGUES, 2006, p. 92). Sua criação insere-se no processo de recuperação da identidade dos intelectuais locais, “com a intenção expressa de transmutar o acervo disponível de elementos distintivos da cultura gaúcha em um campo de reflexão, cujos contornos de particularidade interessassem a intelectuais de renome nacional e internacional” (NEDEL, 2005, p. 292). Em meados da década de 1940, articulada a um novo cenário intelectual e político, surge como uma importante publicação que se torna a instância de maior visibilidade e expressão da intelectualidade gaúcha para o Brasil. É apoiada pela direção da *Editora do Globo*, frequentada pelos principais nomes da cultura rio-grandense, e prestigiada por intelectuais consagrados no Brasil, como Gilberto Freyre. Segundo Nedel (2005), “seu objetivo era funcionar como canal de comunicação assídua com as elites intelectuais de outros pontos do país” (p. 292).

Naquela conjuntura, internamente, os intelectuais sul-rio-grandenses se dividiam em dois grupos, ambos interessados em reabilitar a imagem dos intelectuais gaúchos no Brasil, pela atualização do repertório teórico e epistemológico por um viés sociológico inspirado em Gilberto Freyre. Como observa Letícia Nedel:

Entre os historiadores, mesmo aqueles mais afeitos à história política baseada na genealogia das elites, como Othelo Rosa, por exemplo, reclamam a atualização das apreciações do *caráter regional* a partir de um viés entendido como “sociológico”, que lança mão dos métodos da História e de conceitos de outras “ciências” emergentes (NEDEL, 2005, p. 305).

Assim, um grupo defendia a atualização da imagem profissional dos intelectuais rio-grandenses, mas, permanecendo fiel aos recortes da *hagiografia* política e militar; outro grupo defendia a ampliação dos campos de investigação para o domínio popular, na esteira do movimento folclórico. Ambos os grupos se faziam representar na *empresa*

*intelectual* que foi a revista a *Província de São Pedro*. Neste momento, o IHGRGS está vivendo o início da sua crise institucional (década de 1940), e abriga nos seus quadros defensores das duas posturas, sendo que a ala (menor) dirigente do Instituto Histórico pertence ao primeiro grupo mencionado (o grupo de Othelo Rosa), e sua ala divergente identifica-se com a segunda posição (Walter Spalding, Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas). Letícia Nedel (2005) chamou essa unidade de rivais ou aliados táticos de “excomunhão teórica e ecumenismo prático”:

Significa dizer que, dada a estreiteza do circuito intelectual porto-alegrense, o caráter subalterno desse cenário e o peso das amizades na viabilização das carreiras, as elites culturais operavam no limite da interdependência. Não só era comum, como indispensável a circulação ampla dos agentes por lugares em que nem sempre eram bem-vindos. Como diz o ditado, “roupa suja se lava em casa”. Quando se trata de representar a província aos pares brasileiros, é preciso juntar esforços e dirimir as divergências (NEDEL, 2005, p. 400).

Em meio ao debate sobre as alternativas para o desenvolvimento industrial para o Brasil e a percepção do risco de desagregação social do gaúcho por causa do êxodo rural, um grupo de intelectuais rio-grandenses que se sentia excluído dos debates nacionais e que já constataria a “surdez” dos debates paroquiais, procura alinhar-se com a produção intelectual do centro do país, reconvertendo o centro do seu interesse pelos estudos da cultura popular, o Folclore.

Letícia Nedel (2005), em sua tese de doutorado, que foi o primeiro trabalho dedicado ao estudo do Folclore como projeto disciplinar no Rio Grande do Sul (e que lançou as bases para os pressupostos apresentados neste capítulo), defendeu que historiadores-folcloristas, atuando através da Comissão Estadual do Folclore

fizeram da cultura popular um instrumento de reabilitação das letras locais na disputa com intelectuais de outras regiões – sobretudo nordestinos – que desde o início da era Vargas, e mais ainda no decorrer do Estado Novo, estiveram à frente sobre as reflexões sobre o “autêntico” nacional (NEDEL, 2005, p. 32).

Segundo a autora, o Folclore apareceu dentro desse programa como “uma empresa historiográfica de “atualização profissional” e de inversão do estigma provincial”, valendo-se de instrumentos emprestados pelas Ciências Sociais, e, ainda, utilizando-se de uma saída metodológica fornecida pelos parâmetros interpretativos de

Gilberto Freyre (NEDEL, 2005, p. 32).<sup>389</sup> Leticia Nedel explica que “quando a participação do ‘povo’ brasileiro no processo de desenvolvimento do país torna-se o grande foco de interesse da intelectualidade nacional”, os intelectuais sul-rio-grandenses, preocupados em “ampliar seu repertório de análise”, tiveram de “reconverter ou acumular entre as suas identidades profissionais a designação de folcloristas” (p. 134).

Essa reconversão (ou ampliação da identidade profissional) de alguns intelectuais da História para o Folclore cumpriu um importante papel: serviu de instrumento de luta por legitimidade profissional para os historiadores-folcloristas que discordavam da opinião do grupo dirigente do IHGRGS, através da legitimação disciplinar do Folclore. Esse grupo “dissidente” percebeu que a História, bem como o espaço legítimo de sua produção no estado – o IHGRGS –, tornou-se um campo dentro do qual havia pouco espaço para vozes discordantes, pois achava-se dominado por um grupo de historiadores conservadores, cujo maior representante àquela altura era Othelo Rosa, secundado, depois, por Moysés Vellinho. Aquela reconversão implicava a luta para dar ao Folclore o status de “ciência”, tornando-o apto a competir com a História pela atribuição de definir os critérios legítimos do *regionalismo*. Ao passo que era, também, a luta pela autoridade e competência “científica” dos estudiosos do Folclore. Estava subjacente a esse processo a atualização e reabilitação da imagem profissional dos intelectuais rio-grandenses, munidos de ferramentas “mais modernas” que as da História (tal como praticada no Rio Grande do Sul), emprestadas pelas Ciências Sociais. Assim, estes historiadores-folcloristas procuraram incorporar o estudo do linguajar e ditos populares, tradição oral e lendas, vestimentas e indumentárias, costumes populares e religiosos, superstições, estudos sobre índios e negros, etc. como objetos de suas pesquisas. Desnecessário dizer que todos estes temas eram menosprezados dentro do estudo da história tal como praticada no IHGRGS, à época. A ênfase na “hagiografia política”, dominante na historiografia do IHGRGS, desde os anos 1920, contribuiu para que o interesse intelectual pelo “povo” ficasse na órbita da arte literária, ou, quando muito, da “ciência” “submetido aos determinismos do meio sobre a configuração racial ou linguística do estado” (NEDEL, 2005, p. 126).

---

<sup>389</sup> Em seu estudo anterior (1999), Nedel já havia percebido o Museu Júlio de Castilhos como “trincheira”, usada pelo historiador-folclorista Dante de Laytano, para fazer o folclorismo penetrar no aparelho burocrático do estado.

### 3.3.1. Redes de solidariedades intelectuais inter-regionais: colaboração entre historiadores-folcloristas do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Santa Catarina

O objetivo deste subitem é mostrar como o relativo fechamento institucional nas mãos de um grupo que, apesar de compartilhar da percepção da necessidade de atualização “profissional” e do repertório intelectual, continuou demasiadamente aferrado à defesa de uma visão histórica marcada pela “hagiografia político-militar”, que terminou por empurrar os historiadores “marginalizados” para a busca de novos espaços de atuação profissional, na esteira do movimento folclorista. Esse processo possui vários desdobramentos: a incorporação de uma nova identidade intelectual de “folcloristas” para os historiadores “marginalizados” institucionalmente; a formação de novas redes de reconhecimento e legitimação intelectual; a criação de novos espaços institucionais; e, por fim, com o agravamento da dissensão, o questionamento da posição do *Instituto Histórico* como instância “maior” de produção histórica.

Esta investigação segue, sob a perspectiva relacional, a trajetória de um historiador-folclorista – Walter Spalding –, que, no início de sua carreira intelectual, caminhava para estar no centro do campo institucional, devido às suas redes, sua posição social ascendente e sua participação nos debates historiográficos mais importantes do período, mas ao longo do tempo foi sendo deslocado do centro do campo institucional da História. Contava com recursos limitados de prestígio, pois não vinha de família enraizada socialmente. Sua ascensão social deve-se em parte ao casamento com Aída Borges Fortes. Foi um dos escritores mais prolíficos do Rio Grande do Sul e dos mais contumazes colaboradores da revista do IHGRGS. Ocupou diversos cargos na diretoria do Instituto Histórico entre os quais, secretário, bibliotecário e redator da revista. Foi alocado no Arquivo e Biblioteca Municipal, um posto de pouco prestígio na topografia dos postos intelectuais. Foi um dos jovens aspirantes a intelectuais, que converteu-se à História no momento em que esta disciplina tornou-se um campo promissor aos novos intelectuais no final dos anos 1920. Teve sua estreia na poesia, mas em seguida reconverteu-se à História. A fonte inicial de sua legitimidade intelectual foi o IHGRGS.

Pode-se dizer que a trajetória de Walter Spalding oscilou de uma posição que tendia ao centro para outra posição que tendia à periferia do espaço social dos intelectuais. Em momento algum, foi protagonista, mas tampouco se tornou uma figura irrelevante na arena intelectual sul-rio-grandense. Walter Spalding poderia se enquadrar

naquela descrição feita por Sirinelli (1996) como “um homem da Ágora, participando do debate intelectual da cidade e deixando aí direta ou indiretamente seu rastro, nem *homem da sombra*, nem *figura de proa*” (p. 253).

No final da década de 1940, o quadro intelectual estava dividido, caracterizado, no início, pela disputa sub-reptícia. Gradativamente, as divergências se tornam mais indisfarçáveis e ganham contornos explícitos. Essas divergências estão relacionadas com o quadro apresentado no subitem anterior. No plano empírico, estavam envolvidos, de um lado, os intelectuais que exerciam o monopólio sobre o campo da História no estado, através do IHGRGS – o grupo de Othelo Rosa (Olintho Sanmartin, Abeilard Barreto, Moysés Vellinho, Guilhermino César, Eduardo Duarte, Guerreiro Lima), e, de outro, os intelectuais “marginalizados” dentro da instituição, mas igualmente reconhecidos (Walter Spalding, Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi, etc.). Ainda havia outro elemento que interferia nesse quadro, mas que não participava diretamente na disputa no nível acadêmico e historiográfico, mas “corria por fora”, na disputa por espaço no campo político pela gestão da cultura e da memória: os jovens do movimento tradicionalista.

Como locais da disputa, havia como principal arena o IHGRGS, e, também, a Academia Rio-Grandense de Letras, estas controladas pelo mesmo grupo. A Comissão Estadual do Folclore (CEF), o Museu Júlio de Castilhos, capitaneados por Dante de Laytano. O Arquivo Público do Estado, dirigido por Manoelito de Ornellas. E, mais modestamente, a Biblioteca e o Arquivo Municipal, trincheira de Walter Spalding.

Nesse contexto, no final da década de 1940, surgiu um “sistema intelectual” no Brasil em torno do folclore que articulava intelectuais por todo o país, tendo como núcleo a Comissão Nacional do Folclore, liderada por Renato Almeida.<sup>390</sup> O objetivo desse sistema intelectual era dar ao folclore o *status* de disciplina acadêmica. O debate pelo resgate das tradições populares no contexto do pós-Segunda Guerra, relaciona-se com os processos de modernização, do desenvolvimento, êxodo rural e da industrialização. Nesse sentido, a cultura popular se associava às discussões sobre a identidade nacional, pois, no entrelaço entre tradição e progresso, a “verdadeira”

---

<sup>390</sup> Segundo Renato Ortiz (2002), no momento em que as disciplinas acadêmicas se institucionalizam nas universidades, em países centrais como França, Inglaterra e Alemanha, “ocorre um movimento de marginalização do Folclore que deve ocupar a periferia do sistema de conhecimento” (p. 21). Isso não ocorre no leste e sul da Europa, onde “o tema da cultura popular, aliado à questão nacional, irá florescer” (p. 21). Na América Latina, o interesse pela cultura popular é semelhante aos países periféricos europeus. Assim, na América Latina, a temática da identidade nacional está associada à cultura popular. No Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960, houve um esforço para conferir ao folclore um estatuto científico como disciplina acadêmica (VILHENA, 1997).

identidade nacional repousaria nas antigas tradições populares. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, foram criados vários órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e a Organização das Nações Unidas. Dentro da ONU, a Unesco era o órgão dedicado à Educação, à Ciência e à Cultura, cujas ações “valorizaram o estudo e a valorização do folclore como mecanismo de estímulo à compreensão e ao respeito entre grupos de diferentes perfis culturais” (GONÇALVES, 2012, p. 5). A Comissão Nacional do Folclore foi criada a partir do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão do Ministério das Relações Exteriores, em 1947, em sintonia com as proposições da Unesco.

A configuração desse sistema intelectual se dava através de uma ampla rede de cooperação entre intelectuais de várias partes do país, integrados nos ramos estaduais da Comissão Nacional do Folclore, as Comissões Estaduais do Folclore. Entretanto, esse sistema não se restringia ao país, mas estendia conexões com o exterior, em especial, com os intelectuais das Ilhas de Açores e Portugal. As trocas de apoio entre redes regionais de intelectuais, que utilizavam o movimento folclórico como forma de aproximação e mútuo reconhecimento, era uma espécie de reação das “regiões” ao “centro”, para habilitar as “regiões” como produtoras da cultura “verdadeiramente” nacional, outorgando aos intelectuais “periféricos” a condição de “portadores” da identidade nacional.

Dante de Laytano foi o principal responsável pela criação da Comissão Estadual do Folclore (CEF) no Rio Grande do Sul, e pela busca da institucionalização do folclore no estado. Por ele, foram convidados para integrarem a CEF nomes reconhecidos na intelectualidade gaúcha, entre os quais Walter Spalding, como segue abaixo a carta-convite:

Tomei a liberdade de incluir seu nome na “Sub-Comissão Riograndense do Sul de Folclore”, que constituirá a delegação estadual da “Comissão Nacional de Folclore”, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão nacional brasileiro da UNESCO, porque não seria admissível organizar qualquer movimento intelectual, em Porto Alegre, sem contar com o prestígio, colaboração e solidariedade do distinto colega, aliás figura de destaque no mundo das letras e sempre interessado nos problemas do estudo das tradições gaúchas.

O sr. Renato Almeida, conhecido autor de “Figuras e Planos”, filósofo de “Fausto, ensaio sobre o problema do ser”, e pesquisador realmente excepcional de uma “História da Música Brasileira”, investido, agora, com feliz acerto, no cargo de Secretário Geral da Comissão local do Rio Grande do Sul.

O ônus em tempo e trabalho que isso acarreta, ao lado dos inevitáveis mal entendidos, e dissabores são fortemente compensados pela honra conferida e oportunidade de servir a causa da cultura rio-grandense, esperando do ilustre patrício idêntico sacrifício e sincero apoio, como tenho certeza de conseguir.<sup>391</sup>

A instalação da “Sub-Comissão” realizou-se no dia 23 de abril de 1948, às 10 horas, no salão do Conselho, na Reitoria da Universidade, edifício da Faculdade de Direito. Estiveram presentes:

Angelo Guido, crítico de arte do “Diario de Notícias”, professor de História da Arte do Instituto de Belas Artes e pintor; Aldo Obino, crítico de arte do Correio do Povo e professor do Colégio estadual Julio de Castilhos; Adão Carrazoni, redator do “Jornal do Dia” e comentarista de rádio; Darcy Azambuja, escritor e professor da Faculdade de Direito, Católica e Filosofia; Fernando Corona, arquiteto e escultor, professor do Instituto de Belas Artes; Guilhermino Cesar, vice-presidente do Tribunal de Contas, escritor e professor de Literatura da Faculdade de Filosofia da Universidade e Faculdade Católica de Filosofia; Mario Azambuja, médico e musicista; Moyses Velinho, presidente do Tribunal de Contas, crítico literário e diretor da revista “Província de S. Pedro”; Otelo Rosa, historiador, professor e da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Walter Spalding, diretor do Arquivo e Biblioteca da prefeitura da Cidade, professor e historiador.<sup>392</sup>

A Comissão Nacional do Folclore realizou diversas *Semanas Folclóricas*, em diferentes capitais do país. De 22 a 28 de agosto de 1950, a *Semana Folclórica* foi em Porto Alegre, que correspondeu à III Semana Folclórica.<sup>393</sup> Segue o relato de Spalding a respeito desse evento, que contou com a participação de nomes nacionais envolvidos na promoção do folclore no âmbito das Ciências Sociais no Brasil:

A III Semana Nacional de Folclore foi verdadeiro êxito. Deslumbrou o pessoal do Itamarati e dos demais Estados que aqui estiveram. Foi, realmente, magnífica a manifestação. Trabalhamos a valer e o Dante, à última hora, isto é, desde que chegou, trabalhou a valer.<sup>394</sup>

Spalding divulgou a Alberto Silva, amigo e intelectual baiano, como se realizou o evento:

O Congresso, ou melhor: a Semana Folclórica aqui foi verdadeiro acontecimento. Sucesso absoluto. Fizemos cousas do arco da velha: música folclórica, canto folclórico, danças folclóricas, exposição folclórica, demonstração prática de trabalhos campeiros e, por fim,

<sup>391</sup> Carta de Dante de Laytano a Walter Spalding. Porto Alegre, 20 de abril de 1948. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>392</sup> Cópia da ata da 1ª reunião da CEF, 23 de abril de 1948. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>393</sup> A abertura da Semana Nacional do Folclore foi feita por Cecília Meireles, e o encerramento por Renato Almeida, secretário geral da Comissão Nacional.

<sup>394</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 7 de dezembro de 1950. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

encerrando o programa, um grande churrasco. As caravanas de outros Estados que aqui estiveram saíram encantados. Foram oito dias cheios e... trabalhosos à beça (*sic*).<sup>395</sup>

Em Santa Catarina, a criação da Comissão Catarinense do Folclore está relacionada à emergência e legitimação do discurso sobre a identidade regional naquele estado, que dissociava as “origens do homem catarinense” da figura do colono alemão, e as associava ao colono açoriano, através da reformulação da imagem do colonizador açoriano, outrora retratado como “fracassado”, “indolente” e “incapaz”, e, depois, reconvertido em sujeito bem sucedido pelo seu legado cultural.<sup>396</sup> Conforme Sayão (2004):

Neste período – a partir da segunda metade do século XX – houve uma valorização da colonização luso-açoriana, dessa forma, a representação cultural hegemônica é deslocada do grupo étnico “alemão” para o açoriano, que passa a ser percebido como o legítimo e originário habitante catarinense (SAYÃO, 2004, p. 231).

É com este discurso do grupo de Oswaldo Cabral (e da subcomissão estadual do folclore) sobre a identidade catarinense, e apoiados nos “fatos folclóricos”, que se dá a apropriação da cultura popular em Santa Catarina. Oswaldo Cabral<sup>397</sup> participou, em Porto Alegre, do *III Congresso de História do Rio Grande do Sul*, em 1940, quando Gilberto Freyre realizou a conferência na Biblioteca Pública do Estado, com o título “*Continente e Ilha*”, na qual, segundo Letícia Nedel, os intelectuais rio-grandenses encontraram a “saída metodológica” para o “problema” da inclusão do Rio Grande do Sul no arcabouço cultural brasileiro, e levar adiante o empreendimento de atualizar “as narrativas *regionais* a modelos hegemônicos de representação da cultura brasileira”. Aparentemente, Cabral adotou a mesma chave para decifrar a identidade regional em Santa Catarina. No ano seguinte, Oswaldo Cabral foi eleito *sócio correspondente* do IHGRGS.

<sup>395</sup> Carta de Walter Spalding a Alberto Silva (Bahia). Porto Alegre, 12 de setembro de 1950. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>396</sup> A produção de Oswaldo Cabral sofreu uma inflexão nesse sentido, em 1937, em seu livro *Santa Catarina – história, evolução*, destaca a colonização açoriana como fracassada, mas em 1941, no seu artigo “*A vitória da colonização açoriana*”, retrata os açorianos como vitoriosos no plano cultural (GONÇALVES, 2012, p. 12).

<sup>397</sup> Oswaldo Cabral, historiador-folclorista catarinense que, ligado a Renato Almeida e à Comissão Nacional do Folclore, fundou o *Boletim Catarinense do Folclore*, em 1949. Oswaldo Cabral publicou naquele boletim vários artigos tendo como tema o folclore, como: “A setra, a funda e o bodoque” (1950), “Calungas do Barro Cozido” (1951), “Antigos folguedos infantis de Santa Catarina” (1951), “Olaria Josefense” (publicado no arquipélago de Açores em 1951), “A ciência do Folclore” (conferência-1952), “O folclore do jogo do bicho” (publicado em Portugal em 1953), “Contribuição aos estudos dos folguedos populares em Santa Catarina” (1953), e o livro *Cultura e Folclore* (1954).

Segundo Thiago Sayão (2004), Oswaldo Cabral defendia, naquele estado, a cientificidade do folclore, e sua autonomia (p. 234). O grupo do *Boletim Catarinense do Folclore*, liderado por Cabral, assumiu a luta pela legitimação do discurso da colonização açoriana como base da identidade regional em Santa Catarina, através do folclore, pois “estando o folclore envolto pelo véu da ciência, dentro de um campo disciplinar autorizado, os folcloristas consolidariam um poder inerente ao discurso verdadeiro da ciência” (p. 234). Sobre Oswaldo Cabral, escreve Janice Gonçalves:

Foi, sem dúvida, o mais importante divulgador das atividades dessa Comissão [Catarinense de Folclore], quer por sua participação em eventos de relevo na agenda dos folcloristas brasileiros, quer por suas relações estreitas com pesquisadores referenciais no campo folclórico, quer, ainda, por se responsabilizar, na condição de editor, ou autor, por publicações que tornassem conhecidas as singularidades do folclore catarinense (GONÇALVES, 2012, p. 5).

Em outubro de 1948<sup>398</sup>, foi realizado o *Primeiro Congresso de História de Santa Catarina*, que teve a participação dos historiadores gaúchos Dante de Laytano, Walter Spalding, Olintho Sanmartin e Jorge Godofredo Felizardo, todos do IHGRGS. Através desse congresso, Walter Spalding estreitou relações com intelectuais de outros estados, que se tornaram importantes colaboradores, como Oswaldo Cabral e Valter Piazza de Santa Catarina, o Cônego Manuel Barbosa, da Bahia, e Luís da Silva Ribeiro da Ilha Terceira do Arquipélago de Açores. A criação da *Subcomissão Catarinense de Folclore* se deu durante aquele congresso.

Walter Spalding relatou, por carta, ao amigo Luiz Carlos Goycochea, no Rio, como foi sua participação no Congresso de História em Santa Catarina. Esses congressos eram importantes locais de sociabilidades e de construção das redes de solidariedade intelectuais inter-regionais:

Em Florianópolis tive grande atuação no Congresso. O cônego Barbosa esteve lá representando a Bahia e gostou de minha atitude. Daí o empenho dele e, talvez, a exageração a meu respeito na terra do vatapá, a ponto de me quererem requisitar.<sup>399</sup>

Mas Spalding, que contava com poucos recursos de professor e funcionário público municipal, se debatia com as dificuldades que envolviam a participação em eventos, como os congressos de História em outros estados. Dizia: “Tenho convite para a Bahia, convite oficial, com estadia paga, etc. Mas... cá dê (*sic*) dinheiro para a

<sup>398</sup> 5 a 12 de outubro.

<sup>399</sup> Carta de Walter Spalding a Goycochea. Porto Alegre, 20 de janeiro de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

passagem? Verdade é que fazem questão cerrada de minha ida”.<sup>400</sup> A solução dependia do patrocínio público, em especial da prefeitura de Porto Alegre para participar daqueles eventos:

É bem possível que a Prefeitura Municipal também se interesse em que eu vá, como se interessou por minha ida a Florianópolis em outubro do ano passado, pagando-me a passagem e diária. Mas agora a situação mudou: a Prefeitura está bastante mal, não tem dinheiro, exige economia. Dá-se, porém, mais isso: o Congresso é de 19 de março a 29. Justamente o primeiro mês de aulas que começam a 11. Tenho receio que, mesmo podendo ir com auxílio municipal, perca minha cadeira no Ginásio. E seria um buraco. Mas, seja o que Deus quiser: estou aguardando solução da Bahia.<sup>401</sup>

Quase às vésperas do evento na Bahia, Spalding foi chamado ao gabinete do prefeito para ser feito representante do município de Porto Alegre no congresso baiano.<sup>402</sup> As dissensões locais não tardaram em aparecer nas correspondências trocadas. Nas cartas aos colegas de Santa Catarina e da Bahia, Spalding mencionava a possibilidade da ida de Othelo Rosa, e não hesitava em alertar para os eventuais “prejuízos” da companhia do historiador gaúcho. São muitas as referências desprestigiosas. Percebe-se a intenção de Spalding preparar o terreno e despertar prevenções nos colegas que não conheciam pessoalmente Othelo Rosa. Especialmente, porque Spalding e outros estavam constituindo novas redes de solidariedade na esteira do movimento folclorista, e queriam marcar posições na concorrência com os competidores locais liderados por Othelo Rosa. Spalding tratou de “alertar”, também, um dos seus colaboradores e organizador do congresso de História da Bahia, o cônego Barbosa:

O Governo do Estado designou o pernóstico e pretensioso Otelô Rosa para representá-lo, por indicação do Instituto Histórico. Se ele for, é preciso cuidar com ele, porque gosta de meter-se e quer ser absoluto: não admite contraditas. Tem a mania de pensar que seu pensamento é lei.<sup>403</sup>

Walter Spalding e Jorge Godofredo Felizardo foram ao Congresso de História da Bahia representando o Rio Grande do Sul. De regresso a Porto Alegre, Spalding fez um relatório ao prefeito Ildo Meneghetti, e, também, deu uma entrevista ao *Correio do*

---

<sup>400</sup> Idem.

<sup>401</sup> Idem.

<sup>402</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 8 de março de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>403</sup> Carta de Walter Spalding a Cônego Barbosa. Porto Alegre, 8 de março de 1949. Fundo Walter Spalding, arquivo do IHGRGS.

*Povo*, publicada em 8 de abril de 1949. Nela, Spalding é só elogios para a cidade de Salvador e para o povo baiano. Vale destacar a descrição do “meio intelectual” baiano, que é um retrato ao avesso daquilo que Spalding acreditava ser o meio intelectual gaúcho:

O meio intelectual baiano é, de modo geral, encantador. Não encontramos, entre eles as tricas e conversinhas de lavadeiras de bastidores e invejosos doentios. Nenhum fala ao visitante das roupas sujas, se é que as há, de seu colega, historiador, poeta, dramaturgo, romancista ou jornalista. De qualquer pessoa que se peça informações, dão-nas com prazer, sem exageros admirativos ou depreciativos. Parcimoniosamente, delicadamente, amavelmente. Mesmo quando inimigos pessoais, como tivemos ocasião de verificar, referem-se um ao outro com respeito, pelo menos respeito ao que pediu informação. Não deixam transparecer tricas íntimas. É a inteligência, a cultura, a educação fina pairando acima das questões pessoais.<sup>404</sup>

O acirramento das disputas locais se dava, em primeiro plano, pela posição de representar a intelectualidade rio-grandense e uma certa identidade profissional dos intelectuais gaúchos diante dos pares de outras regiões do Brasil. Em termos de concorrência explícita aparece a preocupação de Spalding, em carta a Oswaldo Cabral:

Sua carta sobre nosso Congresso daqui, fiz datilografar e distribui a dez amigo e... inimigos. Causou sensação e... fez abrir os olhos aos amigos. O Rev. Padre Jaeger disse-me que iria enviar um memorial ao Instituto pedindo revogação da deliberação tomada, invocando os seus argumentos e outros mais que encontrou. O pernóstico (Otelo Rosa), sábio e “primus inter pares”, segundo se crê ele próprio, é que não vai gostar muito. E o motivo eu sei qual é: conseguiu alguma coisa sobre os açorianos e quer fazer bonito, isto é, ser o único em apresentar tese mais ou menos original, deixando os outros, principalmente os que se dedicaram ao Congresso de Florianópolis, em situação inferior. Apesar de todos os meus trabalhos, vou ver se consigo organizar trabalho original e superior, se é que não conseguirmos transferir a data para mais tarde. E, se não me sentir disposto, não comparecerei ao Congresso.<sup>405</sup>

Aqui, Spalding tratava sobre a intenção de realizar-se um congresso sobre a colonização açoriana no Rio Grande do Sul, ideia nascida de uma moção votada no Congresso de Santa Catarina, para que o IHGRGS concretizasse o projeto. Othelo Rosa em reunião no IHGRGS sobre este tema, defendeu que o bi-centenário da chegada dos açorianos ao Rio Grande do Sul (referência para o congresso) deveria ter como base o “batismo dos filhos dos casais açorianos em 1749”, conforme os “elementos colhidos

<sup>404</sup> *Correio do Povo*, 8 de abril de 1949.

<sup>405</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 27 de janeiro de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

por Aurélio Porto nos livros de batismo da Vila de Rio Grande”.<sup>406</sup> Este parecer foi acolhido pelo Instituto Histórico, que marcou a data do Congresso para 6 de junho de 1949.<sup>407</sup> Por seu turno, Walter Spalding, baseando-se em documentos pesquisados, segundo ele, quando esteve em Florianópolis, na Prefeitura Municipal daquela cidade, defendeu que se utilizasse como data para comemorar a chegada dos açorianos a “provisão Régia, datada de Lisboa, vinte e dois de março de mil setecentos e cinquenta e dois, na qual consta terem sido remetidos para o Rio Grande do Sul, pelo governador catarinense, Manuel Escudeiro Ferreira de Souza”<sup>408</sup>, portanto, para Spalding, o referido congresso proposto pelo Congresso de Santa Catarina, deveria ser realizado em 1952.

A carta mencionada traz indicações de que essa questão pontual da data para a chegada dos açorianos não era o mais importante. Não se tratava de uma disputa “documental”. Tratava-se de uma disputa para ter tempo para “fazer bonito”, nas palavras de Spalding. Se o pretendido congresso açoriano ocorresse em 1949, Othelo seria o único a “apresentar tese inédita”, deixando os que “se dedicaram ao congresso em Florianópolis [Spalding, Laytano, Sanmartin, Felizardo] em situação inferior”. De outro modo, Spalding queria o adiamento do congresso, para apresentar “trabalho original e superior”, ou, não sendo isto possível, não compareceria ao congresso.

Este quadro de concorrências, entretanto, não deve ser entendido no plano pessoal ou de “egos”, simplesmente. Insere-se na concorrência por espaço e visibilidade dentro da expansão do sistema intelectual de estudos do folclore, da redefinição do regionalismo e da própria identidade dos intelectuais gaúchos. Defrontavam-se duas tendências historiográficas que opunham, de um lado, Othelo Rosa, cuja voz monopolizava os posicionamentos do IHGRGS, que não arredava da posição de defesa da *hagiografia* política e militar. E, de outro, os historiadores-folcloristas como Dante de Laytano, Walter Spalding e Manoelito de Ornellas, que, inspirados pelos estudos folclóricos, buscavam incorporar aportes metodológicos e teóricos das Ciências Sociais.

Jorge Godofredo Felizardo, do grupo de Othelo, representante oficial do IHGRGS no Congresso de Santa Catarina, propôs que, na mesma data do congresso, o *Instituto* local realizasse uma sessão extraordinária comemorativa ao evento, e que “que a oração oficial da solenidade” fosse pronunciada pelo orador da diretoria do Instituto,

---

<sup>406</sup> Ata do IHGRGS, de 14 de dezembro de 1948.

<sup>407</sup> Carta de Walter Spalding a Hélio Viana. Porto Alegre, 1 de junho de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>408</sup> Idem.

“legítimo descendente de açorianos povoadores”.<sup>409</sup> No dia da abertura do congresso em Santa Catarina, 5 de outubro de 1948, Othelo fez uma fala no IHGRGS sobre o tema cogitado repisando os princípios historiográficos que nortearam a produção histórica nos anos 1920 e 1930. Conforme o registro da oração proferida por Rosa:

Estudou o problema da formação e povoamento do Rio Grande do sul, mostrando que o nosso estado deve ser considerado expressão da capacidade civilizadora do português **e que os fatores anteriores a 1737 não tem relação com a nossa história propriamente dita**, apontando o caso das Missões Orientais e o princípio do *uti possidetis* no Tratado de 1750 (grifo meu).<sup>410</sup>

Aquele mesmo episódio do projeto de realização do “congresso açoriano”, em Porto Alegre, serve para esclarecer como se dava a cooperação entre os intelectuais de diferentes estados. Spalding previa dificuldades para prevalecer a ideia do referido congresso: “como esta ideia foi minha, há um grupo que não ‘me topa’ muito que deu contra e está atrapalhando tudo”.<sup>411</sup> Porém, como ainda havia tempo para a mobilização, Spalding prognosticava seu plano de ação, para garantir o êxito do projeto: “creio que em princípios do ano que vem mobilizarei todos os amigos para escreverem a respeito e meterem nosso Instituto Histórico em brios”.<sup>412</sup> Para isso encomendou um artigo na imprensa sobre o tema a Cabral:

Aguardo seu artigo sobre o Congresso Açoriano que devemos realizar aqui. É preciso dar muita injeção de trabalho (não confundir com cousas *trabalhistas*...) nessa gente de nosso Instituto, e acabar com os tais “donos”. E se as sugestões e ideias vierem de fora, será melhor. Mas devem ser se possível até importunas.<sup>413</sup>

Posteriormente, em 12 de agosto, Spalding agradecia as “gentilezas” de Cabral, que publicara no jornal *Diário da Tarde* o artigo intitulado *Os casais açorianos e o interesse que despertam*, mencionando o congresso, que, segundo criam, deveria ser realizado em Porto Alegre, e remeteu exemplares do artigo a Spalding, e este, por sua vez, distribuiu os “jornais, ao Instituto, Felizardo e outros”. Esperançoso, concluiu:

<sup>409</sup> Ata do IHGRGS, de 24 de agosto de 1948, p. 50. Esta estratégia de assumir uma determinada ascendência como prerrogativa de autoridade “moral” também foi usada por Aurélio Porto para estudar a revolução farroupilha, que enfatizava a sua descendência direta de um líder farroupilha. Esse dado genealógico aparece com frequência na biografia de Aurélio Porto, e pelo menos uma vez ele fez uso desse fato para sensibilizar um cidadão a dar-lhe uma entrevista, quando escrevia uma novela histórica.

<sup>410</sup> Ata do IHGRGS, de 5 de agosto de 1949, p. 57.

<sup>411</sup> Carta de Walter Spalding a Hélio Viana. Porto Alegre, 1 de junho de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>412</sup> Idem.

<sup>413</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 20 de julho de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

“vamos ver se se interessam”.<sup>414</sup> Há, ainda, outra referência a uma carta de Oswaldo Cabral sobre o referido e malogrado “congresso açoriano”, que supunham ser realizado pelo IHGRGS. Dante de Laytano informa a Spalding ter recebido uma carta de Oswaldo Cabral tratando do assunto:

Recebi a cópia da carta do nosso presado Oswaldo Cabral sobre as comemorações açorianas do Rio Grande. Você tem razão. Li atentamente o que o ilustre historiador de Santa Catarina escreveu a respeito do assunto. Como não tenho ido ao *teu* Instituto Histórico, fico sem saber o que dizer. **Mas, como sabes, sempre contastes comigo para apoiar os pontos de vista que defendes.** Consultarás naturalmente o amigo que te escreve estas linhas para afinal tomarmos alguma iniciativa (grifos meus).<sup>415</sup>

Como se vê, havia um acordo tácito entre Laytano e Spalding para que se apoiassem mutuamente nas questões intelectuais locais. A aliança tática fazia com que Laytano hipotecasse “sempre” apoio a Spalding.

Spalding atribuiu o desfecho do caso, com o fracasso do plano do “congresso açoriano”, às “interpretações tolas do Othelo Rosa e um parecer meio bobo do Felizardo”. Spalding via esse caso como um retraimento institucional para as “grandes cousas”, provocando nele o desânimo em “matéria de História”:

Eu já cansei com essa gente e estou bastante desanimado em matéria de História nesta terra, onde com o intuito de mostra-se, de exhibir conhecimento de coisas minúsculas e sem importância maior, tranquem as grandes cousas e fiquem no olvido como este assunto dos açorianos.<sup>416</sup>

Era compreensível, portanto, que Walter Spalding e outros, que sentiam um “trancamento” dos assuntos em matéria de história, buscassem novos espaços “profissionais” e institucionais para introduzir e desenvolver seus estudos com possibilidades “mais amplas”. Spalding investiu na ampliação de seus locais de publicação e visibilidade em congressos de história e revistas ou boletins, como o *Boletim do Folclore* de Santa Catarina. Dante de Laytano empreendeu a criação de uma nova trincheira institucional, a *Comissão Estadual do Folclore*, e a publicação da *Revista do Museu Júlio de Castilhos*.

---

<sup>414</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 12 de agosto de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>415</sup> Carta de Dante de Laytano a Walter Spalding. Porto Alegre, 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>416</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 20 de março de 1951. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

A cooperação e interferência nos respectivos assuntos locais entre os intelectuais catarinenses e sul-rio-grandenses era de mão dupla. Walter Spalding não se furtou a dar conselhos sobre como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina poderia conseguir uma “casa” sua, a exemplo do que acontecera com o IHGRGS, que, em 1949, recebeu a doação do prédio do governo do estado, que ocupava desde 1943. Sobre esse aspecto da vida e política institucional do IHGSC, Walter Spalding escreve:

É lamentável o que me diz sobre o Instituto daí. Ainda bem que possuem a Biblioteca para reunirem-se. O nosso, aqui, também viveu anos e anos assim. Agora, apenas agora, quase nas vésperas de completar 30 anos de existência, conseguiu os *bons officios* do governo, graças a boa vontade de um deputado e a influência de um consócio deputado (Edgar Schneider). Também retribuímos a gentileza: o Schneider, o deputado camarada (Mem de Sá) e o Governador receberam o título de beneméritos! Pretendemos, agora, fazer um empréstimo com os bons officios do dr. Adroaldo Mesquita da Costa que está se empenhando para tal e parece que tudo conseguiu, e construir um ARROMBA-CÉU para renda e sede. Estude a cousa e veja se não dá para fazer o mesmo aí. Talvez a doação, por parte do Estado, de algum próprio (*sic*) em ruínas. Obtido isso, o resto virá. Depois, vocês já tem a Constituição que cogita da cultura. Meta, pois, o pessoal em brio. Cite Bahia, Alagoas, o Instituto Hist. Brasileiro e o último exemplo, o daqui. Meta o Varela<sup>417</sup> como membro da Casa de Santa Catarina, e será uma voz da contra-oposição a favor do Instituto Catarinense. Que tal? Para isso é necessário transigir, fechar os olhos e... meter o dente vitoriosamente (grifos no original).<sup>418</sup>

Oswaldo Cabral havia sido eleito como suplente de deputado à Constituinte Estadual de Santa Catarina, pela União Democrática Nacional (UDN), em 1946, sendo convocado em 1947. Neste período, fazia parte da oposição ao governo (PSD). Em 1950, reelegeu-se a uma cadeira na Assembleia Catarinense. Em 1951, assumiu sua segunda legislatura, juntamente com o governador do seu partido, Irineu Bornhausen. Em 1952, começou sua ruptura com a UDN, por causa de divergências entre Oswaldo Cabral e João Collin, Secretário da Viação e obras Públicas e Agricultura. Desta forma, Souza (1993) resume a disputa, que terminou com a saída de Cabral da UDN:

As divergências entre Cabral e Collin, ambos da UDN, causaram um racha no partido, com alguns políticos apoiando Cabral e outros Collin. Nisso tudo ficou difícil a situação do governador, que não queria tomar nenhuma atitude contra seu secretário. Na verdade, nessa

<sup>417</sup> Antônio Nunes Varela (16/02/1911-1/10/1972). Jornalista, advogado e político. Foi deputado estadual em Santa Catarina, na legislatura de 1947 a 1951. Pertencia ao partido do governo, PSD, ao qual Oswaldo Cabral fazia oposição.

<sup>418</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 12 de agosto de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

briga, Cabral era o mais fraco, embora fosse a “pedra no sapato” do governador Bornhausen (Souza, 1993, p. 103).

Em abril de 1953, Oswaldo Cabral pediu o seu desligamento da UDN, e passou para a oposição ao governo.

Antes do agravamento da situação política de Cabral, Spalding, aponta para um aspecto da crise política de Cabral: a situação da cultura no estado de Santa Catarina, que poderia sair prejudicada do contexto de disputas políticas. Sobretudo, faz indicações sobre a relação paradoxal dos homens de cultura que, às vezes, eram mais atendidos quando eram da “oposição” do que quando faziam parte do “governo”:

Lamento em muito a situação que se encontra como deputado do partido do governo. Por isso, certamente, é que Raul Pilla e sua gente não fazem questão de ser governo: pelo menos não precisa se servir de criado, ou cousa que o valha dos correligionários...

Lamento, sobretudo, essa situação trabalhosa porque estou vendo que V. não poderá mais cuidar como cuidava das belas cousas catarinenses: sua cultura, e ademais, como me diz, não sendo v. temido pelo governo, este está cortando as subvenções que o outro lhe dava.<sup>419</sup>

Spalding não apenas lamentava os percalços enfrentados pelo colega catarinense, mas oferecia uma modesta ajuda, na forma de “chamadinhas” através da imprensa:

Se lhe cortarem mais cousas diga-me, “secretamente”, que eu darei um jeitinho de falar isso em minha coluninha a propósito da primeira publicação que dai-me (*sic*) aparecer. E, depois, V. dirá aos correligionários *do alto* que a cousa já está chamando atenção em outros recantos e que seria bom pelo bom nome do governo, restabelecer as subvenções etc. Digo-lhe isto em segredo, sem que ninguém nos ouça, pois às vezes é bom, para certas cousas, “chamadinhas” de fora (grifos no original).<sup>420</sup>

Já foi mencionado que os intelectuais rio-grandenses no contexto do pós-Estado Novo se empenharam consensualmente (uns mais, outros menos) pela reabilitação da sua imagem profissional. Como já está amplamente assentado, Walter Spalding fez parte do grupo que seguiu a trilha aberta pelos estudos sobre o folclore para atingir este fim. Com o objetivo de acentuar este movimento coletivo, será analisada uma estratégia individual que aparece na correspondência entre Walter Spalding e Oswaldo Cabral, na linha do movimento pela legitimação científica do folclore. Segundo a missiva de 28 de

<sup>419</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 12 de agosto de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>420</sup> Idem.

abril de 1952, Oswaldo Cabral remeteu a Spalding uma cópia do primeiro capítulo de seu “Curso de Folclore”, nome provisório do livro que escrevia para, como tese, ser apresentada no concurso para “cadeira de folclore” que imaginava-se seria criada na Faculdade de Filosofia em Curitiba. Walter Spalding, tendo lido o referido texto, “com máximo interesse e grande proveito”, sugeriu sua publicação, porém, aproveitou para fazer uma indicação ao autor. Tratava-se da inclusão do nome de Apolinário Porto Alegre, escritor gaúcho, como precursor ou fundador dos estudos folclóricos no Brasil. Segue o trecho:

Só tenho uma sugestão a fazer: *Folclore: criação da palavra Folclore* – este parágrafo, a meu ver, ficaria incompleto se você não referir a tentativa de nosso Apolinário Porto Alegre para introduzir como nome dessa ciência a palavra POPULÁRIO.

No último quartel do século passado o velho mestre Apolinário se dedicou ao estudo das cousas populares: linguagens, usos, costumes, poesia popular, tradições, enfim, do Rio Grande do Sul. E deu a esse seu trabalho o título POPULARIUM DO RIO GRANDE DO SUL. Na introdução explicava a razão do “popularium”. Infelizmente essa obra nunca foi integralmente publicada. Trechos, apenas, andam esparsos por aí em revistas e um pequeno folheto “Cancioneiro da Revolução de 1835”, editado pela Livraria do Globo, em 1935. Dizem que os originais dessa obra estão agora com Augusto Meyer que está fazendo anotações a ela, para ser publicada, talvez pela Globo.

Por isso acho que, para a história da palavra ficar completa você deve fazer referência a tentativa de Apolinário, que foi aliás, o primeiro a tratar do folclore gaúcho, pois a iniciativa dele é, talvez, de 1880, quando muito, quer dizer, 34 anos depois do lançamento de *Merton* (...) Em todo caso, falta não faz. Seu trabalho está excelente mesmo sem a sugestão eu faço a você, porque você refere as diversas propostas em outros países, outrora e hoje.<sup>421</sup>

Spalding, assim, pretendia incluir o nome de um “mestre” sul-rio-grandense na genealogia da “ciência” folclórica no Brasil. A inscrição do nome de um rio-grandense nesta área, feita por um não-rio-grandense (Oswaldo Cabral), podia ajudar a fixar a imagem dos intelectuais gaúchos na vanguarda destes estudos. De fato, o livro sobre Folclore de Oswaldo Cabral não foi publicado, assim como não foi criada a “cadeira de folclore” na Faculdade de Filosofia em Curitiba.

Spalding, no entanto, não abandonou a ideia de incluir Apolinário na raiz da linhagem dos estudos folclóricos. Três anos depois, publicou o livro *Tradições e superstições do Brasil Sul - Ensaio de folclore* (1955). Na introdução do livro, aparece a seguinte pergunta: “Por que dizemos nós folclore e não populário como havia

---

<sup>421</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 28 de abril de 1952. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

proposto Apolinário Porto Alegre em fins do século passado?”. Responde a essa pergunta, dizendo que as duas palavras – folclore e populário – têm a mesma significação, mas “a primeira é de uso universal”. Ao mesmo tempo, assenta o status científico da disciplina: “Ora, sendo o folclore ciência, e não simples brinquedo ou passatempo literário, não nos é possível fugir ao uso da palavra que o designa universalmente e há mais de século”. Mas, ao definir e justificar o uso da palavra folclore, não abre mão de novamente reafirmar a equivalência dos termos folclore e populário, pois assim enfatiza a precocidade dos estudos de Apolinário Porto Alegre:

Compreende o folclore tudo que anda por aí, quer cantado, quer recitado, quanto à música e à poesia, quer falado, como os contos e lendas, quer ainda o que diz respeito a usos e costumes: vestuário, modos de vida, religião, credences e superstições, danças, ditos e rifões, etc. Tudo, tudo quanto nasceu do povo, que surgiu do meio dele e se tornou popular, patrimônio geral e comum. Populário – folclore (SPALDING, 1955, p. 8, 9).

### 3.3.2. A Polêmica em torno de Sepé Tiaraju

O acirramento das disputas entre os grupos intelectuais divididos entre aqueles que defendiam a ampliação do terreno de análise e pesquisa no campo da história e aqueles que eram refratários ao programa intelectual de revisão historiográfica, manifestou-se na polêmica a respeito de Sepé Tiaraju, em meados da década de 1950.

Pensar a polêmica como uma “estrutura elementar” do campo intelectual e das sociabilidades ajuda a vislumbrar a organização do “campo” no estado em que se encontra num dado período. Esclarece sobre os motes, interesses e as posições dos agentes, e as respectivas correlações de forças.

Nesse sentido, será analisada a polêmica que envolveu a figura de Sepé Tiaraju, na qual tomaram parte os membros do IHGRGS, divididos entre aqueles que eram a favor e contra que se erigisse um monumento em homenagem ao índio missioneiro. O aspecto mais profundo desta polêmica é disputa historiográfica. Um grupo pequeno, mas que detinha o monopólio das decisões e principais comissões do IHGRGS, reunido em torno de Othelo Rosa, defendia um modelo historiográfico no qual não havia espaço para os novos aportes e novas abordagens historiográficos emprestados das ciências sociais, como o estudo do folclore, das “lendas populares”, e a inclusão de grupos étnicos como índios e negros (indivíduos que não vinham da linhagem portuguesa).

Outra ala do IHGRGS, mais numerosa e mais dispersa, e que gradativamente foi se afastando do núcleo institucional, defendia a renovação dos marcos da historiografia, incluindo outros grupos que não faziam parte da “elite” lusa, militar e política. Esta polêmica dividiu a intelectualidade rio-grandense entre aqueles que apoiavam a figura de Sepé Tiaraju como parte da história rio-grandense e aqueles que consideravam aquele índio das Missões um “alienígena” da história gaúcha. Tratava-se mais do que uma retomada do debate dos lusitanistas *versus* platinistas sobre a inserção ou não das Missões na história sul-rio-grandense.

Por outro lado, no bojo da disputa está a luta para deslocar um grupo que monopolizava as posições de poder dentro do Instituto Histórico, e que, assim, asseguravam, simbolicamente, a posição de “porta-vozes” oficiais da instituição, e que detinha o poder de decidir aquilo que era a “verdade” sobre a história rio-grandense. No entanto, a luta não era pelo simples comando do IHGRGS. E tornou-se um marco no processo de questionamento e deslocamento do IHGRGS como instância legítima da produção do conhecimento histórico. Esta disputa está na raiz (e é consequência) da crise de legitimidade daquela instituição, que culminaria no fim do ciclo “acadêmico ilustrado” da produção histórica e consequente substituição pela pesquisa universitária.

A referida polêmica começa com o pedido do major do exército João Carlos Nobre da Veiga para que se erigisse um monumento a Sepé Tiaraju, em São Gabriel, em comemoração aos duzentos anos de sua morte. No ofício enviado ao governador do estado, o major argumentava que Sepé Tiaraju era um símbolo de “incomparável devotamento patriótico”, portanto atribuía-lhe um sentido de brasilidade, cuja morte teria sido um “holocausto à pátria”, que deveria ser reverenciado através de um monumento que lembrasse o “denodado valor e o acendrado apego à terra” do índio missioneiro. O governador Ildo Meneguetti enviou o requerimento do major para ser avaliado pelo IHGRGS, para que este emitisse parecer a respeito.

A Comissão de História, composta por Othelo Rosa, Afonso Guerreiro Lima e Moysés Vellinho, emitiu parecer negando qualquer possibilidade de Sepé Tiaraju ser considerado brasileiro:

Não só é inaceitável o ‘brasileirismo’ de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento, das tendências, dos interesses, da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa.<sup>422</sup>

---

<sup>422</sup> Parecer da Comissão de História (BERNARDI, 1980, p. 142).

Entre os argumentos citados pela Comissão para embargar a homenagem do governo do estado a Sepé Tiaraju, figura o estabelecimento da ação daquele guerreiro à órbita da influência espanhola, portanto em oposição aos interesses luso-brasileiros. Estava no campo oposto aos interesses “daqueles que lutaram pelo território rio-grandense”; era súdito da Coroa espanhola, sendo pois impossível atribuir-lhe um sentido de pátria brasileira. Em segundo lugar, usava-se os critérios da cientificidade histórica para expulsar Sepé Tiaraju para o terreno das “lendas”, portanto fora do domínio dos “fatos” da “verdade histórica”. A “mitificação” em torno da figura de Sepé desfigurava-lhe a “personalidade real, única, a ser vista e compreendida pela exegese da história”, segundo a Comissão (BERNARDI, 1980, p. 140).

O referido parecer foi publicado no jornal *Correio do Povo*, em 26 de novembro de 1955. O que seguiu foi a polarização da intelectualidade rio-grandense entre aqueles que eram a favor e aqueles que eram contra o parecer emitido pelo IHGRGS sobre Sepé Tiarajú.

O primeiro a sair em defesa do parecer emitido pela Comissão de História foi Carlos Reverbel, em artigo publicado também no *Correio do Povo*, de 3 de dezembro de 1955. Reverbel estribou-se na autoridade do consagrado Othelo Rosa, que “proferiu uma de suas sábias lições sobre história rio-grandense, tendo seus pontos de vista sido aprovados e, portanto, oficialmente adotados pelo Instituto Histórico e Geográfico”.<sup>423</sup> Carlos Reverbel lembra outra situação em que o Instituto Histórico foi chamado a “elucidar e firmar a verdade histórica”. Tratava-se da ocasião “quando [em 1948] se sugeriu o nome do padre Antônio Sepp para um grupo escolar” em Santa Maria, e o Instituto Histórico e Geográfico, através de parecer “de que também foi relator o nosso maior historiador Othelo Rosa”, manifestou-se contra a homenagem. Desde essa ocasião, assinala Reverbel, “a fim de resguardar a unidade da nossa formação histórica e do nosso processo cultural”, o IHGRGS “tem procurado caracterizar a Província jesuítica do Paraguai, a que pertenciam os Sete Povos das Missões, como uma expressão política da Coroa Espanhola, em terras posteriormente rio-grandenses e brasileiras”.<sup>424</sup> Reverbel também elencou outro parecer do IHGRGS como trunfo de autoridade para estabelecer a “verdade histórica”, e refutar a homenagem a Sepé Tiaraju. Referia-se ao parecer assinado pelo “escritor” Moysés Vellinho, seu chefe na revista *Província de São Pedro*, da qual era secretário, quando opinou sobre o livro do

---

<sup>423</sup> Sepé Tiaraju e o Instituto Histórico, Carlos Reverbel, *Correio do Povo*, 3 de dezembro de 1955, p. 9.

<sup>424</sup> Idem.

Pe. Luiz Gonzaga Jaeger *Os Três Mártires Rio-Grandenses*. Carlos Reverbel cita textualmente o parecer do amigo escritor:

do ponto de vista da nossa formação histórica e geográfica, que se processou, nesta extremadura, em luta aberta contra desbordamentos dos regulares da Casa de Assunção sobre terras que seriam, mais tarde, quase todo o Rio Grande do Sul – examinando o problema, repetimos, sob o âmbito de nossa integração territorial, não padece dúvida que a naturalização rio-grandense dos mártires evocados pelo nosso prezado confrade não pode ser aceita sem oposição ou controvérsia. Nessas reservas – acentue-se bem – jamais estaria em causa a sublimidade do martírio daqueles prodigiosos campeadores de Santo Inácio, nem o magnífico conteúdo místico de seu sacrifício nas mãos brancas dos índios. O que conduz à contradita é o enquadramento desses tristes episódios entre os fatores ativos da nossa formação histórica.<sup>425</sup>

Em suma, para Carlos Reverbel, a autoridade do IHGRGS e sua Comissão de História, além da autoridade pessoal de Othelo Rosa, eram índices suficientes para estabelecer a “verdade histórica”. Porém, esta autoridade começaria a ser contestada, publicamente, através do próprio *Correio do Povo*, e outros órgãos da imprensa local.

Walter Spalding não tardou a entrar na discussão. Dia 8 de dezembro, através do jornal o *Estado do Rio Grande do Sul*, publicou a “Carta ao Negrinho do Pastoreio”, sob o pseudônimo Blau Severo:

Precisamos Negrinho amigo, defender, custe o que custar contra os donos pretensos da nossa História, as nossas glórias e as nossas tradições. Por isso convido-te a percorrer esse sagrado Rio Grande do Sul e pregar, por todos os recantos, os nobres e são ensinamentos de nossa História maravilhosa. E pede à tua Santa Madrinha, meu caro Judiado, que nos fortaleça e ampare nos nossos direitos, cobrindo-nos com a sua santa bênção (PRITSCH, 2005, p. 31).

Spalding, assim, tomava parte na disputa, evocando outra figura que fazia parte da tradição popular e das lendas rio-grandenses, de certa forma, fazendo a defesa das lendas e da tradição popular como objetos legítimos da cultura e da História. Este era o primeiro nível da disputa que se dava no interior do campo acadêmico da época, opondo o grupo de historiadores hegemônicos dentro do IHGRGS (aos quais chama de “os pretensos donos da História”) e os historiadores-folcloristas, postos à margem do campo, que buscavam a legitimação do Folclore como ciência. Mas também havia, pelo menos, outras duas frentes de batalha.

---

<sup>425</sup> Idem.

Uma dessas frentes de batalha dizia respeito a um aspecto já mencionado, rapidamente, que estava fora do ambiente propriamente acadêmico, mas que ganhava a atenção dos intelectuais estabelecidos, à medida que um movimento de massas conquistava cada vez mais espaço e legitimidade dentro da esfera do Estado: o *tradicionalismo*.

Walter Spalding havia se integrado ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, ainda no final da década de 1940, como apoiador do *35 Centro de Tradições Gaúchas*. Entretanto, a partir de meados da década de 1950, paulatinamente se desgostou com os rumos do movimento, devido às emulações e desavenças pessoais com os líderes tradicionalistas. Assim, Spalding relatou seu afastamento do tradicionalismo ao poeta Léo Santos Brum:

Antes de entrar no assunto, quero dizer ao prezado companheiro de lutas pelo tradicionalismo que no sábado passado, dia 3 deste, na minha *Carta ao Negrinho do pastoreio*, no jornal “Estado do Rio Grande”, desliguei-me da campanha tradicionalista, para voltar à retaguarda de onde saí, em 1923, ao iniciar a minha luta tradicionalista, de lenço colorado no pescoço e, no peito, o distintivo de “bandoleiro”, que era o que usava a gente de Zeca Neto, Honório Lemes, Estácio Azambuja e outros que tais. Larguei de mão essa campanha atual porque me convenci que estou perdendo tempo, pois que outros estão desfazendo com os pés o que pregaram ontem, como o Paixão no rádio, naquele miserável programa das “calças Far-West”, procurando americanizar (do norte) o Rio Grande do Sul! Além disso, conversinhas, invejinhas mesquinhas e conversas fiadas encheram-me as medidas. Larguei tudo, por isso e outras cousas. Mas não largarei jamais o combate independente, livre como até pouco era, sem estar nesses centros que somente fazem anarquias, como naquela miserável farsa que representaram no famigerado Congresso de Santa Maria.<sup>426</sup>

Sobre o tema do seu desligamento do movimento tradicionalista, Spalding também tratou em carta enviada a outro poeta, Pedro Luís:

me despedi por completo da atuação em Centro Tradicionalista, desiludido por inteiro dos chamados tradicionalistas. Minha despedida, com suas razões foi publicada no sábado passado, dia 2 deste, no jornal ESTADO DO RIO GRANDE, onde mantenho uma página literária. Na *Carta ao Negrinho do Pastoreio*, que assino com o pseudônimo Blau Severo, poderá ler as razões. Tradicionalismo no nosso Rio Grande, no momento que passa, e graças às mistificações do tal *Estado Novo* getulista – é politicagem e nada mais. De tradicionalismo só possui o nome, agora, embora tenha começado muito bem e com intenções nobres e elevadas. Com o tradicionalismo e tradicionalistas nada mais tenho em comum. Continuarei no meu modesto canto a batalhar a meu modo, como vinha fazendo desde

---

<sup>426</sup> Carta de Walter Spalding a Leo Santos Brum. Porto Alegre, 5 de julho de 1955. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

1923, quando ainda ninguém sonhava com estas cousas. Volto, assim, para a obscura retaguarda de onde saí.<sup>427</sup>

Deixa claro que o seu desgosto tinha a ver com o que chama de “politicagem”. Os tradicionalistas conseguiram avançar bastante dentro do campo da gestão pública da cultura dentro do Estado, principalmente através da criação do Instituto de Tradição e Folclore (ITF), em 1954, que ficou sob a direção dos jovens tradicionalistas, enquanto agentes intelectuais reconhecidos no campo do folclore e da História, como Spalding e Laytano, se sentiram preteridos.<sup>428</sup> O descontentamento com os rumos da política, especialmente depois do Estado Novo, é uma recorrente nas queixas de Walter Spalding, e refletem uma posição mais ou menos geral dos intelectuais rio-grandenses, naquele contexto.<sup>429</sup> Esse avanço “político” dos tradicionalistas não deve ter passado despercebido dos outros agentes intelectuais, na disputa por espaços dentro do Estado, e que detinham a legitimidade acadêmica no campo da História. É para este aspecto, menos visível, que Spalding chama a atenção de um historiador e tradicionalista de Passo Fundo. Arthur Sússembach<sup>430</sup>, do Instituto Histórico de Passo Fundo, publicou no jornal *O Nacional*, naquela cidade, o artigo intitulado *Um monumento a Sepé*, em 5 de dezembro de 1955, onde reverberava a polêmica que se dava na capital. Neste artigo, Sússembach ataca com veemência o parecer emitido pela Comissão de História do IHGRGS, definindo-o como “extensa catilinária”, e aos seus signatários, textualmente

<sup>427</sup> Carta de Walter Spalding a P. Pedro Luís. Porto Alegre, 6 de julho de 1955. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>428</sup> Letícia Nedel (2005) mostra como na disputa pela direção do Instituto de Tradições e Folclore, criado pelo governo do estado, os jovens tradicionalistas acabaram derrotando as pretensões de Dante de Laytano de manter o ITF sob sua esfera de influência (Ver NEDEL, 2005, p. 369-380).

<sup>429</sup> Em um dos muitos desabaços de Walter Spalding sobre a política feitos ao amigo Oswaldo Cabral, aparece esta crítica ao prefeito de Ildo Meneguetti, amigo de longa data de Spalding: “Isto é ‘trabalhismo’ nesta terra. E também o ‘pessedeísmo’ que anda metendo os pés pelas mãos... legítimo governo do filhotismo, tanto no Estado (PTB), como no município (PSD), administrado pelo meu amigo Meneghetti que está fazendo papel de boneco nas mãos do partido, como isto, por exemplo: a 31 de Dezembro nomeou interinamente, uma dezena de funcionários extra-numerários, oficiais administrativos que somente poderiam ser nomeados depois de concurso. É lei. No dia 6 de janeiro, nova leva dos da mesma categoria a oficiais administrativos.. isto tudo, além de ilegal e arbitrário, tem mais este cunho: extranumerários com mais de 20 anos de serviço foram relegados por extras com apenas um ano e meio até! A cousa entretanto, não parou aí. Foi além: No dia 8 de janeiro, nova lei da Câmara, veja bem! – com maioria PTB – tornando efetivos, isentos de concurso, todos os funcionários até aquela data (8 de janeiro) nomeados interinamente!”. O arremate do desabaço, no entanto, rumava para “coisas mais sérias”: “Não há mais caráter, meu amigo, não há mais vergonha, não há mais moral nesta nossa terra, do Roruíma ao Chuí. (...) Mas... vamos parar por aqui que a sujeira é muita. E para alheiar-mo-nos dela, e não sentir-lhe tanto o odor, trabalhem em cousas mais sérias – para provarmos que ainda há quem se se interesse pela cultura nesse meio de palhaçadas e sambas e batuques sociais e políticos” (Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 1953. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS).

<sup>430</sup> Arthur Sússembach (Restinga Seca, 8 de outubro de 1914) - Cronista, poeta e contista. Membro do Grêmio Ijuicense de Letras, da Academia Passo Fundense de Letras e do Instituto Histórico de Passo Fundo (MARTINS, 1978, p. 572).

citados – Othelo Rosa, Afonso Guerreiro Lima e Moysés Vellinho – refere-se como “uns vaidosos vulgares”, que pretendiam conhecer “melhor a história do que um Manoelito de Ornellas ou um Walter Spalding”. Sússembach escreveu a Spalding, no dia 7 de dezembro, enviando um exemplar de *O Nacional* contendo o referido artigo. Spalding respondeu no seguinte dia 27, pois havia recebido a carta com um pouco de atraso. Nela, Spalding faz referência a sua *Carta ao Negrinho do Pastoreio* e ao modo como esta foi recebida no Instituto:

Eu pertenço ao Instituto Histórico daqui, mas estou afastado desde que ali dentro se formou uma panelinha. Precisamos acabar com esses grupelhos e *donos*. E por isso, fora de meus hábitos, na primeira *Carta ao Negrinho do Pastoreio*, a respeito, fui violento e ataquei de rijo a turma e o próprio Instituto. Sei que deram pulos e que o tal (...) pernóstico que atende por Otelô Rosa, disse desaforos a valer. Pouco estou ligando ao que dizem. O que quero é que respeitem a verdade, doa a quem doer. E no caso de Sepé, não há dúvida alguma: os documentos e depoimentos são claros e precisos.<sup>431</sup>

Mas, Spalding também convocava Arthur Sússembach para continuar “batendo no assunto”, e chamava a atenção para o papel dos tradicionalistas através do Centros de Tradições, pois via no movimento anti-Sepé, o combate de Othelo Rosa (e do Instituto dominado pela ala de Othelo) aos *Centros de Tradição*:

Continue a bater no assunto. E que os *Centros de Tradições* se mexam. E tem obrigação moral de o fazerem, não só pelo que são, como porque o movimento de negação de Sepé, alvitado por Otelô, é justamente contra os *Centros*, com os quais antipatiza solenemente, o coitado. Mas, deixamo-lo urrar e prossigamos na nossa campanha de regeneração dos costumes e divulgação justa e sã de nossos usos, costumes e tradições sagradas.<sup>432</sup>

Para entender a solene antipatia de Othelo Rosa com os centros de tradição, deve-se ver a sua concepção de *regionalismo*. Seu principal aliado, Moysés Vellinho, havia explicitado, no primeiro editorial da revista *Província de São Pedro*, a necessidade de guardar-se “dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo”.<sup>433</sup> Essa prevenção contra o *regionalismo* de cunho tradicionalista de Moysés Vellinho pode ser estendida ao colega Othelo Rosa. Na disputa pela redefinição do regionalismo, convinha a esse grupo deslegitimar o viés tradicionalista.

---

<sup>431</sup> Carta de Walter Spalding a Arthur Sússembach. Porto Alegre, 27 de dezembro de 1955. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>432</sup> Idem.

<sup>433</sup> VELLINHO, *Província de São Pedro*, n. 1, 1945, p. 5.

Para a historiadora Ieda Gutfreind (1998), a discussão sobre Sepé era uma linha de continuidade da disputa entre *lusitanistas* e *platinistas*, que gerou a polêmica sobre a Grande Revolução de Alfredo Varela, e voltava-se “ao problema português versus espanhol”. No entanto, na década de 1950 o debate se apoia em outros pressupostos. Nem Laytano, nem Spalding defendiam uma origem espanhola para o Rio Grande do Sul. Eram açorianistas. Nem mesmo o fazia Manoelito de Ornellas, que tinha outra visão do problema (para este último, os portugueses e espanhóis compartilhavam uma herança cultural comum, como habitantes da Península Ibérica onde os mouros e berberes deixaram seu legado). A questão era a incorporação de “fatos” da cultura popular, lendas e folclore à História. Em 1954, na abertura do Primeiro Congresso Tradicionalista, realizado em Santa Maria, Manoelito de Ornellas defendeu a utilização do folclore como um índice histórico. Neste aspecto, tanto Spalding quanto Ornellas e Laytano estavam de acordo:

O folclore não é somente um perfil da História. É muitas vezes um índice orientador sobre a origem dos acontecimentos. A História oficial é a relação cronológica dos fatos e fundamenta-se na opulência dos arquivos. Mas, coexistente com as leis, os decretos, as sentenças, os diários de guerra, as proclamações, os tratados, a biografia e a correspondência, uma outra História se escreve, sem o prestígio das cátedras. É a história que o povo, ator e espectador imediato, alinhava em trovas humildes, em ritmos de danças, em romances e décimas, em frases e sentenças, que se tornam populares. É a obra comum que a todos pertence e cujo autor ignorado jamais reivindica a paternidade gloriosa (ORNELLAS, 1966, p. 87).

Voltando à carta de Walter Spalding a Sússembach, pode-se percebê-lo como posicionando-se novamente ao lado dos tradicionalistas, dos quais havia se afastado, seis meses antes. Nesse contexto de várias disputas sobrepostas, era importante identificar qual inimigo era mister atacar primeiro. Assim, o ex-aliado (de véspera) dos tradicionalistas se dispunha a formar uma aliança tática no combate ao inimigo comum (e maior): Othelo Rosa.

A outra (terceira) frente de batalha era a disputa acadêmica de longa duração que envolvia diretamente os jesuítas do IHGRGS, e que, no plano historiográfico dizia respeito à inclusão ou não das Missões no arcabouço histórico e cultural do Rio Grande do Sul. Esse aspecto da polêmica já havia aparecido no artigo de Carlos Reverbel, como foi visto, quando mencionou o parecer de Moysés Vellinho sobre o livro de Luiz Gonzaga Jaeger, *Os Três Mártires Rio-Grandenses*. O Pe. Jaeger, que esteve presente na reunião de aprovação do “parecer de Othelo Rosa”, e que votou a favor, “com

restrições”, tornou a manifestar-se, desta vez, posicionando-se contra o “parecer”, no dia 8 de dezembro, pelo *Jornal do Dia*, com o artigo intitulado *Em defesa do intrépido gaúcho, o capitão José Sepé, o lendário S. Sepé*. Neste artigo, o padre jesuíta, membro do IHGRGS, argumenta contra uma das principais razões apresentadas no parecer da Comissão de História de que Sepé teria lutado contra Portugal em favor dos interesses da Espanha:

[Sepé Tiaraju] não defendeu a terra das Missões nem para a Espanha, nem para Portugal, nem para a Companhia de Jesus. Defendeu para os seus índios de sua raça, com clara manifestação de sentimento telúrico. (...) Tiaraju não merece a nossa homenagem porque lutou contra os interesses de Portugal, segundo a Comissão. Pergunto por que interesses se insurgiu Tiradentes e seus denodados conspiradores, apenas 35 anos mais tarde? (Jaeger apud PRITSCH, 2005, p. 32).

Para entender melhor os lances desse *front* da disputa, é necessário fazer uma breve incursão pelos seus antecedentes, que remontam à atuação dos jesuítas no processo de institucionalização da História no estado, desde a fundação do IHGRGS. Os jesuítas foram importantes colaboradores na fundação e consolidação do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Os padres Carlos Teschauer e João Batista Hafkemeyer se destacavam pela bibliografia extensa, para os padrões da época, e pela operosidade na revista do Instituto. Especialmente, a obra de Teschauer *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* era considerada uma obra fundamental da bibliografia gaúcha. Hafkemeyer foi o primeiro redator da revista, até o seu falecimento em 1924. Teschauer foi membro da Comissão de História até 1930, quando veio a falecer. A influência desses dois padres embargou o boicote à história das Missões, na primeira década do IHGRGS.<sup>434</sup> Em 1928, o Instituto chegou a realizar na Biblioteca Pública uma sessão com o fim de homenagear a memória do Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, “proto-mártir do cristianismo no Rio Grande do Sul”, por ocasião da passagem do tricentenário da morte do jesuíta, sendo o orador, na referida sessão, o destacado membro da “geração católica”<sup>435</sup> Adroaldo Mesquita da Costa.<sup>436</sup> Porém, esta

<sup>434</sup> A *Revista do IHGRGS* publicou diversos artigos sobre o tema das Missões e dos Jesuítas, na sua primeira década. Escritos de Carlos Teschauer publicados na revista do Instituto: “A língua guarani e o venerável Pe. Roque Gonzales” (1921), “O processo do Pe. Roque e seus companheiros” (1926), “A erva mate na história e na atualidade” (1926), “Vida e obra do Pe. Roque Gonzales de Santa Cruz” (1928), “O caráter do proto-mártir do Rio Grande do Sul” (1928). Escritos de J. B. Hafkemeyer: “História dos Jesuítas no Min. Marques de Pombal” (1923), “A primitiva igreja do Rio Grande do Sul” (1929). E ainda, Luiz Gozaga Jaeger: “Quando nasceu p. Roque?” (1928).

<sup>435</sup> Luiz Alberto Grijó (2012) destaca que a “geração católica” (expressão criada por Fernando Trindade) iniciara sua influência na década de 1920, e teria tido seu ocaso na década de 1950. Esse “grupo” era caracterizado por uma unidade estreita, cuja coesão se dava basicamente graças a sua “comum formação

homenagem do Instituto, não passou despercebida e sem levantar polêmica. Luiz Gonzaga Jaeger, ao escrever sobre *A descoberta de 'Assunção do Ijuí' lugar do martírio do beato padre João del Castillo, S. J. (1936)*, lembrou que naquela ocasião fora distribuído na capital um panfleto, no qual:

um articulista oculto sob o anonimato, denegria farisaicamente a memória desses paladinos, escandalizando-se que homens da envergadura científica dos que compunham então a nossa primeira agremiação histórica do estado, se houvessem rebaixado a ponto de prestarem homenagem a indivíduos de nenhum mérito histórico ou patriótico.<sup>437</sup>

Depois da morte de Teschauer não chegou a haver uma interdição completa à história das Missões, mas, à medida que se impunha a tese da formação lusitana do estado, recalcava-se com mais força a admissão das Missões jesuíticas na história rio-grandense. Em 1937, foi admitido como sócio o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, que dedicou-se a manter viva a pesquisa da história das Missões. Nos anos 1930, publicou, nas páginas da revista do Instituto, dois ensaios sobre os jesuítas e as Missões: *A localização do Caaró – crônica histórica (1933)*, *A tragédia de Pirapó – Assunção do Ijuí (1936)*.

No ano de 1940, durante o 3º Congresso de História do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Aurélio Porto apresentou um voto de louvor e gratidão “aos filhos de Santo Inácio”. Nessa ocasião, ficou decidido que a revista do IHGRGS se dedicaria “à reedição de alguma obra especialmente grata aos padres jesuítas”, sendo escolhida a biografia do padre Gabriel Malagrida, escrita por Paulo Mury.<sup>438</sup> O consagrado Aurélio

---

elementar e secundária em colégios católicos, principalmente nos estabelecimentos geridos por padres jesuítas de origens teutas” (GRIJÓ, 2012, p. 280). Aponta para a existência de um projeto católico-jesuítico que “se apresentava como uma missão proselitista e salvacionista de almas individuais e da sociedade em geral” (p. 289), por meio do qual “os jesuítas passaram a influenciar decisivamente aqueles que se tornariam parte da elite cultural, profissional e político-partidária do Rio Grande do Sul” (p. 286). Além de Adroaldo Mesquita da Costa, também era membro do IHGRGS e integrante da “geração católica” o professor Armando Dias de Azevedo. Darcy Azambuja, membro do IHGRGS, segundo RODRIGUES (2002), de formação mais próxima do positivismo, teve uma “progressiva aproximação” com o grupo católico. Segundo esta autora, Azambuja posicionou-se “de maneira favorável aos católicos, escreveu nas revistas administradas pelo grupo e ingressou no corpo docente do curso de Filosofia da Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras implantada pelos irmãos maristas em 1940” (p. 94). Em 1941, Darcy Azambuja fez uma conferência intitulada *O Brasil e a Companhia de Jesus*, na qual exaltou o papel dos missionários jesuítas na formação intelectual brasileira, sem mencionar a experiência jesuítica missioneira (Revista do IHGRGS, n. 85, 1942, p. 5). Nos anos 1950, Darcy Azambuja já estava integrado ao grupo católico.

<sup>436</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, 15 de novembro de 1928, p. 105v.

<sup>437</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 61, 1936, p. 3.

<sup>438</sup> A publicação da biografia de Gabriel Malagrida apareceu na revista do Instituto em 1940, n. 80, p. 197, com apresentação de Luiz Gonzaga Jaeger.

Porto, nessa época diretor dos Anais do Itamarati, mostrou-se um importante aliado do Pe. Jaeger, pois era uma das autoridades máximas em história sul-rio-grandense.

Conforme Luiz Gonzaga Jaeger, Aurélio Porto esteve pesquisando sobre a vida de um jesuíta chamado Cristóvão de Mendoza, “desde alguns anos”. De acordo com o depoimento do Pe. Jaeger, Aurélio Porto teria chegado a lhe dizer: “Olhe, Pe. Jaeger, o senhor pode escrever sobre quantos jesuítas quiser. Mas, o Pe. Cristóvão, tenha paciência, esse é meu”. Das pesquisas de Aurélio Porto, resultou a remessa a Jaeger de uma cópia da “primeira carta que sobre o martírio do Pe. Mendoza escreveu o Pe. Francisco Ximenes”, traduzida por Jaeger e publicada no jornal dirigido por ele, *Eco* (em 1935, p. 109).<sup>439</sup> Aurélio Porto continuou suas pesquisas na Biblioteca Nacional, na Coleção de Angelis, “onde desenterrou documentos preciosíssimos sobre o nosso herói”.<sup>440</sup> Em 1940, estando Aurélio Porto na capital gaúcha para as comemorações do “bicentenário de Porto Alegre”, como representante do Itamarati, foi convidado por Luiz Gonzaga para procurar o lugar do martírio de Cristóvão de Mendoza.<sup>441</sup> Aurélio Porto prontamente aceitou o convite para a expedição, salientando que só poderia ficar “dois ou três dias”. Nas páginas da revista do Instituto, o Pe. Jaeger relata toda a aventura que, todavia, não logrou encontrar o local pretendido.<sup>442</sup>

No ano de 1941, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL), enviou um ofício ao IHGRGS solicitando o seu pronunciamento sobre uma data em que se evocasse a “tradição do nosso estancieiro” e “qual seria o nome mais significativo, se estancieiro, fazendeiro ou criador, visando em tudo fortalecer os laços que nos ligam ao passado”. A resposta da Comissão de História do IHGRGS foi assinada pelo Pe. Jaeger e Luiz Carlos de Moraes, e dizia:

Somos do parecer que o ano de 1634 deve merecer a preferência a qualquer outra data e que o nome de Cristóvão de Mendoza, que tombou mártir da fé em 26 de abril de 1635, no alto do rio Piaí, entre Caxias e São Francisco de Paula, seria o nome mais indicado para ligar o passado com o presente, pois que foi o nosso primeiro tropeiro e fundador da nossa opulência pecuária.<sup>443</sup>

---

<sup>439</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 87-88, p. 117.

<sup>440</sup> *Idem*.

<sup>441</sup> Segundo Jaeger, Cristóvão de Mendoza foi o responsável pela introdução do gado vacum no Rio Grande do Sul, em 1634, quando trouxe, através do rio Uruguai, uma tropa de mil cabeças, compradas do português Manoel Cabral de Alpoim. Morreu em 26 de abril de 1635, no alto do Rio Piaí, entre Caxias e São Francisco de Paula (*Revista do IHGRGS*, n. 90, 1943, p. 218).

<sup>442</sup> *Idem*.

<sup>443</sup> *Revista do IHGRGS*, n. 90, 1943, p. 218.

Este parecer não tardou a ser contestado por outro consócio do Instituto. A oposição partiu do capitão De Paranhos Antunes, que, no contra- parecer que formulou, concordava que “na formação das primeiras estâncias de gado, os jesuítas espanhóis, que fundaram os povos das Missões tiveram prioridade sobre os portugueses formando a *Vacaria do Planalto*, ao norte, e as *Vaquerias del Mar*, ao sul”, mas emendava: “nada temos a ver com essa prioridade e sim com a penetração e fixação em nosso território dos primitivos estancieiros, nossos antepassados”. Para ele, “o caminho da fixação lusitana no solo gaúcho abre-se a partir de 1725 com a entrada dos lagunistas”, e que “são da Laguna os primeiros estancieiros” (Idem, p. 219). Para ele, a data digna de evocação era 25 de outubro de 1732, “a data oficial, em que foi doada a primeira extensão de campos em território gaúcho” feita a Manoel Gonçalves Ribeiro, o qual deveria ser considerado “um dos pioneiros na criação das primeiras estâncias gaúchas”.<sup>444</sup>

Sobre a denominação “estancieiro” não houve discordância. Ambos, parecer e contra- parecer, afirmaram que estancieiro era o nome “mais histórico”. A controvérsia estava assentada sobre o advento das atividades pastoris no estado, de um lado, aquela que levava em conta a ação dos jesuítas e o papel das Missões e, de outro, a posição que somente considerava a ação lusitana, mas que, ao mesmo tempo, não negava a anterioridade da introdução do gado pelas mãos dos jesuítas, mas dizia que “nada temos a ver com essa prioridade”. Luiz Carlos de Moraes, dias depois, apresentou a justificativa de seu voto. Discordando do parecer de De Paranhos Antunes, e considerando que se houvesse uma “ressalva” na solicitação da FARSUL, a respeito de “outros elementos que não lusitanos ou brasileiros”, ele teria optado não pelo ano de 1732, em que Manoel Gonçalves Ribeiro teve a concessão de uma sesmaria”, mas, sim, pelo ano de 1725, quando João de Magalhães funda estância em Tramandaí. Porém, Luiz Carlos de Moraes argumenta que “a verdade histórica deve ser isenta de preconceitos de raça, crença ou nacionalidade, para que seja honesta e sadia”. Por isso, afirmou justificando o voto anterior: “por assim pensar, não reconheço a prioridade da nossa gente na fundação das primeiras estâncias”. Reafirmou seu juízo:

Se é verdade que das Missões, então não integradas no território rio-grandense, partiu a atividade pastoril que hoje constitui a principal fonte da nossa riqueza, não é menos verdade que dali saíram os primeiros peões que iriam, juntamente com charruas e minuanos, lidar

---

<sup>444</sup> Idem, p. 220.

nos *rodeios* e nas *volteadas*, inigualáveis no lidar com o gado e na amansadura do potro selvagem.<sup>445</sup>

Coube ao Pe. Jaeger apresentar um longo trabalho sobre o tema em apreço, numa das sessões plenárias do IHGRGS, ainda no Museu Júlio de Castilhos. Neste estudo, Luiz Gonzaga Jaeger discorre sobre desde a introdução do gado na costa do Brasil central e a penetração do gado brasileiro no Paraguai até a entrada no gado no Rio Grande do Sul. Finalmente, ataca o principal óbice do capitão De Paranhos Antunes, que estava estribado “na preferência que lhe merece a tradição dos **antepassados lusitanos**”. E questiona:

Por que razão, nós historiadores, evocadores de tudo quanto se relaciona com o passado rio-grandense, nada teríamos que ver com a introdução do gado jesuítico em 1634, condenando a um violento olvido essa imensa obra econômico-social, da qual aproveitaram largamente os próprios estancieiros lusitanos aqui aportados um século depois, empreendimento que projeta seus raios até dentro do século 20?<sup>446</sup>

Anexa, ao seu trabalho, o voto de Aurélio Porto, no qual declara:

Entretanto, torno a afirmar, de acordo com os estudos procedidos, que unicamente aos jesuítas se deve a introdução no gado no Rio Grande do Sul, cabendo ao nosso padre Cristóvão Mendoza ser o primeiro tropeiro rio-grandense. (...) Tenho trabalhado muito e penso até fins deste ano concluir meu trabalho sobre a Civilização jesuítica das Missões, que dará dois volumes grandemente ilustrados com coisas missioneiras. Usei e abusei da Coleção de Angelis e tenho para mim que fiz alguma coisa de inédito e novo. E isto cada vez afervora em mim o alto conceito que formo da civilização jesuítica e da influência que ela exerceu por todos os aspectos na nossa formação sócio-geográfica.<sup>447</sup>

Sendo novamente submetido à votação, foi mais uma vez ratificado o parecer do Pe. Jaeger, mas não sem ferir as suscetibilidades resistentes. De Paranhos Antunes renunciou, na mesma sessão, ao seu cargo na Comissão de História.<sup>448</sup> Como se observa, o patrulhamento sobre o tema das Missões na história do Rio Grande do Sul foi constante, mas não conseguiu silenciar completamente os seus defensores, ou criar um impedimento disciplinar que excluísse esse tema da agenda historiográfica local. Sobretudo, porque apesar da resistência da maioria, os jesuítas não estavam isolados.

---

<sup>445</sup> Idem, p. 221.

<sup>446</sup> Idem, p. 239.

<sup>447</sup> Idem, p. 242, 243.

<sup>448</sup> Ata de reuniões do IHGRGS, de 14 de novembro de 1941 (*Revista do IHGRGS*, n. 86, 1942, p. 400).

Tinham ao seu lado importantes aliados no campo institucional e historiográfico, como Aurélio Porto, Adroaldo Mesquita da Costa, Mansueto Bernardi, etc.

Essas questões constituíam-se em “embaraços” historiográficos para os historiadores que repisavam a origem luso-brasileira para o Rio Grande do Sul, através de recortes político-militares. Por outro lado, para os historiadores-folcloristas, a inclusão das Missões na história rio-grandense não criava embaraço algum, pois para eles a origem da nacionalidade estava assentada na vida do povo, suas tradições e seu folclore. Assim, a emergência da dissensão em torno do caso Sepé, possibilitou a aproximação dos historiadores-folcloristas, como Walter Spalding, Dante de Laytano e Manoelito de Ornellas com o grupo católico. Destaca-se entre os católicos fervorosos Mansueto Bernardi. Walter Spalding e Dante de Laytano, por sua vez, eram professores no Colégio Anchieta, que, em tese, os aproximaria “naturalmente” dos católicos, mas para eles era mais presente a questão folclórica.

Retornando aos dias que se seguiram à publicação do parecer da *Comissão de História* a respeito de Sepé. Moysés Vellinho publicou a sua defesa do parecer nas páginas do *Correio do Povo*. É interessante notar que Vellinho estava ciente da reação católico-jesuíta que o parecer original de Othelo Rosa havia suscitado, e começa sua defesa reconhecendo que tinha “grande respeito pela ordem de Santo Inácio”, a cujos mestres devia o melhor de sua formação. Ainda lembrava:

Muito me prezo de ter sido aluno do [Colégio] Anchieta<sup>449</sup> e não me esqueço de que foi por empenho de um jesuíta, o saudoso padre Enrique Book que, ainda ginásiano, vi publicado o meu primeiro artigo no *Correio do Povo*.<sup>450</sup>

Mas nem por isso se sentia obrigado a “aceitar a tese que pretende capitular os feitos missionários entre os fatores que contribuiram ativamente para a formação rio-grandense”.<sup>451</sup> Pode-se ver essa introdução de Vellinho ao assunto, como um a tentativa de minimizar o viés anti-jesuíta do conflito. Mas esse viés estava presente. Walter Spalding reclamou no seu longo artigo sobre o caso Sepé, também no *Correio do Povo*:

Sabemos que, hoje, nos chamam de “jesuíta”, “ultramontano”, “malcriado” e, até, “imbecil”. Que continuem. Pouco se nos dá, bem como não nos importa a campanha muda e subterrânea que nos fazem a ponto de ignorar propositadamente o que escrevemos. E não serão os

---

<sup>449</sup> Moysés Vellinho também foi aluno do Ginásio Júlio de Castilhos, educandário por dominado por professores republicanos e positivistas.

<sup>450</sup> Moysés Vellinho, *Correio do Povo*, 31 de dezembro de 1955, p. 8.

<sup>451</sup> Idem.

ataques pessoais e cartas anônimas que rasgamos logo, por inúteis atestados de covardes, que nos farão recuar. Nem as ameaças.<sup>452</sup>

Para finalizar a incursão nesse *front* da disputa, veja-se agora a posição de Francisco de Paula Cidade<sup>453</sup>, que teve sua opinião sobre o caso publicada em 14 de janeiro de 1956, no *Correio do Povo*. Francisco de Paula Cidade posiciona-se ao lado de Othelo Rosa, e contra a celebração de Sepé como herói gaúcho. O mais interessante é que ele marca sua posição como católico e antipositivista. Para situar uma obra de história do general Tasso Fragoso, Paula Cidade depõe contra o positivismo:

O positivismo que há muito vinha sendo pregado entre nós, em certo momento considerou-se vitorioso, por imposição de leis naturais. Então tornou-se moda ser positivista ou filo-positivista ou pelo menos “simpatizante”, como por falsa e afetada modéstia estes últimos se intitulavam. Quem não era positivista era inculto, era retrógrado, era metafísico. Ocorria assim no Brasil um fenômeno semelhante ao que está ocorrendo hoje com o comunismo, ou pelo menos com o filo-comunismo, que se tornou caminho mais seguro para os altos postos da república das letras. Desse modo, era preciso falar, pensar e escrever de acordo com os cânones do Apostolado Positivista. Não se devia refletir sobre qualquer assunto que já tivesse sido versado por Miguel Lemos ou Teixeira Mendes: bastava seguir-lhes a trilha.

(...) seus seguidores nenhum progresso trouxeram às ciências históricas brasileiras como é o caso do General Tasso Fragoso.<sup>454</sup>

Segundo Francisco de Paula Cidade, o general Fragoso teria sido o primeiro a sugerir a ereção de um monumento ao guerreiro guarani. Considerava o trabalho do outro militar “um mau serviço prestado à história militar brasileira. (...) tanto são os erros da narrativa e as traições do subconsciente nos domínios da análise”. Por fim, Paula Cidade expõe uma das razões da sua avaliação antipositivista:

Para mim, católico e seu antigo auxiliar, que sempre admirei sua alta cultura geral e tanto apreciei seu boníssimo coração, é um consolo saber que morreu ele no seio acolhedor da igreja e afastado dos princípios filosóficos que nortearam suas primeiras atividades intelectuais.<sup>455</sup>

Considerava não pertinente a sugestão de homenagem ao índio missioneiro, pois “Sepé não era rio-grandense porque não queria sê-lo e porque não era de Rio Grande de São Pedro, mas das Missões. Não é um herói nacional brasileiro e quem não é brasileiro

<sup>452</sup> SPALDING, *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1956, p. 6, 9.

<sup>453</sup> General do Exército e membro correspondente do IHGRGS, residente no Rio de Janeiro.

<sup>454</sup> CIDADE, *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1956, p. 8.

<sup>455</sup> Idem.

logicamente não é rio-grandense”. Acrescenta como argumento final para a sua posição a autoridade de Othelo Rosa, tal como havia feito Carlos Reverbel:

Valeria a pena todo este trabalho, depois daquela sentença perfeita, lavrada pela comissão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que teve como juiz-relator esse grande historiador e sociólogo que é Othelo Rosa?<sup>456</sup>

Esse depoimento, associado ao de Moysés Vellinho, pode iluminar esse veio do conflito. Moysés Vellinho não se considerava anticlerical, ao declarar sua admiração e gratidão aos jesuítas pela sua formação e estreia na imprensa. Paula Cidade, por sua vez, era católico e antipositivista, e não via a posição anti-Sepé de Othelo Rosa como anticlericalismo positivista, mesmo que este tenha sido positivista militante de destaque, na década de 1920. Há de se considerar, entretanto, que mesmo Francisco de Paula Cidade sendo católico, ele não havia sido formado nos redutos de sociabilidade escolar dos jesuítas.<sup>457</sup> Portanto, embora existam elementos claros de continuidade do conflito entre positivistas e católicos, nos anos 1950, pode-se sugerir que não era o anticlericalismo positivista que unia o grupo em torno de Othelo Rosa. Nem essa disputa pode ser reduzida, simplesmente, a um conflito entre católicos e positivistas. Primeiro, porque o positivismo, nos anos 1950, estava longe de constituir uma ideologia dominante ou grupo coeso. Segundo, porque católicos e anchietanos engajados que faziam parte da “geração católica” (e membros do IHGRGS), como Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Dias de Azevedo e Darcy Azambuja, não assinaram o contraparecer em defesa de Sepé Tiaraju. As tomadas de posição eram organizadas levando-se em conta diversos fatores. Mas o principal era o desconforto intelectual que a admissão da história das Missões causava para um grupo que escolhera como chave explicativa para a formação do Rio Grande do Sul a colonização lusitana e o recorte político-militar privilegiado na sua historiografia. E como fator secundário, mas não desprezível, contribuía para unidade do grupo anti-Sepé a hegemonia e influência pessoal de Othelo Rosa como historiador consagrado no campo da história local na década de 1950. Do outro lado, o quadro das razões que davam a liga ao grupo pró-Sepé era mais heterogêneo: o interesse dos historiadores-folcloristas pela incorporação à História das noções tomadas de empréstimo do folclore; interesse semelhante compartilhado pelos

---

<sup>456</sup> Idem.

<sup>457</sup> Francisco de Paula Cidade estudou na Escola Preparatória de Rio Pardo (1902), na Escola Militar de Porto Alegre e Escola de Guerra do Realengo, Rio de Janeiro (1908), onde saiu aspirante (MARTINS, 1978, p. 147).

regionalistas de matiz tradicionalista, já que o folclore legitimava as tradições; o interesse dos católicos pela inclusão das Missões como parte da história rio-grandense e, por fim, a oposição pessoal a Othelo Rosa.

Por último, evoca-se o depoimento de Walter Spalding a respeito do caso, para ressaltar um aspecto da disputa sobre a legitimidade da história como “ciência” e como “verdade” na época. Spalding faz uma longa “profissão de fé” no tipo de história que acreditava:

Queremos, entretanto, deixar aqui, claramente registrado que quando escrevemos História não olhamos interesses. A história não tem interesses. É a verdade pura e simples do a quem doer. História é verdade e não jogo de interesse de clãs, castas, seitas, religião, mesmo de um povo, e menos ainda de caráter pessoal.

Jamais compreenderemos uma história parcial, história sob medida, ou por decreto. Isso não é para nós, História, mas sim, quando muito historieta, “estória” como diria Luís da Camara Cascudo. Ou romances como os de Sir Walter Scott, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Paulo Stubal e outros. Ou tragédias como as de Shakespeare.

A História é séria, ponderada, documentada, e não admite interesses, parcialidades, ideias pré-concebidas. Por tal razão quando estudamos um tema, não podemos de forma alguma, basear-nos exclusivamente na documentação de uma parcialidade. Devemos ter em mão e conhecer a fundo, tanto quanto possível, a de todas as parcialidades, sejam quantas forem, e estudar meticulosamente cada uma delas antes de qualquer conclusão definitiva.

É justamente por isso, porque assim procedemos, que chegamos, não raro, a conclusões mui diversas das de colegas e companheiros em História, contrariando, bastas vezes, o que costumam afirmar e, principalmente, quando afirmam baseados em NOSSO INTERESSE, um interesse qualquer, às vezes louvável, mas que, historicamente só pode ser prejudicial à verdade, porque parcial.

A isso nós jamais nos sujeitaremos, magoe a quem magoar. Podemos errar, não há dúvida, e muitas vezes já erramos. Mas reconhecemos o erro e procuramos corrigi-lo. Em matéria de História, porém, jamais nos dobraremos a uma parcialidade, ou nos renderemos a um interesse, seja qual for, mesmo porque, já o dissemos, a História não tem interesses porque é a Verdade e somente a Verdade.

Feita essa profissão de fé para que nos possam julgar – não os de hoje, mas os de amanhã – voltamos à controvérsia - sobre Sepé Tiaraju, o índio missioneiro que o povo, o seu povo, santificou porque se sacrificara por amor à TERRA NATAL (grifos no original).<sup>458</sup>

Spalding reivindica para o seu trabalho como historiador a qualidade do *desinteresse* (um dos pressupostos do discurso da ciência), baseado em documentos, e

---

<sup>458</sup> Spalding, *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1956. A fonte consultada encontra-se no Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

unicamente preocupado com a “verdade”. Seu engajamento com o folclore não visava a destituir a História do seu “trono” de ciência, mas sim revestir o folclore com o mesmo *status*. A História permanecia intacta na sua condição de ciência primaz entre as disciplinas humanas. O foco do problema não era a História, e sim certos “historiadores dos interesses pessoais” (referência velada a Othelo Rosa), e “dos que escrevem por ouvir dizer” (novamente uma referência velada, agora a Moysés Vellinho).

Nesse longo artigo, Spalding cita documentos e historiadores (como Souza Docca, Capistrano de Abreu) para sustentar sua posição:

Nada mais preciso, nada mais claro, nada mais certo: os jesuítas concordaram com a entrega das terras sem os homens, crendo que teriam ascendência sobre os indígenas. Estes, porém, dirigidos por Sepé Tiaraju, revoltaram-se contra aquela “cruza dos assírios” combinadas entre as duas cortes ibéricas e aceita pelos catequistas espanhóis das missões, em quase sua totalidade.

Esse gesto de Sepé e sua gente contra a Espanha, Portugal e os jesuítas, seria, acaso, espanófilo?

Absolutamente: era NATIVISTA. Era o amor à terra que os levava à revolta sem medir consequências.

E é esse o ponto que discutimos e defendemos: a revolta de Sepé em defesa da terra que considerava sua e que, portanto, lhe dá direito de ser denominado O PRIMEIRO GAÚCHO QUE SE BATEU PELO PAGO. É isto que nos interessa. É isto que defendemos, e nada mais, como o deixamos provado (Idem).

Aqui, como foi dito anteriormente, interessa expor as bases em que estavam assentadas a argumentação de Spalding, mais do que a posição em si, porque ajuda a entender os móveis dessa discussão, no processo de questionamento do Instituto Histórico como juiz da história local.

A morte de Othelo Rosa<sup>459</sup> pode ter arrefecido os ânimos daqueles que eram seus opositores, mas não alterou o quadro das posições (e oposições). Os contrários a Sepé não arredaram de sua posição (tendo à frente Moysés Vellinho), tampouco os seus defensores. O folclore não conquistou seu espaço na academia brasileira como “ciência”. Por outro lado, como lugar de produção do conhecimento histórico, o IHGRGS entrou em declínio, e o advento da institucionalização da pesquisa histórica na pós-graduação universitária terminou por deslocá-lo completamente da posição central nesse campo no estado.

---

<sup>459</sup> Othelo Rosa faleceu no começo de dezembro de 1956. A defesa da posição da Comissão de História do IHGRGS ficou nas mãos de Moysés Vellinho, que assumiu o bastão de guardião da história à porta do IHGRGS.

A polêmica manteve-se viva pela atuação de Mansueto Bernardi, membro do IHGRGS e católico. Mansueto Bernardi organizou um *Contra-parecer*, assinado por 22 intelectuais<sup>460</sup>, todos membros do IHGRGS (efetivos ou correspondentes), que contestava o parecer de Othelo Rosa.<sup>461</sup>

Essa polêmica é um marco no processo de desvalorização institucional e perda da legitimidade acadêmica do IHGRGS. Embora o alvo do descontentamento fosse o núcleo de historiadores que dirigiam a instituição, o próprio Instituto acabou por ser combatido e combalido. Diferentemente da polêmica a respeito da *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varella, nos anos 1930, que mostrou um Instituto Histórico unido contra a voz dissonante e solitária de Varella (que tinha aliados fora do meio intelectual local), o *caso Sepé* expôs, publicamente, a irreconciliável cisão do IHGRGS. De um lado, o grupo hegemônico e numericamente menor, mas coeso, aferrado à tradição histórica criada nos anos 1920 e consagrada nos anos 1930, e de outro, a maioria dos membros do Instituto, mais dispersos e alijados dos postos de comando e visibilidade institucional.

Por fim, essa polêmica expôs os limites da união das elites intelectuais no Rio Grande do Sul. Essa união “externa”, cuja característica era a “excomunhão teórica e ecumenismo prático”, que possibilitou o projeto intelectual como a revista *Província de São Pedro*, chegou ao seu esgotamento. Não por acaso, o último número da revista foi editado em 1957, trazendo mais um artigo de Moysés Vellinho reafirmando sua posição no caso Sepé.

---

<sup>460</sup> Foram seus signatários: Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, Rinaldo Pereira da Câmara, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi, Dante de Laytano, Walter Spalding, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Estevão Leitão de Carvalho, Valentim Benício da Silva, Félix Contreras Rodrigues, Pe. Balduino Rambo, Herbert Canabarro Reichardt, Deoclécio de Paranhos Antunes, L. F. de Castilhos Goycochea, Amaro Batista, Fernando Callage, Henrique Oscar Wiederspahn, Pe. Geraldo Pawels, Osvaldo Rodrigues Cabral, Afonso de Taunay, Luiz Alves de Oliveira Belo e Leopoldo Petry.

<sup>461</sup> Letícia Nedel (2005) investigou detidamente esta polêmica, através da atuação de Mansueto Bernardi.

## Conclusão

Desde o início deste trabalho, me propus a realizar uma investigação mais centrada nas posições e nas hierarquias intelectuais do que nos discursos dos agentes. Mas isso não ocorreu porque acreditei que os discursos sejam menos importantes, ou ainda que não mereçam atenção. Trata-se apenas de uma escolha de foco de abordagem, em razão de acreditar que o “estado da arte” da *historiografia* está muito bem delineado em vários outros trabalhos anteriores, bastante citados por mim. Por isso, busquei o meu próprio “espaço” através de uma abordagem de inspiração mais *sociológica*, enfocando as lutas, as solidariedades, hierarquias e as distintas correlações de forças com outros espaços sociais, utilizando, por exemplo, as polêmicas ou a revista da instituição como “estruturas elementares” para apreender as posições dos agentes. Com relação ao estudo prosopográfico, é preciso reconhecer os limites deste método, especialmente, quando se trata de um conjunto que ao mesmo tempo não é grande e cujas informações são desiguais. Nesse sentido, informações importantes nos estudos prosopográficos são a filiação e a profissão dos pais dos agentes. Escassos foram os casos em que essas informações estavam disponíveis para o grupo de agentes pesquisados, não sendo possível explorar essas variáveis em função da sua rarefação. Mas, também, esse método foi importante, porque, através dele, foi possível precisar uma mudança histórica dentro da conjuntura dos anos 1930, um investimento inicial de carreira no campo da História para um conjunto considerável de agentes, ou de reconversão de intelectuais reconhecidos de outras áreas para a História.

Por outro lado, o discurso não foi desconsiderado, mas pensado em termos de “agenda intelectual” e “problemática legítima”. Isto, todavia, não pressupõe a crença num “idealismo” ou “voluntarismo” dos agentes. Aqueles intelectuais tiveram que lidar com as condições objetivas (e limitadas) de um espaço social periférico do qual faziam parte. Assim, foi visto que as “lentes” do *regionalismo* foram permanentemente utilizadas pelos intelectuais rio-grandenses para interpretar a relação com o todo nacional. Eles tiveram, ao longo do tempo, de ajustar o foco para redefinir a identidade regional com vistas a aparar arestas e eliminar discrepâncias que surgiam com as mudanças ocorridas no ambiente político local e nacional. A autonomia castilhistaborgista, a união das elites regionais sob a Aliança Liberal e a FUG, as disputas entre

Flores da Cunha e Getúlio Vargas, a centralização sob o Estado Novo, a abertura política pós 1945, cada uma dessas conjunturas ensejou ou, mesmo, exigiu ajustamentos na interpretação da relação regional *versus* nacional. As incompatibilidades nunca foram totalmente resolvidas, pois quando o discurso estava mais ou menos harmonizado, novas configurações sociais e políticas produziam a necessidade de novos arranjos, ajustes, que dessem condições para que os intelectuais rio-grandenses, de modo geral, se empenhassem nas lutas concorrenciais e por reconhecimento. Mesmo quando o “consenso historiográfico” foi maior ou mais aparente, nos anos 1930, as divergências apenas ficaram latentes.

Quando os intelectuais brasileiros tomaram para si a tarefa de buscar a identidade nacional e a “construção da Nação”, embalados pelo *nacionalismo*, após a Primeira Guerra Mundial, no âmbito regional, um grupo de historiadores assumiu a responsabilidade de definir a *identidade regional*, alinhados com as ideias nacionalistas, e fundaram o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920). Essa “missão” de estatuir a identidade do Rio Grande do Sul teve vários desdobramentos e propósitos: inserir o Rio Grande do Sul no quadro da nacionalidade, promover a ascensão política do estado e de seus representantes até os postos centrais do poder, reverter os “estigmas” que pesavam sobre os rio-grandenses de que eram apenas “um braço às armas feito”, granjear reconhecimento intelectual aos cultores das letras no estado. Para viabilizar a luta por esses propósitos, foi necessária a *mobilização* coletiva dos intelectuais rio-grandenses, que se organizaram numa “corporação intelectual” (o IHGRGS) e através de uma rede de colaboração entre instituições culturais, públicas e privadas (IHGRGS, Livraria do Globo, AHRGS, Museu Júlio de Castilhos, Biblioteca Pública do Estado). Esta mobilização ocorreu no momento da crise (política) no estado, que abriu a estrutura de *oportunidades* políticas para a articulação dos intelectuais com os agentes políticos, como *grupo* organizado e com peso relativo no *jogo* político. Assim, ao contrário de buscarem autonomia da esfera política, aqueles agentes intelectuais buscaram o aprofundamento das relações entre as esferas intelectual e de poder.

Os historiadores sul-rio-grandenses se empenharam pela conquista do reconhecimento por parte dos pares nacionais (agentes e instituições nacionais) e pela construção da legitimidade intelectual do historiador. Esse processo de institucionalização da História implicava na construção de uma identidade profissional do historiador, mais ou menos definida (pelo uso de um conjunto de métodos), que

garantissem a competência e a autoridade legítima para interpretar o passado “real”. Estas qualidades repousavam sobre a concepção da História como “ciência”, fato que alimentava a pretensão de sua primazia sobre as demais disciplinas e reforçava a concorrência, velada ou sub-reptícia, com a Literatura.

À medida que a especialização disciplinar da História adquiriu rapidamente o reconhecimento do Estado e dos pares nacionais e acumulou o prestígio acadêmico para a atividade do historiador (tendo o seu auge na década de 1930), ocorreu a, já mencionada, reconversão de carreiras intelectuais, relativamente consolidadas, da poesia e da literatura, em geral, para os estudos históricos, ou estimulou o investimento inicial de carreira (intelectual) no campo da História, resultando numa profusão de *ensaios* históricos no estado. Colaboraram para esse processo algumas condições objetivas como a publicação da revista do IHGRGS e a existência de uma editora importante no âmbito local, a *Globo*.

Os intelectuais sul-rio-grandenses foram se dando conta do descompasso das discussões locais em relação à agenda intelectual nacional. No plano regional, as discussões sobre a identidade regional ainda gravitavam em torno da *hagiografia* político-militar da elite luso-brasileira, enquanto no nível nacional o debate em torno da identidade nacional havia se deslocado para o povo, seus costumes e seu folclore. A necessidade de corrigir essa defasagem entre as agendas levou os intelectuais locais a algumas tomadas de posição: abandono da antiga “missão” política que os engajou na revolução de 30; busca pela atualização do repertório intelectual através da adoção de noções e conceitos tomados emprestados da sociologia e dos estudos do folclore, especialmente a noção de “cultura”; a tentativa de atualizar a imagem “profissional” dos intelectuais rio-grandenses. Essas novas posturas, na prática, podem ser vistas em duas *mobilizações* que, aparentemente, avançam no mesmo sentido, no entanto preservam contradições internas importantes: a criação da revista *Província de São Pedro* (1945-1957) e o engajamento de intelectuais no movimento folclórico no estado, em especial com a criação da Comissão Estadual do Folclore.

Uma das principais contradições dessas mobilizações, compostas pelos mesmos indivíduos, é a visão acerca da incorporação ou não dos temas populares e das tradições (folclore, lendas, mitos, grupos étnicos e sociais não pertencentes à elite ou à ascendência lusa). Embora ambos os grupos defendessem a atualização do repertório “teórico” da abordagem histórica, divergiam sobre os limites daquilo que ou quem deveria ser objeto da atenção histórica. Assim, do ponto de vista externo da esfera local,

os intelectuais da “província” podiam ser vistos como coesos, mas internamente havia clivagens fundamentais. Essa contradição pode ser resumida na expressão – cunhada pela historiadora Letícia Nedel – da “excomunhão teórica e ecumenismo prático”, que era, ao mesmo tempo, raiz e consequência de um componente estruturante da esfera local, o *autopatrulhamento* e, também, fruto da escassez de instâncias de atuação e legitimidade intelectual (característica de um espaço intelectual periférico).

O esgotamento desse modelo de “ecumenismo prático” se deu em meados da década de 1950, reverberando a polêmica em torno do *caso Sepé Tiaraju*, índio missioneiro, requisitado como herói rio-grandense por um grupo de intelectuais e tradicionalistas ligados ao folclore e à historiografia jesuítica, mas que sofreu resistências por parte de um grupo entrincheirado no IHGRGS. O grupo de historiadores ligados à direção do IHGRGS imbuído da tradição histórica consagrada nos anos 1920 e 1930, de corte militar, político e luso-brasileiro não aceitava que um índio das reduções jesuíticas dominadas por espanhóis fosse elevado à condição de rio-grandense, e, menos ainda, à posição de herói da nacionalidade.

Na prática, essa dissensão foi o começo do deslocamento e do questionamento da posição que o IHGRGS ocupou, desde os anos 1920, no estado, de juiz da história local e produtor da história legítima. Mas ainda levou algum tempo até que o IHGRGS fosse completamente deslocado do centro da produção histórica pela pesquisa e pela historiografia universitária, a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980.

Por fim, este trabalho representa um pequeno esforço no sentido de trazer um pouco de conhecimento sobre a história dos intelectuais rio-grandenses, na expectativa de que sirva para encorajar outros novos trabalhos sobre o tema. Mereceriam estudos específicos instituições culturais como as Academias de Letras do estado (e as suas clivagens e disputas), as mulheres intelectuais (e sua própria Academia), etc. Ainda existe muito por fazer na seara dos estudos sobre instituições e agentes intelectuais no Rio Grande do Sul.

## Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de (et al). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. v. 5. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)**. Dissertação (mestrado em sociologia) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

\_\_\_\_\_. **Na trilha de um andarengo: Alcides Maya (1877-1944)**. Porto Alegre: EDIPUCRS/ IEL, 1994.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Mário de (Pesquisa, estabelecimento de texto, introdução e notas por Sonia Sachs). **Vida Literária**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições e a revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo**. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1997.

BATISTA, Karina Ribeiro. **A trajetória da Editora Globo e sua inserção no campo literário brasileiro nas décadas de 1930 e 1940**. Tese de Doutorado (Letras). PUCRS, 2008.

BELLINTANI, Adriana Iop. **Conspiração contra o Estado Novo**. Porto Alegre: Edipuc, 2002.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista Mexicana de sociología**, México, v. 61, n. 2, 1999, p. 107-135.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX**. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2009.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J. H. (Org.). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

\_\_\_\_\_. Campo del poder, campo intelectual y habitus de clase. In: **Intelectuales, política y poder**. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

\_\_\_\_\_. Gente com história, gente sem história. Diálogo entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. **História Unisinos**. São Leopoldo, Unisinos, v. 10, n. 1, 2006b, p. 90-98.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **¿Qué significa hablar?** Madri: Akal, [s.d.]

BRAGA, Maria Alice da Silva. **Mormaço, de Manoelito de Ornellas: análise das rasuras**. Tese de Doutorado (Letras). PUCRS, 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa; COLUSSI, Eliane. História... Mestra da vida e testemunha dos tempos. **História: Debates e tendências**, Passo Fundo, v.2, n. 1, 2001, p. 53-70.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). **História da Educação**, ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas, n. 14, 2003, p. 141-156.

\_\_\_\_\_. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1992.

\_\_\_\_\_. Intelectual. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CORADINI, O. L. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, RJ, n. 32, 2003, p. 125-144.

\_\_\_\_\_. As elites como objeto de estudos. In: CORADINI, O. L. (org.) **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, p. 7-18.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. v. 1. São Paulo: Global Editora, 2001.

DACANAL, J. (et al). **RS: Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. In: SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (org.). **Cultura e Identidade Regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FIGUEROA, Silva. **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional**, 1875-1934. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIOREZI, Zélia Guareschi. **A invenção do Rio Grande do Sul: território e identidade na visão do IHGRGS (1920-1937)**. Passo Fundo: UPF, 2002.

FLORES, Moacyr. Nos caminhos da história com Dante de Laytano. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 21, n.1, p. 109-117, julho, 1995.

FLORES, Moacyr. Historiografia de Dante de Laytano. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v.26, n.1, julho, 2000.

FOUCAULT, Michel, **A ordem do discurso**. São Paulo: edições Loyola, 1996.

GERTZ, René. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GÓMES, Gonzalo Sánchez. Los intelectuales y la política. In: GÓMES, Gonzalo Sánchez (et al). **Los intelectuales y la política**. Universidad Nacional: Bogotá, 2003.

GONÇALVES, Janice. Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 8, n. 2, 2012, p. 4-25.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Os soldados de Deus: religião e política na faculdade de direito de Porto Alegre na primeira metade do século XX. **Revista Brasileira de História**, v. 32, Iss. 64, 2012, p. 279-298.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, Rio de Janeiro, 1988, p. 5-27.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998 [1989, tese original].

HEINZ, Flavio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flavio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

KEMPER, Alessandra. **A evolução biológica e as revistas de divulgação científica: potencialidades e limitações para uso em sala de aula**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 2008.

KLAFKE, Álvaro Antônio. **Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do rio Grande do Sul, 1831-1845)**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

LEITE, Ligia Chiapinni Moraes. **Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para seu estudo**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

\_\_\_\_\_. **Regionalismo e modernismo (O caso gaúcho)**. São Paulo: Ática, 1978.

LINTEAU, Paul-André. Representação política em Montreal, 1880-1914: evolução de uma elite municipal. In: HEINZ, Flavio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

LOMNITZ, Larissa Adler. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Museu de Ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, 2003, p. 88-95.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva/editora da Universidade de São Paulo, 1974.

MARTINS, Marisângela T. A. **À esquerda de seu tempo: escritores e o partido comunista do Brasil (1927-1957)**. Tese de doutorado (História). UFRGS, 2012.

MARTINS, J. T. **O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo ‘campo ‘ intelectual rio-grandense na década de 1920**. Dissertação de mestrado. PUCRS, 2011.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1978.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. **Poder, sexo e letras na República Velha** (estudo clínico dos anatolianos). São Paulo: editora Perspectiva, 1977.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade, a construção social do urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

\_\_\_\_\_. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Tese de doutorado. PUCRS, 2001.

MORAIS, Monique. **Ensaítas**. Cadernos de História n. 25, Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em <[HTTP://www.memorial.rs.gov.br](http://www.memorial.rs.gov.br)>

MURARI, Luciana. “Água Parada”: o olhar da modernidade na ficção de Alcides Maya. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 34, n. 2, 2008, p. 150-167.

\_\_\_\_\_. Literatura e transformação da sociedade no debate intelectual brasileiro: dos “modernistas” de 1870 aos modernistas de 1922. **ANTARES**, n. 2, jul-dez 2009.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2005.

NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da história do Rio Grande do Sul. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005, p. 161-186.

NEDEL, Letícia. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta**. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. A Recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. **Maná**, 2007, p. 85-118.

NEVES, Gervásio Rodrigo. 1920: a fundação do IHGRGS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 135, 2000.

\_\_\_\_\_. Leituras consideradas fundamentais para conhecer o Rio Grande do Sul na metade do século XX. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 41, 2007, p. 283-306.

NOLL, M. I. S. O processo político partidário (1928-1937). In: TRINDADE, Helgio (org.) **Revolução de 1930 – partidos e imprensa partidária**. Porto Alegre: UFRGS, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. As ciências sociais e a cultura. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 14 (1): 19-32, maio de 2002.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PORTO, Aurélio. **O tesouro do arroio do Conde**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Enciclopédico Rio-Grandense**. Porto Alegre: Minuano, 1936.

\_\_\_\_\_. **República Rio-Grandense – o Processo dos Farrapos**. v. 1-3, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1933-1936.

PRITSCH, Eliana Inge. 1956: a homenagem embargada a Sepé Tiaraju. In: **Sepé Tiaraju**. Comitê do ano de Sepé Tiaraju (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RODRIGUES, Mara C. de Matos. **A institucionalização da formação superior em história: o curso de geografia e história da UPA/UFRGS – 1943-1950**. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925-1964**. Tese de doutorado (História). UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. O tempo e o vento: literatura, história e desmitificação. **MÉTIS: história e cultura**, v. 5, n. 9, 2006b, p. 289-312.

\_\_\_\_\_. Regionalismo, modernidade e legitimidade intelectuais: Moysés Vellinho e Érico Veríssimo (1930-1964). **História, ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, out-dez., 2010.

ROUSTON Jr., Eduardo. **Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924)**. Dissertação de mestrado. PUCRS, 2012.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 1993.

SAYÃO, Thiago Juliano. Fronteiras do Folclore – poder e cultura em Santa Catarina na década de 1950. **Revista Esboços**, n. 11, 2004, p. 229-238.

SCHWARCZ, Lilian. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA, Gabriela Correa da. Da ficção à história: a escrita da história de Athos Damasceno Ferreira. **XI Encontro Estadual de História, ANPUH/RS 2012**. Anais eletrônicos.

SILVA, Jaisson Oliveira da. **A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução de Alfredo Varela**. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2010.

SILVEIRA, Cássia D. Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Literário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX**. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Dom Chimango e a torre de marfim: a literatura de Homero Prates e a política oligárquica da Primeira República (1890-1927). In: HEINZ, Flavio (org.). **Dos intelectuais na política à política dos intelectuais: pensadores, escritores e militantes no diálogo com o poder**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Anthony D. Interpretações sobre a identidade nacional (traduzido por Janete Abrão). In: GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalisme. Debats i dilemes per a um nou mil-enni**. Barcelona: Proa, 2000, p. 119-142.

TAVARES, Giovana Galvão. **A trajetória de uma Casa de Saber: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970)**. Dissertação de mestrado. Unicamp/SP, 2000.

THIESSE, Anne Marie. “La Petite Patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 3-16.

TORRESINI, Elizabeth. **Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. São Paulo: Edusp, 1999.

TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

VARGAS, Ewerton Vieira. **O legado do discurso: Brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano**. Brasília: Funag, 2007.

VELLOSO, Monica. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, vol. 6, n. 11, 1993.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: FUNARTE/FGV, 1997.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Rio Grande do Sul e a política nacional: da frente oposicionista gaúcha à Revolução de 1930**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

\_\_\_\_\_. A Federação e os republicanos históricos rio-grandenses (1928-1932). In: TRINDADE, Helgio (org.) **Revolução de 1930 – partidos e imprensa partidária**. Porto Alegre: UFRGS, 1980.

## Fontes Bibliográficas:

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de (et al). **Pequeno dicionário de Literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

BERNARDI, Mansueto. **O primeiro caudilho rio-grandense: fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju**. Porto Alegre: EST, 1981.

CARVALHAL, Tânia Franco. **O crítico à sombra da estante: levantamento e análise da obra de Augusto Meyer**. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

CIBILS, Luís Alberto. A sede do Instituto Histórico e Geográfico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 130, 1994, p. 109-113.

\_\_\_\_\_. **Trajetória do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UBE/RS, 2005-2006, v. 1 e v. 2.

LAYTANO, Dante de. **Manual de Fontes bibliográficas para o estudo da História Geral do Rio Grande do Sul**. UFRGS, 1979.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/IEL, 1978.

MEYER, Augusto. **No tempo da flor**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1966.

ORNELLAS, Manoelito, **Máscaras e Murais da Minha Terra**. Porto Alegre: Globo, 1966.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **Oswaldo R. Cabral – páginas de um livro de memórias**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

SPALDING, Walter. **Manoelito de Ornellas**. Porto Alegre: s.n. 1969.

\_\_\_\_\_. **Construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Sulina, v. 1-3, 1969-1973.

VARELLA, Alfredo. **Res Avita**. Lisboa: Mauricio e Monteiro, 1935.

\_\_\_\_\_. **O solar brasílico**. Rio de Janeiro: Inst. América, 1950.

VELLINHO, Moysés. **Letras da Província**. 2. Ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

**Arquivos e fontes consultados:**

- **Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul:** Fundos pessoais (principalmente correspondências) Aurélio Porto, Eduardo Duarte, Othelo Rosa, Salis Goulart, Souza Docca e Walter Spalding; **Atas do IHGRGS** (1920 a 1950).
- **Museu da Comunicação Hipólito José da Costa:** Jornais *A Federação*, *Correio do Povo*, *O Diário*. O jornal *O Jornal do Comércio*, citado nesta tese está no fundo pessoal Souza Docca no IHGRGS; a citação do *Correio do Povo*, na página 264, está no fundo pessoal de Walter Spalding no IHGRGS.
- Biblioteca da PUCRS: **Revista do IHGRGS** (1921 a 1950).
- **Coleção Júlio Petersen** (PUCRS): *O Processo dos Farrapos, Província de São Pedro*.